



oikos

cooperação e desenvolvimento

relatório de
responsabilidade oikos

ano zero 2006-07

versão integral



5 **1** mensagem

7 José Lamego - Presidente do Conselho Directivo

8 João José Fernandes - Director-Geral Executivo

11 **2** relatório de responsabilidade oikos - ano zero

12 2.1 relatório de sustentabilidade de uma ONGD:
assumir um projecto inovador

14 2.2 enquadramento conceptual e princípios de elaboração

20 2.3 modelo de apresentação do relatório

21 2.4 âmbito e limite

22 2.5 metodologia de avaliação, periodicidade e
auditoria independente

24 2.6 declaração de nível

25 2.7 índice de correlação da informação com as
directrizes GRI G3

26 2.8 agradecimentos, informações complementares e
contactos

29 **3** desafios

30 3.1 desafios globais

32 3.2 ODM

34 3.3 DESC

36 3.4 ajuda pública ao desenvolvimento

37 3.5 desafios às ONGD/INGO

44 **4** reposicionamento estratégico e gestão da mudança

47 4.1 reposicionamento estratégico

48 4.1.1 princípios oikos

50 4.1.2 abordagem segundo os direitos económicos,
ambientais, sociais e culturais (DEASC)

52 4.1.3 *continuum* de intervenção oikos

54 4.1.4 princípios de desenvolvimento da actividade
- PDA oikos

60 4.1.5 temáticas centrais de impacto da oikos

60 4.1.6 política oikos

62 4.1.7 competências críticas de sucesso

63 4.1.8 objectivos estratégicos oikos

66 4.2 reforço da estrutura

73 4.3 envolvimento dos *stakeholders*

74 4.3.1 envolvimento dos *stakeholders* - pensamento
estratégico



84 **5** oikos – quem somos

89 5.1 o nosso modelo de *governance*

94 5.2 criar valor partilhado

100 5.3 responsabilidade ambiental

108 5.4 responsabilidade social

116 **6** o que fazemos

124 6.1 projectos da linha-base de performance oikos

128 6.2 critérios de avaliação dos projectos utilizados no relatório de responsabilidade oikos – ano zero

130 6.3 acção humanitária oikos

140 6.4 vida sustentável

156 6.5 projectos da oikos nos Países em Desenvolvimento

160 6.6 Rumo à Cidadania Global e ao Desenvolvimento Sustentável

174 **7** os nossos compromissos

178 **8** validação externa

178 validação externa do relatório

180 validação de contas

anexos

186 documentos contabilísticos de suporte

– balanço

– demonstração de resultados

– anexos

198 índice de tabelas e gráficos

200 contactos da sede e delegações



1

mensagem

1

mensagem



Directrizes GRI G3

→ 1.1

desafio de cidadania global

Durante o ano de 2006, olhámos para o mundo e para o interior da organização, efectuando uma reflexão em torno da nossa missão organizacional. O primeiro exercício, de identidade colectiva, pretendeu fixar a nossa visão do mundo. A forma como vemos o mundo marca a nossa identidade e norteará a nossa acção. Aqueles que, como nós, partilharem a visão de “um mundo sem pobreza e injustiça, onde o desenvolvimento humano seja equitativo e sustentável à escala local e global”, encontrarão na oikos um espaço para o exercício da sua cidadania e responsabilidade social.

No mundo do início do século XXI, mais de mil milhões de pessoas sobrevivem com menos de 1\$USD por dia e, de acordo com o mais recente relatório do Banco Mundial, se os países em desenvolvimento mantiverem a sua taxa de crescimento actual, em 2015 existirão ainda 600 milhões de pessoas a viver com menos de 1\$USD por dia.

Norteados pela nossa visão, e atentos à realidade que nos rodeia, redesenhámos a nossa missão institucional, reafirmando a necessidade de erradicar a pobreza. Na actual sociedade global, lutar contra a pobreza é trabalhar pela redução das assimetrias económicas e do conhecimento. Porém, esta tarefa só pode ter sucesso através do envolvimento e corresponsabilização dos actores sociais – Governos, Sector Privado e Organizações do Terceiro Sector.

A uma ONGD como a oikos cabe o papel de desenhar, testar e desenvolver soluções sustentáveis para a erradicação da pobreza. Estas soluções deverão ser passíveis de reaplicação por outras organizações e o seu impacto ampliado através das políticas públicas e do investimento privado.

Contudo, a erradicação da pobreza não pode ser dissociada da promoção dos Direitos Económicos, Ambientais, Sociais e Culturais (DEASC). Só através da redução da vulnerabilidade, do aumento da equidade e do empoderamento das comunidades mais pobres, poderemos garantir que todas as pessoas exerçam o seu direito a uma vida digna.

O presente relatório avalia e demonstra, de forma transparente, o desempenho da oikos na realização da sua missão, tendo em consideração o desígnio da erradicação da pobreza, a prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e os direitos fundamentais das populações com quem trabalhamos.

Junte-se a nós neste esforço!

José Lamego
presidente do conselho directivo

desafio ONGD: bom governo, transparência e impacto

Nos primeiros anos do século XXI assistimos a um profundo processo de mudança nos sistemas de governo, quer ao nível local, quer ao nível global. A governação já não é uma função exclusiva do Estado, mas sim, uma tarefa à qual são chamadas as organizações dos três sectores: sector público, mercado e terceiro sector.

Esta sociedade relacional vem colocar novos desafios às ONG, nomeadamente àquelas que, como a oikos, têm uma intervenção transnacional. O maior dos desafios consiste na permanente necessidade de comprovar a legitimidade social e a “licença para operar”, que advêm da capacidade de:

- ▶ alinhar a actividade com a missão e valores da organização;
- ▶ demonstrar o impacto criado junto dos beneficiários;
- ▶ comprovar a eficiência na gestão dos recursos financeiros.

Esta legitimidade social e “licença para operar” implicam a avaliação e o reporte da actividade desenvolvida perante os *stakeholders* identificados, ou seja, um processo de governação transparente e procedimentos de prestação de contas.

O presente relatório é o instrumento que permitiu à oikos estabelecer e transparecer uma linha base para avaliação do seu desempenho organizacional, tendo em consideração os pilares do desenvolvimento sustentável. Ao fazê-lo, de forma voluntária e pioneira, assumimos os riscos inerentes.

O primeiro risco é o incorrido por quem abre um caminho novo. Para se avaliar é necessário traçar metas e destinos, definir resultados e criar indicadores.

Avaliar a actividade da oikos, na sua integralidade e projecção transnacional, obrigou-nos a criar indicadores que serão alvo de melhoria através do processo de envolvimento dos *stakeholders* identificados.

Como podemos constatar nos dados validados deste relatório de responsabilidade oikos – ano zero, referentes à linha-base de performance oikos, atingimos de forma clara e evidente os objectivos e resultados definidos no âmbito dos diversos projectos e sectores de intervenção. Contudo, consideramos ser importante melhorar de forma sistémica a monitorização, avaliação e auditoria da nossa actividade, através do reforço de indicadores quantitativos e qualitativos de impacto.

Como medida de gestão do risco do pioneirismo, assumimos o desafio de disponibilizar a todos e, em especial às organizações do terceiro sector, o conhecimento construído e o modelo de reporte obtido.



Directrizes GRI G3

→ 1.1 e 1.2

Para que possamos melhorar a qualidade do terceiro sector em Portugal é necessário que outros se associem ao nosso esforço, para que, em conjunto, possamos desenvolver e aplicar referenciais e ferramentas de *benchmarking* e de melhoria.

Acreditamos numa estratégia de coojetividade, no reforço da cooperação entre actores sociais, de modo a aumentar o impacto na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável.

O segundo risco é inerente à transparência.

Numa sociedade pouco habituada à prestação de contas, são frequentemente premiadas as organizações com maior capacidade de comunicação e marketing, em detrimento daquelas que demonstram abertamente as fragilidades.

Reportar de forma integrada a gestão da actividade da oikos, leva-nos a demonstrar o nosso desempenho positivo face aos resultados negociados com os financiadores e nos impactos junto das comunidades beneficiárias, onde ultrapassamos os nossos compromissos, mas também, a evidenciar as nossas fragilidades.

Uma dessas fragilidades é o nosso modelo de financiamento, demasiado concentrado em doadores institucionais, com consequências ao nível da capacidade de resposta, originando dificuldades na execução financeira.

Estamos certos que, ao aumentarmos a nossa autonomia financeira e execução orçamental, poderemos aumentar ainda mais o nosso impacto.

O terceiro risco é dado pelas expectativas que vamos criar com a apresentação do presente relatório, quer junto do público interno, quer junto dos *stakeholders* externos.

O relatório de responsabilidade oikos – ano 1, previsto para Junho de 2008, deverá apresentar os progressos verificados nos compromissos assumidos.

Neste sentido, os órgãos sociais da oikos aprovaram o projecto de reforço do processo de profissionalização da organização, o que implicará, entre outros aspectos, o desenvolvimento de um sistema integrado de gestão oikos (SIGO) e a preparação para o processo de certificação de qualidade ISO 9001 e de responsabilidade social SA 8000.

Incorporamos como desafios operacionais, a melhoria dos procedimentos administrativos e financeiros e sua articulação com o SIGO, bem como a integração transversal do sistema de monitorização, avaliação e auditoria, por forma a responder às necessidades de informação e controlo de gestão dos vários níveis da organização: governo da organização e relacionamento com os *stakeholders*, operações, serviços partilhados, representações e coordenação de programas e projectos.

Com o objectivo de nos ajudar a repensar de forma contínua as opções escolhidas e a reposicionar a estratégia perante os desafios constantes, a assembleia geral de Dezembro de 2006 decidiu proceder à instituição de um Conselho *Multistakeholder* de Gestão de Risco.

Para enfrentarmos estes desafios, é fundamental trabalhar em parceria com outros actores sociais, não apenas nas operações, ao nível da acção humanitária, vida sustentável e cidadania global, mas também, no reforço da nossa capacidade organizacional.

O sistema de gestão integrado oikos (SIGO) só será possível com a parceria já estabelecida com a DreamSolutions, empresa da área das tecnologias. A melhoria do sistema de contabilidade, finanças e de prestação de contas que assumimos só será possível através de um contínuo processo de revisão e melhoria, acompanhado pela Revisora Oficial de Contas, Dr^a Ana Calado.

O valor deste relatório encontra fundamento na verificação e validação da informação efectuada pela SGS, a quem agradecemos o momento de aprendizagem partilhado, vivenciado no decorrer da auditoria.

Uma palavra final, mas decisiva, para todos os colaboradores e parceiros que, em Portugal, na Europa, África, Ásia e América Latina contribuíram para tornar possível a elaboração deste relatório.

Sem o seu contributo e dedicação, não teria sido possível e só com o seu empenho futuro serão enfrentados os desafios e aproveitadas as oportunidades de melhorar a nossa capacidade de criação de impacto na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável.



João José Fernandes
director-geral executivo da oikos – cooperação e desenvolvimento



2

relatório de
responsabilidade oikos
ano zero

2

relatório de responsabilidade oikos ano zero

2.1

relatório de sustentabilidade de uma ONGD: assumir um projecto inovador

Ao assumir, de forma voluntária, o desafio de elaborar e partilhar um reporte de sustentabilidade da actividade da oikos, reafirmamos a nossa postura de envolvimento e corresponsabilização dos actores sociais, através dos *stakeholders* identificados: associados, directivos, colaboradores, voluntários e redes solidárias da oikos, redes de pertença, financiadores, parceiros e beneficiários.

Queremos ser reconhecidos como uma organização internacional líder no desenvolvimento de soluções sustentáveis para a erradicação da pobreza, cumprindo a nossa missão: *erradicar a pobreza e reduzir as assimetrias económicas e de conhecimento, através do envolvimento e corresponsabilização dos actores sociais e do desenvolvimento de soluções sustentáveis, para que todas as pessoas exerçam o direito a uma vida digna.*

Por opção metodológica, encaramos este relatório de responsabilidade oikos – ano zero como um “projecto” que, em conjunto com os nossos *stakeholders* identificados, será planificado, desenvolvido, avaliado e alvo de melhoria contínua.

Subjacente à elaboração do relatório, está a decisão de reforçar o processo de profissionalização da oikos, que passará pela obtenção, até 2009, da certificação de qualidade ISO9001 e de responsabilidade social SA8000.

Segundo o método da matriz de enquadramento lógico, enunciamos os objectivos gerais, o objectivo específico, os resultados esperados e as actividades previstas para o processo de elaboração, difusão e retroalimentação do presente relatório.

objectivo geral

desenvolvimento de uma cultura de equidade, responsabilidade, transparência e *accountability*, através de um processo de envolvimento dinâmico dos distintos actores sociais identificados, para partilha de conhecimento, de objectivos, expectativas e resultados, que permitam a criação de “bem comum”.

objectivo específico

estruturar o processo de profissionalização da organização, através da definição e reporte de uma linha-base de performance oikos, segundo os pilares de sustentabilidade da organização.

resultados esperados

- R1 processo interno de aprendizagem e melhoria contínua iniciado;
- R2 relacionamento, comunicação e criação de valor partilhado com os *stakeholders* identificados melhorados;
- R3 reposicionamento estratégico e liderança social e reputação institucional reforçadas;
- R4 solução/modelo de fortalecimento e profissionalização do terceiro sector desenvolvido.

actividades previstas

- A1.1 actualizar o enquadramento conceptual de orientação da actividade;
- A1.2 efectuar um levantamento da linha-base de performance da oikos nas áreas de acção humanitária e vida sustentável;
- A1.3 iniciar o desenho de um sistema integrado de gestão oikos (SIGO);
- A1.4 integrar o processo de aprendizagem e melhoria contínua – ao nível das dimensões técnicas, económicas, ambientais e sociais – com o sistema de monitorização e avaliação de projectos;
- A1.5 introduzir objectivos e procedimentos de aprendizagem e melhoria contínua nas relações de parceria;

- A2.1 realizar uma identificação e caracterização dos *stakeholders* referenciais;
- A2.2 negociar as bases de enquadramento para o processo de envolvimento com os *stakeholders* identificados;
- A2.3 dinamizar a comunicação interna e externa, tornando-a um instrumento de gestão estratégica;

- A3.1 identificar os desafios, oportunidades e riscos futuros;
- A3.2 redefinir os princípios de desenvolvimento da actividade oikos;
- A3.3 identificar as competências críticas de sucesso;
- A3.4 estabelecer as bases para o alinhamento da gestão das operações e da administração financeira, com a estratégia institucional, em coerência com a visão e missão da oikos;

- A4.1 fundamentar a aplicação de um modelo de reporte integrado de desempenho económico, ambiental e social, no âmbito das organizações do terceiro sector;
- A4.2 estabelecer parcerias estratégicas para a profissionalização da estrutura;
- A4.3 iniciar o desenvolvimento de um referencial que permita a comparabilidade do desempenho (*benchmarking*) com outros actores sociais;
- A4.4 sistematizar e difundir a aprendizagem institucional com o processo de profissionalização da oikos, de modo a contribuir para o fortalecimento do terceiro sector;
- A4.5 desenvolver, em articulação com os parceiros de profissionalização, espaços e ferramentas de capacitação dos actores do terceiro sector.



→ www.un.org
→ www.unicef.org
→ www.ilo.org
→ www.un.org
→ www.earthcharterinaction.org
→ www.unglobalcompact.org
→ www.unmilleniumproject.org
→ www.ingoaccountabilitycharter.org
→ www.oneworldtrust.org

→ www.unep.org
→ www.keystoneaccoutability.org
→ www.accountability21.org
→ www.bond.org.uk
→ www.globalreporting.org
→ www.iso.org
→ www.sa-intl.org
→ ec.europa.eu/echo



relatório de responsabilidade oikos – ano zero
→ capítulo 3, página 30



→ www.oneworldtrust.org

2.2

enquadramento conceptual e princípios de elaboração

Para a elaboração do presente relatório, definimos o seguinte enquadramento conceptual:

- ▶ Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- ▶ Convenção sobre os Direitos da Criança;
- ▶ Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho;
- ▶ Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento;
- ▶ Carta da Terra;
- ▶ Princípios do *Global Compact*;
- ▶ Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- ▶ *International Non Governmental Organisations Accountability Charter*;
- ▶ *One World Trust – The Global Accountability Project Framework*;
- ▶ *One World Trust – Methodology for the 2006 Global Accountability Report*;
- ▶ O compromisso com os *stakeholders* – UNEP e *AccountAbility*;
- ▶ Guia Keystone para o diálogo com os *stakeholders*;
- ▶ *AccountAbility AA 1000 Standard*;
- ▶ Abordagem BOND para a qualidade das INGO;
- ▶ Directrizes do *Global Reporting Initiative/ GRI- G3*;
- ▶ Sistema de Gestão da Qualidade – norma de referência: NP EN ISO 9001:2000;
- ▶ Sistema de Gestão de Responsabilidade Social – norma de referência SA 8000;
- ▶ Referencial de auditoria da DG ECHO.

promover a responsabilidade, a transparência e a *accountability*

Os actuais desafios que se colocam à humanidade implicam uma resposta de cidadania participativa e um compromisso ético de promoção do desenvolvimento humano e sustentável à escala local e global, em que os governos, as empresas, a sociedade civil organizada e os cidadãos assumam a suas responsabilidades.

Estamos perante a exigência de promover uma cultura de equidade, de transparência e de *accountability*.

Consciente desta necessidade, a **One World Trust** lançou o “*Global Accountability Project (GAP)*” com o objectivo de desenvolver procedimentos de implementação e avaliação da ***accountability***, cuja aplicação seja transversal a organizações inter-governamentais (*inter-governmental organisations* – IGO), corporações transnacionais (*transnational corporations* – TNC) e organizações não governamentais internacionais (*international non-governmental organisations* – INGO).

Desta forma, é possível potenciar, através dos líderes e responsáveis pela política das organizações dos três sectores, a adopção de critérios transversais, permitindo assim o desenvolvimento de aprendizagem em rede, de *benchmarking* e de melhoria nos procedimentos de *governance*, envolvimento de *stakeholders* e *accountability*.

Segundo a *One World Trust*, poderemos definir **accountability** como o conjunto de procedimentos através dos quais as organizações se comprometem, durante o processo de tomada de decisão e de desenvolvimento das suas actividades, a responder e a gerir com equilíbrio as necessidades dos *stakeholders* identificados.

Tendo por base o modelo proposto pelo *Global Accountability Project Framework*, o processo de **accountability** deve ser implementado e avaliado segundo 4 dimensões:

transparência

através de procedimentos que garantam que a informação sobre a organização, as suas políticas, as suas práticas, o desenvolvimento da sua actividade, os processos de avaliação e a análise de impacto, está acessível de forma atempada e tem em conta as solicitações dos *stakeholders* identificados;

neste sentido, o **relatório de responsabilidade oikos – ano zero** tem por objectivo específico definir e reportar, segundo os pilares da sustentabilidade oikos, a “**linha-base de performance oikos**” a partir da qual os *stakeholders* identificados poderão avaliar e questionar o desempenho e identificar e propor oportunidades de melhoria.

participação

através de procedimentos que permitam aos *stakeholders* identificados desempenhar um papel activo na tomada de decisão, nos processos e nas políticas e actividades que os afectam, partilhando necessidades, interesses e expectativas, tanto a nível operacional como estratégico;

o processo de identificação, mapeamento, envolvimento e satisfação de *stakeholders*, iniciado em Abril de 2007 e descrito no ponto 4.3, permitirá fundamentar os mecanismos de participação a implementar formalmente a partir de Julho de 2008.

avaliação

através de procedimentos de envolvimento dos *stakeholders* que permitam à organização monitorizar, rever e reportar o seu progresso e os seus resultados perante os objectivos e metas definidos, potenciando a aprendizagem e a melhoria;

o processo de reporte agora iniciado possibilitará a identificação e validação partilhada de indicadores de desempenho e impacto, quer para a gestão integrada quer para o processo de revisão, aprendizagem e melhoria.

mecanismos de reclamação e resposta

através de procedimentos que permitam aos *stakeholders* identificados endereçar as suas solicitações e reclamações acerca das políticas, dos processos, das actividades e dos impactos da organização e que assegurem que estas solicitações e reclamações são revistas e tidas em conta;

trata-se da dimensão em que a carência de metodologias, processos e políticas é mais notória nas ONGD.



relatório de responsabilidade oikos – ano zero

→ capítulo 4, ponto 4.3, página 72

Promover a **accountability** significa assim potenciar a todos os níveis, e de forma integrada, estas quatro dimensões nas políticas, procedimentos e práticas, tanto nos processos de tomada de decisão como no desenvolvimento da actividade. Para tal é necessário:

comprometimento

o grau de comprometimento da organização, a sua cultura, políticas e procedimentos determinam a qualidade dos mecanismos que põem em prática e as mudanças que levarão a cabo para agir de forma mais responsável, transparente e com **accountability** perante os *stakeholders* identificados e perante a sociedade;

integração

o tipo de recursos disponíveis, o grau de disseminação, compreensão e integração das políticas e práticas para cada uma das dimensões referidas, os incentivos e as sanções apropriadas são vitais para a efectividade da **accountability**;

capacidade de resposta

potenciar a **accountability** é assumir o compromisso de responder de forma adequada e devidamente fundamentada aos comentários, críticas e solicitações dos *stakeholders* identificados, promovendo a avaliação, a aprendizagem, a revisão, a mudança e a melhoria de políticas e práticas.

A concretização do processo de profissionalização e gestão da mudança possibilitará à oikos reunir as condições necessárias para, no prazo de dois anos, poder solicitar a validação da sua actividade segundo os indicadores propostos pela *One World Trust* e comparar, assim, o seu desempenho face a este grupo referencial de excelência e *benchmarking*.

No processo de elaboração do presente relatório, seguimos os seguintes princípios quanto à definição do conteúdo e qualidade do reporte:

transparência

- ▶ as informações, os temas e os indicadores seleccionados e apresentados neste relatório reflectem a **linha-base de performance oikos**;
- ▶ enunciamos os processos, procedimentos e hipóteses utilizados, possibilitando, aos *stakeholders* identificados, dados credíveis para a tomada de decisão.

materialidade, relevância

a metodologia de selecção do tipo de informação e de dados a reportar teve por enquadramento:

- ▶ os princípios da International Non Governmental Organisations Accountability Charter, as indicações do AccountAbility AA 1000 Standard, as recomendações da One World Trust – Methodology for the 2006 Global Accountability Report, as directrizes do Global Reporting Initiative GRI-G3 e o referencial de auditoria da CE/DG ECHO;
- ▶ o plano estratégico oikos – 2007/2010, enquanto documento síntese do diagnóstico da conjuntura actual e estruturação das linhas de acção para o futuro;
- ▶ os desafios, riscos e oportunidades identificados, descritos no capítulo 3 do relatório;
- ▶ os valores, princípios, política, temáticas centrais de impacto, competências críticas, estratégia e objectivos, detalhados no capítulo 4;
- ▶ os parâmetros de descrição da organização descritos no capítulo 5 e a linha-base de performance oikos, analisada no capítulo 6.

inclusividade

o envolvimento sistemático dos *stakeholders* identificados, através das alianças e dos recursos que promovem e disponibilizam, assume um papel vital no processo de profissionalização de uma ONGD;

neste sentido, reforçamos, através dos compromissos assumidos neste relatório, um processo partilhado de identificação das necessidades, interesses e expectativas, de forma a melhor corresponder às exigências dos *stakeholders* identificados;

o processo de selecção da informação e dos dados partilhados teve por base:

- ▶ relatórios intermédios e finais validados pelos financiadores e auditores externos e relatórios de auditoria elaborados por entidades externas;
- ▶ sugestões, comentários e pedidos complementares de informação compilados a partir dos diversos relatórios de acompanhamento, intermédios, finais e de auditoria dos projectos abordados;
- ▶ os relatórios de actividades e contas da oikos, referentes aos anos de 2004, 2005 e 2006;
- ▶ o processo de envolvimento de *stakeholders* iniciado em Abril de 2007 e descrito no ponto 4.3;

este relatório destina-se particularmente aos *stakeholders* identificados, mapeados no ponto 4.3;

os comentários e sugestões recolhidos da análise, pelos *stakeholders* identificados, do presente relatório serão de importância vital para a elaboração de reportes futuros. Nesse sentido, será enviado um exemplar e solicitado um pedido formal de comentários e sugestões às entidades consideradas representativas dos *stakeholders* identificados.



Directrizes GRI G3

→ 3.5

→ www.ingoaccountabilitycharter.org

→ www.oneworldtrust.org

→ www.globalreporting.org

→ ec.europa.eu/echo

relatório de responsabilidade oikos – ano zero

→ capítulo 3, página 30

→ capítulo 4, página 44

→ capítulo 5, página 84

→ capítulo 6, página 116

Directrizes GRI G3

→ 3.5, 4.17

relatório de contas oikos – 2004, 2005 e 2006

→ www.oikos.pt

relatório de responsabilidade oikos – ano zero

→ capítulo 4, ponto 4.3, página 72

Directrizes GRI G3

→ 3.5, 4.14, 4.15, 4.17



relatório de responsabilidade oikos – ano zero

→ capítulo 2, ponto 2.4, página 21

→ capítulo 2, ponto 2.5, página 22

contexto da sustentabilidade

- ▶ os processos, procedimentos e hipóteses utilizados na elaboração do presente relatório têm por base os resultados e metodologias operacionais e o futuro **sistema integrado de gestão oikos – sigo**, enquadrados num contexto mais amplo de sustentabilidade, segundo quatro pilares: *governance*, cadeia de valor responsável, responsabilidade ambiental e responsabilidade social.

abrangência e completude

- ▶ a descrição da linha-base de performance oikos segue o critério de inclusão imparcial de todas as informações materiais referentes às actividades relacionadas com o desempenho económico, ambiental e social, de forma consistente, com âmbito e limites referenciados no ponto 2.4, permitindo assim aos *stakeholders* identificados a avaliação do desempenho no período analisado.

princípios para assegurar a qualidade do relatório

equilíbrio

- ▶ o reporte da linha-base de performance oikos aborda com neutralidade tanto pontos fortes como pontos fracos, aspectos positivos e negativos da actividade, possibilitando uma perspectiva equilibrada e proporcional à materialidade do nosso desempenho geral.

exactidão

- ▶ os processos e procedimentos utilizados tiveram em conta a necessidade de promover a exactidão e reduzir a margem de erro na informação relatada;
- ▶ em conformidade com o referido no ponto 2.5, as metodologias de medição dos dados, as bases dos cálculos utilizadas e as hipóteses e estimativas formuladas estão descritas para permitir aos *stakeholders* identificados a compreensão e avaliação do desempenho com um alto grau de segurança.

comparabilidade

- ▶ devido ao carácter inovador de realizar um relatório de sustentabilidade de uma ONGD, a selecção, compilação e divulgação das informações de forma consistente com o escopo, limites e período de tempo declarados irá permitir aos *stakeholders* identificados obterem uma *linha-base* de performance *oikos* para comparações de desempenhos futuros e permitir ao terceiro sector estabelecer *benchmarks* entre as diferentes organizações.

auditabilidade

- ▶ os dados e as informações relatados foram registados, compilados, analisados e revelados de modo a permitir que auditores externos pudessem atestar a sua veracidade.

periodicidade / conveniência

- ▶ o cronograma de publicação dos relatórios de responsabilidade oikos, referido no ponto 2.5, tem por objectivos: possibilitar aos *stakeholders* identificados acompanharem o processo de profissionalização e de melhoria contínua, identificando os momentos-chave de análise; disponibilizar informação actualizada e assegurar os períodos de tempo necessários à tomada de decisões de forma fundamentada.

clareza / acessibilidade

- ▶ o modelo de apresentação do relatório, tipo de destaques, referência a conceitos-chave, termos técnicos e códigos cromáticos estão explicados no ponto 2.3;
- ▶ as informações e os dados foram pró-activamente disponibilizados de forma compreensível e acessível aos *stakeholders* identificados, a quem se dirige preferencialmente este relatório;
- ▶ a linguagem utilizada pretende ser de compreensão universal.

confiabilidade

- ▶ as informações e os processos usados na preparação e redacção do relatório estão devidamente identificados, recolhidos, registados e foram verificados segundo a norma de referência: Directrizes para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI de 2006 (G3) pela entidade: SGS ICS, Serviços Internacionais de Certificação.

relatório de responsabilidade oikos – ano zero

→ capítulo 2, ponto 2.5, página 22



→ capítulo 2, ponto 2.3, página 20



→ www.globalreporting.org

→ www.pt.sgs.com

2.3

modelo de apresentação do relatório

Com o objectivo de tornar a nossa apresentação acessível e perceptível aos *stakeholders* identificados, criámos um modelo gráfico para este relatório, através de códigos cromáticos e iconografia.



indicação da página na internet, na margem lateral, com correspondência para a linha de texto indicada com →



referência bibliográfica, na margem lateral, com correspondência para a linha de texto indicada com →



área de acção oikos - acção humanitária



área de acção oikos - vida sustentável



área de acção oikos - cidadania global



pilares de sustentabilidade oikos
- *governance*



pilares de sustentabilidade oikos
- cadeia de valor responsável (*value chain*)



pilares de sustentabilidade oikos
- responsabilidade ambiental (*environmental responsibility*)



pilares de sustentabilidade oikos
- responsabilidade social (*social responsibility*)

2.4 âmbito e limite

O presente relatório aborda toda a actividade da **oikos – cooperação e desenvolvimento**, integrando as operações da sede e das delegações.

Os critérios definidos para a selecção, análise e divulgação das informações e dos dados ventilados são os seguintes:

actividade oikos

- ▶ a análise da actividade aborda o desempenho e os impactos a nível económico, ambiental e social:
 - ▶ os impactos económicos e sociais relatados têm em consideração o universo global de actuação da oikos;
 - ▶ ao nível dos impactos ambientais, e devido em grande parte à especificidade da nossa acção e ao actual sistema de validação da informação, apenas reportamos a actividade da sede. É nossa expectativa desenvolver competências para que em 2009 o reporte do impacto ambiental abranja a totalidade do universo de intervenção da oikos.
- ▶ para a definição da linha-base de performance oikos consideramos todas as acções (projectos, campanhas e eventos) alvo de análise contabilística no exercício referente ao ano de 2006, devidamente enquadrados pelos relatórios intermédios e finais validados pelos financiadores e auditores externos e pelos relatórios de auditoria elaborados por entidades externas;
- ▶ foram incluídos todos os projectos, campanhas e eventos, independentemente do papel desempenhado e da responsabilidade assumida pela oikos;
 - ▶ nos projectos, campanhas e eventos em que a oikos assume a responsabilidade de cabeça de consórcio, a análise considera a totalidade da acção. Nos casos em que desempenha um papel de parceiro, a análise foca os desempenhos correspondentes à responsabilidade assumida e imputada à oikos;
- ▶ os dados dos projectos, campanhas e eventos que não tenham terminado no decorrer de 2006, e considerando a necessidade de disponibilizar informação passível de análise de tendências e de comparabilidade com iguais períodos de reporte em relatórios futuros, têm como data de avaliação Abril de 2007;
 - ▶ para estes projectos, os resultados foram ponderados pelo intervalo de tempo entre o início das actividades e Abril de 2007.

estrutura oikos

- ▶ os dados e as informações referentes à estrutura da oikos correspondem à realidade vivenciada em Agosto de 2007;
- ▶ os critérios de análise e reporte são idênticos para a totalidade da estrutura, compreendendo a sede e as delegações nos seguintes países: Angola, Bolívia, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, Indonésia, Moçambique, Nicarágua, Peru e Portugal.



Directrizes GRI G3

→ 3.1, 3.2, 3.6, 3.7, 3.8

relatório de responsabilidade oikos – ano zero

→ capítulo 6, página 116

→ capítulo 5, página 84

Directrizes GRI G3

→ 2.5



Directrizes GRI G3

→ 3.9, 3.10, 3.11

Directrizes GRI G3

→ 3.3

relatório de responsabilidade oikos - ano zero

→ capítulo 8, página 178

Directrizes GRI G3

→ 3.13

2.5

metodologia de avaliação, periodicidade e auditoria independente

Considerando que estamos perante o primeiro relatório de sustentabilidade, o foco central é o enquadramento dos critérios-base de avaliação de performance, permitindo assim a validação futura, através do envolvimento dos *stakeholders* identificados, dos indicadores de desempenho económicos, ambientais e sociais referentes à actividade e impacto da oikos.

critérios e metodologia de avaliação

- ▶ todos os indicadores utilizados no relatório são explicados no momento da sua apresentação, possibilitando assim o seu entendimento e comparabilidade futura.
- ▶ os indicadores utilizados no relatório são a base para a elaboração dos futuros relatórios trimestrais do sistema integrado de gestão oikos-sigo a implementar a partir de Janeiro de 2008.
- ▶ visto ser este o primeiro relatório de sustentabilidade da oikos, não se verifica qualquer tipo de alteração de metodologias face a relatórios anteriores.
- ▶ paralelamente aos indicadores propostos, o processo em curso de envolvimento dos *stakeholders* identificados, numa dinâmica de rede *win-win-win*, norteará a melhoria contínua através do *learning-by-doing* construindo, aferindo, reformulando e seleccionando os indicadores de compromisso, quantitativos e qualitativos, a utilizar em relatórios futuros.

cronograma e tipologia para os futuros relatórios

- ▶ Junho de 2008: **relatório de responsabilidade oikos – ano 1;**
- ▶ Junho de 2009: **relatório de responsabilidade oikos – ano 2;**
- ▶ Junho de 2010: **relatórios sectoriais de responsabilidade oikos – ano 3.**

verificação de contas

- ▶ o relatório e contas da oikos referentes ao exercício do ano de 2006, cujos dados são referidos neste relatório de sustentabilidade, foram verificados e auditados por:

Ana Isabel Calado da Silva Pinto

ROC. nº 1103

Rua Fernando Lopes Graça, 18 A

1600-067 Lisboa

telefone +351 21 754 0300

fax +351 21 754 0298

e-mail: anacalado.pinto@netcabo.pt

verificação externa do relatório

- ▶ em conformidade com a declaração de verificação apresentada no ponto 8, o presente relatório foi verificado segundo a norma de referência: Directrizes para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI de 2006 (G3), pela entidade:

SGS ICS – Serviços Internacionais de Certificação, Lda.
Pólo Tecnológico de Lisboa, Lote 6, Pisos 0 e 1
1600-546 Lisboa
telefone: +351 21 710 4200
fax: +351 21 715 7520



relatório de responsabilidade oikos - ano zero

→ capítulo 8, página 182

Directrizes GRI G3

→ 3.13

→ www.pt.sgs.com



→ www.pt.sgs.com
 → www.globalreporting.org

2.6 declaração de nível

Da análise detalhada do presente relatório e tendo em consideração a validação externa independente pela SGS ICS, autodeclaramos que o relatório de responsabilidade oikos – ano zero cumpre o nível C+ das directrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI de 2006 (G3).

Um exemplar deste relatório será enviado à GRI para avaliação da exactidão da auto-declaração.

tabela 1 – declaração de nível GRI G3

	C	C+	B	B+	A	A+
obrigatório auto-declaração		✓				
opcional verificação externa		✓				
verificação GRI						






Directrizes GRI G3
 → 3.12

2.7 índice de correlação da informação com as directrizes GRI G3

Para maior clareza e facilidade na localização e obtenção de informação neste relatório, apresentamos nas páginas seguintes a tabela de correlação entre as directrizes GRI G3 e o conteúdo do presente relatório.

1 Estratégia e Análise

- 1.1 declaração do presidente, CEO ou director-geral.
[páginas → 6, 7, 8 e 9](#)
- 1.2 descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.
[páginas → 7, 8 e 9](#)

2 Perfil Organizacional

- 2.1 denominação da organização relatora.
[página → 84](#)
- 2.2 principais marcas, produtos e/ou serviços.
[páginas → 85, 131, 141, 162, 163](#)
- 2.3 estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, países onde opera, subsidiárias e “joint-ventures”.
[páginas → 86, 92](#)
- 2.4 localização da sede social da organização.
[página → 86](#)
- 2.5 países onde a organização opera e nomes dos países onde se desenvolvem as principais operações ou que são especificamente relevantes para as questões de sustentabilidade abordadas no relatório.
[páginas → 21, 117-123](#)
- 2.6 natureza de propriedade e forma jurídica.
[página → 84](#)
- 2.7 mercados abrangidos (incluindo a discriminação geográfica, os sectores considerados e os tipos de clientes/beneficiários).
[páginas → 21, 117-123 e 156](#)
- 2.8 dimensão da organização relatora, incluindo
 - número de colaboradores;
 - receita líquida;
 - capitalização total, discriminada em termos de dívida e capital próprio;
 - quantidade de produtos fornecidos ou serviços prestados.[páginas → 102-105 e 110-115](#)
- 2.9 alterações significativas durante o período abrangido pelo relatório em matéria de dimensão, estrutura ou propriedade, incluindo:
 - localização ou mudança nas operações, incluindo a abertura, encerramento e expansão de unidades operacionais;
 - alterações na estrutura do capital social e outras operações de formação, conservação e alteração do capital.[página → 86](#)
- 2.10 prémios recebidos no período abrangido pelo relatório
[página → 86](#)

3 Parâmetros do Relatório

- 3.1 período abrangido pelo relatório para as informações apresentadas no perfil do relatório.
[página → 21](#)
- 3.2 data do anterior relatório publicado.
[página → 21](#)
- 3.3 ciclo de publicação de relatórios.
[página → 22](#)
- 3.4 pessoas de contacto para questões relativas ao relatório ou ao seu conteúdo.
[página → 27](#)
- 3.5 processo para a definição do conteúdo do relatório
 - processo para determinar a materialidade;
 - definição de prioridades relativas às questões do relatório;
 - identificação dos *stakeholders* potenciais utilizadores do relatório.[páginas → 17, 30-34, 36, 37, 40, 54-60, 62-65, 76-77 e 124](#)
- 3.6 limite do relatório.
[páginas → 21](#)
- 3.7 limitações específicas relativas ao âmbito ou limite do relatório.
[páginas → 21 e 101](#)
- 3.8 base para a elaboração do relatório no que se refere a *joint-ventures*, subsidiárias, instalações arrendadas, operações subcontratadas e outras situações passíveis de afectar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou organizações relatoras.
[páginas → 21 e 85](#)

- 3.9 técnicas de medição de dados e bases de cálculo.
[páginas → 22, 97, 101, 108, 110, 112, 128 e 129](#)
- 3.10 explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e os motivos.
[página → 22](#)
- 3.11 mudanças significativas, em comparação com anos anteriores no que se refere ao âmbito, limite e métodos de medição.
[página → 22](#)
- 3.12 quadro que identifica o local das informações-padrão no relatório.
[páginas → 24-26](#)
- 3.13 política e actual prática relativa à procura de verificação independente para o relatório.
[páginas → 22 e 23](#)

4 Governância, Compromissos e Envolvimento

- 4.1 estrutura de governação da organização, incluindo comités ao mais alto nível de governância responsáveis por tarefas específicas, tais como a definição da estratégia ou a supervisão da organização.
[páginas → 89-91](#)
- 4.2 indique se o Presidente do Conselho de Administração é, simultaneamente, um director executivo.
[páginas → 89-91](#)
- 4.3 para organizações com uma estrutura de administração unitária, indique o número de membros do Conselho de Administração independentes e/ou os membros não executivos.
[página → 90](#)
- 4.4 mecanismos que permitem aos accionistas e colaboradores sugerirem recomendações ou indicarem orientações ao conselho de administração.
[páginas → 89 e 92](#)
- 4.5 relação entre a remuneração dos membros do órgão de governância hierarquicamente mais elevado, dos directores de topo e dos executivos (incluindo acordos de tomada de decisão) e o desempenho da organização (incluindo o desempenho social e ambiental).
[página → 90](#)
- 4.8 declarações de missão ou de valores, códigos de conduta e princípios desenvolvidos internamente, considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como estágio da sua implementação.
[páginas → 48, 50, 54-61](#)
- 4.12 cartas, princípios ou outras iniciativas, desenvolvidos externamente, de carácter económico, ambiental e social, que a organização subscreve ou defende.
[página → 50](#)
- 4.13 participação significativa em associações (tais como associações industriais) e/ou organizações de defesa nacionais/internacionais, em que a organização: detém posições nos órgãos de governância; participa em projectos e comissões; contribui com financiamentos substanciais, que ultrapassam as obrigações normais dos participantes; encara a participação como estratégica.
[páginas → 84, 94 e 95](#)
- 4.14 lista de grupos de *stakeholders* envolvidos pela organização.
[páginas → 17 e 76-80](#)
- 4.15 base para a identificação e selecção dos *stakeholders* a serem envolvidos.
[páginas → 17 e 77-80](#)
- 4.16 estratégias de envolvimento dos *stakeholders*, incluindo a frequência do envolvimento por tipo e por grupos de *stakeholders*.
[páginas → 72-80](#)
- 4.17 principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento dos *stakeholders* e as medidas adoptadas pela organização no tratamento das mesmas, incluindo os seus relatórios.
[página → 17](#)

Indicadores de Desempenho Económico

Aspecto - Desempenho Económico

EC1 valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de funcionários, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos a investidores e governos. **(essencial)**
[páginas → 96-99, 127, 132-139, 142-155, 157-159 e 166-171](#)

EC4 apoio financeiro significativo recebido do governo. **(essencial)**
[páginas → 98, 99 e 127](#)

Aspecto - Presença no mercado

EC6 políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes. **(complementar)**
[página → 96](#)

Aspecto - Impactos Económicos Indirectos

EC8 desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou *pro bono*. **(essencial)**
[páginas → 96, 132-139, 142-155 e 157-159](#)

Indicadores de Desempenho Ambiental

Aspecto - Emissões, Efluentes e Resíduos

EN16 totalidade das emissões de gases causadores do efeito de estufa, por peso. **(essencial)**
[páginas → 102-104](#)

EN18 iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas. **(complementar)**
[páginas → 59 e 102-104](#)

EN26 iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e o grau de redução do impacte. **(essencial)**
[páginas → 59 e 102-104](#)

Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno

Aspecto - Emprego

LA1 discriminação da mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região. **(essencial)**
[páginas → 108-111](#)

LA2 discriminação do número total de funcionários e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, por género e por região. **(essencial)**
[páginas → 110-112](#)

Aspecto - Diversidade e Igualdade de Oportunidades

LA13 composição dos órgãos de governança e discriminação dos funcionários por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade. **(essencial)**
[páginas → 108-113](#)

Indicadores de Desempenho Social - Direitos Humanos

Aspecto - Práticas de Investimento e de Aquisições

HR1 percentagem e número total de acordos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos. **(essencial)**
[páginas → 54-61 e 112](#)

HR2 percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidas a avaliações relativas a Direitos Humanos. **(essencial)**
[página → 57, 112](#)

Aspecto - Trabalho Infantil

HR6 casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e medidas que contribuam para a sua eliminação. **(essencial)**
[páginas → 48, 50, 54-61 e 112](#)

Aspecto - Trabalho Forçado e Escravo

HR7 casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo e medidas que contribuam para a sua eliminação. **(essencial)**
[páginas → 48, 50, 54-61 e 112](#)

Aspecto - Direitos dos Indígenas

HR9 número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e acções tomadas. **(complementar)**
[página → 59 e 112](#)

Indicadores de Desempenho Social - Sociedade

Aspecto - Comunidade

S01 natureza, âmbito e eficácia de programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída. **(essencial)**
[páginas → 57, 124, 125, 132-139, 142-152, 154, 155 e 158-159](#)

S02 percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análises de risco para prevenir a corrupção. **(essencial)**
[página → 57 e 92](#)

S03 percentagem de funcionários que tenham efectuado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização. **(essencial)**
[página → 92](#)

S04 medidas tomadas em resposta a casos de corrupção. **(essencial)**
[páginas → 92](#)

Aspecto - Políticas Públicas

S05 participação na elaboração de políticas públicas e *lobbys*. **(essencial)**
[páginas → 92 e 164-168](#)

S06 valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas. **(complementar)**
[página → 92](#)

Aspecto - Concorrência Desleal

S07 número total de acções judiciais por concorrência desleal, *antitrust* e práticas de monopólio, bem como os seus resultados. **(complementar)**
[páginas → 57 e 94](#)

Aspecto - Conformidade

S08 número total de multas e sanções não-monetárias relacionadas com o não cumprimento de leis e regulamentos. **(essencial)**
[página → 96](#)

Indicadores de Desempenho Social - Responsabilidade do Produto

Aspecto - Comunicações de Marketing

PR6 programas de adesão a leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio. **(essencial)**
[página → 50](#)

PR7 número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado. **(complementar)**
[página → 50](#)

Aspecto - Conformidade

PR9 número total de multas e sanções não monetárias relacionadas com o cumprimento de leis e regulamentos. **(essencial)**
[página → 94](#)

2.8

agradecimentos, informações complementares e contactos

A elaboração deste primeiro relatório de sustentabilidade foi possível devido ao esforço e empenho dos nossos colaboradores. A todos o nosso sentido obrigado.

Aos nossos parceiros estratégicos para o processo de reforço de profissionalização: SGS, KPMG, Dreamsolutions, Avina e Cies agradecemos a confiança e o incentivo permanente para atingirmos os nossos objectivos.

Gostaríamos ainda de manifestar os nossos agradecimentos às entidades representativas dos *stakeholders* identificados, já contactadas e que desde o primeiro momento se disponibilizaram a partilhar este desafio.

A todos os outros *stakeholders* identificados fazemos o convite para participarem no processo de melhoria do presente relatório, directamente ou através da internet, utilizando como guia a ficha de apreciação disponibilizada nos anexos.

Para consulta adicional de informação, disponibilizamos os seguintes contactos:

João Carvalho
director de desenvolvimento
jcarvalho@oikos.pt

Marisa David
sigo - inovação e melhoria
marisa.david@oikos.pt

Cátia Abreu
serviço de atendimento, reclamações e respostas
catia.abreu@oikos.pt

oikos - cooperação e desenvolvimento
Rua de Santiago, 9
1100-493 Lisboa, Portugal
telefone +351 21 882 3630
fax +351 21 882 3635



Directrizes GRI G3

→ 3.4

relatório de responsabilidade oikos - ano zero

→ anexos, página ∞



→ www.oikos.pt



3

desafios

3

desafios



Directrizes GRI G3

→ 3.5



→ www.worldbank.org

World Development Indicators 2006

3.1 desafios globais

O desenvolvimento e a inovação constantes ao nível das novas tecnologias de informação e comunicação, possibilitando a actividade ininterrupta dos mercados financeiros, a livre circulação de capitais e a redução da capacidade de controlo dos processos de investimento estrangeiro directo, consolidaram o fenómeno da globalização, conduzindo à transnacionalização das organizações e consequente reorganização das cadeias de produção/valor à escala planetária.

Uma globalização sem limites, segundo a regra dos mais fortes, o agravamento das desigualdades sociais e a reprodução e eclosão de velhas e novas formas de pobreza e de exclusão social conduzem a patamares de elevado risco de explosão e de implosão social.

A degradação continuada da Natureza, hipotecando a habitabilidade do nosso Planeta-casa, e o ressurgir de intolerâncias, arrogâncias e agressividades culturais e religiosas potenciam o discurso da insegurança, do medo e da exclusão social e cultural.

Finalmente, a incapacidade dos modelos tradicionais de governação, para fazer face à natureza e à dimensão dos nossos problemas, evidencia a incapacidade de estabelecer equilíbrios entre os distintos actores, tendo como consequência os seguintes desafios:

desafios económicos: acessibilidade ao mercado global e assimetria de conhecimento

A competitividade e agressividade comercial são globais. A necessidade de abertura e consolidação de novos mercados condiciona os actores, tornando-os incapazes de resistir ao mercado global aberto. Contudo, não foi apenas a qualidade total que se tornou uma exigência inquestionável, o conhecimento assume um papel vital nos processos de desenvolvimento, de inclusão ou de exclusão.

A info-exclusão, potenciada tanto à escala local como global, exige solidariedade e justiça económica e social entre comunidades desenvolvidas e comunidades marginalizadas.

Apesar de entre 1990 e 2002 o número de pessoas a viver com 2 \$USD por dia ter descido em 40 milhões, ainda existem 2,6 mil milhões de pessoas obrigadas a sobreviver com um rendimento igual ou inferior a este referencial.

De acordo com o Banco Mundial, se os países em desenvolvimento mantiverem a taxa de crescimento actual, em 2015 existirão ainda 600 milhões de pessoas a viver com menos de 1 \$USD por dia.

desafios ambientais: gestão dos recursos naturais e alterações climáticas

É vital reencontrar o equilíbrio com a vida e com a Natureza. A procura de rentabilidade sem ter em conta os efeitos colaterais no desgaste não renovável dos recursos naturais, a produção exponencial de lixo e a destruição da biodiversidade criaram problemas ambientais de extrema complexidade, à escala global com consequências intra e intergeracionais.

As alterações climáticas estão já a afectar profundamente todo o planeta Terra, mas são as populações mais pobres que sofrem em primeiro lugar as consequências, devido à sua maior vulnerabilidade quer em termos físicos quer em termos das actividades de subsistência.

O **III Relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC)**, de 2001, confirma cientificamente a correlação entre o aumento da concentração de GEE na atmosfera, o agravamento dos impactos das alterações climáticas e o aumento da pobreza. Os povos e os países mais pobres são os que têm maiores riscos de desastres naturais e consequentes problemas de saúde. O relatório prevê uma subida das temperaturas globais nestas zonas, nomeadamente no hemisfério Sul, onde se verificará uma variação entre +0,5°C e +1,7°C até 2050.

A vulnerabilidade às alterações climáticas em países mais pobres implica:

- aumento do *stress* aquático e redução da disponibilidade de água potável;
- maior ameaça à agricultura e à segurança no fornecimento de alimentos;
- modificações nas fronteiras de diferentes tipos de floresta, ameaças à biodiversidade e implicações adversas para as comunidades suas dependentes;
- impactos generalizados nos ecossistemas, no nível da água do mar e na agricultura costeira, nas pescas e na saúde humana;
- grande aumento das necessidades energéticas e consequente impacto em indústrias sensíveis, com diminuição da segurança na produção e distribuição.

desafios sociais e culturais: migrações, diversidade e coesão social

O nascimento espontâneo de uma sociedade multicultural cria dificuldades de integração, originando intolerância e insegurança. Os fenómenos crescentes de migrações, com focos de trabalho empobrecido e de tráfico laboral e humano, questionam os modelos de investimento real nos países/comunidades de origem. O “choque de culturas”, consequente da valorização dos diferentes valores e culturas, implica a necessidade crescente de respeito pela diversidade e multiculturalidade, etnicidade, religião e língua, obrigando ao desenvolvimento de políticas e práticas de inclusão e coesão social.



→ www.unfccc.int

→ www.ipcc.ch





→ www.unglobalcompact.org

→ www.unmilleniumproject.org

relatório de responsabilidade oikos - ano zero

→ capítulo 3.2, página 34

→ www.bpdweb.com



→ adaptação de MORO, Giovanni

(Cittadinanzattiva, 2001). The Lab of European
Citizenship. Democratic deficit, governance
approach and non-standard citizenship.

desafios políticos e éticos: *governance*, cidadania participativa e bem comum

Os Estados/Nações tradicionais foram evoluindo para formas mais flexíveis de “Estados-Rede”, produto da emergência de uma “sociedade relacional” que questiona o processo de “produção e acesso equitativo aos bens públicos globais”.

Assistimos a uma alteração constante das variáveis espaço e tempo nos processos de análise, avaliação e tomada de decisão.

O fenómeno do *just in time, just in place* potencia a emergência de novos conceitos de economia, responsabilidade e sustentabilidade global, regional e territorial.

A necessidade de promoção transversal de um modelo de governação participativa e transparente está intimamente ligada às evidências de falta de coordenação nas políticas e intervenções, má governação e corrupção.

É neste contexto de responsabilidade partilhada que surgem o programa **Global Compact** e os **ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**, cuja análise abordamos no ponto 3.2, página 34.

Segundo a rede global **Business Partners for Development**, composta por mais de 120 organizações, os ODM só poderão ser alcançados através da emergência da cidadania participativa e de parcerias globais para o desenvolvimento entre governos, sector privado e organizações da sociedade civil.

O conceito tradicional de cidadania remete-nos para “a pertença a uma identidade nacional, realizada através de um conjunto de direitos e deveres que regulam a relação entre o estado e os indivíduos ou grupos sociais”, sendo a sua expressão mais elevada a participação eleitoral e o exercício do voto.

O estado e as instituições públicas assumem o papel principal na gestão e resolução dos problemas.

Os actuais desafios económicos, ambientais, sociais e culturais desafiam este conceito tradicional de cidadania. As desigualdades, a injustiça e a pobreza estão presentes em todos os países e em todos os continentes.

Hoje em dia, a dicotomia norte-sul já não faz sentido. Na realidade, no norte também existe um “quarto mundo” composto por uma imensa maioria de comunidades pobres e excluídas.

Com o acentuar constante da participação dos cidadãos e da sociedade civil organizada, assistimos à emergência de uma cidadania activa/participativa, definida como **“o exercício dos poderes e responsabilidades dos cidadãos na arena das políticas públicas e no contexto da governação, através da capacidade de auto-organização para a mobilização de recursos e o exercício de poderes para a protecção dos direitos, com o objectivo de promover e manter, de forma sustentável, a criação do bem comum”**.

tabela 3 – correlação entre cidadania tradicional e cidadania participativa

cidadania tradicional	cidadania activa/participativa
direitos e deveres	poderes e responsabilidades
na relação sociedade civil - estado	nas políticas públicas e na criação de bem comum
no contexto do governo	no contexto da governação
participação eleitoral	participação cívica
esfera “nação”	esfera local, regional, territorial e global

O cidadão exerce agora as suas responsabilidades no âmbito das interacções com os três sectores:

- ▶ sector público – a responsabilidade de eleger o poder legislativo e executivo;
- ▶ terceiro sector – a responsabilidade de assumir a vigilância social, a solidariedade e o empreendedorismo social;
- ▶ sector privado – a responsabilidade de premiar, consumir e investir de forma consciente e responsável (comércio justo, compras ecológicas, finança ética e consumo responsável).

Em todas as esferas de interacção, encontramos o desafio da transparência, da *accountability* e da cooptitividade entre os distintos actores sociais.

A capacidade de acesso dos cidadãos a participarem na criação de bem comum, independentemente da sua condição económica, cultural, étnica, religiosa ou de género, possibilitará o desenvolvimento de políticas e práticas para a erradicação da pobreza extrema, para o empoderamento das comunidades e pessoas mais pobres e para a promoção da inclusão social.



Directrizes GRI G3

→ 3.5



→ www.unmilleniumproject.org

→ www.pobrezazero.org

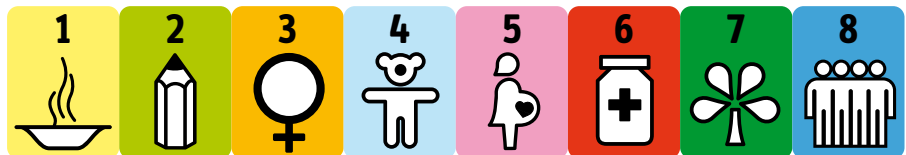
→ www.unmilleniumproject.org

The Millenium Development Goals Report 2007

3.2

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)

Em 2000, 189 chefes de Estado e de Governo assinaram a Declaração do Milénio que levou à formulação de 8 objectivos de desenvolvimento, a alcançar entre 1990 e 2015.



Os ODM - Objectivos de Desenvolvimento do Milénio podem ser resumidos da seguinte forma:

- 1- Reduzir para metade a pobreza extrema e a fome.**
- 2- Alcançar o ensino primário universal.**
- 3- Promover a igualdade entre os sexos.**
- 4- Reduzir em dois terços a mortalidade infantil.**
- 5- Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna.**
- 6- Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças graves.**
- 7- Garantir a sustentabilidade ambiental.**
- 8- Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento.**

A Declaração do Milénio foi elaborada com base nos compromissos assumidos pela comunidade internacional na década de 90, numa série de conferências e cimeiras sobre direitos humanos, direitos das crianças, direitos sexuais e reprodutivos, direito à habitação, ambiente, desenvolvimento social, igualdade e equidade. A Cimeira Social das Nações Unidas, em 1995, reconheceu que é possível alcançar a erradicação da pobreza e adoptou uma estratégia baseada num conceito abrangente de desenvolvimento, integrando pobreza, pleno emprego e inclusão social. A sociedade civil desempenhou um papel activo em torno destas conferências, apelando aos governos que adoptassem compromissos calendarizados.

Em Julho de 2007, atingimos o meio do percurso que nos leva a 2015, porém, os resultados do esforço mundial em torno dos ODM estão ainda longe de ser satisfatórios. No seu discurso nas Nações Unidas, em 31 de Julho de 2007, o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, referiu que estamos a “milhões de quilómetros de alcançar o sucesso”.

Todos devemos honrar os compromissos assumidos!

resultados encorajadores:

- a proporção de pessoas a viver na pobreza extrema baixou de quase um terço para menos de um quinto entre 1990 e 2004. Se a tendência se mantiver, a meta de redução da pobreza irá ser atingida a nível mundial e na maioria das regiões;

- o número de pessoas que vivem na extrema pobreza na África Subsaariana deixou de aumentar significativamente e a taxa de pobreza baixou em seis pontos percentuais desde 2000. Contudo, a este ritmo, a região não conseguirá atingir a meta de redução da pobreza para metade;
- foram conseguidos alguns progressos na inclusão de mais crianças no sistema de ensino nos países em desenvolvimento. A frequência do ensino primário aumentou de 80% em 1991 para 88% em 2005. Este progresso aconteceu, maioritariamente, desde 1999;
- a participação política das mulheres tem vindo a crescer, ainda que lentamente. Mesmo em países em que anteriormente apenas os homens tinham direito a candidatar-se a lugares políticos, há agora mulheres com assento parlamentar;
- a mortalidade infantil baixou globalmente e começa a tornar-se evidente o sucesso de algumas medidas de saúde, tais como a luta contra o sarampo;
- a luta contra a malária tem sido reforçada nos últimos anos;
- a epidemia da tuberculose regista, finalmente, uma pequena tendência de declínio, embora ainda não seja suficiente para atingir a meta fixada para 2015.

contudo, para atingir os ODM na data prevista, permanecem enormes desafios:

- por ano, mais de meio milhão de mulheres ainda morrem devido a doenças e a complicações durante a gravidez e o parto, que seriam facilmente tratáveis e prevenidas. Na África Subsaariana, a probabilidade de uma mulher morrer devido a estas causas é de 1 em 16, comparada com uma relação de 1 para 3.800 nos países desenvolvidos;
- segundo a tendência actual, a meta de diminuir para metade a proporção de crianças com baixo peso não será atingida por 30 milhões de crianças, principalmente devido ao fraco progresso no Sul da Ásia e na África Subsaariana;
- o número de pessoas que morrem de HIV/SIDA, a nível mundial, aumentou para 2,9 milhões em 2006 e as medidas de prevenção têm-se revelado incapazes de lutar contra o crescimento desta epidemia. Em 2005, mais de 15 milhões de crianças tinham perdido um ou ambos os pais devido ao HIV/SIDA;
- metade da população dos países em desenvolvimento não tem acesso a saneamento básico. Se a tendência registada desde 1990 se mantiver, a meta de garantir o saneamento básico a mais de 1,6 mil milhões de pessoas entre 2005-2015 falhará em cerca de 600 milhões de pessoas;
- em parte, estas situações reflectem o facto de os benefícios do crescimento económico nos países em desenvolvimento terem sido distribuídos de forma desigual;
- a maioria das economias falharam na promoção de oportunidades de emprego para os jovens, com estes a registarem uma probabilidade de desemprego três vezes superior à dos adultos;
- as alterações climáticas são agora um facto incontornável. As emissões do dióxido de carbono (CO₂), o principal factor responsável pelas alterações climáticas, aumentaram de 23 mil milhões de toneladas métricas em 1990 para 29 mil milhões de toneladas métricas em 2004. As alterações climáticas terão um sério impacto social e económico, que impedirá o progresso ao nível dos ODM.



→ www.unmilleniumproject.org

The Millenium Development Goals Report 2007



Directrizes GRI G3

→ 3.5

→ www.unhchr.ch

Committee on Economic, Social and Cultural Rights (2001)

→ www.socialwatch.org

Social Watch Report (2006)

3.3

direitos económicos, ambientais, sociais e culturais - DEASC

«...a pobreza pode ser definida como uma condição humana, caracterizada por uma persistente e crónica privação dos recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para disfrutar de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, económicos, políticos, sociais e culturais.»

Ao identificarmos, frequentemente, pobreza como falta de qualidade de vida ou carência de recursos que garantam uma qualidade de vida adequada, estamos também a considerar dimensões como a disponibilidade de tempo livre, segurança pessoal, protecção contra a violência pública ou familiar, protecção face às catástrofes naturais e equidade de género.

Contudo, no actual mundo globalizado, para além destas novas dimensões imateriais, devemos valorizar a capacidade pessoal para evitar a exclusão, ao nível da capacidade de pensamento, de acesso e processamento de informação, de comunicação e conhecimento, que permita a plena integração e participação nas novas modalidades de trabalho, produção e comercialização.

Neste contexto, consideramos que a **abordagem baseada nos direitos humanos**, e particularmente nos **direitos económicos, ambientais, sociais e culturais (DEASC)**, permite iluminar estas novas variáveis, possibilitando assim maior rigor na conceptualização e avaliação da pobreza e das medidas a tomar para a sua erradicação. Os **DEASC** agrupam os elementos essenciais a uma vida livre e digna, incluindo trabalho, saúde, educação, alimentação, água, habitação, segurança social, ambiente saudável e cultura.

Hoje, já não basta garantir a equidade no acesso e controlo dos recursos materiais ou gerar políticas de redistribuição da riqueza, papel associado ao Estado, é necessário e urgente potenciar parcerias entre cidadãos e os sectores público, privado e terceiro sector para a criação do bem comum.

Assim, agir com base nos direitos económicos, ambientais, sociais e culturais é assumir e corresponsabilizar tanto os actores colectivos como os cidadãos para o seu papel activo na produção partilhada, manutenção e sustentabilidade equitativa do bem comum.

Finalmente, a abordagem baseada nos direitos humanos, ao fornecer um enquadramento em normas e valores universalmente reconhecidos, obrigando os estados e os restantes actores sociais a responder perante eventuais omissões e violações, potencia uma cultura de transparência e *accountability* e mobiliza os esforços colectivos para que os grupos mais vulneráveis possam exercer os seus direitos segundo princípios de justiça económica, de liberdade política, religiosa e cultural, de igualdade e de equidade.

3.4

financiamento do desenvolvimento

No final dos anos 80 e durante os anos 90, assistimos a um considerável aumento nos fluxos de **Investimento Directo Estrangeiro (IDE)**, reflexo da progressiva integração e liberalização da política económica.

Os fluxos anuais para os países em desenvolvimento cresceram 250% durante a década de 1980 e mais de cinco vezes (520%) durante a década seguinte, atingindo um valor de 22,9 mil milhões de dólares americanos (USD) em 1999.

Os fluxos líquidos da dívida privada e de capital accionário (*equity inflows*) para os países em desenvolvimento atingiram um recorde de \$647 mil milhões de USD em 2006, mais 17% do que em 2005, seguindo uma tendência de três anos com um crescimento de quase 50%.

Em contraste, assistimos, desde 1990, a uma redução dos fluxos financeiros públicos, orientados para os países em desenvolvimento.

Na Assembleia-Geral das Nações Unidas de 1970 os países doadores, actualmente reunidos no CAD – Comité da Ajuda ao Desenvolvimento, da OCDE comprometeram-se a reservar 0,7% do RNB para a **Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)**, a fim de sustentar a concretização dos ODM. Actualmente, apenas a Dinamarca, o Luxemburgo, a Noruega e a Suécia atingiram esta meta.

O plano de acção para África, anunciado na cimeira de 2002 dos líderes do G-8 em Kananaskis, sugeriu a necessidade de canalizar pelo menos 50% da APD adicional para o continente africano.

Na Cimeira das Nações Unidas em 2005, reafirmou-se o Consenso de Monterrei, reconhecendo a importância de melhorar os esforços em matéria de ajuda, particularmente para África, o único continente em clara divergência face ao horizonte dos ODM para 2015.

Em 2005, na Cimeira do G-8 em Gleneagles, lançou-se o “compromisso renovado para África” com a promessa de aumentar o montante da APD atribuída à África Subsaariana em \$25 mil milhões de USD por ano até 2010, valor superior ao dobro dos níveis até 2004.

Contudo, os progressos efectivos são escassos. A APD dos 22 países membros do **Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)**, da OCDE, desceram em \$3 mil milhões de USD em 2006.



Directrizes GRI G3

→ 3.5

→ United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) (2004).
Foreign direct investment data base UNCTAD

→ World Bank, (2007) Global Development Finance. The Globalization of Corporate Finance in Developing Countries.



→ Concord (Abril 2007). Hold the Applause!
EU governments risk breaking aid promises.

→ www.concordeurope.org

APD dos membros da UE

Em 2002, os governos europeus comprometeram-se a, colectivamente, atribuir 0,39% do seu RNB combinado em 2006 e 0,56% em 2010, como passos intermédios para atingir a meta de 0,7% do RNB para 2015.

Segundo as estatísticas do CAD – OCDE de 2006, a APD dos membros da UE foi cerca de €47,5 mil milhões, correspondendo em termos nominais a um aumento de €2,2 mil milhões em relação a 2005.

Contudo, como demonstrou a CONCORD, estes dados devem ser reflectidos. Muitos governos europeus estão a inflacionar os números da APD, incluindo os valores de cancelamento de dívida, particularmente ao Iraque e à Nigéria, e as verbas gastas dentro da Europa com refugiados e com a educação de estudantes estrangeiros. Assim, em 2006, estes valores que não deveriam ser contabilizados como ajuda, somaram 13,5 mil milhões de Euro, cerca de um terço do valor total da APD.

Neste sentido, a Itália, a Grécia, Portugal e a Espanha falharam os seus objectivos mínimos estabelecidos para 2006.

O segundo ponto de reflexão é o procedimento utilizado pelos países da União Europeia, exceptuando a Irlanda e o Reino Unido, de associar a APD a contrapartidas de compra dos seus próprios produtos e serviços, diminuindo assim o valor real da ajuda em cerca de 30%. Aproximadamente 20% da ajuda consiste em assistência técnica, muita da qual é ineficaz na capacitação dos países pobres.

O terceiro ponto de reflexão é a inconstância dos fluxos de ajuda, que prejudica seriamente a capacidade dos países em desenvolvimento em planear os seus orçamentos e estratégias de desenvolvimento.

APD Portuguesa

Em relação a Portugal, o Grupo “Aid Watch” da Plataforma Portuguesa das ONGD manifestou também as seguintes preocupações:

- ▶ Portugal não atingiu a meta da APD de 0,33% do RNB prevista para o ano de 2006, ficando-se por um modesto 0,21%;
- ▶ a ajuda canalizada para os serviços sociais básicos fica-se por um modesto 3,6% da ajuda bilateral (2005), contra os 20% recomendados;
- ▶ mais de 50% da ajuda bilateral é aplicada em assistência técnica, servindo para pagar peritos e consultores portugueses;
- ▶ Portugal contabiliza como APD os subsídios atribuídos às universidades portuguesas, a título de apoio pelo acolhimento de estudantes dos países em desenvolvimento. Por muito mérito que esse apoio possa significar, não se trata de transferências líquidas para as populações pobres dos países em desenvolvimento.

As ONGD portuguesas colocam os seguintes desafios ao governo português:

- ▶ demonstrar que a ajuda portuguesa é efectivamente dirigida para a erradicação da pobreza extrema;
- ▶ estabelecer, durante o actual mandato governamental, um calendário preciso para atingir até 2015 a meta dos 0,7% do RNB dedicado à APD;
- ▶ conferir uma ajuda mais previsível, através de um processo orçamental coerente e plurianual;
- ▶ melhorar a relação com as ONGD, enquanto parceiros reais de promoção do desenvolvimento, e aumentar a APD canalizada através destas organizações, a fim de atingir a média europeia, situada em cerca de 9%.



→ Grupo integrado pelas organizações
ACEP, CIC, IED, IMVF, ADRA, OIKOS, SOLSEF.
Dados incluídos no relatório da Concord em
2007

→ www.plataformaongd.pt

→ www.concordeurope.org



Directrizes GRI G3

→ 3.5

→ SustainAbility, La ONG del Siglo XXI en el Mercado.

→ Observatorio del Tercer Sector (2005).
Cuales serán los temas claves del Tercer Sector en los próximos tres años. 06
Colección Papers de Investigación OTS.

3.5

desafios às ONGD/INGO

O processo de mutação acelerada, que caracteriza o nosso mundo actual, implica um repensar contínuo das opções escolhidas perante os desafios constantes.

Nas últimas décadas do século XX, as pressões exercidas pela opinião pública e pela sociedade civil organizada, nomeadamente através da acção de ONG de intervenção transnacional, levaram o sector privado a reestruturar os conceitos de gestão de risco inerentes à “licença para operar”, concedida pelas suas comunidades referenciais.

Verifica-se assim, a emergência de conceitos como responsabilidade social corporativa, governação participativa e transparente e *accountability*.

Neste contexto, e devido à sua crescente exposição e complexidade de actuação na esfera global, o universo das ONG, em particular das INGO (sigla inglesa para a ONG de cooperação ao desenvolvimento), também está a mudar, implicando um rápido reposicionamento estratégico.

Assistimos, assim, à emergência de um novo tipo de ONGD/INGO, adaptadas às exigências do século XXI, cuja caracterização apresentamos na tabela 4, tendo por base os pilares do modelo de sustentabilidade oikos e o estudo desenvolvido pela SustainAbility.

Contudo, para além do surgimento de novas tendências organizacionais, há um desafio maior, a que podemos chamar o “desafio do impacto”.

Conseguir mais impacto implica ser eficaz e cada vez mais eficiente, explicando bem o que se faz. Implica liderança partilhada entre pessoas e intra e inter-organizações. Implica premiar o sucesso e aprender com os insucessos, denunciar quando necessário mas, ao mesmo tempo, construir pontes entre os diferentes sectores da sociedade.

Criar impacto significa:

- ▶ trabalhar para obter resultados: ser capaz de oferecer resultados concretos de melhoria que cheguem a todos os sectores da nossa sociedade, de forma mensurável, eficiente e sustentável;
- ▶ manter a capacidade de influência, para poder aprofundar um conceito-chave: a governação. Ser agente de transformação, capaz de formular opiniões e exercer liderança;
- ▶ estabelecer alianças com os diferentes actores sociais: no interior do terceiro sector, com a administração pública e com o sector privado.

↓ tabela 4 – desafios às ONGD/INGO

pilar da sustentabilidade	assunto	séc. XX	séc. XXI	consequência
governance	legitimidade	detenção de valores éticos	governança participativa	desenvolvimento e aplicação de modelos de governação transparente: códigos de conduta ética, cadeia de valor e envolvimento e satisfação de stakeholders.
	prestação de contas	<i>ad hoc</i>	estratégica	a maioria das ONG do séc. XX seguiam as regras das organizações de beneficência; as ONG do séc. XXI adoptarão as melhores práticas de requisitos de transparência, prestação de contas, accountability e governo organizativo.
	financiamento	culpa	investimento e gestão de risco	grande parte do financiamento das ONG do séc. XX teve como origem os sentimentos públicos de ira ou culpa; as ONG do séc. XXI procurarão persuadir e demonstrar aos doadores e mecenaz que estão a fazer um bom investimento.
cadeia de valor responsável	estatuto	«outsiders»	«insiders»	as ONG do séc. XX passaram a segunda metade do século como outsiders, desafiando o sistema; as ONG do séc. XXI integrar-se-ão nele progressivamente e participam na sua transformação por dentro.
	foco	problemas	soluções	as ONG do séc. XX centraram-se nos problemas, considerados como sintomas do fracasso do mercado; as ONG do séc. XXI ocupar-se-ão das soluções que se conseguem através de uma maior interacção com o mercado.
	visão do mundo	1 – dimensão	3 – dimensões	as ONG do séc. XX comunicavam mediante campanhas com um slogan de tema único; o programa do séc. XXI será multidimensional, tal como o são as ONG de maior êxito.
responsabilidade ambiental	estrutura	instituições	redes	muitas ONG do séc. XX começaram como pequenas instituições e mais tarde cresceram organicamente; o crescimento continuará, mas as ONG do séc. XXI investirão fortemente na criação de redes.
responsabilidade social	factor humano	voluntariado, militância e activismo	profissionalização e retenção de talentos	as ONG do séc. XXI, fruto da necessidade de profissionalização, enfrentam uma tensão entre a dinâmica da militância, frequentemente amadora, em que os recursos humanos estavam disponíveis 24 horas, 7 dias por semana e a necessidade de encontrar novas formas de motivação de profissionais mais competentes, mas recrutados no mercado de trabalho das “9 às 5”.



4

reposicionamento estratégico,
profissionalização e
gestão da mudança

4

reposicionamento estratégico, profissionalização e gestão da mudança

“

a complexidade das soluções que as estratégias de erradicação da pobreza e de promoção do desenvolvimento humano sustentável requerem, implica elevados padrões de exigência, de qualidade, de inovação e de transparência, só possíveis através de um processo de cidadania activa/participativa com o envolvimento e a corresponsabilização dos actores sociais para a criação do bem comum.

enquanto ONGD, com a responsabilidade de potenciar a transformação social, assumimos o compromisso de, através de um modelo de governação transparente e participativa, desenvolver a nossa actividade orientada para resultados, impactos sustentáveis, aprendizagem e reaplicabilidade.

neste contexto, a nossa capacidade de resposta perante as expectativas e exigências dos diferentes actores sociais e *stakeholders* identificados encontra-se directamente ligada à criação de confiança, de transparência e *accountability*, vitais para reunir e potenciar as alianças e os recursos necessários para a eficiência e para o crescimento organizacional.

assim, a sustentabilidade do nosso sucesso encontrará eco na concretização do processo de profissionalização que, em parceria alargada, iniciamos com o presente relatório.

como objectivos estratégicos, definimos a gestão partilhada do conhecimento, da informação e da comunicação, atrair e reter os melhores talentos, desenvolver um sistema integrado de gestão, que suporte as exigências de qualidade, de inovação, de melhoria contínua, de reporte e de *accountability* e, finalmente, o crescimento em rede com o terceiro sector e com os sectores público e privado.

promover soluções sustentáveis para a erradicação da pobreza implica acreditar no que nos move, questionar para estabelecer pontes, envolver respeitando a diversidade e recriar o caminho juntos. ”

João Carvalho
director de desenvolvimento

Com o objectivo de simplificar a compreensão do processo de reposicionamento estratégico, de profissionalização e de gestão da mudança pelos *stakeholders* identificados, já implicados ou a envolver, e de disponibilizar informação clara de aprendizagens e *benchmarking* para o terceiro sector, a apresentação está estruturada pelo encadeamento dos momentos de decisão e dos “produtos/informação” produzidos.

que caminho escolher?

A primeira decisão do processo de reposicionamento estratégico, de profissionalização e de gestão da mudança, explanada no plano estratégico oikos 2007/2010, teve por base a necessidade de definir os princípios metodológicos de abordagem, enunciados da seguinte forma:

- 1 estruturar o processo de diagnóstico, planificação, actuação, avaliação e melhoria segundo os quatro pilares da sustentabilidade oikos: *governance*, cadeia de valor responsável, responsabilidade ambiental e responsabilidade social;
- 2 elaborar um diagnóstico “realista e frio” sobre a conjuntura interna e externa;
- 3 planificar, de forma “pragmática”, o processo de profissionalização e gestão da mudança;
- 4 redefinir a estrutura organizacional;
- 5 identificar os procedimentos a sistematizar;
- 6 estruturar o envolvimento gradual dos *stakeholders* vitais para o processo de profissionalização e gestão da mudança;
- 7 desenhar o plano estratégico 2007/2010;
- 8 propor o plano estratégico 2007/2010 para aprovação pelo conselho directivo e assembleia-geral;
- 9 identificar e negociar as parcerias estratégicas para o processo de profissionalização e gestão da mudança;
- 10 iniciar o processo de envolvimento dos *stakeholders* identificados;
- 11 produzir e partilhar o relatório de responsabilidade oikos – ano zero, como marco orientador para o processo de profissionalização e gestão da mudança.

As actividades a desenvolver e os momentos-chave de avaliação estão planificados na tabela 5 na página seguinte.

tabela 5 - cronograma de actividades oikos 2006-2010 ↓

datas	fases	reposicionamento estratégico	processo de profissionalização e gestão de mudança	
		estratégia	estrutura	envolvimento stakeholders
Novembro 2006	fase 0	plano estratégico oikos 2007-2010 desafios swor oikos princípios abordagem segundo os DEASC continuum de intervenção PDA oikos temáticas centrais de impacto política oikos competências críticas de sucesso objectivos estratégicos oikos balanced scorecard oikos	modelo de estrutura organizacional	desenho do processo de identificação e envolvimento de stakeholders
			identificação de procedimentos a sistematizar	
Abril 2007	fase 1	aprovação	parcerias estratégicas para a profissionalização da estrutura certificação SGS sistema de informação Dreamsolutions conhecimento aprendizagem Fundação AVINA Cies - Univ. Barcelona auditorias internas KPMG	1ª etapa pensamento estratégico · temas centrais de impacto/profissionalização · stakeholders estratégicos e representativos para se iniciar o processo
Outubro 2007	relatório de responsabilidade oikos - ano zero			
	fase 2		parcerias estratégicas para a profissionalização da estrutura	2ª etapa análise e planificação · diagnóstico · início do processo com os stakeholders estratégicos e representativos
			auditorias internas KPMG	3ª etapa fortalecimento das capacidades de envolvimento · consolidação do processo ao nível dos stakeholders internos · desenvolvimento de competências relacionais
			fundraising	4ª etapa relacionamento · implementação do processo
Março 2008			implementação do sistema integrado de gestão oikos - sigo	5ª etapa actuar, rever e informar · estabelecimento de compromissos
Junho 2008	relatório de responsabilidade oikos - ano 1			
Novembro 2008	certificação do sistema de Gestão da Qualidade - norma de referência: NP EN ISO 9001:2000 certificação do sistema de Gestão de Responsabilidade Social - norma de referência SA 8000			
Junho 2009	relatório de responsabilidade oikos - ano 2			
	fase 3	plano estratégico oikos 2010→2015	diagnósticos	
			elaboração	
			aprovação	
Junho 2010	relatórios sectoriais de responsabilidade oikos - ano 3			

4.1

reposicionamento estratégico

Após o diagnóstico dos desafios, riscos e oportunidades descritos no ponto 3, procedemos à elaboração de uma análise SWOT, identificando, ao nível da dimensão interna, os pontos fortes (*strengths*) e os pontos fracos (*weaknesses*) e, ao nível da dimensão externa, as oportunidades (*opportunities*) e as ameaças (*threats*).

análise SWOT oikos					
	<table border="1"> <tr> <th>pontos fortes <i>strengths</i> </th> <th>pontos fracos <i>weaknesses</i> </th> </tr> <tr> <td> <p>dimensão interna</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ credibilidade institucional, idoneidade e transparência; ▶ presença, actividade e experiência efectiva no terreno; ▶ resultados junto dos beneficiários; ▶ capacidade de pressão e influência junto dos decisores políticos. </td> <td> <ul style="list-style-type: none"> ▶ falta de uma “identidade/foco estratégico” de diferenciação; ▶ falta de integração ao nível das intervenções e das áreas funcionais; ▶ ausência de um sistema de gestão integrada e de procedimentos transversais de gestão do conhecimento, da comunicação e de <i>fundrasing</i>. </td> </tr> </table>	pontos fortes <i>strengths</i> 	pontos fracos <i>weaknesses</i> 	<p>dimensão interna</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ credibilidade institucional, idoneidade e transparência; ▶ presença, actividade e experiência efectiva no terreno; ▶ resultados junto dos beneficiários; ▶ capacidade de pressão e influência junto dos decisores políticos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ falta de uma “identidade/foco estratégico” de diferenciação; ▶ falta de integração ao nível das intervenções e das áreas funcionais; ▶ ausência de um sistema de gestão integrada e de procedimentos transversais de gestão do conhecimento, da comunicação e de <i>fundrasing</i>.
pontos fortes <i>strengths</i> 	pontos fracos <i>weaknesses</i> 				
<p>dimensão interna</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ credibilidade institucional, idoneidade e transparência; ▶ presença, actividade e experiência efectiva no terreno; ▶ resultados junto dos beneficiários; ▶ capacidade de pressão e influência junto dos decisores políticos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ falta de uma “identidade/foco estratégico” de diferenciação; ▶ falta de integração ao nível das intervenções e das áreas funcionais; ▶ ausência de um sistema de gestão integrada e de procedimentos transversais de gestão do conhecimento, da comunicação e de <i>fundrasing</i>. 				
	<table border="1"> <tr> <th>oportunidades <i>opportunities</i> </th> <th>ameaças <i>threats</i> </th> </tr> <tr> <td> <p>dimensão externa</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ afirmação do sector privado como potencial parceiro estratégico; ▶ apetência por parte de parceiros internacionais para a colaboração com ONGD; ▶ emergência dos conceitos e práticas de responsabilidade social e ambiental, risco das alterações climáticas e desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis; ▶ nova leitura sobre a cooperação na globalização: diluição da relação Norte/Sul e afirmação de dinâmicas de desenvolvimento territorial/regional. </td> <td> <ul style="list-style-type: none"> ▶ pressão de inclusão no “Mercado Global”, competitividade, identidade e retenção de talentos; ▶ pressão de resultados, impacto e soluções; ▶ <i>governance</i>, códigos de conduta ética, transparência, prestação de contas e <i>accountability</i>; </td> </tr> </table>	oportunidades <i>opportunities</i> 	ameaças <i>threats</i> 	<p>dimensão externa</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ afirmação do sector privado como potencial parceiro estratégico; ▶ apetência por parte de parceiros internacionais para a colaboração com ONGD; ▶ emergência dos conceitos e práticas de responsabilidade social e ambiental, risco das alterações climáticas e desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis; ▶ nova leitura sobre a cooperação na globalização: diluição da relação Norte/Sul e afirmação de dinâmicas de desenvolvimento territorial/regional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ pressão de inclusão no “Mercado Global”, competitividade, identidade e retenção de talentos; ▶ pressão de resultados, impacto e soluções; ▶ <i>governance</i>, códigos de conduta ética, transparência, prestação de contas e <i>accountability</i>;
oportunidades <i>opportunities</i> 	ameaças <i>threats</i> 				
<p>dimensão externa</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ afirmação do sector privado como potencial parceiro estratégico; ▶ apetência por parte de parceiros internacionais para a colaboração com ONGD; ▶ emergência dos conceitos e práticas de responsabilidade social e ambiental, risco das alterações climáticas e desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis; ▶ nova leitura sobre a cooperação na globalização: diluição da relação Norte/Sul e afirmação de dinâmicas de desenvolvimento territorial/regional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ pressão de inclusão no “Mercado Global”, competitividade, identidade e retenção de talentos; ▶ pressão de resultados, impacto e soluções; ▶ <i>governance</i>, códigos de conduta ética, transparência, prestação de contas e <i>accountability</i>; 				



relatório de responsabilidade oikos - ano zero

→ capítulo 3, página 30

← gráfico 1



Directrizes GRI G3

→ 4.8

→ HR6 e HR7

→ www.oikos.pt

4.1.1 princípios oikos

esta é a nossa visão

um mundo sem pobreza e injustiça onde o desenvolvimento humano seja equitativo e sustentável à escala local e global.

assumimos como missão

erradicar a pobreza e reduzir as assimetrias económicas e de conhecimento, através do envolvimento e corresponsabilização dos actores sociais e do desenvolvimento de soluções sustentáveis, para que todas as pessoas exerçam o direito a uma vida digna.

temos por ambição

sermos reconhecidos como uma organização internacional líder no desenvolvimento de soluções sustentáveis para a erradicação da pobreza.

os valores que partilhamos

equidade

o desenvolvimento sustentável implica um equilíbrio nas oportunidades e condições que possibilitam uma vida digna a todas as pessoas, numa mesma geração (equidade intra-geracional) e entre gerações (equidade inter-geracional), independentemente da sua nacionalidade, etnia, credo, género, filiação política, condição física, social, económica ou cultural; promovemos a equidade social, económica, cultural e de género como condições vitais para a afirmação dos direitos humanos das gerações presentes e futuras.

liberdade e liderança

a promoção responsável do desenvolvimento pressupõe que os povos sejam protagonistas, autónomos e livres, com capacidade para influenciarem os poderes instituídos;

somos um espaço aberto aos valores, aspirações e iniciativas dos povos, independentemente de quaisquer instituições políticas, financeiras ou religiosas, sendo prioritário para o seu sucesso a formação e o empreendedorismo das organizações e dos líderes das comunidades locais.

solidariedade

a cooperação para o desenvolvimento humano sustentável não é uma obrigação exclusiva dos estados, mas um direito e um dever da sociedade civil; mobilizamos os cidadãos solidários para a construção de um mundo melhor.

responsabilidade

o exercício da cidadania global passa pelo reconhecimento de que os povos estão cada vez mais interdependentes. À escala global os governos, as empresas, a sociedade civil organizada e os cidadãos devem assumir a responsabilidade e os custos do impacto que os seus padrões de produção e consumo têm no planeta; possibilitamos aos cidadãos assumirem o seu compromisso ético de promoção do desenvolvimento humano e sustentável à escala local e global.

conhecimento e inovação

a complexidade no desenho de estratégias para a erradicação da pobreza implica o desenvolvimento de uma “cultura de inovação, de capacitação e de criação de conhecimento”, através de um sistema integrado de parcerias com os actores públicos e privados, envolvendo redes de conhecimento e universidades; somos “facilitadores de soluções”, potenciadores da integração de vontades, recursos, valências, metodologias e ferramentas que permitam a obtenção de impactos sustentáveis, aprendizagem e reaplicabilidade.

transparência e *accountability*

a promoção do desenvolvimento humano sustentável requer elevados padrões de exigência, qualidade e transparência; desenvolvemos a sua acção de forma rigorosa e transparente, assumindo uma postura de verdade e isenção em todas as comunicações internas e externas, promovendo uma “cultura de reporte e *accountability*”, através da prestação de contas aos nossos beneficiários directos, parceiros de cooperação, financiadores e sociedade civil; cada avaliação é entendida como um processo de aprendizagem e melhoria constante.



Directrizes GRI G3

→ 4.8

→ HR6 e HR7

→ www.oikos.pt



Directrizes GRI G3

→ 4.12

→ www.un.org

→ www.unicef.org

→ www.ilo.org

→ www.un.org

→ www.earthcharterinaction.org

→ www.unglobalcompact.org

→ www.unmilleniumproject.org

→ www.ifrc.org/

→ www.concordeurope.org

→ www.deeep.org

Directrizes GRI G3

→ PR6

→ www.plataformaongd.pt

Directrizes GRI G3

→ PR7

código de conduta ética oikos

O relacionamento entre a oikos e os seus *stakeholders* identificados encontra-se enquadrado pelo código de conduta ética oikos, aprovado pelos seus órgãos sociais e em vigor desde Janeiro de 2005.

Decorrente do actual processo de reposicionamento estratégico, surge um novo mapeamento dos *stakeholders* identificados. Como consequência, o quadro de obrigações e responsabilidades mútuas deverá ser reajustado, implicando assim a revisão do código de conduta ética e sua aprovação pelos órgãos sociais até Dezembro de 2007.

Subscrevemos as seguintes cartas, princípios e iniciativas:

- ▶ Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- ▶ Convenção sobre os Direitos da Criança;
- ▶ Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho;
- ▶ Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento;
- ▶ Carta da Terra;
- ▶ Princípios do Global Compact;
- ▶ Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- ▶ Princípios de Conduta para a Cruz Vermelha Internacional, Crescente Vermelho Internacional e ONG em programas de resposta a Desastres e Catástrofes;
- ▶ The NGDO Charter;
- ▶ Código de Utilização de Imagens e Mensagens relativas ao Terceiro Mundo;
- ▶ Código de Conduta do voluntariado para a Cooperação da Plataforma das ONGD portuguesas;
- ▶ Código de Conduta para Intervenção em Situações de Ajuda Humanitária de Emergência da Plataforma das ONGD portuguesas.

Gostaríamos de referir que, durante a actividade da oikos, em caso algum se registou qualquer tipo de incidente resultante de não-conformidades com a aplicação do Código de Utilização de Imagens e Mensagens relativas ao Terceiro Mundo, não se verificando, por isso, qualquer tipo de advertência, processo ou multa referentes a comunicações de marketing, publicidade e patrocínios.

4.1.2

abordagem segundo os direitos económicos, ambientais, sociais e culturais

A lógica de intervenção da oikos está estruturada para a da promoção dos DEASC, agrupados em torno de 5 grandes eixos estratégicos, tal como representados na tabela seguinte.

Pretendemos, assim, correlacionar a acção com o desempenho da nossa missão e corresponsabilizar todos os actores sociais envolvidos para assumirem o seu papel activo na produção partilhada, manutenção e sustentabilidade equitativa do bem comum.

↓ tabela 6 – correlação entre os Direitos Humanos e a actividade da oikos

eixo estratégico	intervenção da oikos	Direitos Humanos
Direito à Vida e à Segurança	promover a vida digna em segurança, actuando ao nível da redução dos efeitos provocados por eventuais calamidades naturais ou provocados pela acção do Homem.	<ul style="list-style-type: none"> • Direito a habitação adequada; • Direito a um ambiente adequado e saudável; • Direito à alimentação; • Direito à saúde; • Direito à educação; • Direito à água.
Direito aos Serviços Essenciais	potenciar o acesso aos serviços essenciais, nomeadamente educação, saúde, água potável e saneamento básico.	<ul style="list-style-type: none"> • Direito à saúde; • Direito à educação; • Direito à água; • Direito a um ambiente adequado e saudável.
Direito a Meios de Vida Sustentáveis	induzir a reabilitação e o fomento dos meios de subsistência económica e alimentar, permitindo alcançar níveis sustentáveis de segurança alimentar e de rendimento, qualificação da oferta, acessibilidade aos mercados, a crédito e a investimentos e o desenvolvimento de capacidades de prevenção/resposta a catástrofes naturais.	<ul style="list-style-type: none"> • Direito ao trabalho e direitos laborais; • Direito à alimentação; • Direito à segurança social; • Direito a um ambiente adequado e saudável.
Direito à Identidade Própria	promover o direito à diferença, a iguais oportunidades de emprego e de participação, independentemente da nacionalidade, etnia, credo, género, filiação política, condição física, social, económica ou cultural.	<ul style="list-style-type: none"> • Direito à cultura; • Todos os direitos para todas as pessoas, com particular atenção aos grupos mais vulneráveis: crianças, idosos, mulheres, povos indígenas, migrantes, refugiados e deslocados internos.
Direito à Participação: Cidadania Política e Social	reforço da capacidade da sociedade civil organizada na defesa dos seus direitos, no acesso à educação, saúde e participação democrática, promovendo assim o empoderamento de organizações e de líderes das comunidades locais e regionais para, de forma pró-activa, participarem no seu próprio desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos cívicos e políticos; • Todos os direitos para todas as pessoas.

4.1.3

continuum de intervenção oikos

As actividades que desenvolvemos estruturam-se segundo um *continuum* de intervenção oikos, cujos objectivos são maximizar os recursos afectos e potenciar o impacto.

Este *continuum* rege-se segundo os seguintes princípios:

equidade

- ▶ todas as actividades devem promover a equidade social, económica, cultural e de género como condições vitais para a afirmação dos direitos humanos das gerações presentes e futuras;

vulnerabilidade/liderança

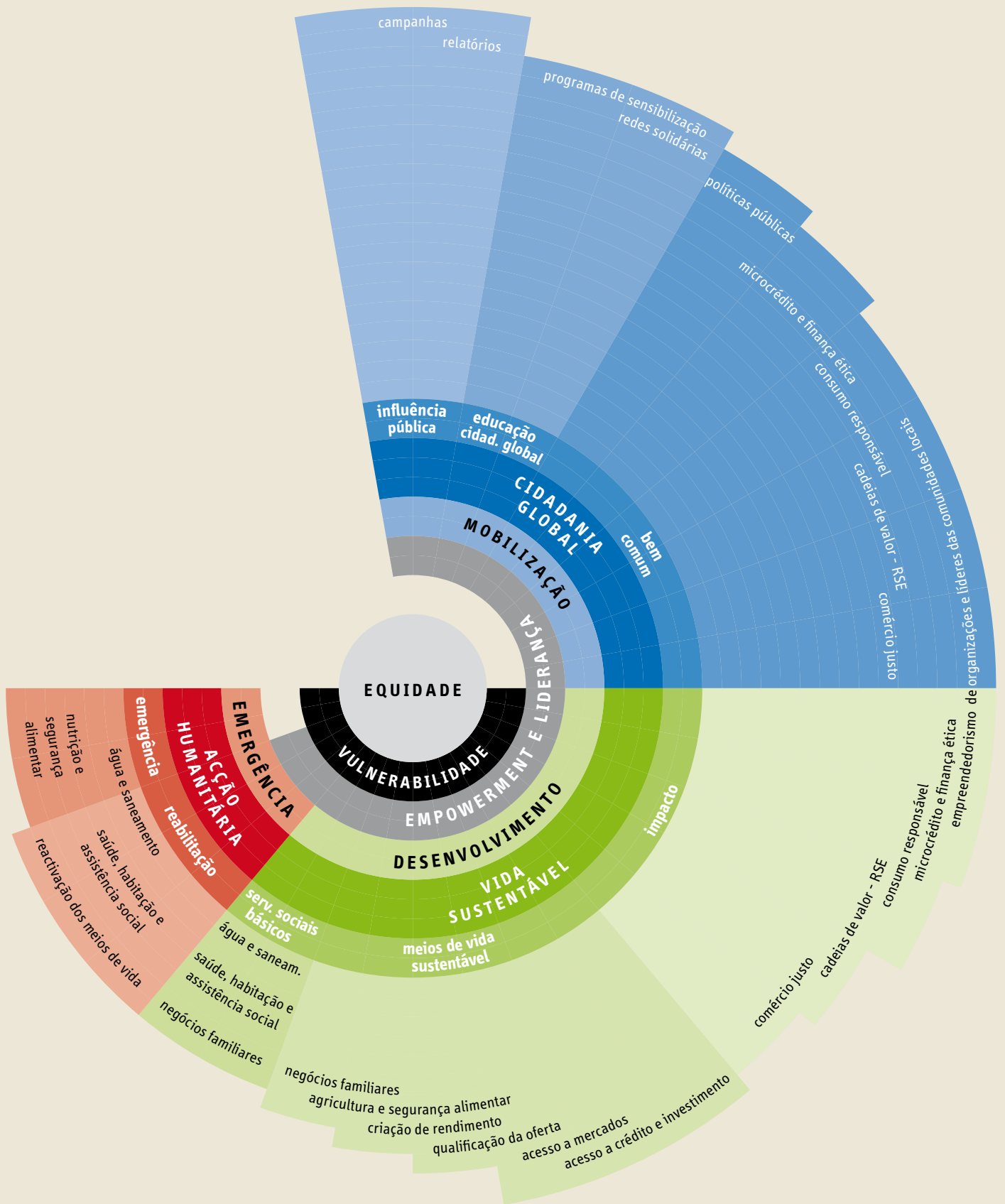
- ▶ todas as actividades da oikos devem promover um processo de transformação social que possibilite a redução da vulnerabilidade e o *empowerment* dos indivíduos e das organizações locais, permitindo-lhes exercer a liderança no seu próprio processo de desenvolvimento;

impacto

- ▶ todas as actividades devem ser avaliadas em termos de agregação de valor, escala e replicabilidade;

cadeia sustentável de actuação

- ▶ os resultados devem ser alvo de um processo de melhoria constante.



↑
 gráfico 2
 modelo de estruturação do
continuum de intervenção oikos



Directrizes GRI G3

→ 3.5, 4.8

→ HR1, HR6 e HR7

→ www.oikos.pt

→ www.ingoaccountabilitycharter.org

→ www.accioncontraelhambre.org

→ www.actionaid.org

→ www.icrc.org

→ www.peopleinaid.org

→ www.careinternational.org

→ www.oxfam.org

→ www.unicef.org

→ www.mdm-international.org

→ www.oikos.pt

4.1.4

princípios de desenvolvimento da actividade – PDA oikos

Uma das indicações centrais do plano estratégico oikos 2007/2010 é a necessidade de disponibilizar a todos os intervenientes na cadeia de actuação da oikos um documento integrador dos princípios que devem pré-existir e pelos quais devemos reger o desenvolvimento da nossa actividade.

Como referimos nos nossos valores, a promoção do desenvolvimento humano sustentável requer elevados padrões de exigência, qualidade e transparência. Nesse sentido, subscrevemos os propósitos do *International Non Governmental Organisations' Accountability Charter* para as vantagens de elaborar e divulgar uma carta de princípios de enquadramento operacional:

- ▶ identificar, definir e partilhar princípios, políticas e práticas;
- ▶ realçar a transparência e *accountability* da organização e dos parceiros;
- ▶ encorajar o envolvimento dos *stakeholders*;
- ▶ potenciar a *performance* e a eficiência enquanto organizações.

A sistematização dos princípios teve em consideração os novos desafios e riscos, os nossos valores, código de conduta ética e código de acção humanitária e uma análise das cartas de princípios da *Acción contra el Hambre*, *Action Aid*, Cruz Vermelha, *People in Aid*, *CARE International*, *Oxfam*, *UNICEF* e *Médicos do Mundo*.

Os princípios de desenvolvimento de actividade – PDA oikos encontram-se em implementação desde a última assembleia geral de associados, realizada em 20 de Dezembro de 2006.

PDA oikos

Tendo por base os nossos valores e o nosso código de conduta ética, assumimos o compromisso de desenvolver a nossa actividade para a promoção da equidade e para a erradicação da pobreza e redução das assimetrias económicas e de conhecimento, no respeito pelos valores fundamentais nas áreas dos direitos humanos, direitos laborais, respeito ambiental e combate à corrupção.

Os princípios de desenvolvimento da actividade – PDA oikos estão estruturados de acordo com os quatro pilares da sustentabilidade: *governance*, cadeia de valor responsável, responsabilidade ambiental e responsabilidade social.

O PDA oikos encontra-se disponível na internet e é divulgado aos *stakeholders* envolvidos no desenvolvimento das actividades, sendo exigido o seu cumprimento e igual postura a todos aqueles que tenham relações com a oikos.

princípios de desenvolvimento da actividade - PDA oikos



governance
governance



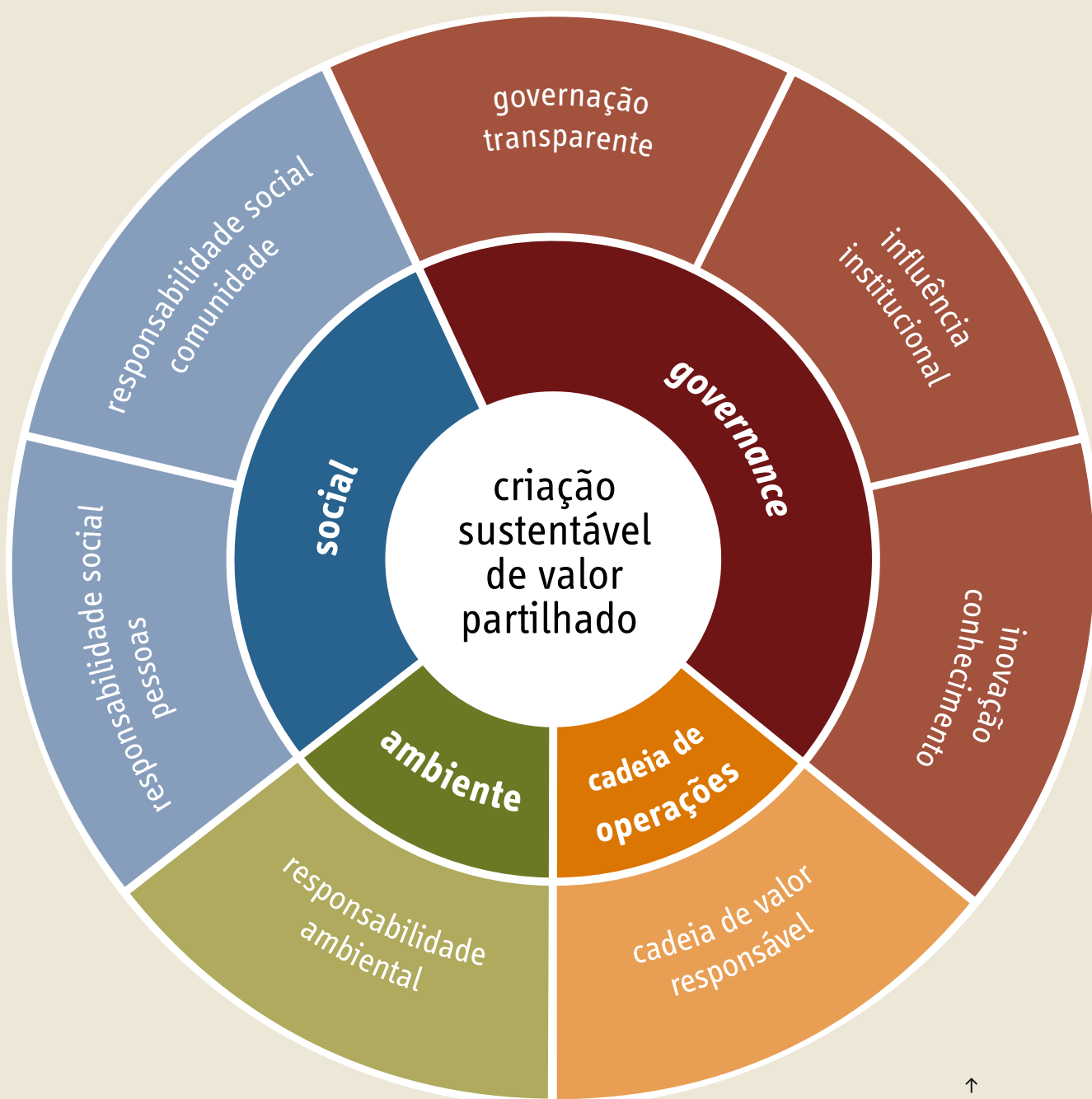
value chain
cadeia de valor responsável



environmental responsibility
responsabilidade ambiental



social responsibility
responsabilidade social



↑ gráfico 3

promoção do desenvolvimento sustentável a complexidade no desenho de estratégias de erradicação da pobreza e de redução das assimetrias económicas e de conhecimento implica o envolvimento e a corresponsabilização dos actores sociais para o desenvolvimento de soluções sustentáveis à escala local, regional e global.

promoção dos Direitos Económicos, Ambientais, Sociais e Culturais assumimos o compromisso de empreender a nossa actividade baseada na promoção dos direitos económicos, sociais e culturais:

- ▶ **Direito à vida e à segurança** → contribuimos para a promoção da vida digna em segurança, actuando ao nível da redução dos efeitos provocados por eventuais calamidades naturais ou provocados pela acção do Homem;
- ▶ **Direito aos serviços sociais básicos** → potenciamos o acesso aos serviços sociais básicos, nomeadamente educação, saúde, água potável e saneamento básico;
- ▶ **Direito a um modo de vida sustentável** → induzimos a reabilitação dos meios de subsistência económica e alimentar, permitindo assim alcançar níveis sustentáveis de segurança alimentar e de rendimento, qualificação da oferta, acessibilidade aos mercados, a crédito e a investimentos e desenvolvimento de capacidades de prevenção/resposta a catástrofes naturais;
- ▶ **Direito à identidade própria** → promovemos o direito à diferença, a iguais oportunidades de emprego e de participação, independentemente da nacionalidade, etnia, credo, género, filiação política, condição física, social, económica ou cultural;
- ▶ **Direito à participação: cidadania política e social** → reforçamos a capacidade da sociedade civil organizada na defesa dos seus direitos, no acesso à educação, saúde e participação democrática, promovendo assim o *empowerment* de organizações e de líderes das comunidades locais e regionais para, de forma pró-activa, participarem no seu próprio desenvolvimento.

imparcialidade assumimos o compromisso de desenvolver a nossa actividade baseada na promoção da diversidade e da equidade social, económica, cultural e de género como condições vitais para a afirmação dos direitos humanos das gerações presentes e futuras, rejeitando qualquer discriminação por motivos étnicos, de género, de religião, de nacionalidade, de opção política ou de classe social.

neutralidade assumimos o compromisso de promover a nossa actividade baseada nos nossos valores, princípios e código de conduta ética, fomentando a neutralidade política, étnica, religiosa e ideológica e não privilegiando ou tomando partido por nenhuma das partes envolvidas em hostilidades.

independência assumimos o compromisso de promover a nossa actividade baseada nos nossos valores, princípios e código de conduta ética, potenciando a nossa própria agenda com independência e autonomia, a nível político, religioso, financeiro ou sectorial, não exercendo qualquer tipo de constrangimento ou pressões sobre os colaboradores, voluntários, parceiros, financiadores, doadores, entidades públicas e privadas e beneficiários por motivos de opções ideológicas, políticas, religiosas, económicas ou culturais.

integridade assumimos o compromisso de integridade pessoal e profissional em todas as nossas actividades; os nossos colaboradores, voluntários, parceiros, financiadores e doadores deverão evitar conflitos ou o aparecimento de fronteiras pouco claras entre os seus interesses específicos e os interesses da oikos e dos seus beneficiários.

bom governo assumimos um modelo de governação transparente e participativo, suportado por uma gestão integrada de processos e centrado em resultados sustentáveis, facilitando uma cultura de excelência, de melhoria contínua e de envolvimento e corresponsabilização dos *stakeholders* identificados, potenciando assim a nossa capacidade de criação de confiança e de resposta perante as expectativas e exigências dos diferentes actores sociais; divulgamos a nossa visão, missão, valores, código de conduta ética, política, objectivos estratégicos, estrutura organizacional e princípios de desenvolvimento da actividade aos *stakeholders* identificados, disponibilizando o acesso on-line, explicitando os compromissos de integridade pessoal e profissional, de transparência e de cumprimento dos direitos económicos, sociais e culturais no desenvolvimento da nossa actividade.

isenção e confidencialidade na comunicação assumimos uma postura de verdade e isenção em todas as comunicações e acções internas e externas, esforçando-nos por melhorar continuamente os nossos procedimentos de forma a evitar que surjam situações de discriminação e/ou de informação privilegiada; o processo de comunicação entre os diferentes níveis da organização é directo e permanente, contribuindo assim para o seu bom governo; respeitamos a confidencialidade e a privacidade da informação relacionada com os *stakeholders* identificados.

VC

value chain

cadeia de valor responsável

Directrizes GRI G3 → HR1, HR2, S01, S02, S07

transparência, reporte e *accountability* assumimos o compromisso de abertura, transparência e honestidade acerca da nossa missão, políticas, estruturas e actividades; potenciamos uma “cultura de reporte e *accountability*”, através da prestação de contas aos nossos beneficiários directos, parceiros de cooperação, financiadores, doadores e sociedade civil; assumimos a responsabilidade de, através dos órgãos institucionais de governo e periodicamente, elaborar e divulgar relatórios que permitam aos *stakeholders* identificados acompanhar e participar no processo de criação de valor económico, ambiental e social; promovemos os seguintes princípios na elaboração dos nossos relatórios: transparência, inclusão, verificabilidade, abrangência, relevância, contexto da sustentabilidade, exactidão, neutralidade, comparabilidade, clareza e periodicidade; aceitamos e encorajamos as sugestões e críticas dos *stakeholders* identificados como forma de aprendizagem, crescimento e melhoria contínua.

empowerment e liderança potenciamos, através do trabalho em rede, a capacitação e o *empowerment* dos colaboradores, voluntários, parceiros e das organizações e dos líderes das comunidades locais.

influência pública e advocacia responsável é a nossa capacidade para liderar processos de mudança de políticas e práticas que possibilitem influenciar, promover e consolidar um sistema de relações internacionais mais justas e equitativas, a erradicação da pobreza e a redução das assimetrias económicas e de conhecimento, que está na base da sustentabilidade dos nossos resultados; em simultâneo com o trabalho de cooperação junto de parceiros locais e dos beneficiários, promovemos os direitos e a voz dos mais pobres face aos decisores políticos e consciencializamos as sociedades para influenciar as políticas públicas e mobilizar vontades na erradicação da pobreza extrema e na diminuição das desigualdades sociais; pautamos as nossas críticas e os nossos actos públicos, perante indivíduos e entidades, pela equidade, responsabilidade, justiça e transparência.

continuum de intervenção oikos promovemos a criação de cadeias de valor sustentáveis, assentes em dinâmicas de transformação social, de parcerias tri-sectoriais e cooportunidade para o desenvolvimento de comunidades locais e regionais, competitivas e responsáveis; as actividades que desenvolvemos estruturam-se segundo um *continuum* de intervenção oikos, cujos objectivos são maximizar os recursos afectos e potenciar o impacto; todas as actividades devem ser avaliadas em termos de agregação de valor, escala e reapplicabilidade. Os resultados devem ser alvo de um processo de melhoria constante.

transformação social todas as actividades que desenvolvemos devem promover um processo de transformação social estruturado nos seguintes momentos:

- ▶ **disponibilidade** → criar os procedimentos necessários para que os beneficiários obtenham nas suas comunidades os bens e os recursos, em quantidade suficiente, para satisfazerem as suas necessidades básicas de forma permanente e sustentável;
- ▶ **acessibilidade** → facultar os procedimentos necessários para que os beneficiários obtenham, com equidade, os bens e os recursos disponíveis nas suas comunidades;
- ▶ **utilização** → promover os procedimentos necessários para que os beneficiários utilizem, de forma segura, efectiva e eficiente os bens e os recursos disponíveis nas suas comunidades;
- ▶ **empowerment** → implementar procedimentos de qualificação e organização que permitam aos beneficiários exercerem a liderança no seu próprio processo de desenvolvimento e o exercício dos seus direitos.

cidadania participativa e criação de bem comum assumimos o compromisso de promover a cidadania participativa, através da capacidade de influenciar, transformar e premiar as actividades e os propósitos que transcendem o âmbito particular e o imediato, criando inovação, liderança e partilha de valor comum sustentável;

promovemos o desenvolvimento de parcerias tri-sectoriais, dinamizando os diferentes actores sociais para a produção equitativa do bem comum.

inovação, excelência operacional e melhoria contínua

a complexidade no desenho de estratégias para a erradicação da pobreza implica o desenvolvimento de uma “cultura de inovação, de capacitação e de criação de conhecimento”, através de um sistema integrado de parcerias com os actores públicos e privados, envolvendo redes de conhecimento e universidades; assumimos o compromisso de desenvolver a nossa actividade orientada para resultados, impactos sustentáveis, aprendizagem e reaplicabilidade, através de uma gestão racional e transparente de vontades, recursos, valências, metodologias e ferramentas e do cumprimento das responsabilidades assumidas perante os *stakeholders* identificados;

o conselho executivo da oikos assume a responsabilidade da gestão integrada, através do modelo de desenvolvimento sustentável, com procedimentos claros de avaliação e criação de impacto, sendo cada avaliação entendida como um processo de aprendizagem e melhoria contínua.

rigor económico, concorrência leal e anti-corrupção

só com resultados, com uma gestão racional e transparente dos recursos económicos e com uma base financeira sólida é possível garantir ciclos de melhoria e inovação permanentes, vitais para a excelência operacional e para o cumprimento das responsabilidades assumidas perante os *stakeholders* identificados;

todas as transacções económicas estão reflectidas na contabilidade e são sujeitas a auditorias periódicas; proibimos expressamente as práticas ilegais de corrupção, de comissões, de facturação falsa, de favorecimento a entidades públicas ou privadas e de concorrência desleal para a obtenção de vantagens competitivas na interacção com os diversos *stakeholders* identificados.

fundraising ético assumimos o compromisso de desenvolver a nossa actividade directa ou partilhada de *fundraising* de forma transparente e enquadrada pelo código de *fundraising* ético – oikos;

respeitamos os direitos dos financiadores e dos doadores de serem informados sobre as causas, as necessidades e os resultados atingidos;

assumimos o compromisso de, através da nossa política e prática, aplicar os recursos angariados no âmbito da nossa missão, assegurando através da gestão administrativo-financeira, a sua utilização e minimização do risco de má aplicação.

selecção, avaliação e desenvolvimento de parcerias assumimos o compromisso de seleccionar, desenvolver e avaliar os nossos parceiros, de forma transparente e enquadrada pelo código de parcerias – oikos;

a nossa especificidade e a capacidade de intervenção e de obtenção de impactos sustentáveis dependem da excelência da rede de parcerias de valor acrescentado que potenciamos, tanto à escala global como local, entre cidadãos, entidades públicas e entidades privadas.

selecção, avaliação e desenvolvimento dos fornecedores

assumimos o compromisso de seleccionar, desenvolver e avaliar os fornecedores, de forma transparente e enquadrada pelo código de fornecimento responsável – oikos;

os critérios-base para a selecção, desenvolvimento e avaliação dos fornecedores são a conformidade com: normas de qualidade exigidas, condições contratuais estabelecidas, respeito pelos prazos definidos, cumprimento da legislação laboral, social e fiscal e os critérios específicos de responsabilidade social e ambiental, tais como a proibição do trabalho infantil e trabalho forçado, as políticas de saúde e de segurança e a adopção de padrões ambientais;

potenciamos a colaboração com os fornecedores no sentido de um aperfeiçoamento contínuo de serviços e soluções, desenvolvendo tecnologias e procedimentos com o objectivo de aumentar a eficiência da cadeia, respeitando os princípios de responsabilidade ambiental e social e minimizando/eliminando os riscos à saúde e à segurança dos colaboradores, voluntários, fornecedores, parceiros e beneficiários.

ER

environmental responsibility

responsabilidade ambiental

Directrices GRI G3 → EN18, EN26

comprometimento com a causa ambiental assumimos o compromisso com a criação de valor ambiental, promovendo a eco-eficiência através da gestão racional dos impactos da actividade no ambiente, tendo em conta o benefício das gerações presentes e futuras, assumindo uma postura de controlo periódico e comunicação/informação pedagógica aos *stakeholders* identificados.

promoção da ecoeficiência promovemos a ecoeficiência através da gestão racional dos impactos da nossa actividade no ambiente.

promoção de energias alternativas promovemos uma política de disponibilização, acesso e utilização de energias alternativas nos projectos de desenvolvimento.

mitigação e adaptação às alterações climáticas potenciamos o compromisso de mitigação e adaptação às alterações climáticas e a sua articulação com a redução da pobreza extrema.

promoção da gestão voluntária de carbono potenciamos uma política de gestão voluntária das emissões de gases com efeitos de estufa e de acções de comunicação e sensibilização internas e externas.

SR

social responsibility

responsabilidade social

Directrices GRI G3 → HR7, HR9

comprometimento com a responsabilidade social assumimos o compromisso de fomentar a criação de boas condições de trabalho, de segurança e de higiene, promovendo a aplicação não só das leis locais como das convenções internacionais sobre salários e Direitos Humanos;

potenciar as pessoas mobilizamos os cidadãos solidários para a construção de um mundo melhor; facilitamos, através do trabalho em equipa, a capacitação e o desenvolvimento de competências, a inovação, a participação, a autonomia e a liberdade dos nossos colaboradores, voluntários e dos cidadãos solidários, segundo princípios de equidade social, económica e de género como condições vitais para o desenvolvimento humano.

desenvolvimento profissional e promoção de talentos apostamos no desenvolvimento profissional dos nossos colaboradores e voluntários, implementando programas integrados de formação contínua, promovendo a capacitação, a formação qualificante e a promoção de talentos.

diversidade e igualdade de oportunidades

promovemos iguais condições dignas de emprego entre mulheres e homens e incentivamos permanentemente a escolaridade; promovemos a diversidade e a igualdade de oportunidades como valores essenciais, através de políticas explícitas de não discriminação nos processos de admissão, formação e de progressão de carreira, tendo como base o género, a raça, a classe social, deficiências, a nacionalidade, a orientação sexual, as opções religiosas, a associação a sindicato ou a filiação política.

saúde, higiene e segurança no trabalho fomentamos uma política de saúde, higiene e segurança que permita avaliar e eliminar/minimizar os riscos de acidentes, garantindo a protecção dos colaboradores, voluntários e parceiros de actividade.

fortalecimento e profissionalização dos actores sociais

todas as actividades da oikos devem facilitar um processo de transformação social que possibilite a redução da vulnerabilidade e o *empowerment* dos indivíduos e das organizações locais, permitindo-lhes exercer a liderança no seu próprio processo de desenvolvimento e na promoção do “bem comum”; conscientes dos desafios actuais, assumimos o compromisso de, através da nossa própria experiência, contribuir activamente para a profissionalização dos nossos parceiros do terceiro sector.



Directrizes GRI G3

→ 3.5

relatório de responsabilidade oikos – ano zero

→ capítulo 4, ponto 4.3.1, página 74

→ capítulo 6, página 116



Directrizes GRI G3

→ 4.8

→ HR1, HR6 e HR7



→ www.oikos.pt

4.1.5

temáticas centrais de impacto da oikos

Considerando o desempenho da oikos ao longo do seu largo período de actividade, as responsabilidades assumidas, os resultados alcançados, as avaliações efectuadas e as expectativas criadas, identificámos as temáticas centrais nas quais potenciamos o desenvolvimento de soluções e a obtenção de impactos sustentáveis.

Os dados e as informações relatados no ponto 4.3.1 (envolvimento dos *stakeholders* – pensamento estratégico) e no ponto 6 (sectores de intervenção) fundamentam a definição das seguintes temáticas centrais de impacto:

- ▶ saúde pública, água e saneamento;
- ▶ segurança alimentar e meios de vida sustentáveis / *livelihoods*;
- ▶ alterações climáticas;
- ▶ financiamento do desenvolvimento;
- ▶ consumo responsável;
- ▶ compras públicas responsáveis;
- ▶ fortalecimento e profissionalização dos actores sociais.

4.1.6

política oikos

Após a identificação dos princípios que devem nortear o início e desenvolvimento da actividade e das temáticas centrais de foco, é vital definir uma política de actuação, fundamentando assim uma clarificação operacional.

Devido à necessidade de implementação de lógicas, metodologias e procedimentos de gestão e profissionalização, familiares para o sector privado mas pouco utilizados ou desconhecidos no terceiro sector, nomeadamente ao nível dos directivos, colaboradores e voluntários, é nossa opção apresentar nesta fase um articulado da “política da organização” particularmente exaustivo.

Nos processos futuros de avaliação e revisão pela gestão, o seu formato será adequado às exigências então identificadas.

A política oikos encontra-se em implementação desde a última assembleia-geral de associados, realizada em 20 de Dezembro de 2006, e está disponível na internet.

política oikos

quem somos

como actuamos

- ▶ promoção do desenvolvimento sustentável;
- ▶ abordagem baseada nos Direitos;
- ▶ valores e princípios da oikos;
- ▶ conduta ética – oikos;
- ▶ 0,7%, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- ▶ *continuum* de intervenção oikos.

temáticas centrais de impacto da oikos

o nosso modelo de *governance*

- ▶ governação e envolvimento dos *stakeholders* identificados;
- ▶ *empowerment*, liderança e influência pública;
- ▶ inovação, aprendizagem e conhecimento partilhado;
- ▶ comunicação, transparência e *accountability*.

cadeia de intervenção/valor responsável

- ▶ gestão integrada dos recursos;
- ▶ princípios de desenvolvimento da actividade, PDA-oikos;
- ▶ solidez financeira, excelência operacional e impacto social;
- ▶ concorrência leal e anti-corrupção;
- ▶ *fundraising* ético;
- ▶ desenvolvimento e avaliação de parcerias;
- ▶ selecção e avaliação de fornecedores.

responsabilidade ambiental

- ▶ comprometimento com a causa ambiental;
- ▶ promoção de energias alternativas e renováveis;
- ▶ alterações climáticas e gestão voluntária de carbono.

responsabilidade social

- ▶ comprometimento com a responsabilidade social;
- ▶ potenciar as pessoas;
- ▶ desenvolvimento profissional e promoção de talentos;
- ▶ diversidade e igualdade de oportunidades;
- ▶ saúde, higiene e segurança no trabalho;
- ▶ fortalecimento e profissionalização dos actores sociais.

←
gráfico 4



Directrizes GRI G3

→ 3.5

4.1.7

competências críticas de sucesso

Em paralelo com a fase de desenho e aprovação do PDA-oikos e da política oikos, promovemos o envolvimento crescente dos colaboradores da sede e de alguns coordenadores de delegações no processo de reposicionamento estratégico. A análise cruzada dos relatórios de acompanhamento, intermédios e finais dos projectos e das auditorias, quer internas quer de entidades externas, possibilitou a identificação das seguintes competências críticas de sucesso, sistematizadas em duas dimensões complementares: actividade e estrutura.

actividade

- ▶ “identidade” e “valor de marca oikos – facilitador de soluções”;
- ▶ definição estratégica das temáticas e focos centrais de impacto da oikos:
 - ▶ consolidar a capacidade de criação de impacto nas temáticas de “água e saneamento”, “segurança alimentar” e “meios de vida sustentável/livelihoods”;
 - ▶ desenvolver soluções de redução e de compensação das emissões de carbono, através do investimento voluntário em projectos de mitigação e adaptação às alterações climáticas e de erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento;
 - ▶ reforçar a capacidade de criação de impacto nas temáticas de finança ética, consumo responsável e compras públicas responsáveis;
 - ▶ potenciar o fortalecimento e profissionalização dos actores sociais para a criação de “bem comum” e, através da nossa própria experiência, induzir à profissionalização dos nossos parceiros do terceiro sector;
- ▶ sistema transversal de aprendizagem;
- ▶ consolidação técnica e operacional do potencial de intervenção de desenvolvimento e de reaplicabilidade;
- ▶ inovação e melhoria contínua;
- ▶ gestão integrada da rede de parcerias nas operações.

estrutura

- ▶ gestão de informação;
- ▶ exigências de qualidade de gestão e de reporte;
- ▶ gestão partilhada de conhecimento;
- ▶ atracção e retenção de talentos (colaboradores e voluntários) ;
- ▶ profissionalizar, integrar e certificar os processos de gestão;
- ▶ qualidade total, inovação e melhoria contínua;
- ▶ criar e desenvolver parcerias estratégicas para a profissionalização;
- ▶ crescer em rede com o terceiro sector e com os sectores público e privado;
- ▶ gestão integrada de *fundraising*;
- ▶ gestão transversal da comunicação;
- ▶ cultura de reporte e *accountability* dirigida aos *stakeholders* identificados, integrando as dimensões financeira, ética, social e ambiental.

4.1.8

objectivos estratégicos oikos

actividade

- ▶ reforçar a liderança;
- ▶ potenciar a criação de uma “identidade oikos”;
- ▶ assumir o papel de facilitador de soluções sustentáveis para a erradicação da pobreza em comunidades latino-americanas e de expressão oficial portuguesa;
- ▶ obter a certificação de qualidade ISO 9000 e a certificação de Responsabilidade Social SA8000 em 2008;
- ▶ excelência operacional: desenvolver a capacidade de criação de impacto nas temáticas de água e saneamento, segurança alimentar e meios de vida sustentáveis/*livelihoods*, alterações climáticas, finança ética, consumo responsável, compras públicas responsáveis, fortalecimento e profissionalização dos actores sociais;
- ▶ sistematizar toda a dinâmica operacional segundo o *continuum* de intervenção oikos;
- ▶ implementar uma metodologia integrada de planeamento, definição de indicadores, monitorização, avaliação e melhoria contínua em todas as intervenções;
- ▶ gestão integrada da rede de parcerias nas operações;
- ▶ alargar a base social de apoio: mobilizar para a Cidadania Global e dinamizar as Redes Solidárias.

estrutura

- ▶ redesenhar o modelo organizacional;
- ▶ desenvolver um sistema integrado de informação;
- ▶ desenvolver estrategicamente as competências dos colaboradores:
 - ▶ desenhar e aplicar um sistema transversal de inovação e aprendizagem;
 - ▶ implementar um sistema de avaliação de competências e desempenho dos colaboradores.
- ▶ consolidar o modelo de governação transparente e participativo;
- ▶ criar o conselho de gestão de risco – *multistakeholder*;
- ▶ promover um processo contínuo de envolvimento dos *stakeholders* identificados;
- ▶ desenvolver um sistema integrado de gestão oikos;
- ▶ dinamizar um sistema certificável de qualidade total;
- ▶ estabelecer um processo transversal de gestão da comunicação;
- ▶ criar e desenvolver parcerias estratégicas para a profissionalização;
- ▶ crescer em rede com o terceiro sector e com os sectores público e privado;
- ▶ potenciar a gestão financeira da oikos;
- ▶ otimizar os custos de estrutura, melhorar a eficiência e aumentar a autonomia;
- ▶ fidelizar/alargar as redes de doadores/financiadores – gestão de *fundraising*;
- ▶ promover uma cultura de reporte e *accountability* perante os nossos beneficiários directos, parceiros de cooperação, financiadores e sociedade civil.

Estes objectivos estão representados no **balanced scorecard oikos** na página seguinte.



Directrizes GRI G3

→ 3.5

perspectiva do impacto social

envolvimento, participação,

direito à vida e à segurança | direito aos serviços sociais básicos |

resultados

áreas de intervenção



ação humanitária



vida sustentável

perspectiva da base social

envolver e alargar cidadãos solidários

alargar e fidelizar doadores

fidelizar redes solidárias

perspectiva dos financiadores

captar novos financiadores institucionais

captar novos financiadores privados

fidelizar financiadores institucionais

perspectiva financeira

eficiência fundraising

perspectiva interna

envolvimento e satisfação dos stakeholders

código ético de conduta

reforçar a liderança

governança e liderança

potenciar uma cultura de reporte e accountability

gestão transversal de fundraising

gestão transversal da comunicação

certificação de qualidade ISO 9000 e SA 8000

gestão estratégica

implementar um sistema integrado de gestão

perspectiva da aprendizagem e crescimento

criar a cultura de "facilitador soluções"

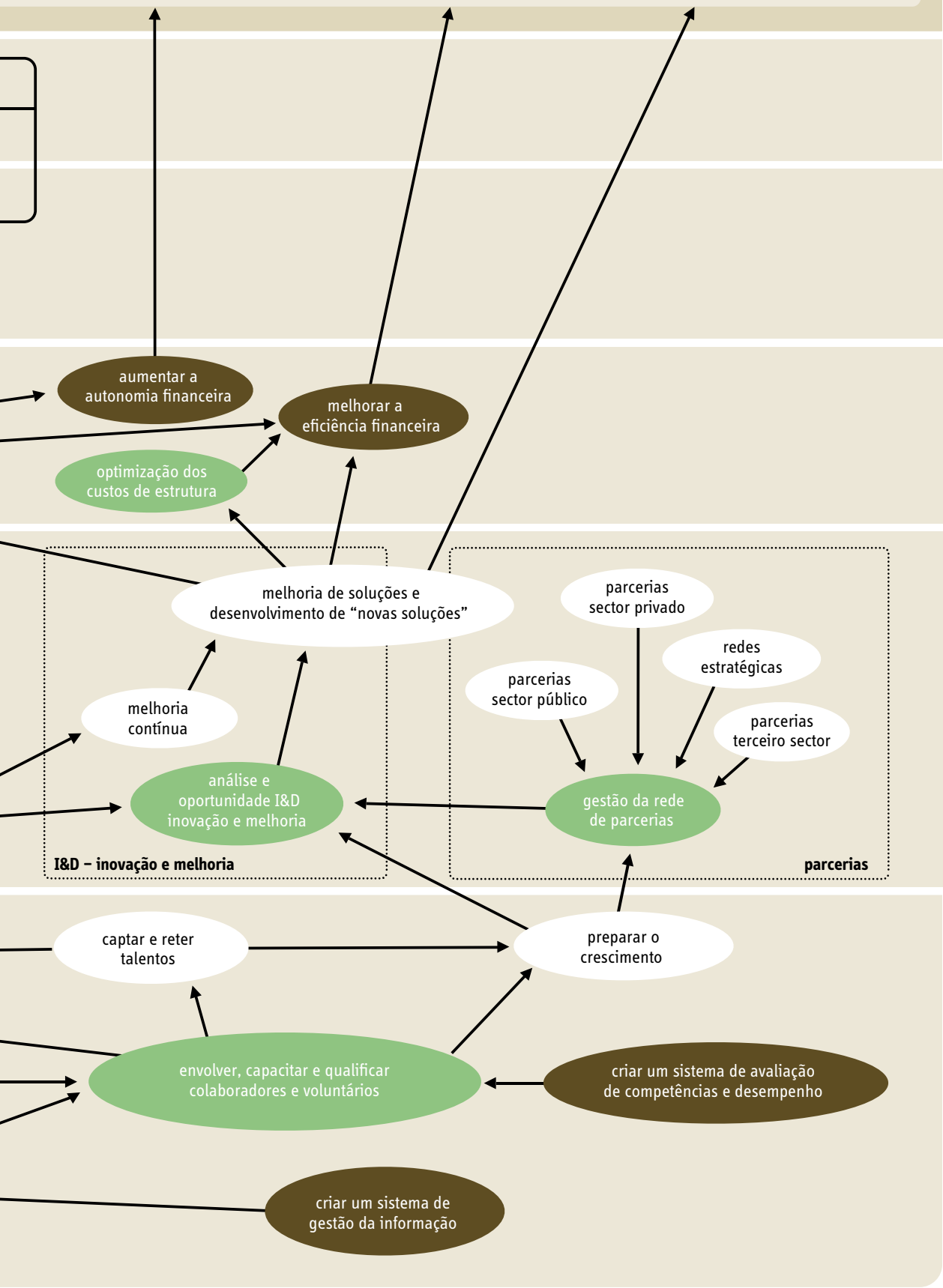
criar um sistema transversal de aprendizagem

criar um sistema de gestão do conhecimento

potenciar a cultura e identidade oikos

empowerment e satisfação dos beneficiários/grupos alvo
 direito a meios de vida sustentáveis | direito à identidade própria | direito à participação

bem comum educação & cidadania global influência pública



- ← balanced scorecard oikos
- intervenção directa dos parceiros estratégicos para a profissionalização da estrutura
- objectivos de profissionalização da estrutura
- objectivos de actividade
- objectivo final do impacto social

← gráfico 5

4.2 reforço da estrutura

Após a fase inicial de diagnóstico, e como actividade paralela ao planeamento estratégico 2007/2010, iniciou-se o redesenho da estrutura da oikos, actuando directamente ao nível das necessidades, responsabilidades e competências da sede, tendo em perspectiva a adopção de um modelo global de aplicação a todas as delegações num espaço temporal de três anos.

Por que não responder a perguntas simples?

Todos temos uma “perspectiva” sobre a nossa actividade, local de trabalho, problemas, causas, efeitos, sucessos.... Normalmente não é consensual. Poucas vezes é partilhada e assumida por todos.

como devemos organizar-nos?

- **integrar:** conceber a organização para uma lógica de actuação segundo o *continuum* de intervenção oikos, redesenhando assim as **operações** segundo as **áreas de actividade** identificadas e estruturar os **serviços partilhados** de apoio e suporte requeridos.

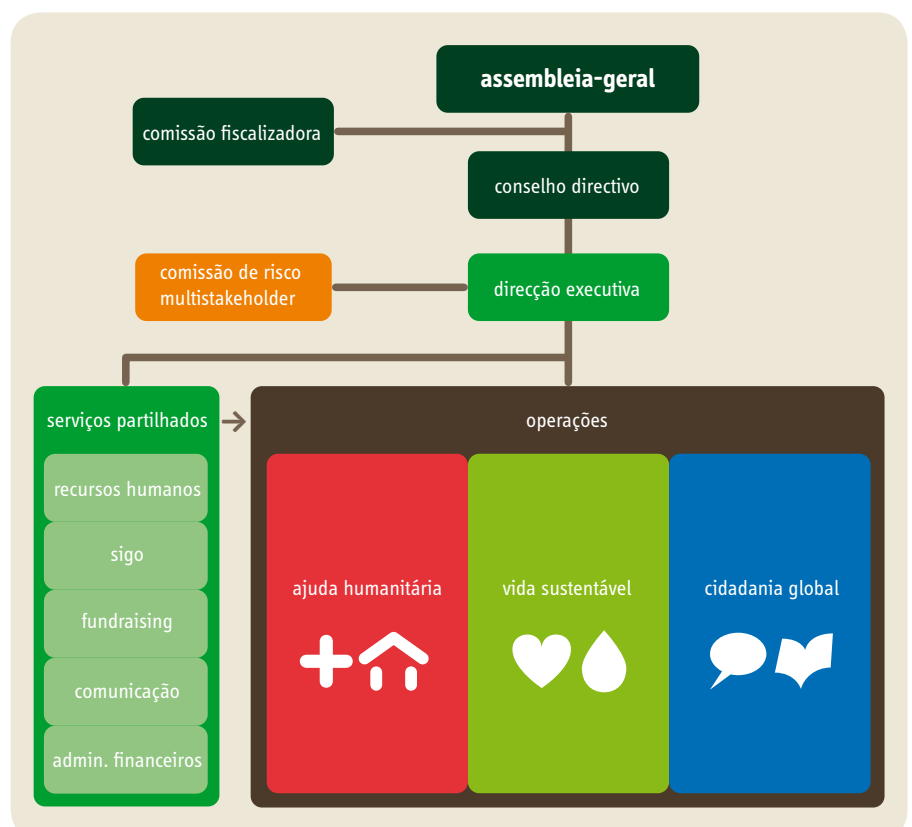


gráfico 6 →

o que fazer e como?

- **focar:** identificar os sectores de actividade em que devemos estrategicamente concentrar esforços;




sectores de actividade		sectores de actividade	
1	gestão e administração	13	comércio justo
2	prevenção e preparação de catástrofes	14	cadeias de valor / RSE / RSO
3	água e saneamento	15	financiamento do desenvolvimento
4	saúde e assistência social	16	finança ética
5	abrigo e habitação	17	microcrédito
6	segurança alimentar, nutrição	18	consumo responsável
7	meios de vida sustentáveis / livelihoods	19	compras públicas responsáveis
8	fortalecimento dos actores sociais	20	educação para a cidadania global
9	ambiente e desenvolvimento sustentável	21	migrações
10	alterações climáticas	22	transculturalidade
11	educação formal	23	influência pública
12	educação não formal e formação		

← tabela 7 - sectores de actividade oikos

- **simplificar:** sistematizar toda a actividade segundo **tipos de acção** transversais a toda a organização;

tipo de acção	área de actividade	fase de intervenção
1	institucional	1 institucional
2	projectos	2 acção humanitária
3	fundraising	3 emergência
4	campanhas	3 vida sustentável
5	eventos	3 reabilitação
		4 serviços sociais básicos
		4 bem comum
		5 meios de vida sustentáveis / livelihoods
		5 educação para a cidadania global
		6 empowerment
		6 influência pública
		7 bem comum
		8 educação para a cidadania global
		9 influência pública

← tabela 8 - tipo, área e fase de intervenção oikos

níveis de intervenção	áreas de actividade oikos	fases de intervenção	sub-área de intervenção
emergência	 acção humanitária	emergência reabilitação	nutrição e segurança alimentar água e saneamento água e saneamento saúde, habitação e assistência social reactivação dos meios de vida
desenvolvimento	 vida sustentável	serviços sociais básicos meios de vida sustentável impacto	água e saneamento saúde, habitação e assistência social negócios familiares agricultura e segurança alimentar criação de rendimento qualificação da oferta acesso a mercados acesso a crédito e investimento microcrédito e finança ética empreendedorismo de organizações e líderes das comunidades locais comércio justo cadeias de valor - RSE consumo responsável
mobilização	 cidadania global	bem comum educação cidadania global influência pública	microcrédito e finança ética empreendedorismo de organizações e líderes das comunidades locais comércio justo cadeias de valor - RSE consumo responsável criação de rendimento políticas públicas redes solidárias programas de sensibilização relatórios campanhas

↑
tabela 9 - continuum oikos

► **padronizar:** atendendo a que a lógica de **gestão de projecto** representa a quase totalidade dos procedimentos habituais, o processo de identificação e avaliação dos procedimentos utilizados foi direccionado para a optimização deste modelo de gestão.

uma nova contabilidade analítica oikos

Normalmente, os procedimentos de controlo financeiro das actividades por projecto estão condicionados pela formatação exigida pelo doador/financiador. Numa lógica de padronização, desenvolvemos uma nova contabilidade analítica oikos que permitirá a integração total das actividades com as exigências dos procedimentos para a elaboração, análise e revisão dos relatórios periódicos do sistema integrado de gestão.

Esta nossa preocupação vai de encontro ao parecer do relatório de auditoria de verificação de contas possibilitando uma melhor clareza e auditabilidade da actividade da oikos.

Neste sentido, toda a contabilidade de 2007 será relançada neste formato para permitir total comparabilidade a partir do exercício de 2008, inclusive.

macro-processo de criação de valor partilhado

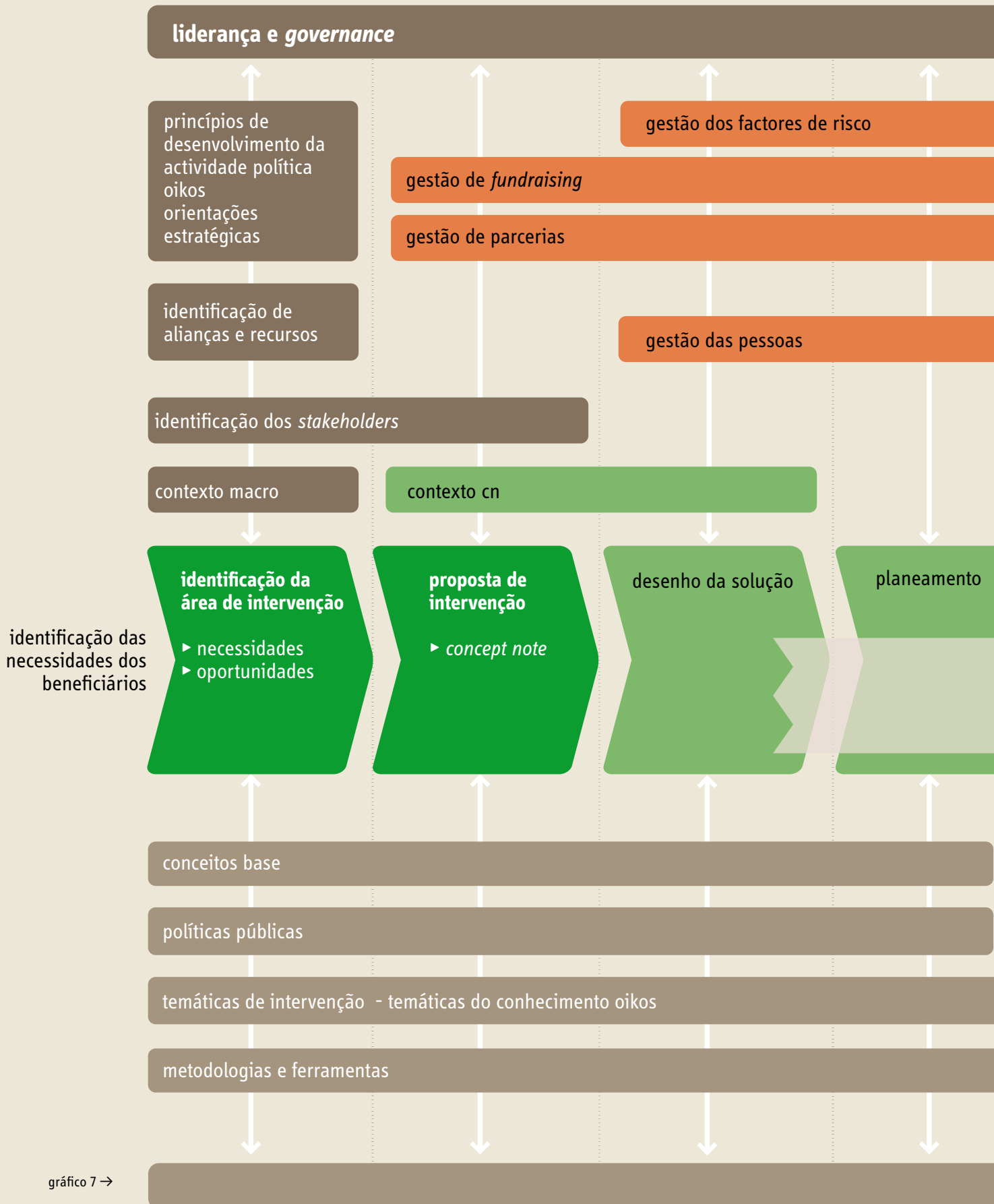
Tendo por base o diagnóstico organizacional e o plano estratégico 2007/2010, identificámos um macro processo central para a estruturação do sistema integrado de gestão oikos – sigo Q'08, vital para consolidar a integração organizacional e servir de suporte para o processo de certificação de qualidade ISO 9000 e de Responsabilidade Social SA8000 até Dezembro de 2008.

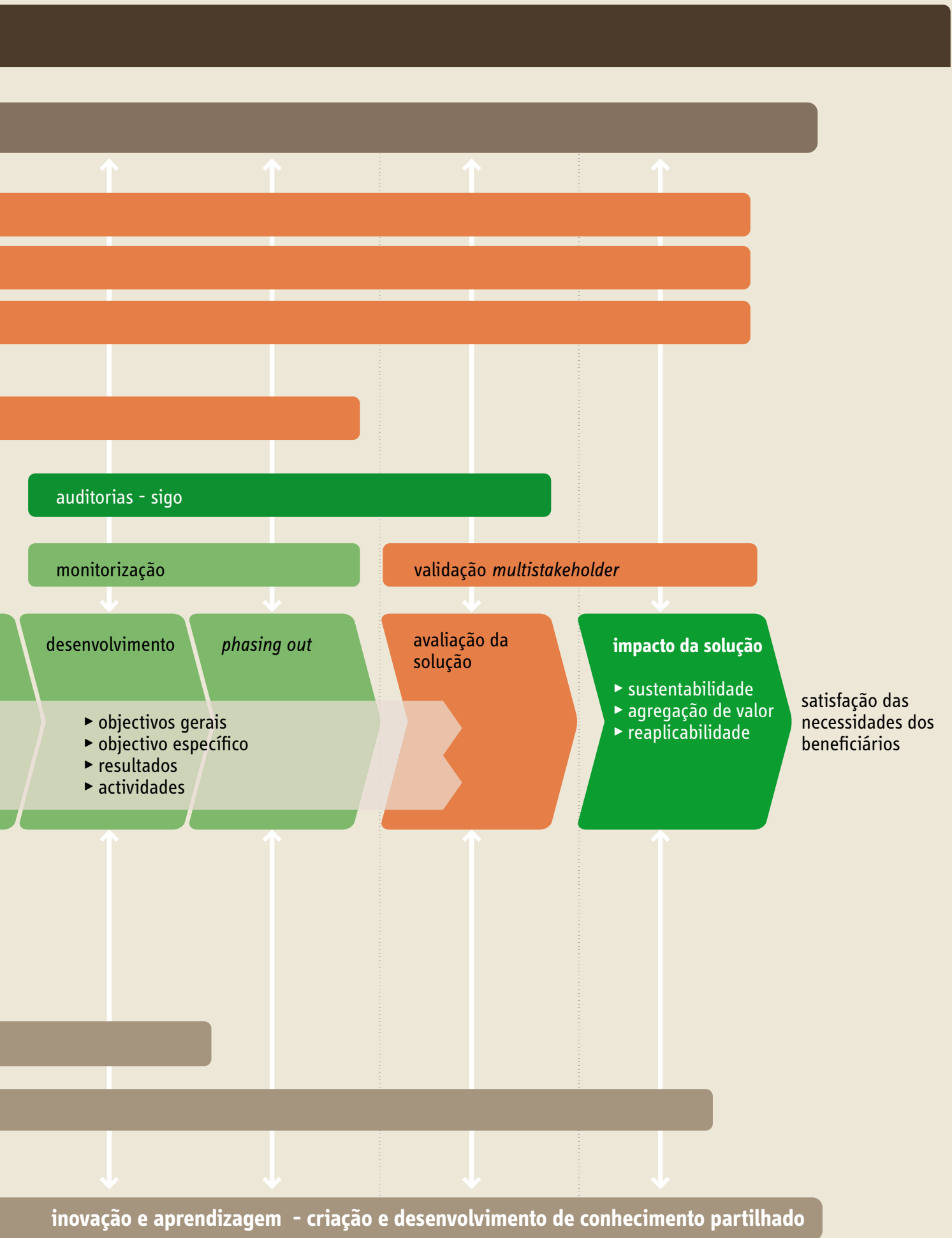


relatório de responsabilidade oikos - ano zero

→ capítulo 8, página 178, verificação de contas, relatório de auditoria

processo - criação de valor - oikos







Directrizes GRI G3

→ 4.16



→ www.unep.org

→ www.accountability21.org

→

modelo das cinco etapas de envolvimento dos stakeholders

in “manual para a prática de relações com os grupos de interesse – das palavras à acção, o compromisso com os *stakeholders* – AccountAbility, United Nations Environment Programme, *Stakeholders Research Associates Canada Inc.*”

gráfico 8 →

4.3

envolvimento dos stakeholders

A complexidade dos desafios e das responsabilidades que a promoção do desenvolvimento humano sustentável requer implica elevados padrões de exigência, de qualidade, de inovação e de transparência só possíveis através de um processo de **aprendizagem societal**.

O envolvimento sistemático dos *stakeholders* identificados, através das alianças e dos recursos que promovem e disponibilizam, assume um papel vital na real capacidade de eficiência e de *performance* de uma ONGD.

O processo de identificação, mapeamento, envolvimento e satisfação de *stakeholders*, iniciado em Abril de 2007, segue a metodologia proposta no **manual para a prática de relações com os grupos de interesse – das palavras à acção, o compromisso com os stakeholders – AccountAbility, United Nations Environment Programme, Stakeholders Research Associates Canada Inc..**



A sistematização dos dados e da informação tem por base os seguintes referenciais:

- ▶ *One World Trust – The Global Accountability Project Framework*;
- ▶ *One World Trust – Methodology for the 2006 Global Accountability Report*;
- ▶ O compromisso com os *stakeholders* – UNEP e *AccountAbility*;
- ▶ Guia Keystone para o diálogo com os *stakeholders*;
- ▶ AccountAbility AA 1000 Standard;
- ▶ Abordagem BOND para a qualidade das INGO;
- ▶ Directrizes do *Global Reporting Initiative/ GRI- G3*;
- ▶ Sistema de Gestão da Qualidade – norma de referência: NP EN ISO 9001:2000;
- ▶ Sistema de Gestão de Responsabilidade Social – norma de referência SA 8000.

Os procedimentos deste processo, estão planificados segundo cinco etapas com as respectivas metas:

- ▶ **etapa 1: pensamento estratégico** – identificar os *stakeholders* e os temas-chave da organização;
- ▶ **etapa 2: análise e planificação** – avaliar a situação actual da organização, conhecer melhor os temas e os representantes dos *stakeholders* identificados e planificar em conformidade;
- ▶ **etapa 3: fortalecimento das capacidades de envolvimento** – identificar as capacidades individuais e os sistemas organizacionais necessários para o envolvimento efectivo dos *stakeholders* identificados;
- ▶ **etapa 4: relacionamento** – planificar e executar as actividades de envolvimento efectivo dos *stakeholders* identificados;
- ▶ **etapa 5: actuar, rever e informar** – traduzir os novos conhecimentos, experiências e acordos em acções.

O desenho, desenvolvimento e concretização deste processo por etapas encontram-se estruturados segundo o *continuum* de actividade oikos, possibilitando o envolvimento gradual dos *stakeholders*, facilitando assim a sua compreensão e validação partilhada por todos.

Em conformidade com o referido no cronograma da página 46, o presente relatório aborda o processo de envolvimento dos *stakeholders* referente à etapa 1. pensamento estratégico – identificar os *stakeholders* e os temas-chave da organização.



→ www.oneworldtrust.org

→ www.unep.org

→ www.keystoneaccountability.org

→ www.accountability21.org

→ www.bond.org.uk

→ www.globalreporting.org

→ www.iso.org

→ www.sa-intl.org



relatório de responsabilidade oikos – ano zero

→ capítulo 4, página 44



gráfico 9 ↑

modelo das cinco etapas de envolvimento dos stakeholders

in "manual para a prática de relações com os grupos de interesse - das palavras à acção, o compromisso com os stakeholders - AccountAbility, United Nations Environment Programme, Stakeholders Research Associates Canada Inc."

4.3.1

envolvimento dos stakeholders – pensamento estratégico

O objectivo da primeira etapa é identificar e priorizar os temas centrais, definir os eixos de valor potenciados pelo processo de envolvimento e mapear os *stakeholders* – referenciais.

Mantendo a mesma opção metodológica utilizada na apresentação do processo de profissionalização, explicamos o processo de envolvimento dos *stakeholders* através de um encadeamento de perguntas e respostas.

o que é um stakeholder?

O termo inglês “*stakeholder*” pode ser definido como aquela pessoa ou grupo de pessoas que são ou podem vir a ser afectadas pelas operações de uma organização ou cuja acção afecta ou poderá afectar a organização.

em que consiste o envolvimento dos stakeholders?

É um processo metodológico para estabelecer compromissos com os *stakeholders* identificados, através de acções de diálogo e entendimento mútuo, desenvolvidas pelas organizações para assegurar o “direito de voz” às pessoas ou grupos de pessoas que interagem com as operações da organização.

porquê o envolvimento dos stakeholders?

Analisando segundo uma perspectiva histórica, verificamos que as razões que estão na origem da necessidade de promover compromissos com os *stakeholders* identificados são de três tipos:

- ▶ **coacção**
estabelecer compromissos por pressão e necessidade de mitigar impactos negativos através de respostas pontuais;
- ▶ **conveniência**
estabelecer um quadro de sistematização de compromissos para gestão de risco e melhor compreensão e aceitação dos impactos da organização por parte dos *stakeholders* identificados;
- ▶ **convicção** (*mainstream* da oikos)
estabelecer um processo de relacionamento integrado e estratégico com os *stakeholders* identificados, com o objectivo de potenciar a liderança e a excelência através de compromissos que permitam a coopetitividade e a criação sustentável de “bem comum”.

quais as vantagens do envolvimento estratégico dos *stakeholders*?

- ▶ desenvolver a confiança entre a organização e os *stakeholders*;
- ▶ facilitar uma melhor gestão do risco e da reputação;
- ▶ identificar as necessidades, os temas materiais, as percepções e as expectativas dos *stakeholders*;
- ▶ possibilitar aprendizagem partilhada para a melhoria de serviços e processos;
- ▶ partilhar recursos, conhecimento e *coopetitividade*;
- ▶ informar, capacitar e influenciar para os processos partilhados de decisão;
- ▶ desenvolver a actividade e identificar novas oportunidades;
- ▶ potenciar a equidade e a sustentabilidade.

que objectivos enquadram o envolvimento dos *stakeholders*?

O objectivo geral é o desenvolvimento de uma cultura de equidade, responsabilidade, transparência e *accountability* que potencie a criação de “bem comum” e permita o desenvolvimento de competências para o fortalecimento e a profissionalização do terceiro sector.

Os objectivos estratégicos do processo de envolvimento dos *stakeholders* devem estar alinhados com as competências críticas de sucesso, enunciadas no ponto 4.1.7 e com os objectivos estratégicos da oikos referenciados no ponto 4.1.8.

que temas devem ser focados no processo de envolvimento dos *stakeholders*?

Os temas alvo do processo de envolvimento dos *stakeholders* devem estar alinhados com as temáticas centrais de impacto da actividade e das competências estratégicas do processo de profissionalização e gestão da mudança.

A “linha-base de performance oikos”, reportada neste primeiro relatório, permitirá a estruturação do conhecimento partilhado para o processo de aferição e validação de indicadores, avaliação, revisão e melhoria agora iniciado.

Como ferramenta metodológica para validar a importância dos temas, utilizámos a **prova de relevâncias de cinco partes** proposta pela **AccountAbility**.



relatório de responsabilidade oikos – ano zero

→ capítulo 4, pontos 4.1.7 e 4.1.8,
páginas 62 e 63

→ capítulo 4, pontos 4.1.5 e 4.1.7,
páginas 60 e 62



→ www.accountability21.org



Directrizes GRI G3

→ 3.5, 4.14

quem são os nossos *stakeholders*?

Este é o mapa geral de tipificação dos *stakeholders* identificados pela **oikos**.

<i>stakeholders</i> internos	associados		
	directivos		
	colaboradores		
	voluntários		
<i>stakeholders</i> externos	redes solidárias oikos		
	redes de pertença		
	redes de conhecimento		
	parceiros estratégicos de reforço da profissionalização		
	fornecedores		
	governos e entidades reguladoras		
	entidades do sector público, sector privado e terceiro sector		
	media		
	financiadores	instituições públicas	
		instituições do terceiro sector	
		entidades privadas	
	parceiros	internacionais	
		locais	
beneficiários			
grupos alvo			
comunidades			

tabela 10 - mapa de *stakeholders* oikos →

No processo de envolvimento, todos os *stakeholders* têm igual peso e importância? O grande desafio que actualmente se coloca no desenho e processo de envolvimento é criar relações mais equilibradas com e entre os diversos *stakeholders*, onde as vozes dos que recebem o maior impacto da organização não fiquem na sombra dos interesses dos que têm maior poder de pressão.

Surge então a necessidade de identificar e priorizar as relações com os *stakeholders*-chave/referenciais.

Por opção metodológica, respondemos a esta questão através do modelo proposto pela **One World Trust** em “**The Global Accountability Project Framework**”.



→ www.oneworldtrust.org

equilíbrio e equidade na relação com os stakeholders

os stakeholders-chave/referenciais devem ser identificados e o seu envolvimento é priorizado segundo os seguintes factores:

influência

- ▶ o processo de envolvimento deve ter em conta os stakeholders que têm poder para influenciar a organização e assegurar que as necessidades e interesses dos stakeholders mais vulneráveis e “sem voz” também são tidas em consideração.

responsabilidade

- ▶ o processo de envolvimento deve ter em conta que uma organização tem diferentes níveis e tipos de relacionamentos e responsabilidades para com os diferentes stakeholders identificados, nomeadamente: responsabilidades legais, éticas, económicas e financeiras, ambientais e sociais.

representatividade

- ▶ o processo de envolvimento deve ter em conta o grau de legitimidade que os stakeholders identificados têm para representar realmente as necessidades e interesses do seu grupo e dos seus elementos e qual o número de elementos que representam.

como identificar os stakeholders representativos?

tendo por base o modelo de mapeamento já apresentado e a matriz de influência e dependência de stakeholders proposta pela **AccountAbility**, identificámos e priorizámos os seguintes stakeholders como representativos para o processo de envolvimento:

stakeholders internos	associados	membros da assembleia- geral
	directivos	membros do conselho fiscal
		membros do conselho directivo
		membros da direcção executiva
	colaboradores	colaboradores - sede
		colaboradores - delegações
	voluntários	voluntários - sede
		voluntários - delegações

Ao nível dos stakeholders internos, priorizámos o envolvimento dos membros dos órgãos sociais, necessário para a validação do início do processo, e dos colaboradores da sede, visto ser sobre estes que recai o principal esforço de sistematização das acções.



→ www.accountability21.org

Directrizes GRI G3

→ 3.5, 4.15

← tabela 11 - stakeholders internos oikos



- www.dreamsolutions.pt
- www.avina.net
- www.grupcies.com
- www.kpmg.pt
- www.pt.sgs.com
- www.plataformaongd.pt
- www.whiteband.org
- www.socialwatch.org
- www.mcs.oikos.pt

tabela 12 – *stakeholders* externos oikos parceiros estratégicos, redes de pertença e redes solidárias ↗

stakeholders externos	parceiros estratégicos de profissionalização	gestão da informação – Dreamsolutions
		gestão do conhecimento – Avina e Cies
		gestão do recursos humanos – KPMG
		gestão do <i>fundraising</i>
		auditoria e certificações – KPMG e SGS
	redes de pertença	Plataforma – ONGD Portugal
		GCAP
		Social Watch
	redes solidárias oikos	Movimento de Cidadãos Solidários oikos
		GED oikos
		NED oikos
		Doadores

- www.ec.europa.eu/echo
- www.ec.europa.eu/europeaid
- www.ipad.mne.gov.pt
- www.unicef.pt
- www.avina.net
- www.gulbenkian.org
- www.flad.pt
- www.cafod.org
- www.trocaire.org
- www.intermonoxfam.org
- www.icco.nl/pt

tabela 13 – *stakeholders* externos oikos financiadores ↗

Sendo o processo de profissionalização vital para assegurar a aquisição e o desenvolvimento de competências, priorizámos o envolvimento dos parceiros estratégicos de profissionalização.

Em termos de redes de pertença, iniciámos o processo com a Plataforma ONGD Portugal, considerando que a oikos é membro da direcção e possibilita, desde o primeiro momento, o envolvimento do terceiro sector.

A opção do GCAP prende-se com a importância directa na actividade de influência pública da oikos.

Igual critério foi utilizado para a escolha dos GED oikos, Grupo de Educação ao Desenvolvimento da oikos, grupo dinamizado por professores voluntários da oikos e os NED oikos, Núcleos de Educação ao Desenvolvimento, dinamizados por professores e alunos, em diversos pontos do país, como referencial para as redes solidárias oikos, já que desempenham um papel vital no esforço de Educação para a Cidadania Global.

stakeholders externos	financiadores	instituições públicas	Comissão Europeia	DG ECHO
			Agências gov. para a cooperação	EuropeAid
			Agências das Nações Unidas	IPAD
		instituições do terceiro sector	Fundações	UNICEF
				AVINA
			INGO International Non-Governmental Organizations	Gulbenkian
				FLAD
				CAFOD
		entidades privadas	Trócaire	
			Intermón-Oxfam	
		ICCO		
		Movimento de Empresários Solidários		

Em termos de financiadores, a opção de priorização prendeu-se com a relação institucional de tutela desempenhada pelo IPAD e com a importância estratégica do contrato quadro estabelecido com a DG ECHO, também reflectida na utilização do referencial de auditoria da DG ECHO para a elaboração do presente relatório. No caso da Fundação Avina, a razão da escolha está associada à colaboração sempre dispensada para a profissionalização da oikos.

stakeholders externos	parceiros internacionais	acção humanitária	Practical action (Reino Unido), ACSUR (Espanha)
		vida sustentável	Practical action (Reino Unido), ACRA (Itália), ACSUR (Espanha)
		bem comum	Ecoprogresso, KPMG (Portugal)
		educação cidadania global	CIC-Batá, ECODES (Espanha) Euronatura (Portugal)
		influência pública	Quercus, Amnistia Internacional (Portugal) Médicos do Mundo (Portugal)
	parceiros locais	acção humanitária	Funsalprodese (El Salvador) UNAC (Moçambique)
		vida sustentável	Funsalprodese (El Salvador) UNAC (Moçambique), Universidade Centroamericana (Nicarágua) Cáritas, IECA (Angola)
		bem comum	Câmara Municipal do Cartaxo Câmara Municipal de Oeiras
		educação cidadania global	Rede ED

O processo de envolvimento dos parceiros deverá ser acompanhado pela sistematização de procedimentos para o desenvolvimento e avaliação das parcerias. Esta sistematização será efectuada até ao final de 2007. Contudo, devido ao relacionamento muito próximo de partilha de conhecimento que possuímos com os Médicos do Mundo – Portugal, optámos por iniciar desde já o processo de envolvimento.

stakeholders externos	beneficiários	acção humanitária	beneficiários identificados nos projectos descritos no capítulo 6, página 156.
		vida sustentável	
	grupos alvo	educação cidadania global	grupos-alvo identificados nos projectos descritos no capítulo 6, páginas 166 a 170.
		influência pública	

Os compromissos estabelecidos e o processo de avaliação com os distintos beneficiários das actividades da oikos, devidamente identificados e avaliados segundo as metodologias definidas nas acções e nos projectos, estão a ser alvo de um processo de sistematização, de aprendizagem e de gestão do conhecimento. Este processo encontrará eco nos relatórios de gestão enquadrados no sistema integrado de gestão oikos a implementar a partir de 2008.



→ www.itdg.org
→ www.acra.it
→ www.cicbata.org
→ www.ecoprogresso.pt
→ www.kpmg.pt

→ www.funsalprodese.org.sv
→ www.unac.org.mz

→ www.caritas.org

→ www.cm-cartaxo.pt
→ www.cm-oeiras.pt



tabela 14 – stakeholders externos oikos
parceiros internacionais e locais

relatório de responsabilidade oikos - ano zero

→ capítulo 6, página 156 e 166-170



tabela 15 – stakeholders externos oikos
beneficiários e grupos alvo



relatório de responsabilidade oikos – ano zero

→ capítulo 6, página 116

→ capítulo 4, página 46

que princípios devem reger o processo de envolvimento dos *stakeholders*?

inclusividade

- ▶ todos os *stakeholders* identificados, que sejam significativamente afectados ou afectem a actividade, incluindo os mais vulneráveis e “sem voz”, são convidados a expressar os seus pontos de vista, sem receios ou limitações;
- ▶ com todos os *stakeholders* identificados assumimos, de forma transparente, responsável e em conformidade com as normas, códigos e referenciais acordados, o compromisso de partilhar os resultados e os impactos das actividades.

materialidade e relevância

- ▶ o envolvimento deve focar os temas que são identificados como relevantes pela oikos e pelos *stakeholders* identificados.

exaustividade

- ▶ assumimos um compromisso de transparência na sua relação com os *stakeholders* identificados, disponibilizando toda a informação necessária para a compreensão e avaliação dos seus desempenhos e impactos, permitindo assim a tomada de decisões.

capacidade de resposta

- ▶ procuramos responder de forma adequada e devidamente fundamentada aos impactos da sua actividade, encontrando-se em implementação os procedimentos necessários para corresponder aos comentários, críticas e solicitações dos *stakeholders* identificados.

Como podemos constatar, os objectivos para a primeira etapa do envolvimento dos *stakeholders* foram atingidos no prazo de tempo definido. O processo decorrerá em conformidade com o cronograma apresentado no ponto 4, página 46.



5

oikos – quem somos

5. oikos, quem somos?

somos cidadãos solidários, com uma consciência clara do papel da cidadania global para a promoção da equidade na erradicação da pobreza extrema e na redução das assimetrias económicas e do conhecimento que caracterizam a realidade mundial.

Através da nossa acção, com os diferentes actores sociais, partilhamos esforços e responsabilidades e facilitamos soluções para garantir que todas as pessoas exerçam o direito a uma vida digna.

Fundada em 1988, em Portugal, a oikos – cooperação e desenvolvimento é uma associação sem fins lucrativos, reconhecida internacionalmente como Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD / INGO).

Somos uma associação ecuménica, no sentido universal, enquanto nos aliamos ao esforço de quantos, pessoas e instituições, partilham a visão de um mundo sem pobreza e injustiça, onde o desenvolvimento humano seja equitativo e sustentável à escala local e global.

Independentemente de quaisquer instituições políticas, financeiras ou religiosas, estamos sempre disponíveis para concertar a nossa acção com entidades públicas e privadas que coincidam com os nossos valores, objectivos e propósito de erradicar a pobreza e desenvolver soluções sustentáveis, para que todas as pessoas exerçam o direito a uma vida digna.

Desde 1992, detemos o Estatuto de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública concedido pelo Estado Português.

Em 2000, foi-nos atribuído o Estatuto Consultivo junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).



Directrices GRI G3

→ 2.1 e 2.6



Directrices GRI G3

→ 4.13

→ www.un.org/ecosoc

Em conformidade com os princípios de desenvolvimento da actividade e com a política oikos, a nossa actividade encontra-se estruturada em *continuum* nas áreas da emergência/acção humanitária, desenvolvimento/ vida sustentável e mobilização/ cidadania global.

Toda a intervenção encontra-se estruturada através de programas ou projectos. Desta forma, o papel e a responsabilidade da oikos estão definidos no quadro das parcerias criadas com as distintas entidades públicas ou privadas: colaboradores, promotores, financiadores, doadores, parceiros locais, prestadores de serviço, entidades auditoras, beneficiários e grupos alvo.

O sistema de codificação do tipo de acção, da área de actividade e da fase de intervenção encontra-se descrito no ponto 4.2.

A própria análise da linha de base de performance oikos, descrita no capítulo 6, espelha este modelo.

Estas são as assinaturas dos universos de comunicação associados às respectivas áreas de intervenção:

oikos
cooperação e desenvolvimento

oikos
acção humanitária

oikos
vida sustentável

oikos
cidadania global



relatório de responsabilidade oikos - ano zero

→ capítulo 4, ponto 4.1.4, página 54

capítulo 4, ponto 4.1.6, página 60

Directrizes GRI G3

→ 2.2, 3.8

relatório de responsabilidade oikos - ano zero

→ capítulo 4, ponto 4.2, página 66

→ capítulo 6, página 116



Directrizes GRI G3

→ 2.3

Directrizes GRI G3

→ 2.9

Directrizes GRI G3

→ 2.10

Directrizes GRI G3

→ 2.4

Contamos com uma equipa de 139 colaboradores, 101 voluntários regulares e 549 voluntários pontuais.

Actuamos através de delegação própria nos seguintes países: Portugal, Bolívia, Peru, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Cuba, El Salvador, Angola, Moçambique e Indonésia, mantendo parcerias com mais de 25 organizações locais que reúnem, no seu conjunto, uma força de trabalho superior a 15 mil pessoas.

Atendendo ao facto de se tratar do primeiro relatório, cujo objectivo é definir um marco de referência, não existiram alterações referentes à dimensão, à estrutura organizacional ou ao modelo de governo.

A organização não recebeu prémios durante o período a que se refere o relatório.

Contactos da sede e das delegações:

Portugal (Sede)

Rua Visconde Moreira de Rey, 37 – 2790-447 Queijas, **Linda-a-Pastora, Oeiras**

Telefone (+351) 21 882 3630 · Fax (+351) 21 882 3635 · E-mail oikos.sec@oikos.pt

Angola Rua Comandante Gika Nº 311, Cave Q - Bairro Maianga, **Luanda**

Telefone (+244) 222 32 0941 · Fax (+244) 222 32 0941 · E-mail oikos.angola@ebonet.net

Moçambique Av. Paulo Samuel Kankhomba 487 R/C, **Maputo**

Telefone (+258) 21 496 168 · Fax (+258) 21 496 168 · E-mail oikos.moz@tvocabo.co.mz

Indonésia Jl. Wedana, no. 146, Lam Ara - 23238 **Banda Aceh**

Telefone (+62) 651 742 1955 · Telefone+Fax (+62) 651 418 43

E-mail joao.monteiro@oikos.pt

Bolívia Calle Juan XXIII – Nº 26 · Zona Belen; Edificio San Lorenzo · Planto Baja · **La Paz**

Telefone (+591) 2 212 05 57 · Fax: (+591) 2 231 02 57 · E-mail oikosbol@ceibo.entelnet.bo

Cuba Calle Calzada e/ 2 y 4 - Plaza de la Revolución, **Ciudad de La Habana**

Telefone (+537) 835 72 55 · Fax (+537) 831 04 49 · E-mail oikosclub@enet.cu

Guatemala 7ª Av. 13-39 Edificio Alameda, Apto. 411 - Zona 9, **Ciudad de Guatemala**

Telefone (+502) 23 32 81 54 · E-mail aram.cunego@oikos.pt

Honduras Avenida Costa Rica - Predio Bella Vista - Apt 14, Las Lomas del Guijarro,

Tegucigalpa

Telefone (+504) 337 608 91 · E-mail Bruno.neto@oikos.pt

Nicarágua Bello Horizonte, Iglesia Pío X 1c Norte (Lago) y 1/2c. Oeste (abajo) Casa T-I-8,

Managua

Telefone (+ 505) 249 3954 · Fax (+ 505) 249 6176 · E-mail oikos@ibw.com.ni

Peru Calle Junín Mz. GB Lte. 39 - 2ª etapa Sta. Patrícia, distrito de La Molina, **Lima**

Telefone (+51) 1 349-1648 · Fax (+51) 1 349-1648 · E-mail oikos@oikos.org.pe

El Salvador Condominio Residencial Los Pinares - Apartamento 111 B

Boulevard La Sultana - Antiguo Cuscatlán, **La Libertad**

Telefone (+503) 22 43 74 20 · E-mail sara.ruiz@oikos.pt

breve apontamento histórico

Constituição e Génese

Em Outubro de 1986 realizou-se, na cidade da Figueira da Foz, um Seminário Internacional para ONG do Norte e do Sul da Europa, promovido pela EECOD – European Ecumenical Organisation for Development.

Um grupo de Portugueses, presentes a título pessoal, são animados a traçar um projecto de constituição de uma ONG portuguesa, vocacionada para o desenvolvimento e a cooperação.

A 23 de Fevereiro de 1988 constitui-se juridicamente a associação, por escritura realizada no 9.º Cartório Notarial de Lisboa. A publicação dos Estatutos em Diário da República (D.R. nº 104) acontece a 5 de Maio de 1988. A Comissão Instaladora da Organização, constituída por Jardim Gonçalves, Luís de França e Guilherme Pereira, é eleita em 21 de Março de 1988. A 10 de Maio de 1990 é eleita uma nova Comissão Instaladora formada por Jardim Gonçalves, Luís de França, Guilherme Pereira, Jeremias Carvalho e David Valente.

A primeira Assembleia-geral, com a primeira eleição dos órgãos sociais, efectuou-se a 16 de Outubro de 1991, sendo constituída por 19 associados, os cinco membros da comissão instaladora e 14 convidados.

Cooperação com os Países em Desenvolvimento

África

Angola. Abertura da Representação em 1989 e assinatura de um Protocolo de Cooperação com o Estado angolano em 1990. Os primeiros projectos no terreno remontam a 1991:

Cuíje 91: Reintegração Social de Famílias Deslocadas (Malange).

Tchitula – Vida Nova. Reintegração Social de Soldados Desmobilizados (Huambo).

Guiné-Bissau. Cooperação com parceiros locais entre 1994 e 1996. Representação permanente entre 1997 e 2000, com projectos de acção humanitária, durante a epidemia de cólera de 1997/98 e confrontos armados.

Moçambique. Representação permanente desde 1990, ano da assinatura de um Protocolo de Cooperação com o Governo moçambicano. Os primeiros projectos no terreno remontam a 1989: Centro de Dia para as Crianças de Rua em Mavalane(Maputo); Lichinga 91 – Programa de Desenvolvimento Integrado (Niassa).

América Latina

Argentina. De 1997 a 1998, apoio ao resgate e valorização das culturas indígenas da Argentina.

Brasil. De 1991 a 1998, realização de vários projectos de fortalecimento dos actores locais, meios de vida sustentáveis e de influência das políticas públicas para o desenvolvimento rural (orçamento participativo, género, educação e prevenção do trabalho infantil), com particular incidência no Estado da Bahia (Nordeste), com parcerias com organizações locais como o MOC – Movimento de Organização Comunitária, a APAEB – Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia.

Bolívia. De 1993 a 1995. Fortalecimento de organizações sociais e género, nomeadamente nas zonas mais dependentes das indústrias extractivas. A partir de 2001, estabeleceu-se uma representação permanente do país para a implementação de dois projectos na região andina do país, orientados para a segurança alimentar e para o exercício dos direitos no acesso à saúde.

Chile. De 1990 a 1997, projectos de reabilitação e integração social de jovens toxicodependentes e alcoolizados.

Cuba. Representação permanente desde 1994. Os primeiros projectos no terreno remontam a 1994: “Planos Globais de Ajuda Humanitária a Favor da População Cubana”.

El Salvador e Guatemala. Desde 2001. Reporta à representação na Nicarágua.

Honduras. De 1994 a 1996, projectos realizados em especial da comunidade Gargífona, de origem africana. Estabelecimento de uma representação permanente, a partir de 1998, para implementação de vários projectos de acção humanitária em resposta ao Furacão Mitch.

Nicarágua. Desde 2002. Neste momento a oikos tem uma representação regional em Manágua e presença efectiva na Nicarágua, Honduras, El Salvador e Guatemala.

Panamá. De 1995 a 1996, com projectos ao nível dos meios de vida sustentáveis / agricultura familiar de sectores vulneráveis.

Peru. De 1992 a 1999. Em parceria com a ONG local COPROFAM, a oikos implementa vários projectos na zona andina, orientados para segurança alimentar e geração de rendimento, e na periferia de Lima, no apoio à saúde materno-infantil e à educação infantil das comunidades mais pobres. A partir de 2001, estabeleceu-se uma representação permanente, que actualmente abrange o Peru e o Equador, para implementação de projectos de acção humanitária, preparação de catástrofes e vida sustentável.

Uruguai. De 1993 a 1998, projectos orientados para a inserção socio-profissional de jovens em situação de risco e integração plena das minorias étnicas.

Ásia

Timor-Leste. De 1999 a 2002, projectos de acção humanitária, no domínio da reactivação da produção agrícola e na organização dos serviços de saúde dos distritos de Aileu e Manufahi.

Indonésia. Após o tsunami de Dezembro de 2004, estabeleceu-se uma representação permanente em Banda Aceh, que se mantém até à actualidade.

A intervenção está orientada para o apoio aos sectores de água, saneamento e saúde pública. Os primeiros projectos tiveram como objectivo assistir os deslocados internos nos campos de reassentamento temporário. Actualmente, o objectivo é contribuir para a reabilitação das infra-estruturas e serviços essenciais (escolas, água e saneamento, saúde pública).

Educação para a Cidadania Global

Promoção de projectos e programas de educação para o desenvolvimento (ED), através de informação, sensibilização, formação e mobilização social em torno da construção de cidadãos conscientes das suas responsabilidades, foi sempre uma das prioridades da organização.

Durante a década de 90, a estratégia passou pela realização de três tipos de projectos, organizados em torno de públicos-alvo específicos:

Comunidades Educativas: ensino pré-escolar, básico, secundário e universitário. Terceiro Mundo na Escola (1989/90); Um Mundo de Crianças (1991-1996); Um Só Mundo para Todos (1991-1994); Um Mundo de Culturas (1995-1997); Semear a Solidariedade (1996-1998); Ano 2000: Por um Mundo mais Solidário (1998-2000). A partir de 1999, a estratégia passou a focalizar-se menos em projectos e mais no apoio à formação de multiplicadores, como sejam os **Nedoikos – Núcleos de Educação para o Desenvolvimento da oikos**.

Como grandes impactos podemos apontar a introdução de temas ligados à ED nos currícula oficiais de diversas áreas, com destaque para a geografia e a economia; a introdução do debate da interculturalidade em Portugal; a valorização da educação em valores (educação para a solidariedade, cidadania, etc.) e o desenvolvimento e disseminação de metodologias activas.

Movimento Associativo/Actores Sociais. Entre 1992 e 1999, foram implementados 60 projectos em parceria com associações de desenvolvimento local, cooperativas, grupos informais de jovens, associações das Igrejas, Imprensa Regional e sindicatos abordaram os temas: desenvolvimento local e desenvolvimento global; migrações e desenvolvimento; interculturalidade; consumo responsável e comércio justo.

Projectos Temáticos. Orientados para a sensibilização da Opinião Pública, Media e Decisores Públicos seguiram de perto os grandes temas das conferências das Nações Unidas e/ou grandes eventos de índole cultural. “Pela Terra e Pela Gente” (1992-1993) - Cimeira do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento; “Culturas em Diálogo” (1994) - “Lisboa - 94/Capital Europeia da Cultura”; “Espaços em Diálogo” - “Criar e Recriar o Habitat Humano” (1996) - Conferência das Nações Unidas sobre o Habitat; “Oceano de Ideias” (1998) - EXPO 98; “A Europa no Mundo, o Mundo na Europa” .

Desde 2000, tem-se privilegiado um trabalho baseado em linhas de acção, cada uma trabalhada com uma maior variedade de metodologias e estratégias, apropriadas aos vários públicos-alvo: actores sociais, comunidades educativas, media, opinião pública e decisores políticos. Responsabilidade Social das Empresas (desde 2001); Financiamento alternativo do Desenvolvimento/Finança Ética (desde 2003); Migrações e Tráfico de Seres Humanos (desde 2003); Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (desde 2005) .

Influência Pública

Desde sempre procurámos dar voz aos sectores mais vulneráveis da população mundial, projectando as suas aspirações junto dos decisores públicos. Influenciar as políticas públicas torna-se, pois, uma responsabilidade permanente que assumimos.

Acompanhamento das Cimeiras e Debates no domínio da Cooperação para o Desenvolvimento

- ▶ 1990-1991 Perdão da dívida externa. Interpelação do Governo Português durante o processo de renegociação da dívida dos PALOP;
- ▶ 1992 Preparação e presença na Cimeira do Rio de Janeiro sobre Ambiente e Desenvolvimento; Acompanhamento da Presidência Portuguesa da UE;
- ▶ 1993-1994 Acompanhamento do Uruguai Round - Comércio e Desenvolvimento; Interpelação do Governo e Assembleia da República em torno da Conferência Internacional de Viena sobre os Direitos Humanos; Revisão de meio percurso dos Acordos de Cooperação entre a União Europeia os países ACP - África, Caraíbas e Pacífico (Lomé IV).
- ▶ 1995 Preparação das Cimeiras de Copenhaga (Desenvolvimento Social) e Pequim (Género). Preparação da Conferência Intergovernamental de revisão do Tratado da União Europeia e Reforma das Instituições Europeias: propostas dirigidas ao Governo, à Assembleia da República e aos deputados portugueses do Parlamento Europeu.
- ▶ 1996-1997 Conferência de Istambul (Habitat II) e de Roma (Segurança Alimentar); propostas prévias e interpelação quanto ao seguimento; integração da Comissão Interministerial sobre o Habitat.
- ▶ 1997-2000 Participação nos debates sobre o Post-Lomé IV (Acordos de Cotonou). Participação no processo de consulta do Livro Verde, interpelações ao Governo Português, aos deputados, Ministério da Cooperação em Moçambique e Embaixadas dos PALOP em Portugal.
- ▶ 2002-2004 Cimeira de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável (2002). Participação em representação da Plataforma Portuguesa das ONGD. Acompanhamento e propostas em torno da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2004).
- ▶ 2003-2004 Acompanhamento das negociações em torno do Tratado Constitucional da UE. Propostas, em articulação com a rede de ONGD Eurostep, relativas à responsabilidade da Europa no Mundo.
- ▶ 2005-2006 Acompanhamento da Cimeira do Milénio+5, com lançamento da campanha “Pobreza Zero”, e monitorização dos compromissos de Portugal e da UE em torno dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Campanhas de Sensibilização e Influência Pública

As campanhas têm sido organizadas em torno dos grandes temas da Cooperação Internacional, seguindo de próximo a agenda das Cimeiras das Nações Unidas e os grandes debates relativos à responsabilidade da Europa no Mundo.

- ▶ 1992 **“Há lugares no Mundo onde a vida não tem cor. Queremos dar cor à Vida e ao Mundo”**. Uma campanha em torno da preparação e acompanhamento da Cimeira do Rio 92;
- ▶ 1993 **“Diferentes entre Iguais”** . Campanha de resposta ao recrudescimento do racismo e xenofobia em Portugal e na Europa e que seria precursora da campanha mundial “Todos diferentes, Todos Iguais” lançada no ano seguinte;
- ▶ 1995 **“Para que haja um sorriso em cada rosto. Os novos rostos da Europa”**. Campanha no âmbito da discussão do Acordo de Shenguen e em torno da construção de uma atitude positiva na cidadania Europeia (interculturalidade) perante o aumento dos fluxos migratórios, oriundos dos Países em Desenvolvimento;
- ▶ 1996 **“Vamos dar mais Tectos ao Mundo”**. Campanha associada à Cimeira de Istambul (Habitat II), dedicada ao tema do Habitat Humano;
- ▶ 1997-1998 **“Alimentamos o Sonho de um Mundo sem Fome”** e **“Semeamos o saber para colher a abundância”**. Campanha na sequência das propostas da Cimeira Mundial da Alimentação, promovida pela FAO em Roma, em 1996.

A partir de 1998, a oikos começa a promover campanhas nacionais, inseridas em iniciativas de articulação mundial:

- ▶ 1998 **“Marcha Global contra o Trabalho Infantil”**. Dinamização de uma coligação/campanha nacional em torno da prevenção e luta contra o trabalho infantil, inserida na iniciativa mundial “Global March against Child Labour”.
- ▶ 1999-2005 **“Global Campaign for Education”**. Campanha Global da Educação para Todos, Criada em Outubro de 1999, durante a preparação do Fórum Mundial da Educação, por uma coligação internacional de organizações da sociedade civil. Actualmente representa ONGD e sindicatos de professores em mais de 100 países. Em Portugal, formou-se uma Comissão Coordenadora da qual fazem parte a oikos, o Comité Português para a UNICEF, a CNAsti - Confederação Nacional de Acção Sobre o Trabalho Infantil e o ISU/ESE de Viana do Castelo. A oikos dinamizou esta iniciativa no nosso país até 2005.
- ▶ Desde 2005 Campanha **“Pobreza Zero”** (www.pobrezazero.org). Lançada pela oikos em Junho de 2005, a campanha tem por missão “mobilizar a sociedade portuguesa para a acção em torno da luta contra a pobreza e para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”. Actualmente é gerida por um consórcio de 4 ONG (oikos, Amnistia Internacional, Quercus, Médicos do Mundo) e articula parcerias várias com ONG, associações, empresas e Câmaras Municipais. Representa em Portugal o Apelo Global de Acção contra a Pobreza “GCAP – Global Call for Action Against Poverty”, um dos maiores movimentos de mobilização social de toda a história.

5.1

o nosso modelo de *governance*

Com a preocupação de manter a coerência metodológica utilizada na elaboração do presente relatório, a caracterização da oikos está enquadrada pela política e pelos quatro pilares da sustentabilidade oikos: *governance*, cadeia de valor responsável, responsabilidade ambiental e responsabilidade social.

governança e envolvimento dos *stakeholders* identificados

somos um espaço aberto que possibilita aos cidadãos assumirem o seu compromisso ético de promoção do desenvolvimento humano e sustentável à escala local, regional e global;

assumimos um modelo de governança transparente, suportado por uma gestão integrada de processos e centrado nos resultados, promovendo uma cultura de excelência, de melhoria contínua e de envolvimento e corresponsabilização dos *stakeholders* identificados, potenciando assim a nossa capacidade de criação de confiança e de resposta perante as expectativas e exigências dos diferentes actores sociais.

o nosso modelo de *governance* encontra-se estruturado através dos seguintes órgãos sociais eleitos: assembleia-geral, comissão fiscalizadora, conselho directivo e direcção executiva.

► **assembleia-geral**

é o órgão soberano da oikos e é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos, sendo presidida pela mesa da assembleia-geral, constituída por um presidente, um secretário e um vogal;

o processo de tomada de decisão é assegurado por um sistema de votação um associado, um voto;

é da exclusiva competência da assembleia-geral deliberar sobre:

as linhas fundamentais da actuação da associação, propostas pelo conselho directivo;

eleger os titulares dos cargos dos órgãos sociais e destituí-los, ocorrendo justa causa;

apreciar e votar, anualmente, o relatório & contas do conselho directivo, ouvido o parecer da comissão fiscalizadora;

deliberar sobre a modificação dos estatutos e extinção, fusão ou cisão da assembleia;

deliberar sobre as matérias que não sejam da competência dos outros órgãos da associação.

► **comissão fiscalizadora**

é composta por três titulares: um presidente, um secretário e um vogal;

competete à comissão fiscalizadora: fiscalizar a escrituração, livros e documentos, acompanhar as sessões do conselho directivo sempre que julgue necessário e dar parecer sobre o relatório & contas do exercício.



Directrizes GRI G3

→ 4.1 e 4.2



Directrizes GRI G3

→ 4.1, 4.2 e 4.4



Directrizes GRI G3

→ 4.3, 4.5

▶ **conselho directivo**

é constituído por um número ímpar de titulares, no mínimo de 5 e no máximo de 9, compreendendo um presidente, um secretário, um tesoureiro e vogais; no actual mandato do conselho directivo, este órgão é constituído por 9 membros; apenas o secretário desempenha funções executivas como director-geral executivo; como membros do conselho directivo não auferem qualquer tipo de remuneração; compete ao conselho directivo, sem prejuízo do demais previsto na lei ou nos estatutos: representar a associação em juízo ou fora dele; definir as linhas gerais da actividade da associação e propô-las à deliberação da assembleia-geral; aprovar os regulamentos internos e modificá-los; validar a actividade de gestão da direcção executiva; deliberar sobre o relatório & contas do exercício, planos estratégicos, planos de actividades, planos orçamentais, estrutura funcional, quadro de pessoal e organigramas dos serviços elaborados pela direcção executiva.

A constituição dos órgãos sociais eleitos é a seguinte:

▶ **mesa da assembleia-geral**

presidente: Ernâni Lopes
secretária: Cristina Peixinho
vogal: Sarsfield Cabral

▶ **comissão fiscalizadora**

presidente: António Cunha Vaz
secretária: Maria Teresa Fonseca
vogal: Jorge Oliveira Pinto

▶ **conselho directivo**

presidente: José Alberto dos Reis Lamego
secretário: João José Nunes Fernandes
tesoureiro: José Melo Torres Campos
vogal: José do Canto Moniz
vogal: António José Paulino
vogal: Maria Luísa de Oliveira Pegado
vogal: Matilde Sousa Franco
vogal: Vitor Manuel Carola
vogal: Miguel Anacoreta Correia

A gestão executiva da associação é assumida pela direcção executiva, sendo da sua responsabilidade a gestão integrada, através do modelo de desenvolvimento sustentável e de melhoria contínua, nomeadamente: desenhar, planificar, rever e garantir a execução, após validação do conselho directivo, dos planos estratégicos, planos de actividades, orçamentos, recursos humanos e serviços partilhados. Elaboração dos relatórios de gestão, de actividades e contas para aprovação do conselho directivo.

No formato actual, a direcção executiva é composta por:

- ▶ um director-geral executivo, que coordena a direcção executiva e é membro de pleno direito do conselho directivo, sendo responsável pela articulação da estrutura executiva com os órgãos sociais, representação oficial, gestão estratégica do *fundraising* e corresponsabilidade na gestão estratégica, financeira e operacional com os directores das respectivas áreas;
 - ▶ um director de operações, responsável pela gestão operacional, dos programas e projectos nas áreas de acção humanitária, vida sustentável e cidadania global e pela gestão estratégica das delegações;
 - ▶ um director de desenvolvimento, responsável por: planeamento estratégico, gestão do processo de profissionalização e mudança, gestão do sistema integrado de gestão oikos e, ao nível dos serviços partilhados, gestão dos recursos humanos, qualidade e inovação e comunicação;
 - ▶ um director administrativo e financeiro, responsável por: planeamento estratégico da área administrativa e financeira, gestão financeira da organização, gestão do serviço partilhado administrativo e financeiro, na sede e nas delegações, e coordenação com os serviços de contabilidade e de auditoria prestados por fornecedores externos.
- ▶ A constituição da **direcção executiva** é a seguinte:
director-geral executivo: João José Nunes Fernandes
director de operações: Ricardo Domingos
director de desenvolvimento: João Carvalho
director administrativo e financeiro: Elias Ribeiro (interino)



Directrizes GRI G3

→ 4.1

**Directrizes GRI G3**

→ 4.4

relatório de responsabilidade oikos – ano zero

→ capítulo 4.3, página 72

Directrizes GRI G3

→ S02, S03, S04

relatório de responsabilidade oikos – ano zero

→ capítulo 6, ponto 6.6, página 160

Directrizes GRI G3

→ S05, S06

Directrizes GRI G3

→ 2.3

conselho de gestão de risco - *multistakeholder*

Outra consequência do plano estratégico 2007/2010 é a institucionalização, a partir de 2008, do **conselho de gestão de risco - *multistakeholder***, representativo dos *stakeholders* identificados como vitais para a gestão de risco global, inerente à actividade da oikos e à sustentabilidade dos seus resultados.

Correspondemos, assim, a uma recomendação de alguns financiadores e operacionalizamos, formalmente, um espaço vital para a dinamização do processo de envolvimento sistemático dos *stakeholders* identificados iniciado em Abril de 2007 e referido no capítulo 4, ponto 4.3.

A constituição prevista para o conselho de gestão de risco - *multistakeholder* integra representantes dos membros dos corpos sociais, a direcção executiva, representantes dos colaboradores e voluntários e representantes dos *stakeholders* considerados referenciais.

fraude, corrupção e políticas públicas

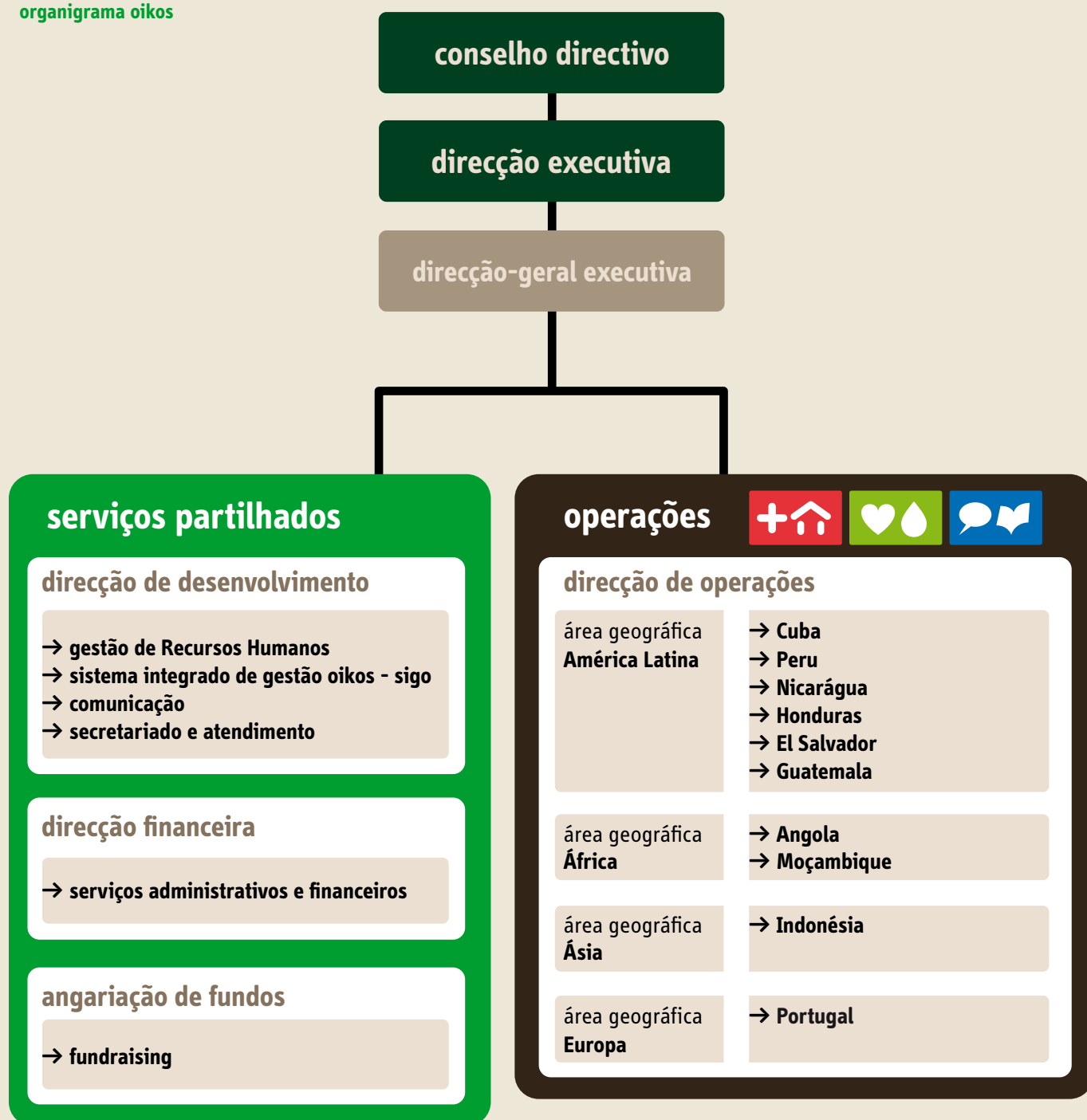
Como se pode verificar no nosso código de conduta ética, nos nossos princípios de desenvolvimento da actividade e na nossa política oikos, assumimos compromissos e práticas de concorrência leal, anti-fraude e anti-corrupção, bem como procedimentos para a investigação de casos suspeitos. Esta informação foi validada na última auditoria organizacional efectuada pela CE/DG-ECHO, na qual foi recomendada uma acção de formação para os colaboradores nas delegações que será operacionalizada durante 2008.

Salientamos ainda que, numa possível ocorrência, o procedimento possibilita a acessibilidade directa aos órgãos máximos de governo sem influência da estrutura hierárquica.

Em termos de intervenção em políticas públicas, a nossa actividade encontra-se descrita no capítulo 6, na parte referente aos projectos de cidadania global. Em coerência com os nossos princípios de imparcialidade, neutralidade, independência, integridade e bom governo, a oikos não efectua qualquer tipo de contribuição financeira ou em espécie a partidos políticos ou instituições relacionadas em qualquer um dos países onde desenvolve actividade.

organigrama funcional

Tendo por base o processo de reposicionamento estratégico e de profissionalização da estrutura, apresentados no capítulo 4, procedeu-se à reestruturação da organização, traduzida no organigrama funcional apresentado na página seguinte:





Directrizes GRI G3

→ S07, PR9

Directrizes GRI G3

→ 4.13

→ www.plataformaongd.pt

→ www.animar-dl.pt

5.2

criar valor partilhado

Na análise das oportunidades de actuação e nos processos de tomada de decisão, quer em termos individuais quer em contexto de parceria, assumimos a responsabilidade da gestão racional e partilhada dos recursos humanos, económicos, sociais, naturais e culturais para o benefício das gerações presentes e futuras.

Promovemos a criação de cadeias de valor sustentáveis, assentes em dinâmicas de transformação social, de parcerias tri-sectoriais e cooperitividade para o desenvolvimento de comunidades locais e regionais, competitivas e responsáveis, sendo todas as actividades avaliadas em termos de agregação de valor, escala e reapplicabilidade e os resultados alvo de um processo de melhoria constante.

Proibimos expressamente as práticas ilegais de corrupção, de comissões, de facturação falsa, de favorecimento a entidades públicas ou privadas e de concorrência desleal para a obtenção de vantagens competitivas. Durante o período analisado, nunca fomos alvo de acções judiciais por concorrência desleal, práticas de monopólio ou de corrupção, ou de multas e sanções não monetárias relacionadas com o não cumprimento de leis e regulamentos que regem a nossa actividade.

os nossos parceiros

a nossa especificidade, a capacidade de intervenção e de obtenção de impactos sustentáveis dependem da excelência da rede de parcerias de valor acrescentado que potenciamos, tanto à escala global como regional e local, entre cidadãos, entidades públicas e entidades privadas.

Não actuamos sozinhos nem nos substituímos às comunidades e organizações locais, verdadeiros protagonistas do desenvolvimento.

Trabalhando em rede, a nossa acção é realizada em parceria com governos e autarquias, organizações não governamentais e grupos de base, empresas, igrejas, centros de cultura e associações profissionais.

Em 2006/2007, a oikos continua a sua intervenção em 9 países em desenvolvimento, mantendo parcerias com mais de 25 organizações locais que reúnem, no seu conjunto, uma força de trabalho superior a 15 mil pessoas.

redes e plataformas

para consolidar o trabalho efectuado com os parceiros locais e potenciar a criação de conhecimento partilhado, pertencemos a redes nacionais e internacionais.

Plataforma Portuguesa das ONGD

reúne 49 Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas. A oikos é membro da direcção;

ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

uma rede para o desenvolvimento local em meio rural que, desde Março de 1999, alargou o seu âmbito de intervenção a territórios urbanos e tem agora dimensão nacional.

EUROSTEP - *European Solidarity Toward Equal Participation of People*

rede europeia que luta por uma sociedade mais solidária e participativa, vocacionada para o debate das políticas de cooperação junto da União Europeia, do Banco Mundial, FMI, OMC e outras IGO; um dos projectos mais significativos da Eurostep é a publicação anual do Relatório da Ajuda - Reality of Aid, um dos relatórios mais conceituados a nível internacional no que diz respeito à análise e avaliação da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

CIFCA - *Copenhagen Initiative for Central America and Mexico*

organização constituída para monitorizar e influenciar as políticas da União Europeia para a América Central.

European Platform for Conflict Prevention and Transformation

rede de 150 ONG europeias envolvidas na prevenção e/ou resolução de conflitos violentos a nível internacional.

Social Watch

coligação internacional de monitorização dos compromissos e avanços efectivos das políticas de erradicação da pobreza e equidade de género dos governos e organismos internacionais; anualmente é produzido um relatório “Social Watch/Observatório da Cidadania”, sendo a oikos a única instituição portuguesa membro desta coligação.

Global Call for Action Against Poverty

coligação de mais de 900 organizações em 70 países, responsável pela campanha global de luta contra a pobreza; em Portugal, a campanha intitula-se “**PobrezaZero**” e foi lançada e liderada pela oikos até 2007, sendo actualmente dinamizada por um consórcio de que fazem parte a **oikos**, a **amnistia internacional**, a **quercus** e os **médicos do mundo**.

CE/DG-ECHO

é o departamento de ajuda humanitária da União Europeia, que providencia assistência de emergência às vítimas de desastres naturais ou conflitos armados, fora da União Europeia, e é o maior financiador nesta área; através do seu fundo de financiamento, todos os anos são ajudados 18 milhões de pessoas, em mais de 60 países, através de 200 parceiros, entre ONG e agências da ONU.

ECOSOC

é o principal órgão das Nações Unidas de coordenação das actividades económicas e sociais, das 14 agências especializadas das Nações Unidas, das 10 comissões funcionais e das 5 comissões regionais; actua como fórum central de discussão de questões económicas e sociais internacionais e de formulação de recomendações políticas para os estados membros das Nações Unidas.



→ www.eurostep.org

→ www.cifca.org

→ www.conflict-prevention.net

→ www.socialwatch.org

→ www.whiteband.org

→ e.europa.eu/echo

→ www.un.org/ecosoc



Directrizes GRI G3
→ EC1

tabela 16 →
custos e perdas
(valores em Euros)

	2004	2005	2006
Custos e perdas	1.656.175,69	2.189.746,78	3.569.578,14
Total custos operacionais	1.561.079,19	2.107.072,50	3.450.286,65
Total custos e perdas financeiros e extraordinários	95.096,50	82.674,28	119.291,49
Total custos operacionais	1.561.079,19	2.107.072,50	3.450.286,65
Custos Directos Projectos PED	1.141.004,33	1.705.598,19	2.758.474,84
Custos Projectos Nacionais	117.382,61	56.424,33	222.675,54
Custos Estrutura oikos	302.692,25	345.049,98	469.136,27
Total custos e perdas financeiros e extraordinários	95.096,50	82.674,28	119.291,49
Custos e Perdas Financeiras	95.087,60	82.474,28	106.069,41
Custos e Perdas Extraordinários	8,90	200,00	13.222,08

tabela 17 →
fornecimentos e serviços externos
(valores em Euros)

	2004	2005	2006
fornecimentos e serviços externos	246.607,97	196.879,56	382.850,77
custos com o pessoal - remunerações	112.093,24	154.951,94	245.038,69
custos com o pessoal - encargos sociais	22.053,60	28.898,59	40.910,81

Directrizes GRI G3
→ EC8

Atendendo ao foco de actividade da oikos, consideramos que todo o valor dos recursos aplicados nos projectos PED – **€ 2.758.474,84** – podem ser considerados investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos para benefício público, correspondendo assim ao indicador EC8 do GRI G3.

Directrizes GRI G3
→ EC6

Em termos de política de fornecedores, seguimos as directrizes de elegibilidade dos projectos, segundo: fornecedores locais, fornecedores de países em desenvolvimento e fornecedores da comunidade europeia. Apesar da maior parte dos fornecedores serem de origem local e de países em desenvolvimento, o actual sistema de informação não permite a rastreabilidade directa desta informação, facto que será alvo de melhoria a partir de 2008.

Directrizes GRI G3
→ S08

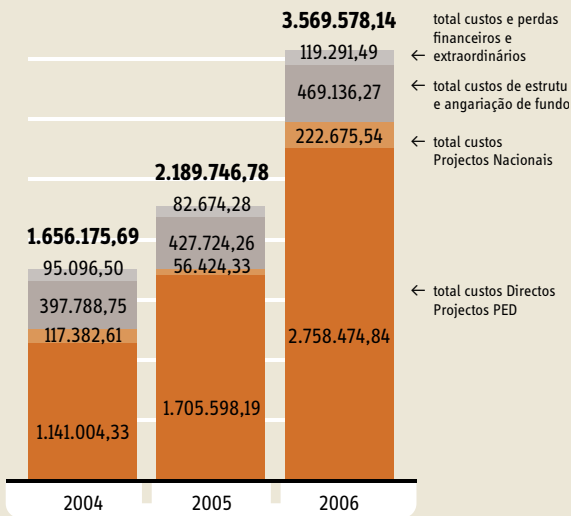
Durante o período de análise deste relatório, a oikos apenas foi alvo de uma multa monetária, no valor de € 135,80, referente a uma multa fiscal por entrega de documentação fora de prazo.



Directrizes GRI G3

EC1, 3.9 ↘

total de custos e perdas
valores em Euros



1. capitais permanentes

corresponde à soma dos fundos próprios mais o passivo de médio e longo prazo

2005 → €2.526.313,77

2006 → €857.206,52

a variação apresentada é justificada pela diminuição do passivo bancário, conjugada com a venda do imóvel da rua de Santiago, 7-9, Lisboa.

2. autonomia financeira

corresponde à razão entre o capital próprio e o activo total a multiplicar por 100

2005 → 25,41%

2006 → 4,89%

o resultado em termos comparativos é explicado pela venda do imóvel cuja actualização do valor de mercado feita em 2005 estava reflectida em fundos próprios.

3. solvabilidade

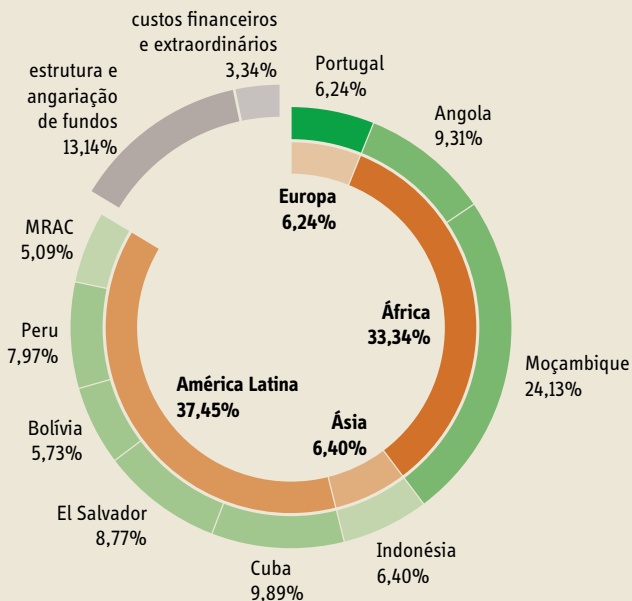
corresponde à razão entre o capital próprio e o passivo total

2005 → 34,06%

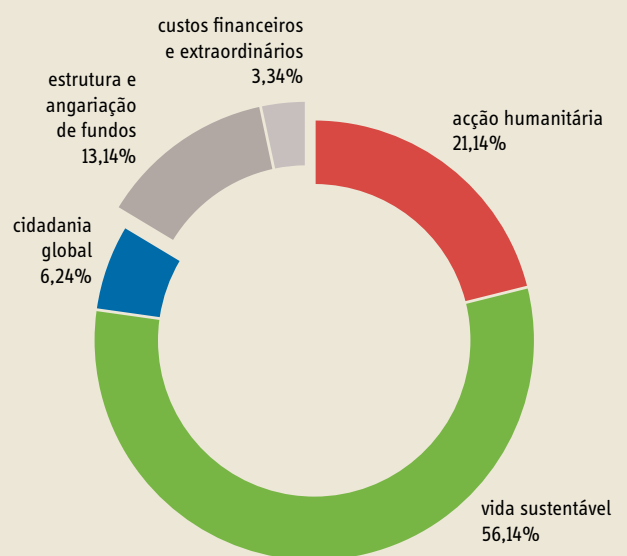
2006 → 5,14%

a variação apresentada deve-se à diminuição dos fundos próprios devido a eliminação da actualização do valor do imóvel da Rua de Santiago e à diminuição do passivo bancário a médio e longo prazo. O grau de diminuição do passivo é superior à diminuição dos fundos próprios.

aplicação dos recursos por país - 2006



aplicação dos recursos por área de actividade - 2006



fundraising ético

Assumimos o compromisso de desenvolver a nossa actividade directa ou partilhada de *fundraising* de forma transparente, respeitando os direitos dos financiadores e dos doadores de serem informados sobre as causas, as necessidades e os resultados atingidos.

Os recursos angariados no âmbito da nossa missão, através de um processo transparente de gestão administrativo-financeira são utilizados de forma a minimizar o risco de má aplicação.

Este é o quadro comparativo 2004, 2005 e 2006 de identificação do *fundraising*:



Directrizes GRI G3

↓ EC1 e EC4

↓ tabela 18- Proveitos e Ganhos (valores em Euros)

Proveitos oikos	2004	2005	2006
Proveitos e ganhos	1.668.829,58	2.243.235,65	3.622.396,01
Subsídios à exploração	1.662.547,20	2.241.479,41	3.566.893,06
Proveitos suplementares, ganhos financeiros e extraordinários	6.282,38	1.756,24	55.502,95
Subsídios à exploração	1.662.547,20	2.241.479,41	3.566.893,06
IPAD	0,00	19.608,96	105.293,28
DGS	0,00	99.599,48	75.385,50
CE/DG-ECHO	76.301,46	248.500,00	323.008,55
CE/DG-DEV	628.485,26	1.348.357,02	1.731.635,91
UNHCR	87.732,42	0,00	0,00
UNICEF	0,00	0,00	142.960,52
Co-financiamento oikos	870.028,06	525.413,95	1.188.609,30
Co-financiamento oikos	870.028,06	525.413,95	1.188.609,30
IPAD	219.100,93	93.886,75	536.678,57
IEFP	0,00	0,00	7.684,92
INGO	433.158,19	136.203,42	409.777,82
Fund	12.570,79	44.744,56	1.200,00
Parceiros Locais	34.529,00	0,00	36.858,22
Fundos Próprios	170.669,15	250.579,22	196.409,77
Fundos Próprios	170.669,15	250.579,22	196.409,77
Campanhas	50.343,71	56.890,50	66.412,37
MCS	42.733,74	42.222,33	41.016,78
Fundo de Empresas	18.500,00	82.281,65	64.598,24
Donativos Gerais	59.091,70	69.184,74	24.382,38



Directrizes GRI G3
← EC1 e EC4

caracterização do fundraising

financiamento público 2006

81,66%

€ 2.912.877,51

financiamento privado 2006

18,34%

€ 654.015,55

gráfico 14
subsídios à exploração
valores em Euros

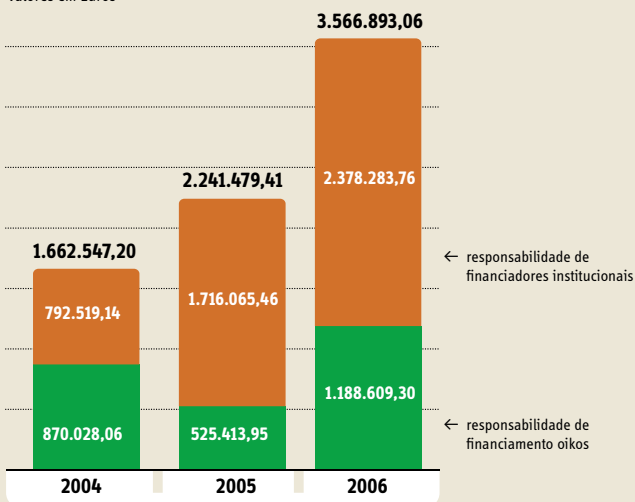


gráfico 15
relação entre financiamento público e privado
valores em Euros

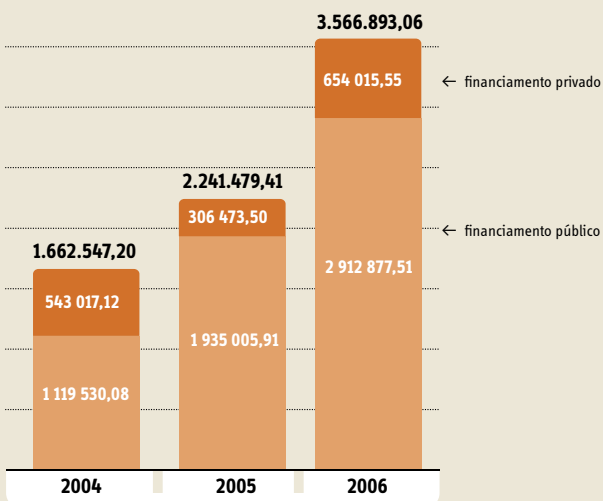


gráfico 16
responsabilidade e proveniência
dos proveitos - 2006

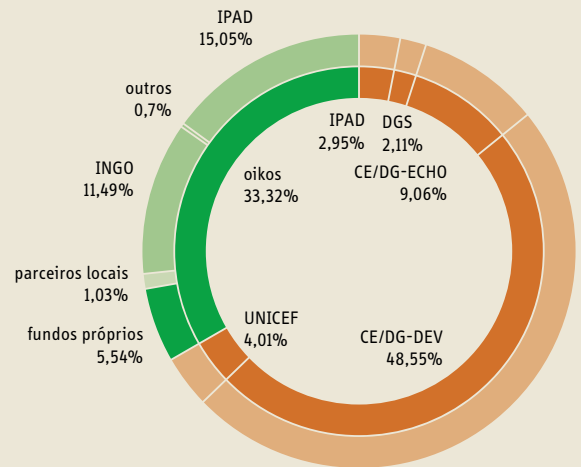


gráfico 17
responsabilidade e proveniência
dos proveitos - 2005

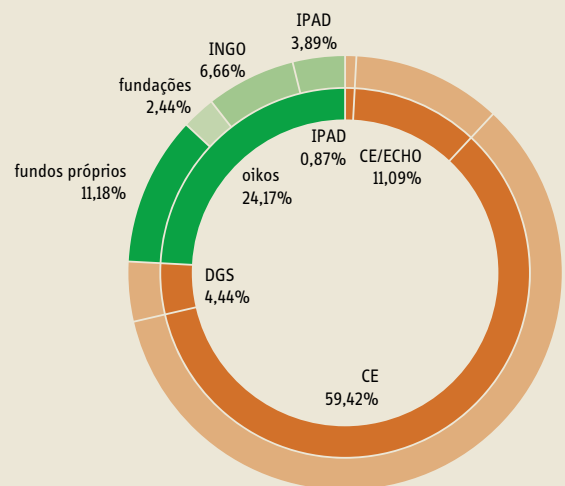
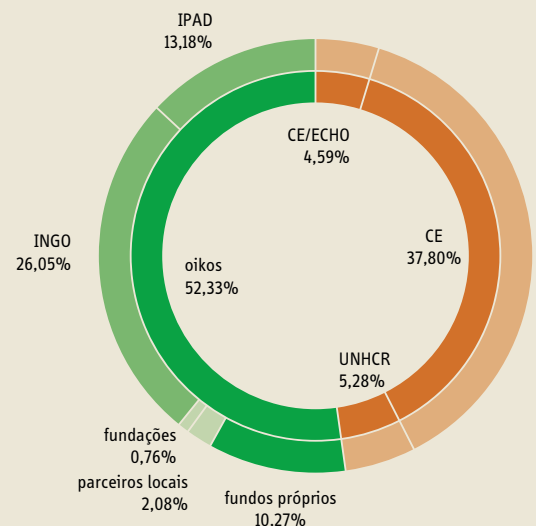


gráfico 18
responsabilidade e proveniência
dos proveitos - 2004



5.3

responsabilidade ambiental

A procura da satisfação dos actuais padrões de vida, sem ter em conta os efeitos colaterais no desgaste não renovável dos recursos naturais, com a produção exponencial de resíduos e a destruição da biodiversidade criaram problemas ambientais de extrema complexidade, à escala local e global com consequências intra e intergeracionais.

As alterações climáticas estão já a afectar profundamente todo o planeta Terra, mas são as populações mais pobres que sofrem em primeiro lugar as consequências, devido à sua maior vulnerabilidade quer em termos físicos quer em termos das actividades de subsistência.

Como referimos no ponto 3.1, a vulnerabilidade às alterações climáticas em países mais pobres implica:

- ▶ aumento do stress aquático e redução da disponibilidade de água potável;
- ▶ maior ameaça à agricultura e à segurança no fornecimento de alimentos;
- ▶ modificações nas fronteiras de diferentes tipos de floresta, ameaças à biodiversidade e implicações adversas para as comunidades suas dependentes;
- ▶ impactos generalizados nos ecossistemas, no nível da água do mar e na agricultura costeira, nas pescas e na saúde humana;
- ▶ grande aumento das necessidades energéticas e consequente impacto em indústrias sensíveis, com diminuição da segurança na produção e distribuição.

criação de valor ambiental, mitigação e adaptação às alterações climáticas

no desenvolvimento da nossa actividade, assumimos o compromisso com a criação de valor ambiental, promovendo a eco-eficiência, através da gestão racional dos impactos da actividade no ambiente e a mitigação e adaptação às alterações climáticas e sua articulação com a redução da pobreza extrema.

São exemplos disso o Projecto de Autonomia e Fortalecimento de 8 Cooperativas Agrícolas do Município de Florência, Província Ciego de Ávila, Cuba, o Projecto Negócios agrícolas sustentáveis para a redução da pobreza no departamento de Apurímac, Peru, e o Projecto de Segurança Alimentar Sekeleka Motaze, com a aplicação de práticas de agricultura biológica e, finalmente, o Programa Binacional para a conservação e gestão participativa dos bosques tropicais do vale do rio Chinchipe, inteiramente dirigido para o desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável de florestas na bacia binacional do Chinchipe com plena participação da população local.

gestão voluntária de carbono

potenciamos uma política de gestão voluntária das emissões de gases com efeitos de estufa e de acções de comunicação e sensibilização internas e externas.

Devido, em grande parte, à especificidade da nossa acção e ao actual sistema de validação da informação, apenas reportamos a actividade da sede, circunscrita ao território português. É nossa expectativa desenvolver competências para que, em 2008, o reporte inclua o impacto dos colaboradores da sede em todas as suas actividades e deslocações correlacionadas com a oikos, quer em Portugal quer no espaço de actividade das delegações. Em 2009, desejamos que o reporte do impacto ambiental abranja a totalidade do universo de intervenção da oikos.

A estimativa de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) associadas à actividade da oikos-sede, no decorrer de 2006, respeitou as directrizes do Greenhouse *Gas Protocol*, que propõe a classificação das actividades que constituem fontes em três âmbitos:

- ▶ **âmbito 1** - emissões directas em equipamentos que são geridos pela organização ou propriedade da mesma, de contabilização e reporte obrigatórios;
- ▶ **âmbito 2** - emissões indirectas associadas à produção de electricidade adquirida, de contabilização e reporte obrigatórios;
- ▶ **âmbito 3** - emissões indirectas em equipamentos que não são geridos pela organização ou propriedade da mesma, mas que resultam da sua actividade, de contabilização e reporte facultativos.

Para o cálculo das emissões foi utilizada uma metodologia coerente com as propostas do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (PIAC), referência para a elaboração dos inventários nacionais das partes da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e do Protocolo de Quioto.

Como poderemos verificar no gráfico 19, as emissões de GEE associadas à actividade da oikos no decorrer de 2006 totalizam cerca de 145 t CO₂, em grande parte devido à contribuição das viagens de avião.

Por unidade de área foram emitidos 99 kg CO₂ e, aproximadamente, 8 t CO₂ por colaborador da sede.

O cálculo das emissões de GEE foi elaborado pela entidade independente Ecoprogresso, Consultores em Ambiente e Desenvolvimento S.A..



Directrizes GRI G3

→ 3.7 e 3.9



→ www.ecoprogresso.pt



Directrizes GRI G3

→ EN16, EN18, EN 26

→ informação sobre o projecto:

Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC):
<http://cdm.unfccc.int/Projects/DB/DNV-CUK1141812568.71/view.html>

filme também disponível em
www.myclimate.org/film/film_karnataka.php



→ cdm.unfccc.int/index.html

compensação das emissões de carbono da sede da oikos

Não sendo possível reduzir as emissões de GEE associadas à actividade da oikos-sede no decorrer de 2006 num valor de 145 t CO₂, a oikos propõe-se compensá-las, contribuindo para a mitigação das alterações climáticas.

Neste sentido, a oikos, como compensação das emissões produzidas, adquirirá CER's (Licenças de Emissão Certificadas) num total de € 3.770, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, ao projecto da Malavalli Power Plant Pvt Ltd. de recolha de resíduos agrícolas para queima em central de produção de electricidade. O valor de compensação é de €26/t.

Trata-se de um projecto para o desenvolvimento rural na Índia, de geração de electricidade a partir de biomassa, prevendo-se uma redução de emissões na ordem das 144.000 toneladas, em 7 anos, através da:

- ▶ substituição de combustíveis fósseis para produção de electricidade;
- ▶ redução das emissões da queima de resíduos nos campos.

A produção de energia, através da queima de resíduos agrícolas, é feita na Estação de Geração Malavalli Power Plant Pvt Ltd., situada na aldeia de Kirugaval em Malavalli Taluka, distrito de Mandya, a 35 Km da cidade de Mysore e 125 Km da cidade de Bangalore.

O objectivo específico do projecto é:

utilizar, de forma efectiva, os resíduos agrícolas de baixa densidade (resíduos de cana-do-açúcar e coco) e outros combustíveis de biomassa, disponíveis na região, para a geração de electricidade.

A electricidade gerada na estação de biomassa com 4,5 MW de potência é vendida à rede eléctrica pública, diminuindo o défice energético na região e contribuindo para a sustentabilidade ambiental, através do uso de biomassa e da redução de gases de efeito de estufa (GEE).

O projecto produz, também, fertilizantes orgânicos, distribuindo-os aos agricultores locais para aplicação nos campos onde são recolhidos os resíduos.

Para além da redução das emissões de CO₂, e do incentivo ao uso de fertilizantes orgânicos, o projecto tem ainda os seguintes impactos sociais e económicos na comunidade local:

- ▶ desenvolvimento de um modelo participativo de produção e distribuição de electricidade em meio rural;
- ▶ criação de 650 postos de trabalho, 200 na produção de energia e fertilizantes orgânicos e 450 na recolha e transporte dos resíduos agrícolas;
- ▶ criação de valor para a economia local, avaliada em cerca de 1 milhão de dólares/ano.

O projecto foi desenhado e está a ser implementado e monitorizado no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM), enquadrado no Protocolo de Quioto.



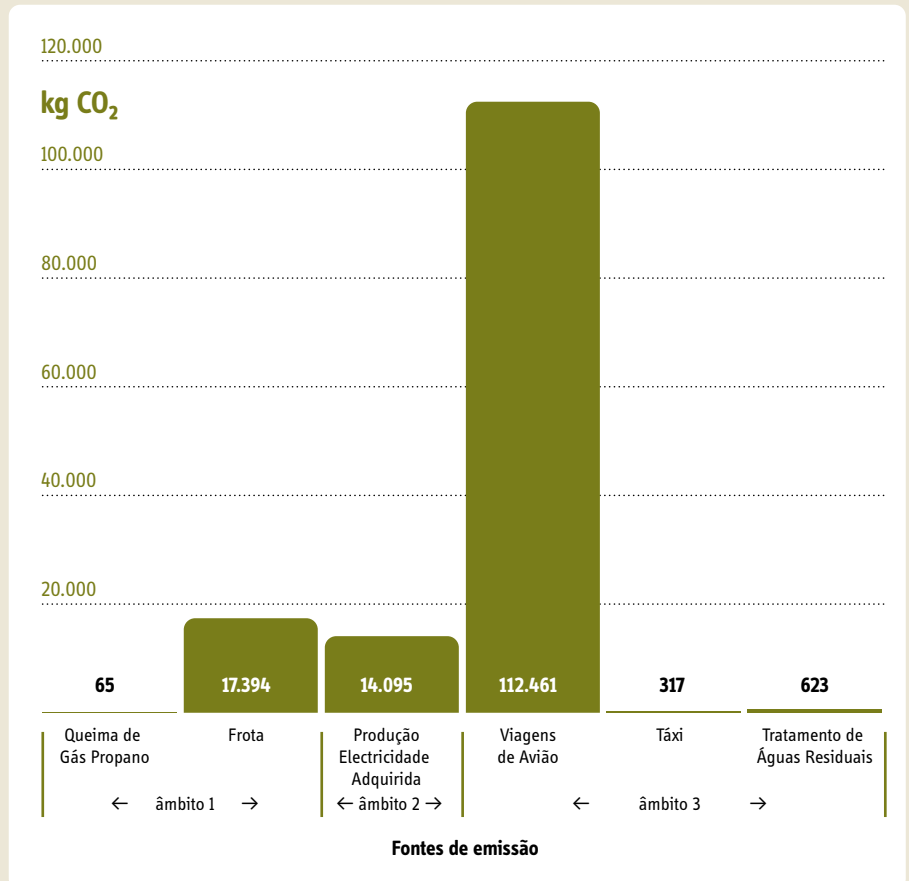
emissões de carbono da oikos (sede) em 2006

145 toneladas

valor de compensação
€ 26/tonelada

investimento em projecto de recolha de resíduos agrícolas para queima em central de produção de electricidade
€ 3.770

↓ gráfico 19 – emissões da oikos – sede por actividade e âmbito (2006)



projecto de geração de electricidade a partir de biomassa

estação de geração “Malavalli Power Plant Pvt Ltd., situada na aldeia de Kirugaval em Malavalli Taluka, distrito de Mandya, a 35 Km da cidade de Mysore e 125 Km da cidade de Bangalore.

este projecto foi desenhado e está a ser implementado e monitorizado no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM) com selo *gold standard*

O CDM surge como uma oportunidade, tanto para os países desenvolvidos (PD) como para aqueles em desenvolvimento (PED), permitindo aos primeiros uma oportunidade de redução de emissões que será mais custo-eficaz e posicionando os segundos como receptores privilegiados de tecnologia e de investimento.

É, portanto, uma das formas de potenciar o desenvolvimento sustentável.

Estamos perante uma situação “win-win-win” que ajuda a resolver os problemas de pobreza, através do investimento e transferência de tecnologia, e a responder às alterações climáticas, através da mitigação das emissões.

Os objectivos essenciais do CDM concretizam-se em 2 aspectos:

- ▶ ajudar os países em desenvolvimento a atingir um desenvolvimento sustentável;
- ▶ possibilitar que os países desenvolvidos cumpram os seus objectivos de Quioto.

Os benefícios claros resultantes do investimento em projectos de CDM são:

- ▶ capacidades de desenvolver e implementar projectos próprios: *learning by doing*;
- ▶ desenvolvimento social, protecção do ambiente, desenvolvimento e transferência de tecnologia, passos inevitáveis na prossecução do desenvolvimento sustentável com erradicação da pobreza e melhor qualidade de vida das populações;
- ▶ investimento estrangeiro adicional;
- ▶ objectivos ambientalmente mais limpos e, logo, mais sustentáveis, para um rápido desenvolvimento económico.

Apesar da permissão de participação de instituições do sector público, o CDM é essencialmente direccionado à participação do sector privado.

Todos os projectos deverão ser validados por uma Entidade Operacional Designada e aprovados por uma Autoridade Nacional Designada (AND).



→ www.cdmgoldstandard.org/

selo gold standard

O projecto no qual a oikos irá investir para compensar as suas emissões de carbono tem, ainda, como garantia adicional a certificação *gold standard*.

Trata-se de um “selo” independente, que certifica que as reduções obtidas através do projecto respeitam critérios de sustentabilidade.

O *gold standard* é uma metodologia *best practice*, que acredita créditos de carbono com alta qualidade, sendo alvo de auditoria independente e de aplicação global.



carbono contra a pobreza

Alterações Climáticas, Pobreza e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

As alterações climáticas (ACs) relacionam-se directamente com o ciclo do carbono.

Desde a industrialização que a concentração de Gases com Efeito de Estufa (GEE), nomeadamente o Dióxido de Carbono (CO₂) na atmosfera, está a aumentar e, essencialmente, devido a actividades humanas tais como a produção de energia através da queima de combustíveis fósseis (petróleo e carvão), a indústria, os transportes, a construção, a agricultura, a utilização dos solos e a desflorestação, potenciados pelo rápido crescimento da população.

As alterações climáticas irão afectar profundamente todo o planeta Terra. Contudo, são as populações mais pobres e mais vulneráveis, tanto em termos físicos como em termos de actividades de subsistência, os primeiros a sofrerem as consequências.

O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas confirma cientificamente esta afirmação através do III Relatório do IPCC (2001). Os povos e países mais pobres são os que têm maiores riscos de desastres naturais e consequentes maiores problemas de saúde, prevendo uma subida das temperaturas globais nestas zonas que varia entre +0.5°C e +1.7°C até 2050.

Impacto das Alterações Climáticas nos ODM



1 ODM1: erradicar a pobreza extrema e a fome
modificação da trajectória e da taxa do crescimento económico, implicando grandes alterações na disponibilidade dos recursos e na produtividade do trabalho, reduzindo ainda mais os activos das populações: a saúde, subsistência alimentar através de recursos próprios, o acesso a água potável, habitação e infra-estruturas e oportunidade de criação de rendimento.



3 ODM3: promover a igualdade do género e capacitar as mulheres
diminuição da disponibilidade de recursos e da produtividade agrícola, aumentando a pressão sobre a actividade e saúde das mulheres que tendem, em situações de dificuldade, a concentrar o tempo na angariação de alimentos.



4 Saúde

ODM 4: reduzir a mortalidade infantil

ODM 5: melhorar a saúde materna

ODM6: combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças

aumento da taxa de mortalidade relacionada com altas temperaturas e de doenças causadas por ondas de calor;



aumento de algumas doenças como a malária e a febre amarela, assim como a vulnerabilidade a doenças contagiosas através da água, alimentos ou contacto directo (cólera, desintéria, etc.). As crianças



e mulheres grávidas são particularmente susceptíveis a doenças contagiosas, sendo a anemia resultante da malária responsável por 1/4 da mortalidade materna;
decrecente qualidade e quantidade de água potável e aumento da má nutrição e a sub-nutrição, importante causa de doenças infantis.



7 ODM7: assegurar a sustentabilidade ambiental

diminuição da biodiversidade e maior degradação ambiental, piorando a qualidade e a produtividade de recursos naturais e de ecossistemas, muitos deles de uma forma irreversível.



8 ODM8: desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento

o fenómeno das ACs é um tema que requer uma cooperação global, especialmente na ajuda aos países em desenvolvimento na sua adaptação aos variados impactos anteriormente referidos.

carbono contra a pobreza: uma parceria para a mitigação e adaptação às alterações climáticas

No dia 8 de Novembro de 2007, no âmbito da edição de 2007 dos Development Days, promovidos pela Comissão Europeia e pela Presidência Portuguesa da UE, a oikos e a Ecoprogresso – Consultores em Ambiente e Desenvolvimento SA vão apresentar publicamente um programa em parceria chamado “**Carbono contra a Pobreza**”, cujo objectivo é o de “**promover estratégias locais e globais de mitigação e adaptação às alterações climáticas, como instrumento de redução da pobreza.**”

O programa contará com três componentes principais:

- ▶ **Campanha de sensibilização “Carbono Contra a Pobreza”;**
- ▶ **Poder Local e Alterações Climáticas.** Sensibilizar os agentes locais públicos e privados, em Portugal, para a necessidade de promover uma estratégia adequada de mitigação e adaptação às alterações climáticas.
- ▶ **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM).** Identificação, desenho, investimento e implementação de projectos de redução das emissões de carbono, com alto benefício social - **Gold Standard.**

5.4 responsabilidade social

Da análise dos objectivos estratégicos para 2007/2010 poderemos induzir a importância vital que o factor humano e a capacidade de atracção e retenção de talentos (colaboradores e voluntários) assumem no sucesso e sustentabilidade da nossa actividade.

Já não basta mobilizar e potenciar as pessoas através do voluntariado, da militância e do activismo. Temos de desenvolver estrategicamente as competências dos colaboradores. Para tal, é necessário desenhar e aplicar um sistema transversal de inovação e aprendizagem, implementando programas integrados de formação contínua, promovendo a capacitação, a formação qualificante e a promoção de talentos.

Promovemos a diversidade e a igualdade de oportunidades como valores essenciais, através de políticas explícitas de não discriminação nos processos de admissão, formação e de progressão de carreira, tendo como base o género, a raça, a classe social, deficiências, a nacionalidade, a orientação sexual, as opções religiosas, a associação a sindicato ou a filiação política.

gestão de recursos humanos oikos

Um dos objectivos cruciais no processo de reforço da profissionalização da estrutura é captar e reter talentos vitais para criar uma cultura oikos de “facilitador de soluções” e preparar o crescimento organizacional. Para tal, é necessário envolver, capacitar e qualificar colaboradores e voluntários.

Neste sentido, estamos a elaborar, com o apoio estratégico da KPMG, a política de gestão de recursos humanos oikos, enquadrando as actividades de recrutamento, selecção, contratação, acolhimento, formação, carreiras, avaliação de competências, avaliação de desempenho, remunerações e benefícios, mobilidade internacional e gestão da mudança.

Pre vemos que este processo agora iniciado esteja completo no final do corrente ano, sendo implementado em pleno a partir de 1 de Janeiro de 2008.

organização formal e funcional

a definição do organigrama, apresentado no ponto 5.1, e dos níveis de funções e de responsabilidade já foi efectuada, assim como a identificação e descrição das funções base.

recrutamento, selecção, contratação e acolhimento

já se encontra em implementação o procedimento funcional de gestão de recursos humanos que enquadra o recrutamento, selecção, contratação e acolhimento de colaboradores e voluntários.

Os restantes pontos serão trabalhados até Dezembro de 2007.



a nossa equipa executiva

A equipa executiva da sede e coordenadores gerais das delegações apresenta a seguinte composição:

direcção executiva

João José Nunes Fernandes – director-geral executivo
Ricardo Domingos – director de operações
João Carvalho – director de desenvolvimento
Elias Ribeiro – director administrativo e financeiro (interino)

operações

Cristina Peixinho – coordenadora geral educação para a cidadania global
Armindo Gregório – coordenador de projectos – educação para a cidadania global
Maria do Céu Ferro – técnica de projectos – educação para a cidadania global
Joana Pires – coordenadora geral da área de influência pública
Francesco Filippi – coordenador da área geográfica – América Latina
Vanda Santos – coordenadora da área geográfica – África e Ásia

serviços partilhados

administrativo-financeiro

Pedro Morais – controler da área geográfica – América Latina
Hugo Fontinha – controler da área geográfica – Portugal, África e Ásia
Zélia Gomes – assistente financeira

fundraising

Ana Terenas – técnica de *fundraising*

comunicação e *marketing*

Marisa David – técnica de comunicação

secretariado, atendimento e serviços gerais

Joana Dias – secretária de direcção executiva
Cátia Abreu – técnica de secretariado
Tetyana Yusypchuk – serviços de limpeza

coordenadores gerais das delegações

João Anselmo – coordenador regional – América Central
Bruno Neto – coordenador geral da delegação – Honduras
Sara Ruiz – coordenadora geral da delegação – El Salvador
Aram Cunego – coordenador geral da delegação – Guatemala
Sandra Lopes – coordenadora geral da delegação – Cuba
José Correia – coordenador geral da delegação – Peru
Adolfo Cagiza – coordenador geral da delegação – Angola
Claire Fallender – coordenadora geral da delegação – Moçambique
João Monteiro – coordenador geral da delegação – Indonésia



relatório de responsabilidade oikos – ano zero

→ capítulo 2, ponto 2.5, página 22

Directrizes GRI G3

→ 3.9

Directrizes GRI G3

→ LA1

Directrizes GRI G3

→ LA13

indicadores de gestão de recursos humanos

Em conformidade com o critério de metodologia de avaliação, referidos no ponto 2.5, e segundo as directrizes do GRI G3, enunciamos os indicadores de recursos humanos, seleccionados para a definição da linha-base de performance oikos, conjuntamente com a descrição do seu cálculo. O universo de análise corresponde à totalidade dos colaboradores da oikos em Agosto de 2007.

Os dados apresentados estão estruturados segundo os seguintes níveis:

- ▶ critérios do indicador de recursos humanos analisado;
- ▶ segmentação por sede e delegações.

1. número de colaboradores

em 31 de Agosto de 2007, a oikos contava com 139 colaboradores.

descrição: corresponde ao número de colaboradores com vínculo laboral num determinado momento.

O critério é o universo total de colaboradores e a unidade de medida é expressa em número.

A sua distribuição por unidades funcionais era a que consta do gráfico 20 – localização, sede e delegações.

2. género

em 31 de Agosto de 2007, a oikos contava com a colaboração de 47 mulheres, correspondendo a 33,81%, e 92 homens, correspondendo a 66,19% do total de colaboradores.

descrição: corresponde ao universo total de colaboradores com vínculo laboral num determinado momento, segmentado pelo critério género e a unidade de medida é expressa em percentagem.

A sua caracterização por unidades funcionais era a que consta do gráfico 21 – género.

3. níveis etários

em 31 de Agosto de 2007, a distribuição dos colaboradores pelos intervalos etários: 18/26 anos, 27/35 anos, 36/44 anos, 45/60 anos e mais de 60 anos consta do gráfico 22 – níveis etários.

descrição: corresponde ao universo total de colaboradores com vínculo laboral num determinado momento, segmentado pelo critério nível etário definido e a unidade de medida é expressa em percentagem.

4. idade média dos colaboradores

em 31 de Agosto de 2007 a idade média dos colaboradores era de **38,29 anos**.

descrição: corresponde ao total de idades de todos os colaboradores sobre o número total de colaboradores num determinado momento e a unidade de medida é expressa em número de anos.

5. habilitações literárias

em 31 de Agosto de 2007 a distribuição dos colaboradores pelos diferentes níveis de ensino: básico, secundário e superior era a que consta do gráfico 23 – habilitações literárias.

descrição: corresponde ao universo total de colaboradores com vínculo laboral num determinado momento, segmentado pelo critério habilitações literárias definido e a unidade de medida é expressa em percentagem.



Directrizes GRI G3

↓LA1 e LA13

caracterização dos Recursos Humanos oikos

gráfico 20
localização – sede/delegações

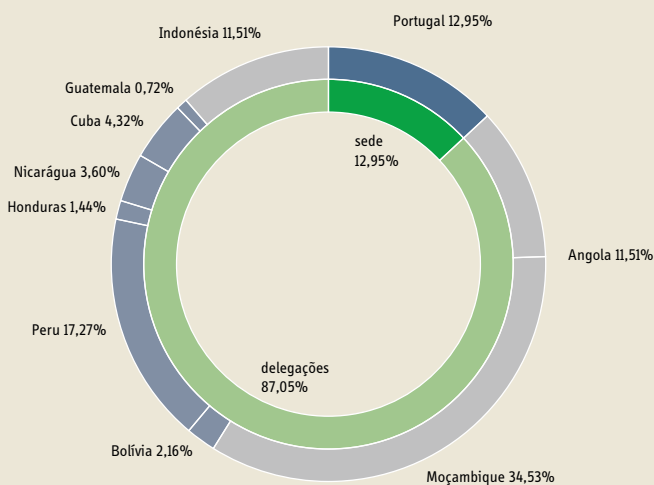


gráfico 21
género – sede/delegações

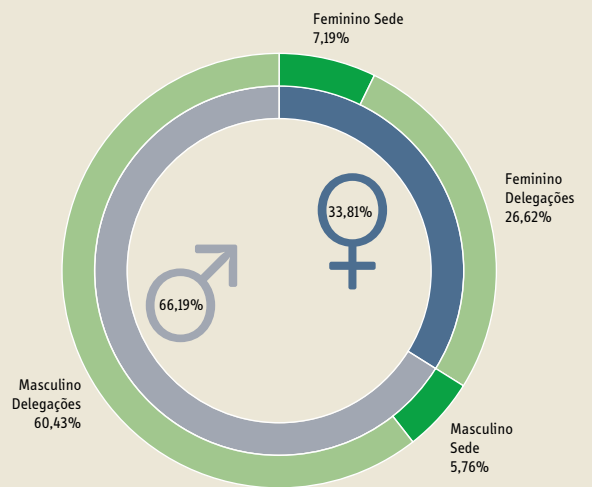


gráfico 22
níveis etários – sede/delegações

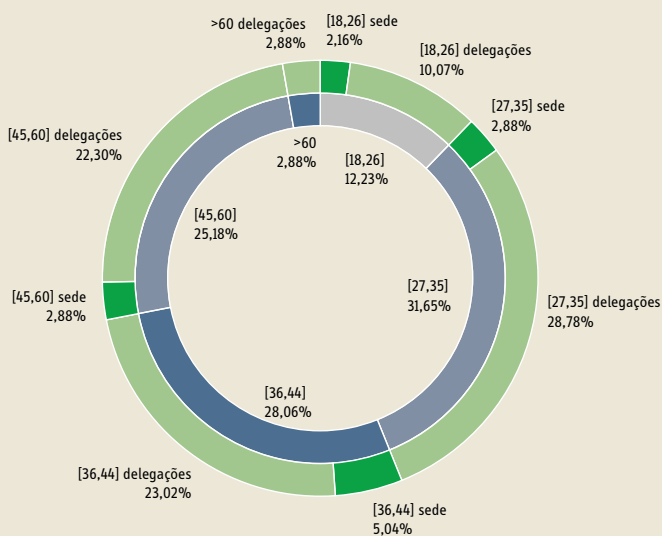
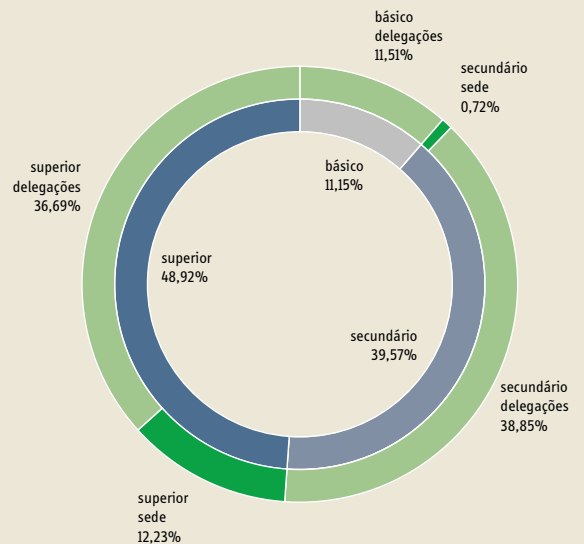


gráfico 23
habilitações literárias colaboradores sede/delegações





Directrizes GRI G3

→ 3.9, LA1, LA2 e LA13

6. antiguidade

em 31 de Agosto de 2007, a distribuição dos colaboradores pelos diferentes períodos de antiguidade: 0-1 ano, 2-5 anos, 6-10 anos e +10 anos era a que consta do gráfico 24 – antiguidade.

descrição: corresponde ao universo total de colaboradores com vínculo laboral num determinado momento, segmentado pelo critério antiguidade definido e a unidade de medida é expressa em percentagem.

7. antiguidade média dos colaboradores

em 31 de Agosto de 2007 a antiguidade média dos colaboradores era de **4,11 anos**.

descrição: considerando a antiguidade como o período de tempo que medeia entre a contratação e um determinado momento, a antiguidade média corresponde ao somatório de todas as antiguidades sobre o número de colaboradores com vínculo laboral num determinado momento e a unidade de medida é expressa em número de anos.

8. taxa de rotação

entre 1 de Janeiro de 2006 e 31 de Agosto de 2007 a taxa de rotação dos colaboradores foi de **0,26%**.

descrição: corresponde ao número médio de colaboradores que entraram e saíram da organização, durante um determinado período, sobre o número médio de colaboradores durante esse mesmo período e a unidade de medida é expressa em percentagem.

Para a determinação do nº de colaboradores da sede e das delegações que saíram da organização consideraram-se os dados do relatório de actividades de 2005. Contudo, em relação aos colaboradores das delegações não é possível a sua classificação em termos de faixa etária e género por não ter sido solicitado atempadamente a monitorização destes indicadores, facto que será colmatado a partir de 2007.

9. tipo de contrato

em 31 de Março de 2007 a distribuição dos colaboradores por tipo de contrato: prestação de serviço, estágio, a termo e sem termo era a que consta do gráfico 25 – tipo de contrato.

descrição: corresponde ao universo total de colaboradores com vínculo laboral num determinado momento, segmentado pelo critério tipo de contrato definido e a unidade de medida é expressa em percentagem.

Em termos de distribuição entre tempo total e tempo parcial, apenas o director de desenvolvimento tem vínculo com a organização a tempo parcial.

10. área funcional

em 31 de Março de 2007 a distribuição dos colaboradores por área funcional: direcção, operações e serviços partilhados era a que consta do gráfico 26 – área funcional.

descrição: corresponde ao universo total de colaboradores com vínculo laboral num determinado momento, segmentado pelo critério tipo de área funcional e a unidade de medida é expressa em percentagem.

11. índice de liderança

em 31 de Março de 2007 o número de colaboradores que exerciam cargos de chefia era 22, correspondendo a um índice de liderança de 13,02% tal como nos mostra o gráfico 27 – índice de liderança.

descrição: corresponde ao universo total de colaboradores com cargos de chefia, sobre o número total de colaboradores num determinado momento e a unidade de medida é expressa em percentagem.

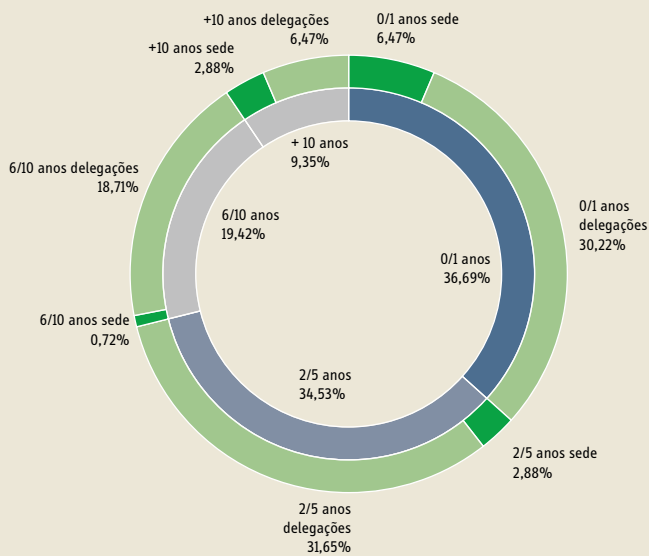


Directrizes GRI G3

↓LA1, LA2 e LA13

caracterização dos Recursos Humanos oikos

gráfico 24
antiguidade – sede/delegaões



antiguidade média dos colaboradores

4,11 anos

taxa de rotação

0,26

gráfico 25
tipo de contrato – sede/delegaões

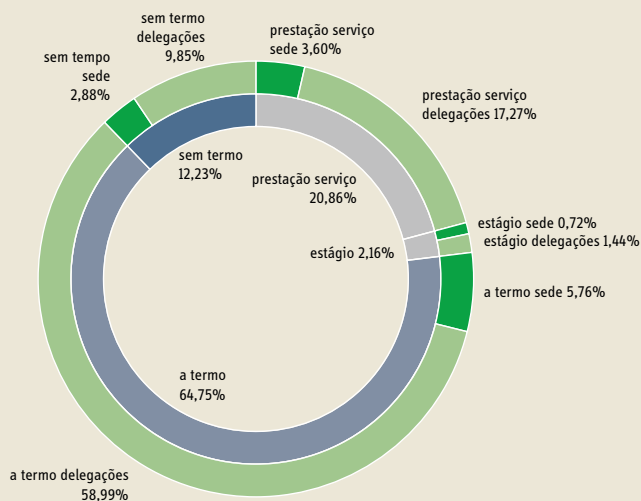
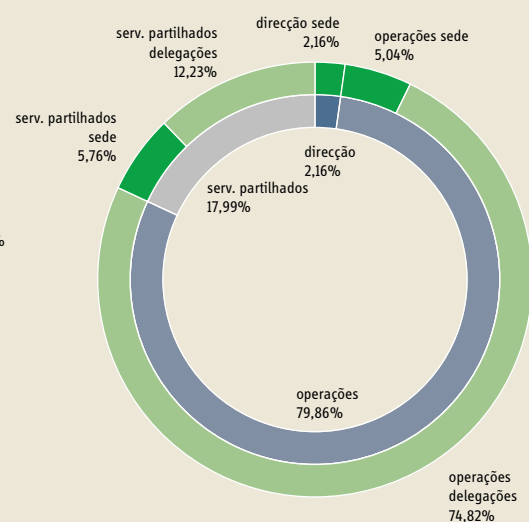


gráfico 26
áreas funcionais – sede/delegaões





Directrizes GRI G3

→ LA13

Directrizes GRI G3

→ HR1, HR6 e HR7

Directrizes GRI G3

→ HR2

Directrizes GRI G3

→ HR9

No universo dos colaboradores que exercem cargos de chefia, a distribuição em termos de género é a seguinte: 7 mulheres, correspondendo a 35% e 13 homens, correspondendo a 65% (gráfico 28).

No gráfico 29 apresentamos a distribuição em termos de níveis etários.

Em 31 de Agosto de 2007, a idade média dos colaboradores que exerciam cargos de chefia era de 34,9 anos.

Todos os colaboradores que exerciam cargos de chefia apresentavam habilitações literárias de ensino superior. A antiguidade média destes colaboradores era de 3,65 anos. A taxa de rotação para este universo é de apenas 0,08%. Não se verificaram saídas e foram contratados 3 novos colaboradores.

Em termos de composição dos órgãos sociais da oikos, a percentagem de mulheres corresponde a 39,68%.

Direitos Humanos, trabalho infantil e trabalho forçado

As actividades que implementamos nos Países em Desenvolvimento (PED), de acção humanitária e vida sustentável estão sujeitas a conjunturas onde existe o risco de ocorrência de trabalho infantil e trabalho forçado.

Em conformidade com os princípios, valores, código de conduta ética e política de desenvolvimento da actividade, estruturamos toda a nossa intervenção segundo uma abordagem para a promoção dos direitos económicos, ambientais, sociais e culturais, corresponsabilizando todos os actores sociais envolvidos para que também assumam tal compromisso.

Todos os programas e projectos que desenvolvemos têm como condição prévia de elegibilidade a coerência com os princípios e normas de promoção dos direitos humanos e combate ao trabalho infantil e trabalho forçado, contidos nos processos de candidatura, aprovação, monitorização e reporte dos financiadores institucionais.

Para comprová-lo, referimos o *Framework Partnership Agreement* entre a CE/DG-ECHO e a oikos, com o nº 3-193 e as *guidelines for grant applicants responding to the call for proposals for 2004, 2005 e 2006*, da Comissão Europeia, referentes ao co-financiamento com as ONGD europeias para acções de desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento.

Apesar desta prática, o actual sistema de informação não disponibiliza evidências sobre o processo de avaliação e auditoria aos parceiros, no cumprimento dos Direitos Humanos e condenação do trabalho infantil e trabalho forçado. Este ponto será alvo de melhora a partir de 2008.

Durante todo o período de actividade da oikos nunca foram registados ou apontados quaisquer incidentes que envolvam a violação dos direitos humanos e práticas de trabalho infantil ou de trabalho forçado por parte da organização. Na década de 90, a oikos desenvolveu um trabalho pioneiro com o MOC-Movimento de Organização Comunitária do Estado da Baía, no Nordeste do Brasil, na prevenção do trabalho infantil. Em Portugal, coordenámos a marcha global contra o trabalho infantil, tendo realizado acções de ED nas escolas do ensino básico e secundário.

Gostaríamos ainda de referir que estas temáticas são transversais a todas as intervenções da oikos.



Directrizes GRI G3

↓LA13

caracterização dos Recursos Humanos oikos

gráfico 27
funções de chefia colaboradores sede/delegações

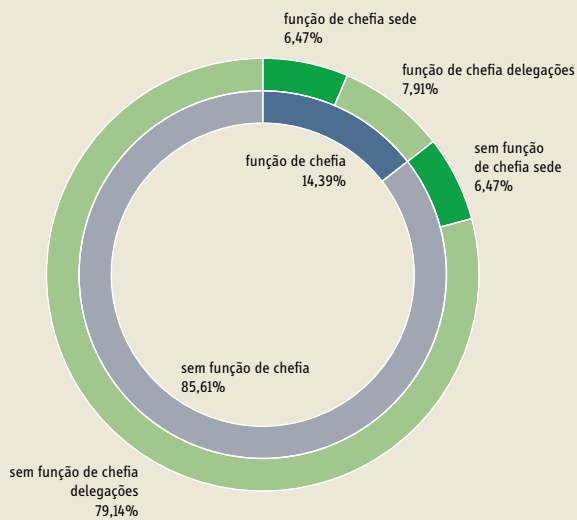


gráfico 28
género dos colaboradores com posição de chefia sede/delegações

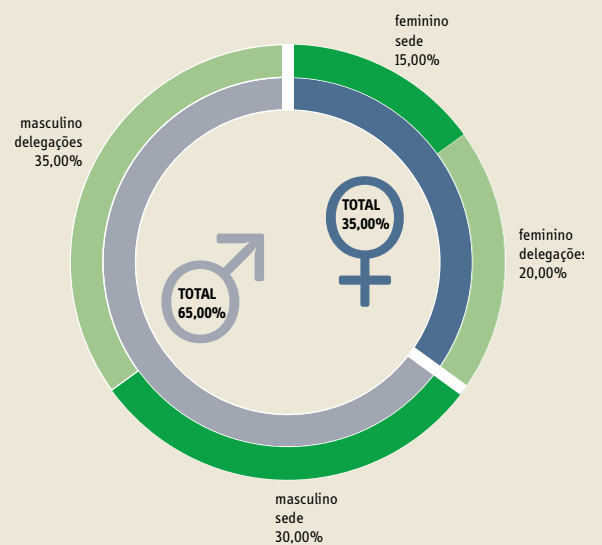
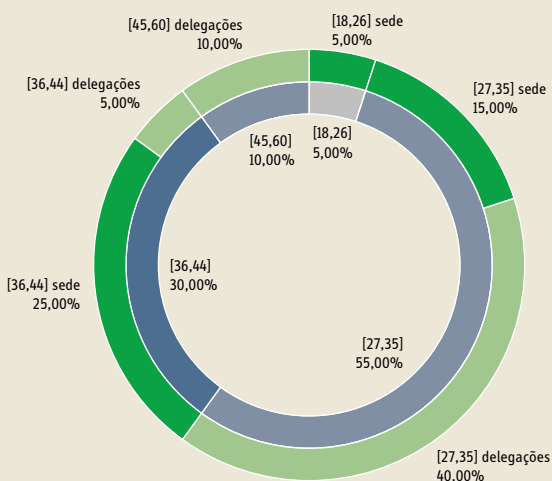


gráfico 29
níveis etários dos colaboradores com posição de chefia sede/delegações



antiguidade média dos colaboradores com função de chefia

3,65 anos

taxa de rotação

0,08



6

o que fazemos

6

o que fazemos



As exigências de transparência e profissionalização para com as organizações do Terceiro Sector têm assumido uma tendência crescente.

A oikos tem entendido, desde o início, que a profissionalização dos nossos recursos e do nosso funcionamento interno é o único modo de demonstrar o verdadeiro compromisso de responsabilidade no exercício da nossa missão, assim como o compromisso de eficácia na gestão dos recursos e o compromisso de eficiência na obtenção de resultados.

As organizações do Terceiro Sector, tal como em qualquer outro, deverão progressivamente orientar-se por critérios de qualidade e rigor que permitam respeitar esses compromissos, de acordo com os valores e princípios defendidos, perante associados, parceiros, financiadores e, principalmente, perante os beneficiários das nossas acções.

Este é o desafio assumido pela oikos. Durante quase vinte anos de existência, a oikos desenvolveu-se enquanto organização, assumindo uma posição líder no contexto nacional dentro do Terceiro Sector, progredindo metodologicamente na sua abordagem à problemática do desenvolvimento, integrando as estruturas locais (governamentais e da sociedade civil) nas suas acções e promovendo o seu fortalecimento institucional e a tomada de decisões, através de uma presença orientadora e consultiva das equipas da oikos no terreno.

O presente relatório constitui um novo momento num processo contínuo e permanente de crescimento institucional, no qual assumimos a nossa entidade de facilitadores de processos de desenvolvimento, assentes em modelos internos de gestão integrada e orientada por processos de qualidade, adoptando de forma prioritária e mais sistemática, a estratégia de *continuum* enquanto estratégia de criação de impacto, através do reforço do papel da oikos em acções de emergência, permitindo seguir, numa acção coerente e continuada, o processo de desenvolvimento das comunidades mais vulneráveis. Enquadrados nesta perspectiva, as acções de educação para uma cidadania global assumem um papel central no reforço da sociedade civil e do seu papel enquanto agente de desenvolvimento global.

A oikos assume igualmente a necessidade do investimento em práticas de sistematização e monitorização e avaliação assentes em indicadores de performance da organização, que permitam desenvolver uma cultura de *reporting* não exclusivamente limitada ao marco de um projecto.

A oikos continuará a decidir as suas intervenções de acordo com critérios de necessidades e acesso às populações mais vulneráveis, disponibilidade de recursos adequados às necessidades da acção e existência de espaço para intervenção de acordo com as nossas competências, priorizando a complementaridade técnica e sectorial com parceiros que permitam a integralidade das acções e o reforço do seu impacto.

Consideramos que temos algo a contribuir para a erradicação da pobreza e para um desenvolvimento equitativo e sustentável. E esse objectivo só poderá ser alcançado de forma séria, profissional, transparente, eficiente e eficaz.



Ricardo Domingos
director de operações

O objectivo do presente capítulo é descrever a linha-base de performance oikos referente às actividades enquadradas no âmbito do presente relatório.

indicadores socioeconómicos dos países onde trabalhamos

Todos os países onde a oikos desenvolve projectos de cooperação para o desenvolvimento são países de baixo índice de desenvolvimento humano, segundo a classificação do PNUD.

tabela 19 – indicadores socioeconómicos dos países onde trabalhamos, ordenados por IDH

País	pop (milhões)	pib/pc (USD ppp)	p.a.n.p (%)	e.v (anos)	a.M (%)	a.H (%)	m.i (‰)	a.a.p (%)	IDH rank	IDH valor
Portugal	10,4	19.629	n.a.	77,5	9	9	4	100	28	0,904
Cuba	11,2	5.700	n.a.	77,6	3	3	6	91	50	0,826
Peru	27,2	5.678	31,8	70,2	13	5	24	83	82	0,767
Equador	13,0	3.963	37,2	74,5	9	6	23	94	83	0,765
El Salvador	6,8	5.041	40,6	71,1	22	17	24	84	101	0,729
Indonésia	220,1	3.609	52,4	67,2	16	7	30	77	108	0,711
Nicarágua	5,4	3.634	79,9	70,0	32	32	31	79	112	0,698
Bolívia	9,0	2.720	42,2	64,4	18	7	54	85	115	0,692
Honduras	7,0	2.876	44,0	68,1	24	24	31	87	117	0,683
Guatemala	12,3	4.313	31,9	67,6	36	22	33	95	118	0,673
Angola	15,5	2.180	69,4	41,0	72	44	154	53	161	0,439
Moçambique	19,4	1.237	78,4	41,6	67	36	104	43	168	0,390

- pop: população total
- pib/p.c: pib per capita
- p.a.n.p: população abaixo do nível de pobreza internacional (<2 USD/dia)
- e.v: esperança de vida
- a.M: analfabetismo das mulheres
- a.H: analfabetismo dos homens
- m.i: mortalidade infantil
- a.a.p: acesso a água potável
- IDH rank: posição no ranking do IDH
- IDH valor: índice de desenvolvimento humano (PNUD)



GRI
→ 2.5, 2.7

→ in Human Development Report 2006
publicado por UNDP

CUBA
área total: 110.860 Km2
linha de costa: 3.735 Km
população: 11,2 milhões
IDH rank: 50; IDH valor: 0,826
população abaixo da linha de pobreza: n.a.
PIB per capita: 5.700 USD ppp
esperança de vida: 77,6 anos
taxa de analfabetismo M: 3%
taxa de analfabetismo H: 3%
taxa mortalidade infantil: 6‰
taxa de fertilidade: 1,6 crianças/mulher
acesso a água potável: 91%

Cuba passou, durante as últimas décadas, por várias alterações de âmbito político, económico e social. Episódios ocorridos na década de 50, como o crescimento da contestação dos movimentos estudantis, a Revolução Cubana que viria a aproximá-la da ex-URSS e confrontá-la com os EUA e o consequente bloqueio económico decretado em 1962 pelo governo norte-americano ao governo de Fidel Castro.

Nos anos 90, o modelo económico cubano enfrentou alguns dos seus maiores desafios, entre os quais os escassos investimentos estrangeiros no país e a desaceleração económica, resultante do embargo norte-americano e da retirada dos subsídios por parte da ex-URSS, com a queda do bloco soviético. O turismo e o sector agrícola (sobretudo o cultivo de cana-de-açúcar nas regiões orientais da ilha) são uma das fontes de riqueza, existindo a pretensão de diversificar mais a produção agrícola do país.

Tendo um PIB com uma média anual de crescimento de 3,8% em 2003, foi notória em 2005 a pretensão de impulsionar o crescimento económico, apesar das contrariedades existentes. Criaram-se medidas de política monetária com o intuito de fortalecer a moeda nacional, através da crescente substituição e desencorajamento à utilização do dólar no comércio interno. Foram, de igual forma, tomadas medidas sociais orientadas para os grupos mais carenciados e vulneráveis.

A par das questões económicas, também as de ordem social e o sector da saúde são cada vez mais uma área de intervenção do governo cubano, possível de confirmar pela melhoria do sistema educativo - uma taxa de matrícula no ensino primário de 96% (2001/02), o consequente aumento do número de alunos a atingir o 5º ano e o aumento percentual da literacia que passou de 93,3 em 1990, para 99,8 em 2005.

Têm, também, sido tomadas medidas para garantir a equidade do género, permitindo o aumento de mulheres em sectores que não o

agrícola e garantindo a igualdade de direitos em relação aos homens (ODM 1,2,3).

No que diz respeito ao sistema de saúde, o acompanhamento durante a gravidez e os partos é cada vez mais efectuado por pessoal competente e o combate às doenças graves tem apresentado resultados satisfatórios. Os casos de Tuberculose diminuíram entre 1994/2001 de 15 em 1994, para 7 por cada 100 mil habitantes em 2001. A mortalidade infantil, por cada mil nados-vivos, diminuiu de 11 em 1990, para 6 em 2003. As entidades cubanas deverão, no entanto, continuar a dar mais atenção ao combate ao VIH/SIDA (ODM 4,5 e 6) e às questões de sustentabilidade ambiental (ODM 7).

Ao nível da afirmação internacional - necessária para contrabalançar o efeito do bloqueio americano - Cuba tem procurado reforçar os acordos regionais. Destacam-se os acordos celebrados com a Venezuela, inseridos no Plano Estratégico para a Aplicação da Alternativa Bolivariana para a América (ALBA), bem como outros celebrados com países latino-americanos e com a China.

PERU
área total: 1.285.220 Km2
linha de costa: 2.414 Km
população: 27,2 milhões
IDH rank: 82; IDH valor: 0,767
população abaixo da linha de pobreza: 31,8%
PIB per capita: 5.678 USD ppp
esperança de vida: 70,2 anos
taxa de analfabetismo M: 13%
taxa de analfabetismo H: 5%
taxa mortalidade infantil: 24‰
taxa de fertilidade: 2,9 crianças/mulher
acesso a água potável: 83%

O combate à pobreza, o fortalecimento das instituições públicas e a criação de uma economia cada vez mais forte e competitiva passaram a ser os grandes desafios do governo peruano. As questões sociais têm vindo a merecer particular atenção. Calcula-se que cerca de 38% dos peruanos sejam pobres, dos quais 18,1% vivendo em situação de pobreza extrema. A erradicação total da pobreza extrema (ODM 1) estará directamente dependente de estratégias sólidas, bem delineadas e que tenham em atenção as especificidades da realidade peruana.

Outra das prioridades do governo peruano assenta na educação e na saúde. Em relação à primeira, e apesar das melhorias em relação à literacia, que passou de 94,5% em 1990, para 97,6% em 2005, estima-se que apenas 86% das crianças atinjam o 5º ano, valor aquém do ODM 2.

As melhorias no sector da saúde são igualmente evidentes: a mortalidade infantil (por cada mil nados-vivos) sofreu uma redução de 58 em 1990, para 26 em 2003. Verificou-se um aumento do número de partos assistidos, de 49,6% em 1996, para 59% em 2000. A redução dos casos de doenças como a malária, de 754 casos em 1997, para 305 em 2001, por cada 100 mil pessoas e da tuberculose com 210 casos em 1994, para 115 em 2001. Contudo, a incidência de casos de pessoas infectadas com VIH/SIDA teve um aumento de 0,4% em 2001, para 0,5% em 2003. A população peruana tem, actualmente, um melhor acesso aos serviços sanitários e à água potável. Apresenta também uma maior sensibilidade para a importância do desenvolvimento sustentado (ODM 7), sendo que este será tanto mais possível quanto mais eficazes forem as estratégias a longo prazo e as parcerias delineadas pelo governo peruano (ODM 8).

EQUADOR

área total: 283.560 Km ²
linha de costa: 2.237 Km
população: 13 milhões
IDH rank: 83; IDH valor: 0,765
população abaixo da linha de pobreza: 37,2%
PIB per capita: 3.963 USD ppp
esperança de vida: 74,5 anos
taxa de analfabetismo M: 9%
taxa de analfabetismo H: 6%
taxa mortalidade infantil: 23‰
taxa de fertilidade: 2,8 crianças/mulher
acesso a água potável: 94%

Cerca de 41% dos equatorianos vivem com menos de 2 €/dia e 17,7% subsistem diariamente com menos de 1 €/dia (ODM 1), verificando-se graves fenómenos sociais como a exclusão, o aumento do desemprego, as migrações para os grandes centros urbanos, onde já vive cerca de 50% da população.

Apesar de a educação ser uma preocupação, os resultados apresentados indicam escassos avanços. A percentagem de crianças que atingem o 5º ano apenas subiu 1% entre 1990 e 2001. Continua a não ser possível garantir que todos os equatorianos acedam ao ensino primário (ODM 2).

Relativamente à saúde (ODM 4,5 e 6), verificam-se resultados positivos. No que concerne à redução da taxa de mortalidade infantil, verifica-se uma evolução de 57 casos por cada mil nados-vivos, em 1990, para 24 por cada mil nados-vivos em 2003. Constata-se a diminuição da incidência da tuberculose e a estagnação dos casos de indivíduos infectados com HIV/SIDA entre 2001 e 2003 (0,3%).

Verificam-se, contudo, resultados menos positivos, tais como o combate eficaz da Malária, que entre 1997 e 2001 piorou de 137 para 846 casos em cada 100 mil habitantes, e o acompanhamento durante a gravidez e a assistência no parto, que apresentam, ainda, dados pouco satisfatórios.

A igualdade de género está longe de ser uma realidade na sociedade equatoriana, sendo que as taxas de iliteracia se revelam superiores entre as mulheres, com 9%, comparativamente aos homens com 6%. O desemprego, por sua vez, atinge 24,4% das mulheres comparativamente a 12,9% dos homens.

A forte dependência em relação ao sector primário leva a que, por um lado, seja importante sensibilizar a população para a importância da preservação dos recursos naturais e facilitar, de forma eficaz, o acesso aos mesmos (ODM 7); por outro, será igualmente necessário apostar em outros sectores de actividade, criando-se programas que permitam e estimulem os investimentos estrangeiros no país (ODM 8).

EL SALVADOR

área total: 21.040 Km ²
linha de costa: 307 Km
população: 6,8 milhões
IDH rank: 101; IDH valor: 0,729
população abaixo da linha de pobreza: 40,6%
PIB per capita: 5.041 USD ppp
esperança de vida: 71,1 anos
taxa de analfabetismo M: 22%
taxa de analfabetismo H: 17%
taxa mortalidade infantil: 24‰
taxa de fertilidade: 2,9 crianças/mulher
acesso a água potável: 84%

Têm sido muitos os esforços levados a cabo por El Salvador para atingir os ODM, no entanto, os desafios que se colocam pela frente são ainda bastantes. A pobreza (sobretudo a extrema) tem vindo a apresentar valores mais baixos, estando apesar de tudo distantes do objectivo de reduzi-la para metade (ODM1).

O sector da educação (ODM 2) tem sido encarado como preponderante, explicando-se assim os resultados positivos obtidos na sequência do Projecto de Reforma Educativa e do programa EDUCO, cujos principais objectivos são: melhorar a qualidade do ensino (as taxas de ingresso subiram de 8.400 em 1991, para 237.000 em 1999; o índice de insucesso baixou de 7,6 para 5,2 entre 1993-2000; a taxa de abandono baixou tanto nas áreas urbanas como rurais, permitindo que o aumento do número de alunos que concluem o 6º ano) e conferir uma maior interacção entre pais e professores.

A igualdade de género (ODM 3) continua a não se verificar, tendo-se avançado pouco neste sentido. As insuficiências ainda presentes no sector da saúde explicam, em parte, as escassas alterações em relação à pretensão de reduzir para dois terços a mortalidade infantil e em três quartos a mortalidade materna (ODM 5 e 6). A análise das metas do ODM6 permite concluir que apesar de se verificar uma diminuição na taxa de incidência em relação a doenças graves como a tuberculose, o combate ao VIH/SIDA e à malária continua a ser uma tarefa árdua. São cada vez mais as acções que visam informar, prevenir e estimular para que se crie nos salvadorenhos uma maior consciencialização para as questões ambientais e para a importância das mesmas (ODM7). Para o reforço e eficiência da economia, serão fundamentais os incentivos e parcerias criados pelo governo salvadorenho, visando aumentar a capacidade do sector público e desenvolver outros sectores de actividade, deixando de estar economicamente tão dependente do sector agrícola. Por sua vez, o sector terciário deverá ser dotado quantitativa e qualitativamente de recursos humanos à altura, para passar a ser um sector-chave no desenvolvimento do país.

INDONÉSIA
área total: 1.919.440 Km ²
linha de costa: 54.716 Km
população: 220,1 milhões
IDH rank: 108; IDH valor: 0,711
população abaixo da linha de pobreza: 52,4%
PIB per capita: 3.609 USD ppp
esperança de vida: 67,2 anos
taxa de analfabetismo M: 16%
taxa de analfabetismo H: 7%
taxa mortalidade infantil: 31‰
taxa de fertilidade: 2,4 crianças/mulher
acesso a água potável: 83%

A Indonésia tem vindo a ser constantemente abalada por catástrofes naturais. Passados dois anos, o tsunami continua a afectar a vida social, económica e política de muitos dos países do Sudoeste Asiático por ele afectados.

De acordo com a ONU, cerca de 225 mil pessoas foram dadas como mortas e/ou desaparecidas e aproximadamente 425 mil terão ficado sem casa e centenas de crianças órfãs. Para além da destruição, há que contar com a degradação de solos e lençóis de água oriundos da água salgada do mar. Segundo os mais recentes dados, a pobreza atinge 52% da população.

No esforço de o ensino primário se generalizar (ODM 2),

continuam a ser dados passos importantes, como a sensibilização para a importância do ensino, visível nos resultados mais recentes que espelham um aumento do número de crianças matriculadas no ensino primário.

Contudo, a equidade de género continua a estar longe de ser uma realidade, pois continuam a registar-se entre as mulheres as maiores taxas de analfabetismo e de ocupação de cargos de topo, quer a nível empresarial, quer a nível da representatividade. Por outro lado, a redução da taxa de mortalidade infantil de 60 por cada 1000 nados-vivos em 1990, para 31 por cada 1000 nados-vivos em 2004 e o aumento da assistência materna, ainda assim insuficientes para se atingirem os ODM 4 e 5, foram passos positivos que revelam um esforço por parte do governo indonésio para assegurar um sistema de saúde eficaz.

As questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental estão intimamente ligadas às consequências do devastador tsunami de 2004. A reconstrução, apesar de fortemente apoiada pela ajuda internacional, tarda alguns anos e as ONG juntam esforços ao governo para assegurar o saneamento básico e a água potável dos campos de deslocados.

A Indonésia recebeu promessas no valor de 6,5 mil milhões de dólares em ajuda humanitária de governos, ONG (2,5 mil milhões), empresas e particulares, dinheiro esse que está a ser aplicado pelas ONG presentes no terreno em coordenação com o governo indonésio. Dos valores prometidos, 4,5 mil milhões foram realmente recebidos, 2,5 mil milhões de ONG e o resto de ajudas multilaterais e bilaterais. O serviço da dívida foi temporariamente suspenso, com o objectivo de ajudar a reconstrução económica.

NICARÁGUA
área total: 129.494 Km ²
linha de costa: 910 Km
população: 5,4 milhões
IDH rank: 112; IDH valor: 0,698
população abaixo da linha de pobreza: 79,9%
PIB per capita: 3.262 USD ppp
esperança de vida: 70 anos
taxa de analfabetismo M: 32%
taxa de analfabetismo H: 32%
taxa mortalidade infantil: 30‰
taxa de fertilidade: 3,3 crianças/mulher
acesso a água potável: 79%

A Nicarágua é um dos países mais pobres da América Latina, fazendo parte dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC). Em 2002, o Banco Mundial e o FMI aprovaram o Reforço da Estratégia

para o Crescimento Económico e Redução da Pobreza (RSEGRP), tendo o governo apresentado nesse mesmo ano a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento, como complemento da RSEGRP. Este plano tenta fazer face a alguns indicadores preocupantes, tais como a taxa de desemprego, que atingia em 2002 os 20%, as notórias desigualdades de género, sendo que as mulheres trabalham mais horas, sendo remuneradas com valores inferiores aos dos homens, e a distribuição da população, com cerca de 55% a residir em zonas urbanas.

O ano de 2005 funcionou como um período de avaliação dos esforços feitos em relação aos diferentes ODM, tendo sido delineadas novas medidas a seguir durante os próximos dez anos.

A análise dos objectivos de redução da mortalidade infantil e materna, bem como a criação de condições que permitam um melhor funcionamento e maior confiança nos serviços de saúde, permitem verificar que: a mortalidade infantil foi reduzida entre 1990 e 2003, de 52 para 30 casos em cada 1000 nados-vivos; aproximadamente 85% das mulheres grávidas tiveram acompanhamento especializado durante este período; a malária teve uma regressão entre 1997 e 2001, de 915 para 201 casos por cada 100 mil pessoas.

Positiva tem sido também a evolução dos dados relativos ao aumento das matrículas no ensino primário (82%) e à taxa de alunos que concluem o 5º ano (54%), o que resulta num aumento dos índices de literacia no grupo etário entre os 15 e 24 anos (73,2%).

Menos positivo tem sido o combate à pobreza, que atinge 80% da população da Nicarágua e 46% de modo extremo, e o fomento da equidade de género, que continua a estar longe de ser uma realidade, apesar de um aumento para 20% no que diz respeito às mulheres com assento parlamentar (ODM 1 e 2, respectivamente).

BOLÍVIA
área total: 1.098.580 Km ²
linha de costa: 0 Km
população: 9 milhões
IDH rank: 115; IDH valor: 0,692
população abaixo da linha de pobreza: 42,2%
PIB per capita: 2.720 USD ppp
esperança de vida: 64,4 anos
taxa de analfabetismo M: 18%
taxa de analfabetismo H: 7%
taxa mortalidade infantil: 54‰
taxa de fertilidade: 4 crianças/mulher
acesso a água potável: 85%

Evidenciando um enorme crescimento demográfico nas últimas décadas, já que possui, actualmente, uma população de cerca

de 8,8 milhões de habitantes, existem mais de 30 grupos étnicos indígenas, que representam 74% da população e cujas principais línguas (quechua, aymara e tupi guaraní) possuem hoje, a par do espanhol, o estatuto de língua oficial.

De salientar que a Bolívia apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo dos países sul-americanos ocupando o 113º lugar.

Em 2000, definiu-se “A Estratégia Boliviana de Redução da Pobreza”, que integra 4 elementos basilares:

oportunidade – criar infra-estruturas e condições tais que permitam o aumento do PIB/PNB;

equidade – garantir a igualdade entre os cidadãos, fomentando serviços para apoio aos pobres, excluídos e grupos mais vulneráveis (idosos e crianças), reforçando os métodos de integração dos cidadãos para uma maior e mais eficaz participação cívica; institucionalidade – promover uma maior participação e responsabilização do sector público em áreas estratégicas, acompanhada por uma transferência gradual de competências para o poder local;

dignidade – mudar a imagem pouco abonatória do país no exterior, devido ao passado relacionado com uma enorme contestação social, a corrupção, a produção e o tráfico de droga.

A educação é outro importante vector. Em 1994, o sistema educativo boliviano foi objecto de uma reforma que o tornou mais sólido e coeso em termos estruturais e de funcionamento, visando garantir e generalizar o livre-acesso ao ensino primário que, atendendo à diversidade sócio-cultural da população, deverá ser intercultural e bilingue.

Promoveu-se a criação de políticas e programas que estimulem uma maior participação das comunidades locais e indígenas nas questões referentes à educação, a reorganização curricular, definindo 4 níveis (pré-escolar, primário, secundário e superior) e uma maior atenção e preocupação com o chamado ensino alternativo (alfabetização, ensino especial), integrando-o no ensino formal.

O investimento público aumentou em cerca de 17,5% (no final de 2004), tendo a inflação atingido valores próximos dos 4,4% (acima dos 3,5% fixados pelo FMI).

Em 2003, o total da dívida externa boliviana ascendia a 5 mil milhões de USD. Por isso, o país beneficia actualmente do enquadramento no âmbito do programa para os “Países Pobres Altamente Endividados” (HIPC). Graças a este mecanismo, a Bolívia beneficiará de uma redução dos custos da dívida na ordem dos 854 milhões.

GUATEMALA

area total: 108.890 Km²

linha de costa: 400 Km

populacao: **12,2 milhões**

IDH rank: 118; IDH valor: 0,673

populacao abaixo da linha de pobreza: 56,2%

PIB per capita: 4,313 USD ppp

esperanca de vida: 67,1 anos

taxa de analfabetismo M: 18%

taxa de analfabetismo H: 14%

taxa mortalidade infantil: 45‰

taxa de fertilidade: 4,6 crianças/mulher

acesso a agua potavel: 95%

No ano 2000, 16% da população da Guatemala encontrava-se em situação de pobreza extrema e 56% em situação de pobreza. Destes, 8 em cada 10 pessoas residem em zonas rurais e distantes dos grandes centros urbanos.

A taxa de alfabetização, para pessoas entre os 15 e os 24 anos, aumentou de 75% para 82% entre 1989 e 2000. No entanto, a taxa de sucesso escolar é relativamente baixa, com apenas 30% dos alunos a concluírem o 5º ano.

Existe uma pequena disparidade entre os géneros no acesso à educação, que se acentuou entre 1991 e 2000, em desfavor das mulheres. Este desequilíbrio de género continua a persistir também no mercado laboral, nos rendimentos salariais auferidos. Em 2000, 58% do trabalho agrícola correspondia a trabalho não remunerado desenvolvido por mulheres, como extensão das suas actividades de casa. No caso das mulheres indígenas, esta proporção sobe para 64%. No mesmo ano, o rendimento mensal das mulheres equivalia a aproximadamente 60% do salário de um homem.

Nos dados relativos às taxas de desnutrição em crianças até 5 anos, verificam-se progressos, com um decréscimo de 34% para 24% nos valores globais entre 1987 e 1998. Ligeiros progressos registaram-se igualmente na mortalidade materna, com 219 óbitos por cada 100,000 partos (1989) e 186 óbitos em 1998. 41% dos nascimentos ocorridos no país durante o período de 1994 a 1999 foram atendidos por pessoal médico qualificado. No caso das mães indígenas, esta percentagem é significativamente mais baixa (17%). No entanto, igualmente no domínio da saúde, as taxas de prevalência de VIH em adultos (15-49 anos) aumentou de 0,05% (1990) para 0,85 (2001), tal como a incidência de casos confirmados de malária: de 0,4 para 3,1 por mil habitantes entre 1990 e 2001, o que demonstra a necessidade de rever as prioridades e políticas do sector.

A Guatemala possui o desafio de impulsionar políticas e programas que garantam a sustentabilidade ambiental, uma vez que entre

1992 e 2000 se tem registado uma tendência de redução da superfície das terras cobertas por bosques, de 29% para 26%. Por outro lado, o aumento do acesso a fontes de água e serviços de saneamento tem sido garantido: entre 1989 e 2000 esta proporção passou de 75% para 85% no abastecimento de água e de 57% para 79% no caso de serviços de saneamento.

ANGOLA

área total: 1.246.700 Km²

linha de costa: 1.600 Km

população: 15,5 milhões

IDH rank: 161; IDH valor: 0,439

população abaixo da linha de pobreza: 69,4%

PIB per capita: 2.180 USD ppp

esperança de vida: 41 anos

taxa de analfabetismo M: 72%

taxa de analfabetismo H: 44%

taxa mortalidade infantil: 154‰

taxa de fertilidade: 6,8 crianças/mulher

acesso a água potável: 53%

Angola é, com frequência, apontada como um país de futuro, tendo em conta sobretudo a riqueza do seu subsolo, com destaque para o carvão, diamantes e petróleo, ao que se vem juntar a relativa facilidade na atracção do investimento externo, desde o fim das hostilidades em 2002.

Contudo, a desigualdade social e a pobreza são uma realidade demasiado evidente para milhões de angolanos.

68% da população angolana vive com pouco mais de \$USD 51 por mês e 26% sobrevive em situação de pobreza extrema.

Nas áreas rurais a pobreza é ainda mais avassaladora atingindo 94%, comparativamente com as zonas urbanas, onde se atinge 57% da população.

Mais de 1 milhão de crianças, em idade escolar, não frequenta a escola. Somente 30% dos alunos matriculados na 1ª classe concluem a 4ª classe e apenas 15% completam o 6º ano de escolaridade. Estes dados, para além de preocupantes, traduzem o fraco investimento que tem sido efectuado pelo sector angolano e que poderá impedir a concretização dos ODM 1 e 2.

A evidente falta de equidade entre homens e mulheres e as dificuldades destas em usufruir de uma cidadania efectiva e idêntica à dos homens, levou o governo a aprovar o Programa de Acção e o Quadro Estratégico para a Promoção do Género 2001/2005, constituindo um importante passo na promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nos mais variados domínios sociais, económicos e políticos e na eliminação de atitudes e práticas culturais que inibam a participação das mulheres na sociedade.

De acordo com a OMS, a taxa de mortalidade infantil é de 154 por cada 1000 nados-vivos, sendo as principais causas as infecções respiratórias, o sarampo e a insuficiente informação e apoio materno-infantil.

Mais de 55% dos partos não são assistidos, o que aumenta para 30% a probabilidade da criança poder vir a falecer antes dos 5 anos. O combate à tuberculose tem vindo a revelar-se eficaz. Entre 2001 e 2003, verifica-se uma redução de 301 para 256 indivíduos afectados, por cada 100 mil habitantes.

Em termos de VIH/SIDA a situação é inversa. Na população entre os 15-49 anos, durante o mesmo período, passou de 3,7 (180 mil mortos) para 3,9 (210 mil mortos). A isto não será alheia a pouca informação na utilização de meios que evitem a propagação desta doença.

A concretização dos ODM 4,5 e 6, relacionados com a saúde, dependerá da acção conjunta do Ministério da Saúde Angolano, da sociedade civil e da Organização Mundial de Saúde, no sentido de melhorar os serviços de saúde e estimular os cidadãos à sua utilização.

Apesar de Angola ser rica a nível da sua flora e fauna, com uma área florestal equivalente a 56% do território, a má gestão e utilização desta riqueza poderá significar o empobrecimento dos solos e a perda da biodiversidade.

Contudo, o ODM 7 é atingível a médio prazo, sendo para tal necessário elaborar uma política florestal que inclua princípios de desenvolvimento sustentável, para minimizar a perda de recursos ambientais.

MOÇAMBIQUE

área total: 801.590 Km²

linha de costa: 1.600 Km

população: 19,4 milhões

IDH rank: 168; IDH valor: 0,390

população abaixo da linha de pobreza: 78,4%

PIB per capita: 1.237 USD ppp

esperança de vida: 41,6 anos

taxa de analfabetismo M: 67%

taxa de analfabetismo H: 36%

taxa mortalidade infantil: 104‰

taxa de fertilidade: 5,5 crianças/mulher

acesso a água potável: 43%

Atingir os ODM traçados em Setembro de 2000 é uma tarefa complexa que implicará um esforço conjunto entre a sociedade civil e o governo moçambicano.

É necessário alterar e desenvolver áreas-chave como a educação, a saúde e a economia.

No que se refere ao sistema educativo, tem sido notória a preocupação em adaptá-lo às exigências, evidenciando-se já indicadores positivos como o aumento de 22% (1997) para 38,7% (2003) do número de alunos a atingir o 5º ano, bem como o valor de 60% no que diz respeito ao número de inscrições no ensino primário. O acesso ao ensino comporta algumas particularidades da realidade moçambicana, tais como a desigualdade entre os géneros. A maioria dos alunos são do sexo masculino e a maior cobertura dos serviços de educação localiza-se nas zonas urbanas.

Deverá fazer-se um grande esforço para a criação e afirmação de um sistema de saúde, cada vez mais dotado em termos de recursos humanos e de infra-estruturas. Urge acelerar o combate às doenças graves e melhorar a assistência durante a gravidez e o parto, a fim de alcançar os ODM 4 e 6.

A mortalidade infantil tem vindo a diminuir de 143 casos (1990) para 109 (2003), por cada mil nados-vivos. Em termos de mortalidade de crianças com menos de 5 anos, verifica-se igual tendência com a redução de 219 (1997) para 178 (2003), por cada mil nados-vivos.

Moçambique possui uma enorme biodiversidade, mas continuam a ser cometidos danos ambientais que demonstram as dificuldades de convivência do Homem com o meio ambiente, que poderão colocar em risco a sustentabilidade do desenvolvimento. Torna-se imprescindível a criação de regulamentação sobre questões florestais e dotar as entidades competentes de meios que permitam o respeito pela lei e a gestão sustentável dos recursos naturais existentes.

O cancelamento da dívida dos 18 países mais pobres, entre os quais se inclui Moçambique, anunciado em Julho de 2005 pelo G8, poderá permitir um maior investimento (nacional e estrangeiro) em áreas primordiais e, deste modo, contribuir para o fortalecimento da economia Moçambicana.



relatório de responsabilidade oikos - ano zero

→ capítulo 2.4, página 21

Directrizes GRI G3

→ 3.5

Directrizes GRI G3

→ S01

relatório de responsabilidade oikos - ano zero

→ capítulo 4, ponto 4.1.8, página 63

6.1

projectos da linha-base de performance oikos

Em conformidade com o ponto 2.4, os critérios de selecção das actividades para a constituição da linha-base de performance oikos são os seguintes:

- ▶ para a definição da linha-base de performance oikos consideramos todas as acções (projectos, campanhas e eventos) alvo de análise contabilística no exercício referente ao ano de 2006;
- ▶ foram incluídos todos os projectos, campanhas e eventos, independentemente do papel desempenhado e da responsabilidade assumida pela oikos;
 - ▶ nos projectos, campanhas e eventos em que a oikos assume a responsabilidade de cabeça de consórcio, a análise considera a totalidade da acção. Nos casos em que desempenha um papel de parceiro, a análise foca os desempenhos correspondentes à responsabilidade assumida e imputada à oikos;
- ▶ os dados dos projectos, campanhas e eventos que não tenham terminado no decorrer de 2006, e considerando a necessidade de disponibilizar informação passível de análise de tendências e de comparabilidade com iguais períodos de reporte em relatórios futuros, têm como data de avaliação Abril de 2007;
 - ▶ para estes projectos, os resultados foram ponderados pelo intervalo de tempo entre o início das actividades e Abril de 2007.

Todos os projectos constituintes da linha-base de performance oikos foram desenhados, desenvolvidos e avaliados segundo o método da matriz do enquadramento lógico. De forma geral e simplificada, e tendo por base o macro processo de criação de valor partilhado que é apresentado no ponto 4.1.8, todas as intervenções da oikos percorrem os seguintes momentos, de acordo com uma metodologia de gestão de ciclo do projecto:

diagnóstico

momento de análise e caracterização do enquadramento da intervenção, possibilitando o desenho da proposta;

contexto enquadramento económico, ambiental, social, cultural e político;

necessidades identificação das causas associadas à condição de vulnerabilidade da população;

potencialidades identificação dos recursos e alianças com potencial para contribuir para a redução da vulnerabilidade;

grupos beneficiários definição dos grupos beneficiários e dos respectivos critérios de selecção.

desenho, formulação da proposta de intervenção:

- ▶ segundo o método da matriz do enquadramento lógico, definem-se os objectivos globais, o objectivo específico, os resultados e as respectivas actividades, todos devidamente enquadrados por indicadores e fontes de verificação;
- ▶ nesta fase, procede-se à definição da metodologia de intervenção e à identificação e planificação dos recursos e alianças necessários para atingir as metas, os resultados e os objectivos propostos;
- ▶ descrevem-se, ainda, as pré-condições e os factores de risco que poderão condicionar a implementação das actividades e a concretização dos objectivos;
- ▶ como último ponto, formula-se a estratégia de sustentabilidade da intervenção.

implementação, monitorização e avaliação:

- ▶ o processo de implementação e o sistema de monitorização e de avaliação da intervenção têm por base a matriz do enquadramento lógico, para o seguimento dos indicadores definidos na proposta e no contrato de financiamento, e o plano operativo geral, que permite o seguimento da execução das actividades previstas, segundo a sua calendarização, os recursos afectos e as metas definidas;
- ▶ durante o processo de implementação, efectuam-se relatórios intermédios, sendo a sua periodicidade definida tendo em conta as exigências do projecto e a metodologia de avaliação previamente acordada com os *stakeholders* envolvidos;
- ▶ em determinados projectos, efectuam-se avaliações externas, a pedido dos *stakeholders* ou a pedido da oikos.

avaliação final e impacto da solução:

- ▶ para a avaliação final, segundo a matriz de enquadramento lógico definida, elaboram-se o relatório final e procede-se a avaliações externas quando solicitadas;
- ▶ a estratégia de sustentabilidade da intervenção é actualizada, identificando-se a agregação de valor obtida e a reutilizabilidade da solução desenvolvida;
- ▶ em todos os momentos, o processo é participativo e inclusivo, permitindo assim a participação e a responsabilização dos *stakeholders* envolvidos, nomeadamente os beneficiários, os parceiros e as entidades locais, os financiadores e os técnicos da oikos.

Como se poderá verificar na caracterização dos projectos, no capítulo 6, estes foram alvo de procedimentos de monitorização e avaliação. Contudo, no âmbito de implementação do sistema integrado de gestão oikos - sigo, previsto a partir de 2008, a oikos desenvolverá uma política sistematizada de auditoria e avaliação, interna e externa, a toda a sua actividade.

A linha-base de performance oikos é constituída pelos projectos descritos na tabela da página seguinte, agrupados segundo os níveis de intervenção de acção humanitária, vida sustentável e cidadania global.

O valor global de financiamento contratado é de € 12.489.514,51.

De forma a possibilitar uma melhor compreensão dos dados, apresentamos ainda a seguinte informação complementar:

- ▶ distribuição do valor contratado por área geográfica e país no gráfico 30;
- ▶ distribuição do valor contratado por sector de intervenção no gráfico 31;
- ▶ distribuição do valor contratado por responsabilidade de financiamento no gráfico 32.



relatório de responsabilidade oikos - ano zero
capítulo 6, ponto 6.2, página 128

sistema de enquadramento para a avaliação da
linha-base de performance oikos

Directrizes GRI G3

→ 3.9

Directrizes GRI G3

→ 3.9

tabela 20 – projectos constituintes da linha-base performance oikos

				Data			análise (%)
				início	fim	análise	
AH	4B04	Restituir a segurança alimentar e abastecimento de água no Município de Papel Pampa, Bolívia.	Bolívia	Março 2006	Setembro 2006	Setembro 2006	100%
AH	4D06	Projecto de Emergência para Apurímac e Ayacucho, zonas afectadas por uma onda de frio e tempestades de neve: atenuar as necessidades e capacitação para gestão em situações de catástrofe.	Peru	Outubro 2004	Abril 2005	Abril 2005	100%
AH	5A17	Programa de reabilitação de habitações no Município de Trinidad, Sancti Spiritus, Cuba.	Cuba	Outubro 2004	Novembro 2006	Novembro 2006	100%
AH	5C03 A	Ajuda de emergência às populações afectadas pelo furacão STAN, nos departamentos de Ahuachapán (El Salvador) e Santa Rosa (Guatemala).	El Salvador	Novembro 2005	Novembro 2006	Novembro 2006	100%
AH	6B02	Projecto de cuidados de saúde primários para Ulee Kareng - Saneamento Básico.	Indonésia	Maió 2005	Março 2006	Março 2007	100%
AH	6B03	Água e saneamento para os deslocados internos de Aceh Besar.	Indonésia	Maió 2006	Março 2007	Março 2007	100%
VS	3A36	Jango - Formação para transformação em Angola.	Angola	Abril 2001	Setembro 2008	Abril 2007	75%
VS	3A87	Projecto de Melhoria da Segurança Alimentar das Populações Residentes no Município de Quilengues.	Angola	Dezembro 2004	Dezembro 2007	Apr-07	78%
VS	3A88	Projecto de Apoio ao Reassentamento da População de Sacá.	Angola	Novembro 2004	Outubro 2005	Outubro 2005	100%
VS	3B11	Melhoria da segurança alimentar da população rural dos distritos de Bilene - Macia, na Província de Gaza.	Moçambique	Maió 2004	Abril 2008	Abril 2007	70%
VS	3B13	Projecto de Segurança Alimentar Sekeleka Motaze.	Moçambique	Abril 2004	Junho 2007	Abril 2007	90%
VS	3B14	Projecto de Segurança Alimentar no Distrito de Mandimba.	Moçambique	Outubro 2005	Setembro 2009	Abril 2007	40%
VS	4B03	Triar - Educação comunitária participativa para o exercício dos direitos relacionados com a saúde em municípios pobres dos departamentos de Oruro, Sucre e Potosí - Bolívia.	Bolívia	Março 2003	Abril 2007	Abril 2007	100%
VS	4D04	Negócios agrícolas sustentáveis para a redução da pobreza no departamento de Apurímac - Peru.	Peru	Abril 2003	Setembro 2007	Abril 2007	85%
VS	4D08	Programa Binacional para a conservação e gestão participativa dos bosques tropicais do vale do rio Chinchipe.	Peru	Junho 2005	Abril 2009	Abril 2007	48%
VS	5A04	Projecto de Autonomia e Fortalecimento de 8 Cooperativas Agrícolas do Município de Florencia, Província Ciego de Ávila, Cuba.	Cuba	Abril 2002	Setembro 2006	Setembro 2006	100%
VS	8B01	Redução da vulnerabilidade das famílias pobres em Golfo de Fonseca (Nicarágua, Honduras, El Salvador).	MRAC	Janeiro 2005	Dezembro 2007	Abril 2007	70%
CG	1A13	Finança Ética para o Desenvolvimento.	Portugal	Setembro 2003	Dezembro 2006	Dezembro 2006	100%
CG	1A14	As Mãos Esforçadas: direito ao trabalho e novas formas de escravatura em tempos de globalização.	Portugal	Setembro 2003	Dezembro 2006	Dezembro 2006	100%
CG	1A20	Campanha Pobreza Zero.	Portugal	Janeiro 2005	Dezembro 2007	Abril 2007	70%
CG	1A21	RSE Media Ibero-americanos.	Portugal	Agosto 2005	Dezembro 2006	Dezembro 2006	100%
CG	1A24	Terra de Todos.	Portugal	Abril 2006	Novembro 2007	Abril 2007	30%



Directrizes GRI G3

↓ EC1 e EC4

caracterização da linha-base de performance oikos em termos de valor financeiro contratado

total do valor financeiro contratado da linha-base de performance oikos

€ 12.489.514,51

gráfico 30
distribuição do valor contratado por país

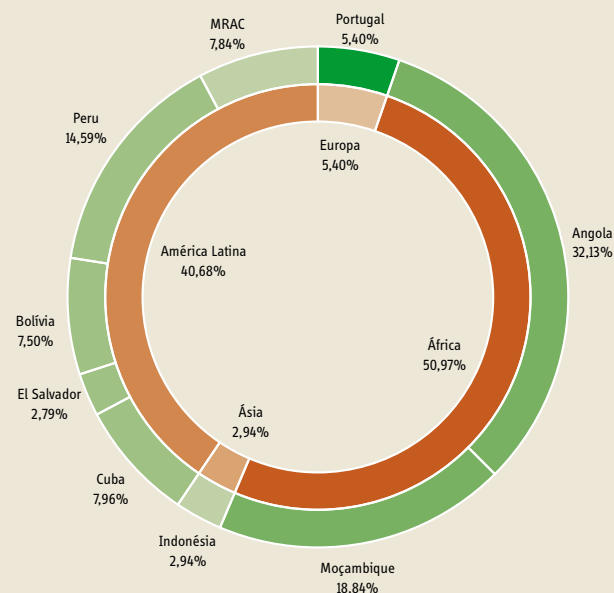


gráfico 31
distribuição do valor contratado por sector de intervenção

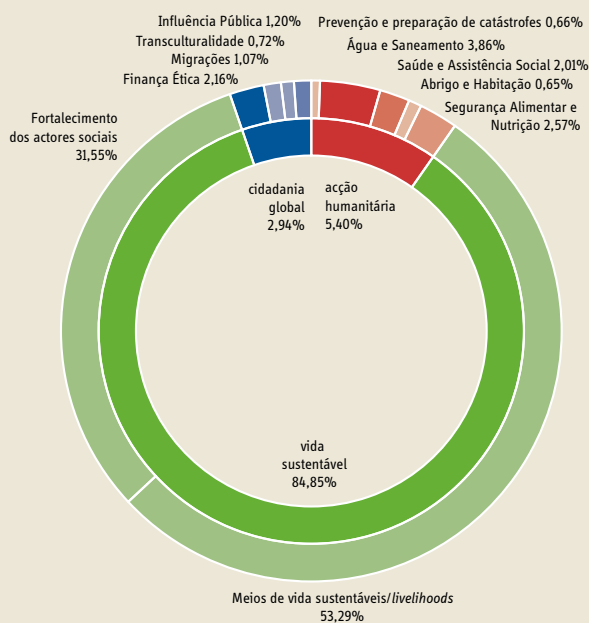
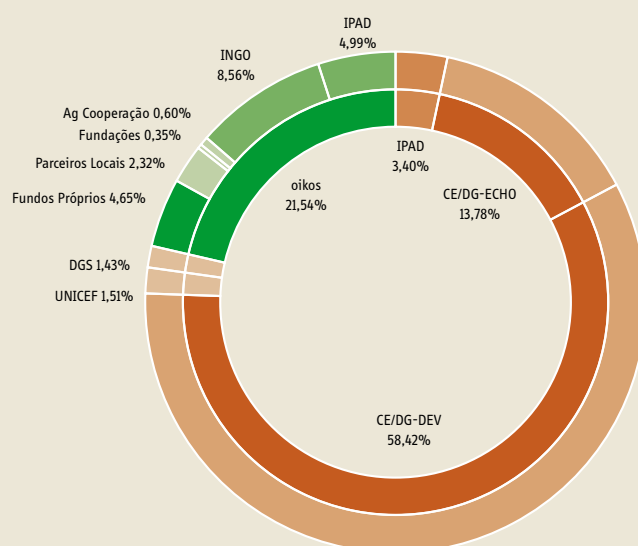


gráfico 32
distribuição da responsabilidade de financiamento





Directrices GRI G3

→ 3.9

6.2

critérios de avaliação dos projectos utilizados no relatório de responsabilidade oikos – ano zero

O desafio que encaramos na descrição da linha-base de performance oikos, referente aos projectos analisados, prende-se com a necessidade de disponibilizar informação que tenha em consideração as exigências dos *stakeholders*, que reflecta com naturalidade tanto os pontos fortes como os pontos fracos, que seja clara e acessível, que seja exacta e que permita auditabilidade e comparabilidade. Neste sentido, a análise dos projectos foi elaborada a partir dos indicadores definidos nos projectos e seu cumprimento ponderado a partir da matriz do quadro lógico, do controlo financeiro e do cronograma de actividades acordado.

Como fonte de validação dos dados considerados, recorreremos, no caso dos projectos já finalizados, aos relatórios finais aprovados pelos financiadores e relatórios elaborados por auditores externos. No caso de projectos em curso, considerámos os relatórios de progresso aprovados pelos financiadores e relatórios e documentos de avaliação produzidos por auditores externos.

Por razões de ordem metodológica, os projectos serão analisados em dois grupos:

- ▶ projectos de emergência/acção humanitária e de desenvolvimento/vida sustentável, correspondendo às actividades nos Países em Desenvolvimento – PED;
- ▶ projectos de mobilização/cidadania global, correspondendo às actividades em Portugal.

indicadores para projectos de emergência/acção humanitária e de desenvolvimento/vida sustentável

1. execução financeira

corresponde ao valor financeiro executado sobre o valor financeiro total previsto do projecto e a unidade de medida é expressa em percentagem.

2. peso financeiro dos recursos humanos locais e expatriados

corresponde ao valor financeiro executado imputado à rúbrica de custos com os recursos humanos locais e expatriados e a unidade de medida é expressa em percentagem.

3. resultado atingido ponderado pelo peso financeiro executado

corresponde ao valor percentual do resultado atingido, ponderado pelo peso financeiro da sua execução no valor total de execução financeira da amostra e a unidade de medida é expressa em percentagem.

4. resultado atingido ponderado pelo nº de beneficiários/dia abrangidos

corresponde ao valor percentual do resultado atingido, ponderado pelo peso do nº de beneficiários/dia abrangidos na sua execução face ao nº total de beneficiários/dia abrangidos na amostra. A unidade de medida é expressa em percentagem.

5. número de beneficiários/dia

corresponde ao nº total de beneficiários atingidos, ponderado pelo nº total de dias da intervenção.

indicadores para projectos de mobilização/cidadania global

1. impacto

descrição do impacto obtido com as actividades desenvolvidas.

2. execução financeira

corresponde ao valor financeiro executado sobre o valor financeiro total previsto do projecto e a unidade de medida é expressa em percentagem.

sequência de caracterização da linha-base

a sequência de caracterização da linha-base de performance oikos segue o *continuum* de intervenção e é a seguinte:

- ▶ acção humanitária:
 - caracterização dos projectos
 - representação gráfica dos indicadores de performance
- ▶ vida sustentável:
 - caracterização dos projectos
 - representação gráfica dos indicadores de performance
- ▶ intervenção oikos nos PED - projectos de emergência e de desenvolvimento:
 - representação gráfica dos indicadores de performance
- ▶ cidadania global:
 - caracterização dos projectos
 - representação gráfica dos indicadores de performance



Directrizes GRI G3

→ 3.9



→ www.sphereproject.org

6.3

acção humanitária oikos

Os dois pilares fundamentais da acção humanitária são a assistência e a protecção. De uma forma geral, toda a acção humanitária contribui para assistir e proteger as pessoas mais vulneráveis perante uma situação de emergência, verificada ou potencial.

De acordo com o referencial do *Sphere Project: Humanitarian Charter and Minimum Standards in Disaster Response*, emergência pode ser definida como “uma situação em que os meios normais de suporte à vida com dignidade falharam, em resultado de uma catástrofe natural ou provocada pelo Homem”.

Uma emergência é sempre uma situação extraordinária, presente ou iminente, na qual existem ameaças sérias e imediatas à vida humana e/ou aos meios de vida sustentáveis que fornecem o suporte a uma existência digna.

Contudo, nem sempre é evidente o que constitui uma situação de emergência, nem todos os terremotos ou furacões resultam numa destruição dos meios de subsistência ou da própria vida humana. O mesmo fenómeno pode causar impactos muito diferenciados sobre as vidas humanas e os meios de subsistência, devido aos distintos graus de vulnerabilidade ambiental, social e económica das populações atingidas.

Deste modo, a questão que se coloca à oikos é a de determinar em que situações desencadear uma acção humanitária.

Os critérios que habitualmente seguimos no processo de decisão são:

- ▶ nível de necessidades, avaliadas segundo referenciais técnicos;
- ▶ espaço humanitário, cobertura das necessidades por parte de outras entidades;
- ▶ a existência ou não de um apelo internacional ou de um pedido das autoridades locais competentes à assistência internacional;
- ▶ a nossa capacidade de intervenção, tendo em consideração: conhecimento do terreno e dos sectores de intervenção prioritários, a existência de recursos financeiros acessíveis, a capacidade operacional própria e/ou através de parceiros locais e internacionais, o acesso às populações mais necessitadas e, finalmente, critérios de segurança para equipas e meios da oikos.

Actualmente, a oikos é a ONGD portuguesa que, actuando ao longo do *continuum* da acção humanitária, o faz numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, em três continentes: África, Ásia e América Latina.

A nossa opção de resposta em termos de acção humanitária encontra-se, prioritariamente, orientada para as comunidades das regiões e países com as quais já trabalhamos, permitindo assim, através do conhecimento adquirido e já partilhado, uma maior rapidez no diagnóstico, eficiência na resposta e consistência no impacto da intervenção.

Como exemplo, referimos as seguintes intervenções:

- ▶ Angola, onde a oikos se inseriu no esforço da comunidade internacional, no sentido de apoiar a reinstalação dos deslocados internos e minimizar as suas carências básicas agudizadas pela guerra civil, durante quase 13 anos (1988-2005);
- ▶ Honduras, por ocasião do Furacão Mitch em 1998/2001;
- ▶ El Salvador, como resposta ao apelo em consequência do terramoto em 2001 e do furacão Stan em 2005 e, actualmente, um projecto de preparação de catástrofes (DIPECHO) relacionado com o desenvolvimento de um Sistema Micro-Regional de informação, coordenação e resposta rápida a cheias e deslizamentos de terra na Micro-Região do Sul de Ahuachapan;
- ▶ Guatemala, em 2005, também no contexto do furacão Stan;
- ▶ Peru, em 2000 devido ao terramoto, em 2004 devido à onda de frio e, actualmente, como resposta ao terramoto verificado em Agosto de 2007;
- ▶ Moçambique, início de 2000 e de 2007 devido às piores cheias dos últimos anos.

Contudo, tendo em consideração a dimensão da catástrofe vivenciada no tsunami de 2004, a oikos interveio na Indonésia, onde se verificaram mais de 90.000 mortos.

A resposta humanitária da oikos estende-se por três fases, dependendo das circunstâncias e do momento:

- ▶ **fase de emergência** – no momento em que se declara uma situação de emergência, é decisiva a rapidez na resposta e a coordenação entre os actores humanitários, sendo avaliadas as necessidades, de forma rápida, nos seguintes sectores: fornecimento de água potável, abrigo, alimentação, artigos de higiene e cuidados de saúde.
- ▶ **fase de reabilitação** – uma vez superada a fase mais aguda da emergência, o objectivo é ajudar as vítimas da catástrofe a recuperar os seus meios básicos de subsistência (reactivação da produção), a reconstruir as infra-estruturas básicas (postos de saúde, escolas, etc.) e a retomar a normalidade do seu quotidiano.
- ▶ **fase de prevenção e preparação de catástrofes** – fruto da nossa missão, trabalhamos frequentemente em zonas vulneráveis aos desastres naturais ou aos conflitos armados. Por isso, cooperamos com os nossos parceiros auxiliando as comunidades locais a desenvolver estratégias de prevenção e preparação de catástrofes, minorando assim os impactos futuros.

Desde 2005, temos reforçado a capacidade de resposta de emergência, numa perspectiva de qualificação e melhoria contínua.

Esta opção encontra fundamento no crescente fenómeno das alterações climáticas e no número e na devastação que as catástrofes naturais têm vindo a causar, prevendo-se o agravamento desta tendência nos próximos anos.

É fundamental, numa lógica de desenvolvimento sustentável, entender a acção humanitária como um início de *continuum* ou como um processo de preservação ou de reparação, no mais curto espaço de tempo possível, das condições e dos meios de subsistência dos mais vulneráveis.

A linha-base de performance oikos, em termos de acção humanitária, é composta por 6 projectos cuja descrição apresentamos nas páginas seguintes.



Directrizes GRI G3

→ 2.2

“O meu poço estava em más condições: em meia hora bombeava água normal, mas depois dessa meia hora, a água saía turva. Os técnicos que aqui chegaram limparam o poço e a minha água está melhor!” Canuto Mamani (beneficiário de Colqueamaya Baja)



Directrizes GRI G3

→ EC1, EC8 e S01

“A valorização é bastante positiva, pois as pessoas têm água limpa para beber e os seus animais estão vacinados. Nas comunidades, os comités de emergência estão formados e as pessoas conseguiram superar o problema, estando eventualmente mais preparadas para outras calamidades”. Damián Berrendorf (Técnico da CE/DG-ECHO)

4B04 - Restituir a segurança alimentar e abastecimento de água no Município de Papel Pampa, Bolívia.

local de intervenção	Município de Papel Pampa, Província de Villaroel, Bolívia.			
datas	início	Março 2006	conclusão	Setembro 2006
beneficiários	4176 pessoas correspondendo a 1044 famílias			
área do continuum	acção humanitária – emergência			
sectores de intervenção	água e saneamento, segurança alimentar e nutrição, prevenção e preparação de catástrofes			
financiadores	CE/DG-ECHO			
orçamento	previsto	€ 200.000,00	executado	€ 199.915,00
contexto	<p>Devido às fortes chuvas que se verificaram nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2006, o rio Desaguadero galgou as margens e inundou parcialmente o município de Papel Pampa. A área afectada não se resumiu apenas às comunidades e áreas ao longo do rio, mas também a outras zonas do município, que são planas ou não possuem uma drenagem adequada. O sistema de segurança alimentar na área tem por base a criação de gado e a migração (acesso a produtos alimentares) como as principais fontes de rendimento, a agricultura como fonte de produtos para consumo próprio e os poços manuais ou mecânicos como fontes de água. A destruição de colheitas nas zonas inundadas e o seu impacto no nível de alimentação da população, assim como o aumento da mortalidade e morbidez de gado, a destruição, os danos parciais e contaminação de poços agravaram ainda mais os indicadores de insegurança alimentar e saúde pública, já bastante favoráveis. Consequentemente, verificou-se um aumento dos níveis de pobreza que chegaram aos 99,3% na província de Villaroel, resultando num aumento da migração temporária e definitiva desta zona. As cheias destruíram colheitas, fontes de água e colocaram em risco o gado, o que, a curto ou médio prazo, tem um impacto negativo na segurança alimentar.</p>			
objectivos gerais	OG1. Melhoria das condições de vida da população local afectada pela inundação no município de Papel Pampa, Bolívia.			
objectivos específicos	OE1. Atenuar o impacto negativo que a inundação teve na segurança alimentar e fornecimento de água em Papel Pampa.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ► Restabelecer e melhorar o fornecimento de água a 100 famílias - 400 pessoas.</p> <p>R2 ► Atenuar o impacto da inundação nas condições de vida da população e reactivar o cultivo de colheitas.</p> <p>R3 ► Fortalecer a capacidade local de atenuar o efeito de futuras inundações.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	auditorias financeira e técnica regulares à oikos, efectuadas pelo financiador – CE/DG-ECHO, e enquadradas com o contrato quadro estabelecido.		
	financeira			
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	água e saneamento			100%
	segurança alimentar, nutrição			100%
	prevenção e preparação de catástrofes			100%
execução financeira atingida			99,95%	



Emergência para Apurímac e Ayacucho, Ayacucho

4D06 - Projecto de Emergência para Apurímac e Ayacucho, zonas afectadas por uma onda de frio e tempestades de neve: atenuar as necessidades e capacitar para gestão em situações de catástrofe.

local de intervenção	Apurímac e Ayacucho, Peru			
datas	início	Outubro 2004	conclusão	Abril 2005
beneficiários	5594 pessoas, correspondendo a 1243 famílias			
área do continuum	acção humanitária – reabilitação			
sectores de intervenção	segurança alimentar, nutrição prevenção e preparação de catástrofes			
parceiros	ITDG, CEDES			
financiadores	CE/DG-ECHO			
orçamento	previsto	295.000,00 €	executado	220.398,07 €
contexto	Durante o mês de Junho de 2004, uma excepcional onda de frio afectou as comunidades rurais dos departamentos de Apurímac e Ayacucho. Este fenómeno agravou a situação de pobreza na qual se encontra esta área, dificultando o acesso às comunidades, impedindo o desenvolvimento das tradicionais actividades agrícolas e comerciais e determinando a morte de uma grande quantidade de gado. Esta situação limitou fortemente a produção agrícola local (principal actividade económica da zona) e ameaçou a segurança alimentar da população afectada.			
objectivos gerais	OG1. Contribuir para atenuar os danos causados pela onda de frio e tempestades de neve em 3 distritos na província de Grau e Cotabambas em Apurímac e 3 distritos na província de Sucre em Ayacucho no Peru.			
objectivos específicos	OE1. Reconstrução da capacidade de produção e criação animal das famílias afectadas pela onda fria e tempestade de neve, através da acção de ajuda humanitária e da organização e/ou fortalecimento da gestão de risco das organizações locais, recorrendo aos Comitês de Protecção Civil.			
resultados esperados no fim do projecto	R1 ► Gado melhor alimentado para maior eficácia no combate às doenças. R2 ► População local mais preparada para encarar os desastres naturais.			
avaliação e auditoria	técnica	auditorias financeira e técnica regulares à oikos, efectuadas pelo financiador – CE/DG-ECHO, e enquadradas com o contrato quadro estabelecido.		
	financeira			
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007		100%	
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	segurança alimentar, nutrição		112,5%	
	prevenção e preparação de catástrofes		150,0%	
execução financeira atingida		74,7%		



Directrizes GRI G3

→ EC1, EC8 e S01

“Nem feijão para semear nos deixou o furacão. Tudo estragado, coberto de lama, de terra e de água. Endividei-me para comprar sementes. Não sabia o que fazer: como pagar as dívidas depois de o furacão ter arrasado o meu campo?

Depois vieram os do projecto e mesmo no início da época da sementeira, deram-nos milho, feijão e até fertilizantes. Pude semear e, se Deus quiser, terei para dar de comer aos meus filhos e para pagar a dívida.” Jesús Antonio, Município de Jujutla, Comunidade de Guayapa, El Salvador

5C03 - Ajuda de emergência às populações afectadas pelo furacão STAN, nos departamentos de Ahuachapán (El Salvador) e Santa Rosa (Guatemala)

local de intervenção	12 aldeias localizadas na parte sul do Departamento de Ahuachapán em El Salvador e 4 aldeias do Departamento de Santa Rosa na Guatemala.			
datas	início	Novembro 2005	conclusão	Novembro 2006
beneficiários	14.655 pessoas correspondendo a 3.186 famílias			
área do continuum	acção humanitária – emergência			
sectores de intervenção	água e saneamento, segurança alimentar, nutrição, saúde e assistência social			
parceiros	FUNSALPRODESE			
financiadores	CE/DG-ECHO, IPAD			
orçamento	previsto	349.527,00 €	executado	348.788,00 €
contexto	O projecto “Ajuda de emergência a populações afectadas pelo furacão “Stan” nos departamentos de Ahuachapán (El Salvador) e Santa Rosa (Guatemala)” visou atenuar os efeitos do furacão “Stan” em Outubro de 2005, na América Central. As inundações e as fortes chuvas geradas pelo furacão causaram graves danos às populações locais, já por si em condições de vulnerabilidade (alta incidência dos índices de pobreza e extrema pobreza, baixa ou nula presença de serviços públicos, inexistência de planos e políticas públicas de gestão de risco).			
objectivos gerais	OG1. Contribuir para a redução dos efeitos causados pelo furacão “Stan” no Departamento de Ahuachapán, El Salvador, e no Departamento de Santa Rosa, Guatemala.			
objectivos específicos	OE1. Controlar a propagação de doenças e mitigar os prejuízos agrícolas causados pelo Furacão “Stan” nos departamentos de Ahuachapán (El Salvador) e Santa Rosa (Guatemala).			
resultados esperados no fim do projecto	R1 ▶ Água potável acessível a todas as famílias beneficiárias. R2 ▶ Vectores transmissores de doenças controlados nos três municípios beneficiados. R3 ▶ Cuidados médicos e medicamentos disponibilizados aos grupos mais vulneráveis nos 3 municípios beneficiados. R4 ▶ 269 famílias beneficiadas com assistência técnica e um pacote de <i>inputs</i> agrícolas em 4 comunidades de Ahuachapán.			
avaliação e auditoria	técnica	auditorias financeira e técnica regulares à oikos, efectuadas pelo financiador – CE/DG-ECHO, e enquadradas com o contrato quadro estabelecido.		
	financeira	auditoria financeira documental efectuada pelo IPAD.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	água e saneamento			100%
	saúde e assistência social			100%
	segurança alimentar, nutrição			100%
execução financeira atingida			99,78%	



Ajuda de emergência às populações afectadas pelo furacão STAN, Ahuachapán

5A17 - Programa de reabilitação de habitações no Município de Trinidad, Sancti Spiritus, Cuba

local de intervenção	Município de Trinidad, Província de Sancti Spiritus, Cuba.			
datas	início	Outubro 2004	conclusão	Novembro 2006
beneficiários	1882 pessoas correspondendo a 448 famílias			
área do continuum	acção humanitária – reabilitação			
sectores de intervenção	abrigo e habitação			
parceiros	Poder Popular de Sancti Spiritus			
financiadores	IPAD			
orçamento	previsto	81.822,37 €	executado	81.626,97€
contexto	<p>Sancti Spiritus foi uma das 11 províncias que sofreram os maiores danos pela passagem do furacão Dennis. Para além de todos os danos estruturais provocados por este fenómeno natural, importa salientar os incalculáveis danos psicológicos e sociais que as populações afectadas sofreram, com a perda dos seus lares, bens e trabalho e pela sua deslocação para albergues colectivos, onde apenas lhes foram garantidas as condições mínimas de habitabilidade e privacidade.</p>			
objectivos gerais	OG1. Reduzir o impacto negativo sobre a população, ocasionado pela passagem do furacão Dennis.			
objectivos específicos	OE1. Reabilitar telhados de habitações do município de Trinidad (província de Sancti Spiritus) que foram totalmente destruídos pela passagem do furacão Dennis.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ► Reconstrução dos telhados totalmente danificados pela passagem do furacão Dennis de 304 habitações do município de Trinidad.</p> <p>R2 ► Reincorporação da população abrangida nas 304 habitações reabilitadas.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	auditoria financeira documental efectuada pelo financiador - IPAD.		
	financeira			
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	abrigo e habitação			100%
	execução financeira atingida			99%



Directrizes GRI G3

→ EC1, EC8 e S01

6B02 - Projecto de cuidados de saúde primários para Ulee Kareng

local de intervenção	Cidade de Banda Aceh, Província de Nanggroe Aceh Darussalam, ilha de Sumatra, Indonésia			
datas	início	Maio 2005	conclusão	Março 2006
beneficiários	17142 pessoas correspondendo a 5714 famílias			
área do continuum	acção humanitária - emergência			
sectores de intervenção	saúde e assistência social			
parceiros	Departamento de Saúde			
financiadores	Direcção-Geral de Saúde			
orçamento	previsto	174.512,42 €	executado	178.322,35 €
contexto	<p>A região de Banda de Aceh, na costa sudoeste da ilha de Sumatra, foi a região mais afectada pelo tsunami a 26 de Dezembro de 2004, onde morreram mais de 90.000 pessoas e 2 milhões ficaram afectadas tanto pela quebra dos serviços sociais básicos (água e saneamento, saúde, educação), como pela destruição dos meios de subsistência (agricultura, pesca e indústria), criando uma situação de insegurança alimentar e aumentando a dependência destas populações face à ajuda externa. As populações deslocadas das suas povoações e casas, devido ao tsunami, refugiaram-se em campos de deslocados espalhados por toda a costa das ilhas afectadas e cuja gestão foi entregue às ONG presentes na Indonésia.</p> <p>A oikos ficou responsável por fornecer água potável e saneamento básico em 11 destes campos, pela prestação de cuidados de saúde primários e apoio na gestão de vários centros de saúde e por uma clínica móvel.</p>			
objectivos gerais	OG1. Melhorar os serviços básicos de saúde prestados à população de Ulee Kareng.			
objectivos específicos	OE1. Melhorar o serviço médico prestado à população de Ulee Kareng, capacitando enfermeiros e promotores de saúde comunitários, através de acções de formação específicas e <i>on-job</i> , assim como na gestão integrada de 2 postos de saúde.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ► Melhorada a qualidade de serviço nos cuidados primários de saúde prestados em Pango Raya e Lambhuk.</p> <p>R2 ► Aumentado o espectro de pacientes atendidos pelos 2 postos de saúde.</p> <p>R3 ► Aumentado o índice de rastreio de tuberculose em 50% em Banda Aceh, através do serviço de diagnóstico de doenças pulmonares móvel.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	auditoria financeira documental efectuada pelo financiador - DGS.		
	financeira			
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	saúde e assistência social			100%
	execução financeira atingida			102,2%



Cuidados de saúde primários para Ulee Kareng, Banda Aceh

6B03 - Projecto de Água e Saneamento para Banda Aceh e Aceh Besar

local de intervenção	Cidade de Banda Aceh, Província de Nanggroe Aceh Darussalam, ilha de Sumatra, Indonésia			
datas	início	Maio 2006	conclusão	Março 2007
beneficiários	3.385 pessoas correspondendo a 1.128 famílias			
área do continuum	acção humanitária – emergência			
sectores de intervenção	água e saneamento			
parceiros	Departamento de Saúde			
financiadores	UNICEF			
orçamento	previsto	141.654,94 €	executado	147.718,23€
contexto	<p>O projecto enquadra-se no âmbito da resposta humanitária à catástrofe natural que devastou o Sudoeste Asiático no dia 26 de Dezembro de 2004. A região de Banda Aceh, onde se localiza a acção, foi a mais afectada. Para além das centenas de milhares de mortos, o maremoto teve como consequência a deslocação de inúmeras comunidades costeiras para áreas menos afectadas. O governo indonésio promoveu a criação de campos de transição para o acolhimento de deslocados internos, prevendo o seu funcionamento por um período não superior a 2 anos.</p> <p>O projecto prevê o abastecimento de água potável, bem como a melhoria das condições de saneamento básico e meio ambiente, em 7 campos de deslocados.</p>			
objectivos gerais	OG1. Promover a saúde pública e melhorar as condições dos campos de refugiados.			
objectivos específicos	OE1. Garantir que os refugiados internos que vivem nos 7 campos de refugiados tenham acesso a água potável e infra-estruturas sanitárias apropriadas, bem como melhorar os seus hábitos de higiene.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ► 3385 Deslocados dispõem de condições sanitárias adequadas dentro de 2 meses.</p> <p>R2 ► 3385 Deslocados dispõem de pelo menos 25 litros de água por pessoa/dia.</p> <p>R3 ► 3385 Deslocados aplicam métodos de higiene que lhes permitem assegurar a sua higiene e contribuir para a redução do foco de doenças.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	auditoria financeira documental e auditoria técnica efectuada pelo financiador - UNICEF.		
	financeira			
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	água e saneamento			100%
	execução financeira atingida			104,3%



Directrizes GRI G3

→ EC1, EC8 e S01

indicadores de performance

execução financeira

94,71%

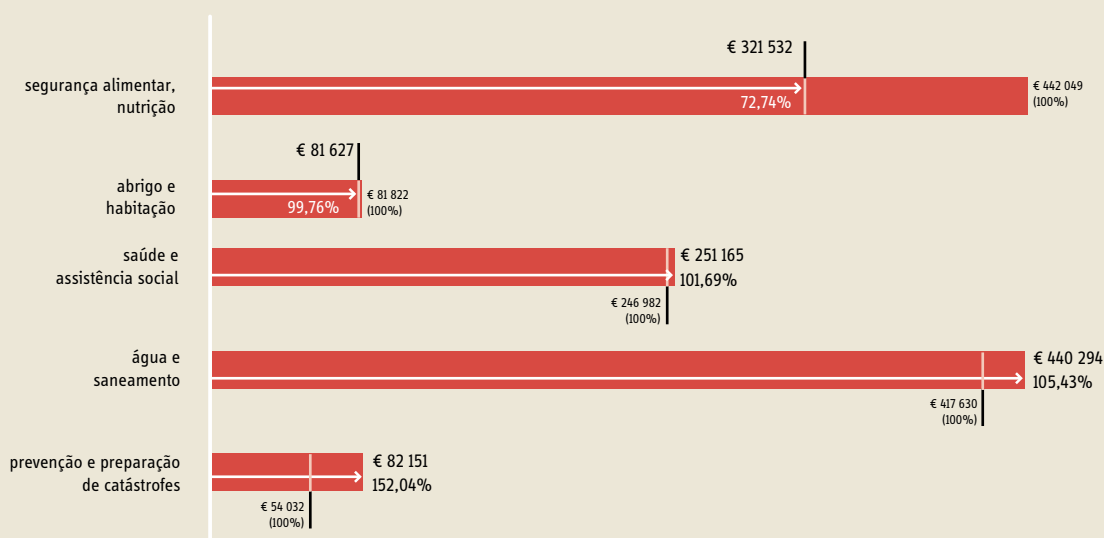
valor total contratado nos projectos de acção humanitária

€ 1.242.516,44

valor total executado nos projectos de acção humanitária

€ 1.176.769,06

execução financeira ponderada por sectores de intervenção



peso financeiro recursos humanos locais

14,5%

custo com os recursos humanos locais nos projectos de acção humanitária

€170.977,20

peso financeiro recursos humanos expatriados

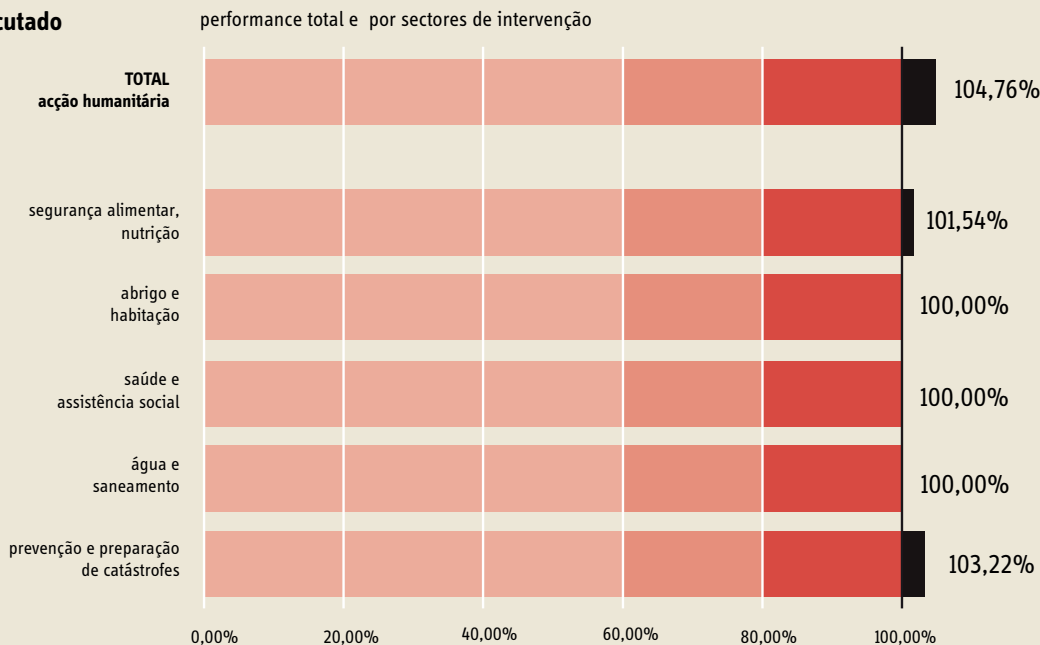
11,99%

custo com os recursos humanos expatriados nos projectos de acção humanitária

€141.073,08

resultados atingidos, ponderados pelo valor financeiro executado

104,76%

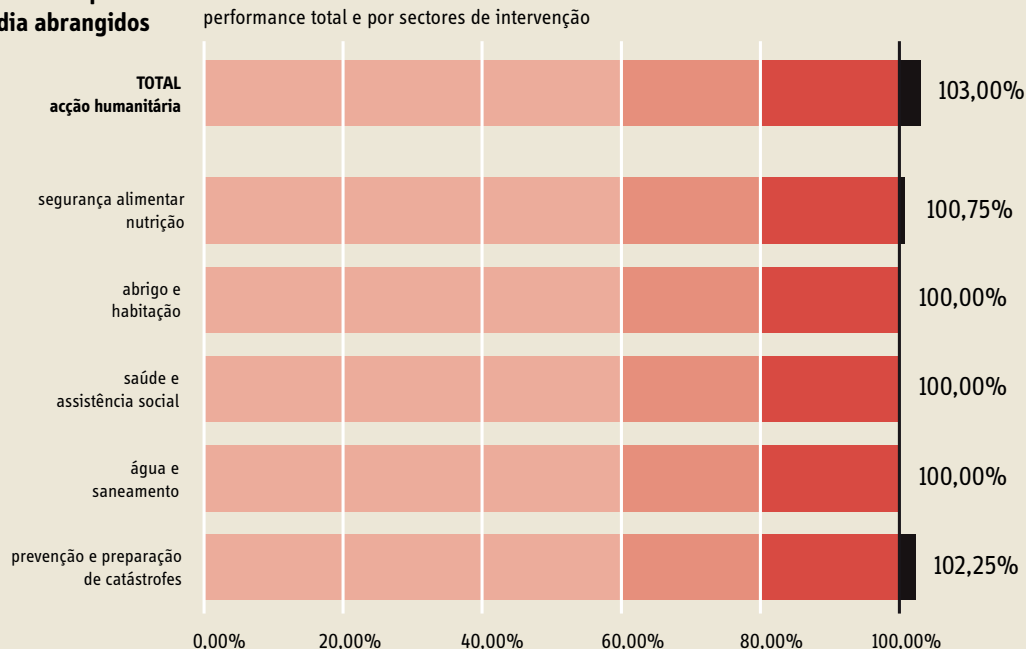


número médio anual beneficiários/dia

42.158

resultados atingidos, ponderados pelo número de beneficiários/dia abrangidos

103,00%



custo médio beneficiário/dia

€ 0,08

custo médio beneficiário/mês

€ 2,29

custo médio beneficiário/ano

€ 27,91



→ *Committee on Economic, Social and Cultural Rights (2001). "Substantive issues arising in the implementation of the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights: Poverty and the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights", Document E/C.12/2001/10.*
Disponível em www.unhchr.ch.

relatório de responsabilidade oikos – ano zero
→ capítulo 3, ponto 3.3, página 36

→ *Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) – 2003. Documento sobre la pobreza para la III Conferencia Regional de Seguimiento de la Cumbre de Desarrollo Social.*

→ Social Watch Report, 2006.

6.4 vida sustentável

“...a pobreza pode ser definida como uma condição humana, caracterizada por uma persistente e crônica privação dos recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para desfrutar de um adequado padrão de vida e de outros direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais.”

Desde a sua fundação, a oikos entende a pobreza como uma realidade complexa. Trata-se de um fenómeno multidimensional que necessita de ser abordado de forma integrada e holística.

A pobreza deve ser entendida como um síndrome situacional que envolve um consumo insuficiente, má nutrição, habitação precária, baixos níveis de educação, falta de acesso à água potável e condições sanitárias abaixo dos padrões mínimos, instabilidade ou falta de inserção nas estruturas produtivas, incapacidade de participação e ausência de mecanismos de integração social e, por vezes, exclusão derivada da intolerância da sociedade perante a adesão a um conjunto de valores que são diferentes da maioria.

Como já referimos no ponto 3.3, direitos económicos, ambientais, sociais e culturais, se a pobreza é definida como falta de qualidade de vida ou carência de recursos que garantam uma qualidade de vida adequada, *“temos de considerar dimensões como a disponibilidade de tempo livre, segurança pessoal, protecção contra a violência pública ou familiar, protecção face às catástrofes naturais e equidade de género.”* Ou seja, implicando *“outras dimensões imateriais e a existência de capacidades pessoais para evitar a exclusão, tais como a capacidade de pensamento analítico, a habilidade para processar informação e as competências de comunicação e de gestão, que possibilitam a plena participação num mundo globalizado, em especial a adaptação às novas modalidades de trabalho e produção.”*

Assim, a pobreza é, simultaneamente, causa e efeito da vulnerabilidade. Assistir as comunidades locais na gestão e redução dos factores de risco social, ambiental e económico é condição indispensável para a promoção de uma vida sustentável e digna.

Os factores de vulnerabilidade mais frequentes nas comunidades em que trabalhamos podem tipificar-se em três grupos principais:

- ▶ **físicos e ambientais** – recursos naturais degradados, falta de direitos no acesso a recursos como água e terra, eventos climáticos como secas, furacões e inundações;
- ▶ **económicos e de mercado** – carência de fontes de rendimento e degradação dos activos, injustiça no comércio e falta de um quadro regulatório que proteja as populações mais pobres, falta de infra-estruturas, vias de comunicação e meios de transporte;
- ▶ **saúde, políticos e sociais** – falta de acesso a água potável e saneamento básico; incidência de doenças como a malária, tuberculose, VIH/Sida, má nutrição; reduzidas habilidades profissionais, falta de acesso à educação; discriminação e desigualdade por motivos de género, étnicos, religiosos, políticos, de debilidades ou de deficiências.

Enquadrada pelos princípios do desenvolvimento da actividade, referidos no ponto 4.1.4, a intervenção da oikos tem como objectivo auxiliar as comunidades locais na gestão e redução destes factores de risco, em quatro momentos essenciais a um processo de desenvolvimento sustentável:

- ▶ **disponibilidade** – criar os procedimentos necessários para que os beneficiários obtenham nas suas comunidades os bens e os recursos, em quantidade suficiente, para satisfazerem as suas necessidades básicas de forma permanente e sustentável;
- ▶ **acessibilidade** – facultar os procedimentos necessários para que os beneficiários obtenham, com equidade, os bens e os recursos disponíveis nas suas comunidades;
- ▶ **utilização** – promover os procedimentos necessários para que os beneficiários utilizem, de forma segura, efectiva e eficiente os bens e os recursos disponíveis nas suas comunidades;
- ▶ **empowerment** – implementar procedimentos de qualificação e organização que permitam aos beneficiários exercerem a liderança no seu próprio processo de desenvolvimento e o exercício dos seus direitos.

Através de uma abordagem baseada nos direitos económicos, ambientais, sociais e culturais (DEASC), promovemos a vida sustentável, ou seja, a equidade social, económica, cultural e de género, como condições vitais para a afirmação dos direitos humanos das pessoas e comunidades que vivem em situação de pobreza e de vulnerabilidade.

Em grande medida, o papel da oikos nos projectos de vida sustentável é o de facilitar processos de transformação social, em corresponsabilização com os vários actores envolvidos (organizações de base, ONG parceiras, sector público e sector privado), que possibilitem empoderar (*empowerment*) indivíduos e organizações locais, permitindo-lhes exercer a liderança no seu próprio processo de desenvolvimento.

A linha-base de performance oikos, em termos de vida sustentável, é composta por 11 projectos cuja descrição apresentamos nas páginas seguintes.



relatório de responsabilidade oikos – ano zero

→ capítulo 4, ponto 4.1.4, página 54

Directrizes GRI G3

→ 2.2



Directrizes GRI G3

→ EC1, EC8 e S01

3A36 - Jango - Formação para transformação em Angola.

local de intervenção	Angola, âmbito nacional (Benguela, Bié, Kwanza-Sul, Huambo, Huíla, Luanda, Malange, Moxico e Namibe).			
datas	início	Abril 2001	conclusão	Setembro 2008
beneficiários	692 formadores de 25 organizações, 10 000 pessoas.			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	fortalecimento dos actores sociais.			
parceiros	Caritas de Angola, IECA, ICCO.			
financiadores	CE/DEV, IPAD, ICCO, CAFOD e oikos.			
orçamento	previsto	2.373.207,00 €	executado	1.381.084,06 €
contexto	<p>A ideia do projecto “Jango - Formação para a Transformação em Angola” é concebida num contexto de guerra civil em Angola. Ao longo de 40 anos de conflito armado, as organizações humanitárias desempenharam um papel assistencialista que procurou responder ao desafio de satisfazer as necessidades imediatas e básicas das populações. O reinício das actividades bélicas em Novembro de 1998 significou um adiamento da paz e do regresso à normalidade.</p> <p>É neste quadro que, em finais de 1999, a oikos propõe a criação de um projecto de formação para a transformação, de âmbito nacional, endereçando um convite à IECA, à Caritas, à ICCO e à CAFOD, para a constituição de um consórcio angolano e europeu. A situação de guerra que se viveu até 2002 foi a causa mais evidente da degradação da economia e da pobreza generalizada, potenciando um aumento da violência, da corrupção, da degradação moral e da marginalização de uma cada vez maior franja da sociedade angolana.</p> <p>Um programa de formação em exercício e de criação de uma rede de formadores, como o previsto neste projecto, só faz sentido se for articulado entre ONG, Igrejas e Instituições oficiais que têm projectos e trabalho de terreno com as comunidades. De âmbito nacional, o projecto pretende contribuir para que ONG, Igrejas e entidades oficiais que trabalham em Angola promovam uma maior participação das pessoas no seu próprio desenvolvimento, potenciando um desenvolvimento comunitário de qualidade e sustentável, baseado na participação das pessoas e dos grupos na decisão, na realização e avaliação dos projectos de que são beneficiários e na valorização dos saberes e dos recursos locais em harmonia com o meio ambiente.</p>			
objectivos gerais	OG1. Contribuir para que ONG, Igrejas e Entidades a trabalhar em Angola promovam uma maior participação das pessoas no seu próprio desenvolvimento e no desenvolvimento das suas comunidades.			
objectivos específicos	OE1. Criação de um sistema sustentável e eficiente para a formação de formadores de Agentes de Desenvolvimento Comunitário (ADC's) e em técnicas de gestão e planificação participativa do desenvolvimento em Angola.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ► Criado um sistema sustentável e eficiente para a formação de formadores de Agentes de Desenvolvimento Comunitário (ADC's) e em técnicas de gestão e planificação participativa do desenvolvimento em Angola.</p> <p>R2 ► A Rede social de formação estabelecida pelo projecto oferece serviços de formação, assessoria e consultoria na área social e humanitária, a nível nacional.</p> <p>R3 ► Capacidades técnicas dos formadores e das instituições membros da Rede reforçadas.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelos financiadores.		
		avaliação técnica intermédia executada por auditor externo.		
	financeira	auditoria financeira anual efectuada por ROC.		
		no final do projecto serão efectuadas auditorias técnica e financeira por entidades externas.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007 (controlo financeiro e cronograma de actividades)			75%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	fortalecimento dos actores sociais.			60%
	execução financeira atingida.			58%



Apoio ao Reassentamento da População de Saca, Kilenda

3A88 - Projecto de Apoio ao Reassentamento da População de Saca

local de intervenção	Município da Kilenda, Província do Kuanza Sul, Angola			
datas	início	Novembro 2004	conclusão	Outubro 2005
beneficiários	4000 pessoas correspondendo a 615 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods			
parceiros	SMADRA, INCA, ERA, BTCA, EDA, MINARS			
financiadores	IPAD, oikos			
orçamento	previsto	152.000,00 €	executado	80.049,85 €
contexto	<p>Devido ao conflito armado em Angola, na província de Kuanza Sul cerca de 1/4 da população ter-se-á deslocado para fora das suas áreas de residência (predominantemente para o interior da província), concentrando-se essencialmente no meio rural (69,7% da população total).</p> <p>Só em 2003 é que se assistiu ao regresso massivo das populações aos seus locais de origem, como acontece no caso do reassentamento de Saca.</p> <p>O projecto visa melhorar de forma significativa o bem-estar social e os níveis de segurança alimentar de pessoas que se encontrem nesta situação.</p>			
objectivos gerais	OG1. Nível de segurança alimentar melhorado no reassentamento de Saca.			
objectivos específicos	OE1. Recuperada a capacidade produtiva de 4.000 famílias do reassentamento de Saca.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ► Melhoradas as técnicas de produção agrícola.</p> <p>R2 ► Recuperada a capacidade produtiva das culturas de base.</p> <p>R3 ► Diversificada a produção agro-alimentar.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	relatório final em aprovação pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira documental efectuada pelo financiador - IPAD.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	meios de vida sustentáveis/livelihoods			80%
	execução financeira atingida			52,7%



Directrizes GRI G3

→ EC1, EC8 e S01

3A87 - Melhoria da Segurança Alimentar das populações no Município de Quilengues

local de intervenção	Município de Quilengues, localizado a Norte da província da Huila, na região sul da República de Angola.			
datas	início	Janeiro 2005	conclusão	Dezembro 2007
beneficiários	45.500 pessoas correspondendo a 7.000 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	ACM - YMCA; IDA; Direcção Provincial de Veterinária			
financiadores	CE/DEV			
orçamento	previsto	1.488.166,70 €	executado	781.994,57 €
contexto	<p>A produção agrícola decaiu consideravelmente nos últimos 25 anos e a província de Huila tem dependido da importação de alimentos e da ajuda alimentar encaminhada pelo PAM. No sector tradicional, calcula-se que o número de famílias camponesas da província seja cerca de 134.000, cultivando uma área total de 300.000 ha. A produção total, neste sector, a nível da subsistência é aproximadamente de 100.000 toneladas de cereais (milho, massambala, massango). Calcula-se que a necessidade mínima de cereais (ou seus substitutos) para a província seja de cerca de 200.000 toneladas, indicando uma grave carência na produção agrícola, que é feita na sua totalidade em regime de sequeiro.</p> <p>O sector privado (sistema empresarial) na agricultura é constituído, em parte, por novos fazendeiros surgidos após a liberalização da iniciativa privada e muito particularmente após 1992 (publicação da Lei de Terras). Na sua grande maioria, os “novos” empresários agrícolas demarcaram as fazendas, mas são os chamados agricultores de “fim-de-semana” que residem na cidade e que cultivam, no máximo, uma pequena horta. O Ante-Projecto de Lei de Terras vem penalizar os produtores locais, prevendo-se, desde já, um agudizar da actual situação difícil que o sistema tradicional enfrenta, existindo conflitos de vizinhança entre agro-pastores tradicionais e empresários agrícolas. A Sociedade Civil, ainda débil, tem vindo a mobilizar os produtores e criadores, no sentido de se organizarem e tomarem conhecimento das implicações do quadro legal em debate. O Projecto irá criar uma base local de advocacia e gestão dos inúmeros problemas que as comunidades rurais enfrentam.</p>			
objectivos gerais	OG1. Melhoria sustentável na segurança dos meios de vida das famílias do Município de Quilengues; Aumento sustentável do capital humano e social das comunidades do município de Quilengues.			
objectivos específicos	OE1. Aumento da segurança alimentar de 7.000 famílias camponesas do município de Quilengues, através da melhoria sustentável do sistema produtivo agro-pecuário, do apoio/reforço das organizações de camponeses, de uma capacidade acrescida no acesso aos mercados e da capacitação dos serviços municipais que tutelam o desenvolvimento rural.			
resultados esperados no fim do projecto	R1 ► Melhoria sustentável do sistema produtivo agro-pecuário. R2 ► Organizações de camponeses constituídas/reforçadas e capacitadas. R3 ► Capacidade acrescida, por parte dos camponeses, no acesso aos mercados. R4 ► Serviços municipais de tutela do desenvolvimento rural capacitados.			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira anual efectuada por ROC. no final do projecto serão efectuadas auditorias técnica e financeira por entidades externas.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007 (controlo financeiro e cronograma de actividades).		78,0%	
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas.			
	meios de vida sustentável		65%	
	fortalecimento dos actores sociais.		90%	
execução financeira atingida.		68%		



Melhoria da Segurança Alimentar das populações no Município de Quilengues

3B14 - Projecto de Segurança Alimentar no Distrito de Mandimba

local de intervenção	Distrito de Mandimba, Moçambique			
datas	início	Outubro 2005	conclusão	Setembro 2009
beneficiários	20.000 pessoas correspondendo a 4.700 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/ <i>livelihoods</i> fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	MODER			
financiadores	CE/DG-DEV			
orçamento	previsto	651.415,28 €	executado	166.281,00 €
contexto	Este projecto de segurança alimentar dá continuidade ao trabalho realizado no mesmo distrito, pela oikos, nos últimos três anos, nos dois Postos Administrativos de Mandimba e Mitande e nas 4 Localidades de Mississi, Lissiete, Luelele e Meluluca.			
objectivos gerais	OG1. Redução da pobreza e melhoria da situação económica da população rural do distrito de Mandimba.			
objectivos específicos	OE1. Melhoria sustentável do sistema de produção de 4.700 famílias camponesas organizadas, do distrito de Mandimba, garantindo a segurança alimentar, o aumento da produtividade e a diversificação das fontes de rendimento.			
resultados esperados no fim do projecto	R1 ► Produção aumentada e diversificada. R2 ► Produtores organizados em associações. R3 ► Produtores com acesso e ligação ao mercado. R4 ► Técnicos e beneficiários formados e capacitados.			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira documental anual efectuada pelo financiador - CE/DG-DEV. no final do projecto serão efectuadas auditorias técnica e financeira pelo financiador.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007 (controlo financeiro e cronograma de actividades)			40%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	meios de vida sustentáveis/ <i>livelihoods</i>			54,3%
	fortalecimento dos actores sociais.			45,7%
execução financeira atingida			63,8%	



“À volta da minha aldeia as terras são quase só areia. A mandioca e o milho quase que não crescem. Quando não chove, ficamos dependentes da ajuda alimentar ou somos obrigados a procurar comida longe da nossa aldeia, para as nossas crianças. Queremos acabar com esta forma de viver. Na terra baixa podemos semear quase tudo. Já aprendemos a aproveitar a água da nascente e a semear produtos hortícolas e arroz. Se tivéssemos mais enxadas, pás, catanas e sementes para cultivar a baixa, toda a minha aldeia podia ter comida sem depender da chuva.” Maria Makamo da aldeia de Riguanena, na província de Gaza, Moçambique

3B11 - Segurança Alimentar em Bilene-Macia, na Província de Gaza.

local de intervenção	Macia, Distrito de Bilene, Moçambique			
datas	início	Maio 2004	conclusão	Abril 2008
beneficiários	9.000 pessoas correspondendo a 2.000 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	MLAL; UNAC; DDAR's			
financiadores	CE/DEV, IPAD, oikos			
orçamento	previsto	1.307.365,59 €	executado	738.773,43 €
contexto	<p>A população moçambicana é predominantemente rural e, na sua grande maioria, pobre. Embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tenha aumentado de 0,302 em 1980, para 0,322 em 2000, o país figura como 170º entre os 173 países do IDH, de acordo com o último relatório do PNUD.</p> <p>O projecto abrange o distrito de Bilene-Macia, localizado a Sul da Província de Gaza.</p> <p>Com uma superfície de 3.200 Km², 4,2 % do total da Província, e uma população de 133.173 habitantes (12,5 % do total de habitantes da Província de Gaza), o distrito de Bilene-Macia possui uma densidade populacional aproximada de 42 habitantes por km².</p> <p>O potencial agrário do distrito é estimado em 267.808 ha, dos quais 175.557 com potencialidades para a agricultura, 42.251 para a pecuária e 50.000 para florestas.</p> <p>Apenas 27.830 ha se encontram cultivados pelo sector familiar.</p>			
objectivos gerais	OG1. Melhoria da segurança alimentar da população rural dos distritos de Bilene -Macia, na Província de Gaza.			
objectivos específicos	OE1. Produtores organizados garantem a auto-suficiência alimentar e aumentam as fontes de rendimento.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ► Produção aumentada e diversificada.</p> <p>R2 ► Melhorada a organização comunitária, através da institucionalização de associações de produtores e comerciantes.</p> <p>R3 ► Melhorado o acesso aos mercados.</p> <p>R4 ► Reforçados os serviços estatais descentralizados (DDADR), que tutelam o desenvolvimento rural, e do parceiro local (UNAC).</p>			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira anual efectuada por auditor externo. no final do projecto serão efectuadas auditorias técnica e financeira por entidades externas.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007 (controlo financeiro e cronograma de actividades)		70%	
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	meios de vida sustentáveis/livelihoods		75%	
	fortalecimento dos actores sociais.		72%	
execução financeira atingida		80,7%		



Sekeleka Motaze, Magde

3B13 - Sekeleka Motaze

local de intervenção	Província de Maputo, Distrito de Magde, Moçambique.			
datas	início	Abril 2004	conclusão	Junho 2007
beneficiários	10.000 pessoas correspondendo a 2.500 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	Departamento Provincial de Agricultura			
financiadores	CAFOD			
orçamento	previsto	394.284,88 €	executado	266.854,35 €
contexto	O Distrito de Magde enfrenta os seguintes problemas graves: insegurança alimentar, fluxo migratório de homens que se deslocam para a África do Sul, com o objectivo de trabalhar nas minas ou nas fazendas, baixos rendimentos familiares, falta de água potável, mais de 50% das crianças em idade escolar não frequentam a escola, questões de saneamento que originam elevados índices de doenças como a diarreia, malária e ainda uma elevada taxa de sub-nutrição. Esta situação é agravada pela existência de um nível elevado de prevalência do HIV/SIDA que se estima em cerca de 22% da população residente.			
objectivos gerais	OG1. Reduzir a pobreza e a vulnerabilidade em Motaze.			
objectivos específicos	OE1. Reduzir a vulnerabilidade de 2.500 famílias em Motaze, assim como a seca. OE2. Aumentar a capacidade produtiva das 2.500 famílias em Motaze e a sua renda familiar. OE3. Reduzir a vulnerabilidade das 2.500 famílias ao HIV/SIDA e mitigar o impacto do mesmo.			
resultados esperados no fim do projecto	R1 ► Reduzida a vulnerabilidade das famílias à seca. R2 ► Aumentada a capacidade produtiva das famílias e a renda familiar. R3 ► Reduzida a vulnerabilidade das famílias ao HIV/SIDA, através da sensibilização das comunidades sobre formas de prevenir o HIV/SIDA.			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios e auditorias intermédios aprovados e elaborados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira final documental em avaliação pelo financiador. relatório final em avaliação pelo financiador.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007 (controlo financeiro e cronograma de actividades)			90%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	meios de vida sustentáveis/livelihoods			91,0%
	fortalecimento dos actores sociais			104,0%
execução financeira atingida			75,2%	



Directrizes GRI G3

→ EC1, EC8 e S01

4D04 - Negócios agrícolas sustentáveis para a redução da pobreza no departamento de Apurímac - Peru

local de intervenção	Vale de Pachachaca e distrito de Huanipaca, no departamento de Apurímac, Peru.			
datas	início	Abril 2003	conclusão	Setembro 2007
beneficiários	6.710 pessoas correspondendo a 1.491 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	ITDG, CEDES			
financiadores	CE/DG-ECHO			
orçamento	previsto	1.468.089,43 €	executado	1.083.055,24 €
contexto	<p>A pobreza é o principal problema social do Peru. A pobreza está concentrada nas áreas rurais, em particular na “sierra rural”. Nesta zona, dois terços das unidades familiares são pobres, sendo que 30% do total são extremamente pobres.</p> <p>O problema central que o projecto pretende resolver corresponde aos baixos níveis de rendimentos que impedem que as famílias camponesas de Apurímac acedam a uma cesta básica de bens e serviços essenciais para alcançar uma vida digna.</p> <p>Os reduzidos níveis de produção e produtividade agrária, a falta de condições e oportunidades para entrar nos mercados nacionais e internacionais e os baixos níveis de procura de mão-de-obra não qualificada para trabalhos agrícolas têm sido as principais barreiras a superar.</p>			
objectivos gerais	OG1. Contribuir para a redução da pobreza no departamento de Apurímac - Peru.			
objectivos específicos	OE1. Contribuir para a geração sustentável de maiores rendimentos agrícolas e salariais para mulheres e homens pobres nas comunidades rurais do departamento de Apurímac - Peru.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ▶ Mulheres e homens camponeses desenvolveram as suas capacidades tecnológicas para manipular de forma integrada, mais eficaz, eficiente e sustentável a actividade agrícola.</p> <p>R2 ▶ Mulheres e homens camponeses melhoraram o acesso a uma nova estrutura de rega.</p> <p>R3 ▶ Mulheres e homens camponeses conseguiram um maior acesso a novas ofertas de serviços agrícolas privados de mão-de-obra, assistência técnica, trabalhos pós-colheita e comercialização de leguminosas e outros produtos com potencial de mercado.</p> <p>R4 ▶ Prestação de serviços de camponês a camponês, em termos de espécies de sementes melhoradas e desenvolvimento de assistência técnica apropriada.</p> <p>R5 ▶ Grupos de camponeses melhoraram a confiança e a habilidade para trabalhar como organizações locais, trabalhar em equipa e expandir a acessibilidade a instituições externas.</p> <p>R6 ▶ Decisores políticos e agentes de instituições públicas e privadas foram informados e sensibilizados para as experiências adquiridas e resultados do projecto.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios e auditorias intermédios aprovados e elaborados pelo financiador e por auditor externo.		
	financeira	auditoria financeira anual efectuada por auditor externo. relatório final em avaliação pelo financiador.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007 (controlo financeiro e cronograma de actividades)		85%	
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	meios de vida sustentáveis/livelihoods		140%	
	fortalecimento dos actores sociais		101%	
execução financeira atingida		86,8%		



Negócios agrícolas sustentáveis para a redução da pobreza no departamento de Apurímac

4D08 - Programa Binacional para a conservação e gestão participativa dos bosques tropicais do vale do rio Chinchipe

local de intervenção	Distritos de San Ignacio e Jaen no Peru e Cantão de Palanda e Chinchipe no Equador.			
datas	início	Junho 2005	conclusão	Abril 2009
beneficiários	7.360 pessoas correspondendo a 1.600 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods			
parceiros	ITDG (cabeça de consórcio), FACES e CARITAS			
financiadores	CE/DG-DEV, oikos			
orçamento	previsto	responsabilidade ITDG: € 1.954.251 responsabilidade oikos: € 134.103,05	executado	€ 43.130,39
contexto	<p>As crises políticas que ambos os países têm vivido nos últimos tempos têm exacerbado a pobreza de grandes sectores rurais, contribuindo para um aumento do processo de emigração da população camponesa da zona andina que, por falta de outras oportunidades económicas, tem ocupado e desflorestado as zonas marginais da floresta com o objectivo de extrair madeira e instalar culturas temporárias.</p> <p>Frequentemente, estas áreas correspondem a reservas indígenas, pelo que a sua ocupação tem gerado confrontos violentos. A exploração florestal encontra-se a cargo de inúmeros pequenos madeiros que, com a tentativa de manter o sustento familiar, desenvolvem uma actividade ilegal e depredatória, arriscando a sustentabilidade da sua actividade económica.</p> <p>As instituições locais contam com uma preparação e recursos insuficientes para fazer frente a estes problemas. Todas estas restrições têm gerado uma espiral que desmotiva os habitantes que dependem da gestão adequada e da conservação da floresta, motivo pelo qual os países andinos perdem centenas de milhares de hectares de floresta tropical a cada ano, assistindo assim a uma diminuição do seu capital natural.</p>			
objectivos gerais	OG1. Promover a conservação das florestas tropicais da bacia binacional do Chinchipe (Peru e Equador).			
objectivos específicos	OE1. Desenvolver um modelo de gestão sustentável de florestas na bacia binacional do Chinchipe, com plena participação da população local.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ► Instituições locais e regionais melhoram o conhecimento do potencial florestal da bacia a que pertencem.</p> <p>R2 ► Camponeses e produtores florestais da bacia aumentam as suas capacidades para gerir de forma sustentável os recursos florestais.</p> <p>R3 ► Governos locais e sociedade civil da bacia binacional estabelecem mecanismos participativos e espaços de concertação para fortalecer o manuseamento e conservação dos recursos florestais.</p> <p>R4 ► Produz-se e difunde-se informação relevante à boa gestão das florestas tropicais nos países andinos amazónicos.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios e auditorias intermédios aprovados e elaborados pelo financiador e por auditor externo.		
	financeira	auditoria financeira anual efectuada por auditor externo. no final do projecto serão efectuadas auditorias técnica e financeira por entidades externas.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007 (controlo financeiro e cronograma de actividades)			48%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	meios de vida sustentáveis/livelihoods			49,11%
	execução financeira atingida			77%



Directrizes GRI G3

→ EC1, EC8 e S01

8B01 - Redução da vulnerabilidade das famílias pobres em Golfo de Fonseca (Nicarágua, Honduras, El Salvador)

local de intervenção	Golfo de Fonseca, constituído pelas Repúblicas de Nicarágua (Dept. Chinandega, Municipalidad el Realejo), Honduras (Dept. Valle, alcaldías de Alianza e Nacaomi) e El Salvador (Dept. La Unión, Caserío El Retiro).			
datas	início	Janeiro 2005	conclusão	Dezembro 2007
beneficiários	15.435 pessoas correspondendo a 3.150 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	CODDEFFAGOLF, FUNSALPRODESE; UCA-Universidade Centro-Americana			
financiadores	CE/DG-DEV, IPAD, oikos e parceiros locais			
orçamento	previsto	€ 978.713,29	executado	€ 549.360,33
contexto	<p>O Golfo de Fonseca é compartilhado por 3 estados centro-americanos: Nicarágua, Honduras e El Salvador. Esta região é uma zona de elevado grau de pobreza, onde eventos climáticos extremos deixaram as infra-estruturas produtivas, sociais e educativas em mau estado. Estão identificados três tipos de problemas comuns:</p> <ul style="list-style-type: none"> - problemas de produção; - problemas de comercialização; - problemas ambientais. <p>As causas destes problemas são o escasso conhecimento da dinâmica ecológica do mangal e o baixo nível de consciencialização e sensibilização sobre o meio ambiente. Estes aspectos estão relacionados e causam problemas sociais e políticos que têm sido, aliás, o centro de importantes debates sobre o assunto nos últimos anos.</p>			
objectivos gerais	OG1. Contribuição para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida, através da luta contra a pobreza.			
objectivos específicos	OE1. Redução da Vulnerabilidade das famílias pobres no Golfo de Fonseca.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ▶ Sistematizadas estratégias de desenvolvimento do Golfo de Fonseca por parte da sociedade civil e pequenos produtores.</p> <p>R2 ▶ Implementadas acções-piloto para a diversificação da produção agrícola.</p> <p>R3 ▶ Implementadas acções-piloto para a produção sustentável do ecossistema do mangal.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira anual efectuada por ROC. no final do projecto serão efectuadas auditorias técnica e financeira por entidades externas.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007 (controlo financeiro e cronograma de actividades)		70%	
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	meios de vida sustentáveis/livelihoods		75,34%	
	fortalecimento dos actores sociais		74,17%	
execução financeira atingida		81,2%		



Autonomia e Fortalecimento de 8 Cooperativas Agrícolas do Município de Florencia, Ciego de Ávila

5A04 - Projecto de Autonomia e Fortalecimento de 8 Cooperativas Agrícolas do Município de Florencia, Província Ciego de Ávila, Cuba.

local de intervenção	Município de Florencia, Província Ciego de Ávila, Cuba.			
datas	início	Abril 2002	conclusão	Setembro 2006
beneficiários	2.621 pessoas correspondendo a 589 famílias			
área do continuum	vida sustentável – meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis / livelihoods fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	ANAP, Direcção Provincial Ciego de Avila, Universidade de Ciego de Avila			
financiadores	CE/DG-DEV, Trocaire, Embaixada do Japão, oikos			
orçamento	previsto	925.020,00€	executado	912.802,76€
contexto	<p>O paradigma do desenvolvimento agro-pecuário cubano tem sido o modelo da agricultura convencional moderna. Este modelo é caracterizado por monoculturas feitas em grandes extensões, uso intensivo de formas de mecanização (tratores, ceifeiras, fumigação aérea), fertilizantes, herbicidas e pesticidas químicos. Com a acentuada falta de combustível e outros recursos no sector cooperativo, iniciou-se um plano para o desenvolvimento de metodologias que permitissem suprir esse déficit e reduzir o nível de dependência externa.</p> <p>Procedeu-se assim à expansão dos meios biológicos para o controlo de pragas e doenças, incrementou-se a tracção animal nos trabalhos de cultivo e a utilização da rega por gravidade.</p> <p>Em Cuba, com a reconhecida capacidade técnica e manifesta vontade política, está a implementar-se um programa de agricultura, baseado em técnicas de elevada sustentabilidade económica e ambiental, correspondendo a um processo de mudança a nível nacional que poderá servir de exemplo a outras regiões.</p>			
objectivos gerais	<p>OG1. Promoção de meios autónomos de desenvolvimento de actividades económicas.</p> <p>OG2. Melhoria do nível de receitas e das condições de vida dos camponeses.</p>			
objectivos específicos	OE1. Aumentar a autonomia financeira e tecnológica de 8 cooperativas do Município de Florencia.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ▶ 10 sistemas de rega electrificados e reabilitados.</p> <p>R2 ▶ 3 sistemas de rega por gravidade construídos.</p> <p>R3 ▶ Maquinaria agrícola reabilitada e construção de 6 oficinas de mecânica.</p> <p>R4 ▶ 8 estufas instaladas e em funcionamento.</p> <p>R5 ▶ Estruturas administrativas e técnicas das cooperativas fortalecidas.</p> <p>R6 ▶ Técnicas de produção alternativas divulgadas entre os camponeses.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira anual efectuada por ROC. relatório final em aprovação pelo financiador.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007		100%	
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	meios de vida sustentáveis		104,81%	
	fortalecimento dos actores sociais		113,90%	
execução financeira atingida		98,7%		



Directrizes GRI G3

→ EC1, EC8 e S01

4B03 - Triar - Educação comunitária participativa para o exercício dos direitos relacionados com a saúde em municípios pobres dos departamentos de Oruro, Sucre e Potosí – Bolívia.

local de intervenção	Departamentos de Oruro, Sucre e Potosí, Bolívia			
datas	início	Março 2003	conclusão	Abril 2007
beneficiários	22.745 pessoas correspondendo a 4.739 famílias			
área do continuum	vida sustentável - fortalecimento dos actores sociais			
sectores de intervenção	fortalecimento dos actores sociais			
parceiros locais	CPC			
financiadores	CE/DG-DEV, oikos			
orçamento	previsto	1.018 869,84€	executado	736.693,46€
contexto	<p>As condições de pobreza predominantes na Bolívia estão relacionadas com a débil participação da população na procura dos seus direitos, nomeadamente os direitos de saúde. Para além de uma atitude conformista e da impotência da população no exercício dos referidos direitos, o sistema de saúde não tem os meios necessários para o seu bom funcionamento, dando origem a uma desmotivação dos recursos humanos.</p> <p>As alterações que o projecto provocou contribuíram para a socialização dos processos de participação dos cidadãos e do controlo social no âmbito local, permitindo que a participação activa da população se vá transformando numa norma social. Uma participação activa da população no exercício dos seus direitos de saúde contribuirá para a melhoria dos indicadores de saúde na área. A pressão que a população exerce sobre os serviços de saúde contribuirá para melhorar a qualidade dos mesmos.</p> <p>Foi particularmente apreciada a atitude horizontal das equipas de campo, o seu domínio das línguas nativas e a sua transmissão de certos princípios dialógicos e modelos para fortalecer a organização e autogestão comunitária. O principal alcance do Projecto foi o Módulo educativo, com a sua ênfase acertada em dinâmicas de grupo com estudantes do secundário para trabalhar temas de identidade, território, cidadania e direitos. A capacitação a radialistas foi relativamente bem sucedida.</p>			
objectivos gerais	<p>OG1. Contribuir para o esforço de redução da pobreza.</p> <p>OG2. Promover a mobilização comunitária para o exercício efectivo dos direitos dos cidadãos.</p> <p>OG3. Melhorar a qualidade dos serviços de saúde e os indicadores de saúde.</p> <p>OG4. Melhorar a envolvente física e social.</p>			
objectivos específicos	<p>OE1. Mobilização e consciencialização das comunidades para o exercício dos seus direitos de saúde, através da aquisição de conhecimentos específicos e promoção de compromissos políticos locais.</p>			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ► Os participantes (adultos, adolescentes e crianças) do evento Carpa Lila adquiriram conhecimentos e estão predispostos a exercer os seus direitos de saúde.</p> <p>R2 ► Abriu-se um espaço de participação no tema da saúde.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira anual efectuada por ROC. relatório final em aprovação pelo financiador.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	fortalecimento dos actores sociais			141,25%
execução financeira atingida			72,3%	



Directrizes GRI G3
→ EC1, EC8 e S01

indicadores de performance

execução financeira

76,09%

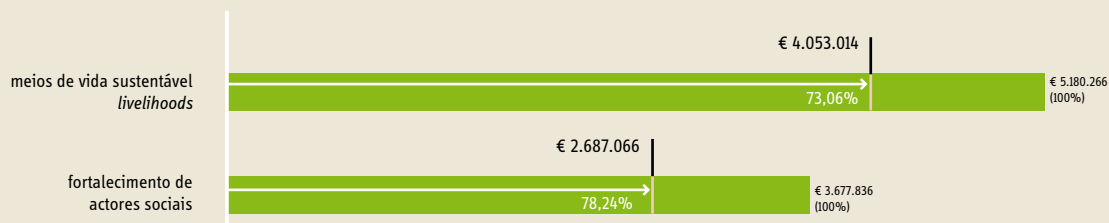
valor total contratado nos projectos de vida sustentável

€ 8.858.102,67

valor total executado nos projectos de vida sustentável

€ 6.740.079,44

execução financeira ponderada por sectores de intervenção



peso financeiro recursos humanos locais

25,13%

custo com os recursos humanos locais nos projectos de vida sustentável

€ 1.693.845,96

peso financeiro recursos humanos expatriados

10,54%

custo com os recursos humanos expatriados nos projectos de vida sustentável

€ 710.080,96



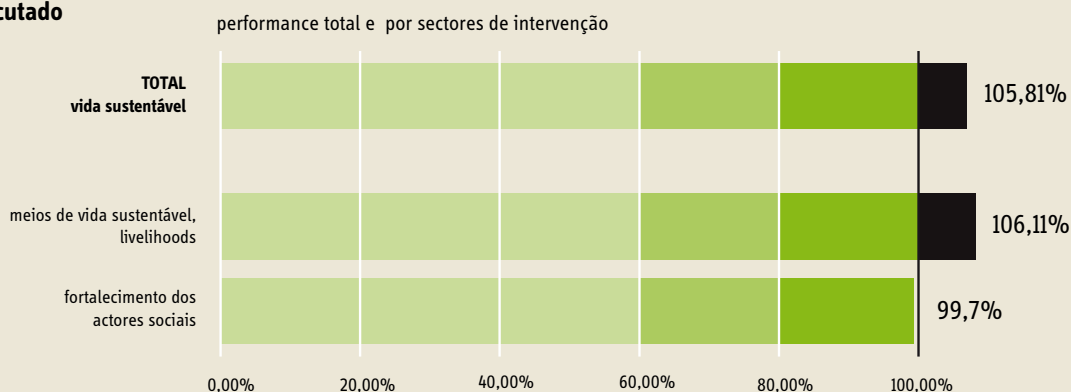
Directrizes GRI G3

→ EC1, EC8 e S01

indicadores de performance

resultados atingidos, ponderados pelo valor financeiro executado

105,81%

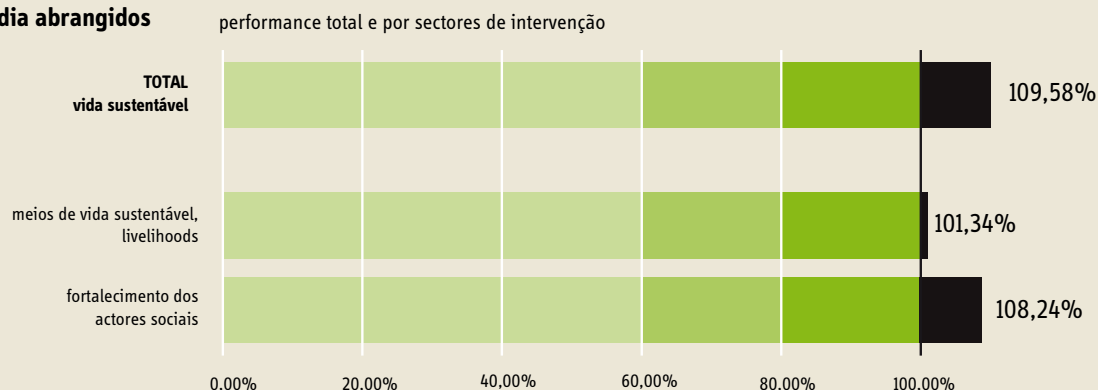


número médio anual beneficiários/dia

341.612

resultados atingidos, ponderados pelo número de beneficiários/dia abrangidos

109,58%





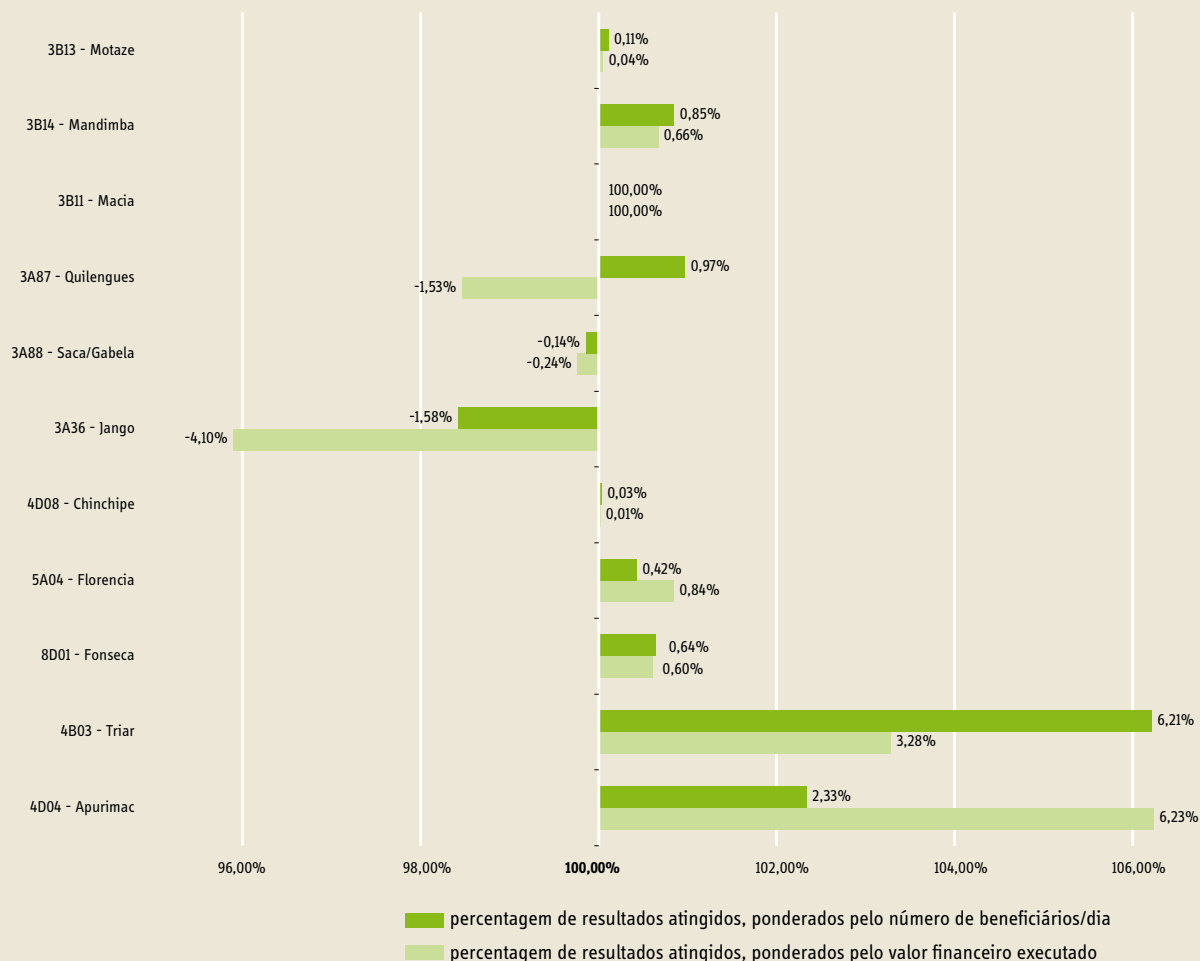
Directrizes GRI G3

→ EC1, EC8 e S01

indicadores de performance

variação percentual da performance dos resultados atingidos, ponderados pelo valor financeiro executado e pelo número de beneficiários/dia abrangidos

Em virtude de se ter verificado resultados inferiores a 100% em três projectos, optámos por apresentar este gráfico comparativo do desvio da performance dos resultados atingidos, ponderada pelo valor financeiro executado e pelo número de beneficiários/dia abrangidos, ao objectivo 100%.



custo médio beneficiário/dia

€ 0,06

custo médio beneficiário/mês

€ 1,66

custo médio beneficiário/ano

€ 20,23



6.5

projectos da oikos nos Países em Desenvolvimento (PED)

↓ tabela 21 – projectos constituintes da linha-base de performance oikos

Neste ponto apresentamos uma análise conjunta da intervenção da oikos nos Países em Desenvolvimento.

AH	Restituir a segurança alimentar e abastecimento de água no Município de Papel Pampa, Bolívia.	4 176	População do município de Papel Pampa, em situação de extrema pobreza. Taxa de pobreza de 99,3% (INE, 2001).
AH	Projecto de Emergência para Apurímac e Ayacucho, zonas afectadas por uma onda de frio e tempestades de neve: atenuar as necessidades e capacitação para gestão em situações de catástrofe.	5 594	Residentes das comunidades das altitudes rurais mais elevadas de Andes que sofrem de pobreza extrema, agravada pela onda de frio e de tempestades de neve. A maioria não tem serviços sociais básicos (água, saneamento e electricidade) e tem acesso limitado à saúde, alimentos, bens e educação. As actividades económicas destas comunidades são centradas na agricultura e criação de gado, que geram pequenos rendimentos financeiros.
AH	Programa de reabilitação de habitações no Município de Trinidad, Sancti Spiritus, Cuba.	1 882	Famílias que sofreram a destruição total dos telhados das suas habitações em consequência da passagem do furacão Dennis. Os critérios de selecção foram: habitações com maiores danos, famílias com situação económica mais vulnerável, famílias com idosos, famílias com mães solteiras, famílias com mulheres grávidas e famílias com pessoas com deficiências físicas ou mentais.
AH	Ajuda de emergência às populações afectadas pelo furacão STAN, nos departamentos de Ahuachapán (El Salvador) e Santa Rosa (Guatemala).	14 655	Famílias rurais afectadas pelas chuvas durante o furacão Stan no departamento de Ahuachapan. A maioria vive da agricultura e pesca, nas margens do rio Paz.
AH	Projecto de cuidados de saúde primários para Ulee Kareng - Saneamento Básico.	3 385	Habitantes da cidade de Banda Aceh, cujos serviços de saúde foram afectados pelo tsunami.
AH	Água e saneamento para os deslocados internos de Aceh Besar.	7 266	Refugiados internos vindos de diversas vilas da província de NAD, que vivem actualmente em 11 campos de refugiados em Banda Aceh e Aceh Besar. Muitos dos refugiados não aceitaram ser realojados devido à escassez de recursos para as suas famílias.
VS	Jango - Formação para transformação em Angola.	7 500	Entidades oficiais (de carácter técnico), ONG e Igrejas com projectos e/ou programas de desenvolvimento comunitário que desejem promover a participação das pessoas e das comunidades no seu próprio desenvolvimento.
VS	Projecto de Melhoria da Segurança Alimentar das Populações Residentes no Município de Quilengues.	35 490	Agro-pastores com um elevado índice de pobreza e de insegurança alimentar. Este grupo-alvo envolve populações que regressaram às áreas de origem depois de terem sido deslocadas.
VS	Projecto de Apoio ao Reassentamento da População de Saca.	4 000	Famílias rurais, tendo-se optado por envolver as famílias de nível social mais baixo.
VS	Melhoria da segurança alimentar da população rural dos distritos de Bilene - Macia, na Província de Gaza.	6 300	População dos distritos de Zavala, Inharrime e Jangamo, localizados numa das províncias mais pobres do seu país. A incidência da pobreza em Inhambane é de 82,60%, só ultrapassada por Sofala com 87,92%. Na incidência da ultra-pobreza, Inhambane é a segunda mais elevada com 53,73%, logo a seguir a Sofala com 65,19%.
VS	Projecto de Segurança Alimentar Sekeleka Motaze.	9 000	População de zonas identificadas pelo Governo e pelas Agências Internacionais como estando em situação de insegurança alimentar, devido à seca prolongada que vem assolando Moçambique e outros países da África Austral. A maioria dos habitantes destas zonas vivem em situação de pobreza absoluta.
VS	Projecto de Segurança Alimentar no Distrito de Mandimba.	1 176	Camponeses que apresentam problemas como: baixa produtividade, reduzida taxa de poupança, uso de tecnologias rudimentares dificuldades de obtenção de sementes melhoradas, diminuição da fertilidade, limitado investimento em infra-estruturas rurais e dificuldade de acesso ao mercado.
VS	Triar - Educação comunitária participativa para o exercício dos direitos relacionados com a saúde - Bolívia.	22 745	Pessoas que não têm acesso à informação suficiente e correcta sobre as leis e serviços existentes para participar na tomada de decisões que afectam as suas famílias, especificamente na área da saúde. Dispõem de escassos recursos de terra e água e vivem numa região em que 88% da população é pobre e 62% é indígena.
VS	Negócios agrícolas sustentáveis para a redução da pobreza no departamento de Apurímac - Peru.	5 704	Agricultores pobres e sem terra, com uma base de recursos naturais muito pequena que obriga os membros da família a vender força de trabalho familiar nos mercados de trabalho local ou fora da localidade. Vivem em situação de pobreza. A desnutrição crónica em crianças com menos de 5 anos nos distritos do projecto varia entre 32% e 46%. A percentagem da população sem água potável chega a ser de 50%.
VS	Programa Binacional para a conservação e gestão participativa dos bosques tropicais do vale do rio Chinchipe.	3 680	Agricultores e produtores florestais com técnicas pouco diversificadas, alta dependência de apenas um produto (café) e produção ilegal não sustentável. A incidência de pobreza vai desde 52% a 89,1% da população. A taxa de analfabetismo é de 21,6%. A desnutrição crónica infantil atinge os 46,99%.
VS	Projecto de Autonomia e Fortalecimento de Oito Cooperativas Agrícolas do Município de Florencia, Província Ciego de Ávila, Cuba.	2 621	Sócios de cooperativas localizadas na província de Ciego de Ávila do interior de Cuba, onde a actividade económica fundamental é a agricultura e pecuária. Dentro desta província, o município de Florencia é um dos que apresenta indicadores menos favoráveis de desenvolvimento económico e bem-estar social.
VS	Redução da vulnerabilidade das famílias pobres em Golfo de Fonseca (Nicarágua, Honduras, El Salvador).	15 435	Grupos mais pobres e vulneráveis, principalmente os pequenos produtores da zona costeira hondurenha e salvadorenha, e as comunidades de larveiros na Nicarágua. 85% da população é desempregada e a taxa de desnutrição é de 19,72%.

indicadores de performance da intervenção oikos nos Países em Desenvolvimento

execução financeira

78,48%

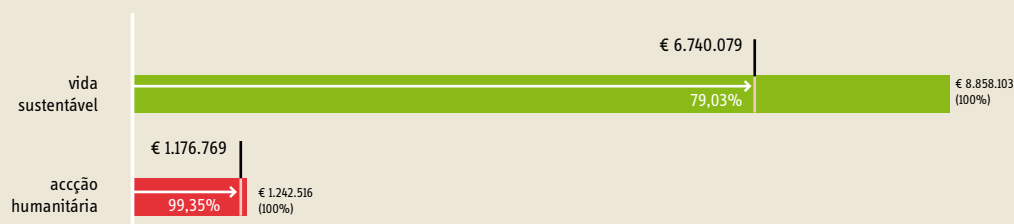
valor total contratado nos projectos de vida sustentável

€ 10.100.619,11

valor total executado nos projectos de vida sustentável

€ 7.916.848,50

performance execução financeira - áreas de actividade oikos



peso financeiro recursos humanos locais

23,56%

custo com recursos humanos locais nos projectos de vida sustentável

€ 1.864.823,16

peso financeiro recursos humanos expatriados

10,75%

custo com os recursos humanos expatriados nos projectos de vida sustentável

€ 851.153,99



Directrizes GRI G3

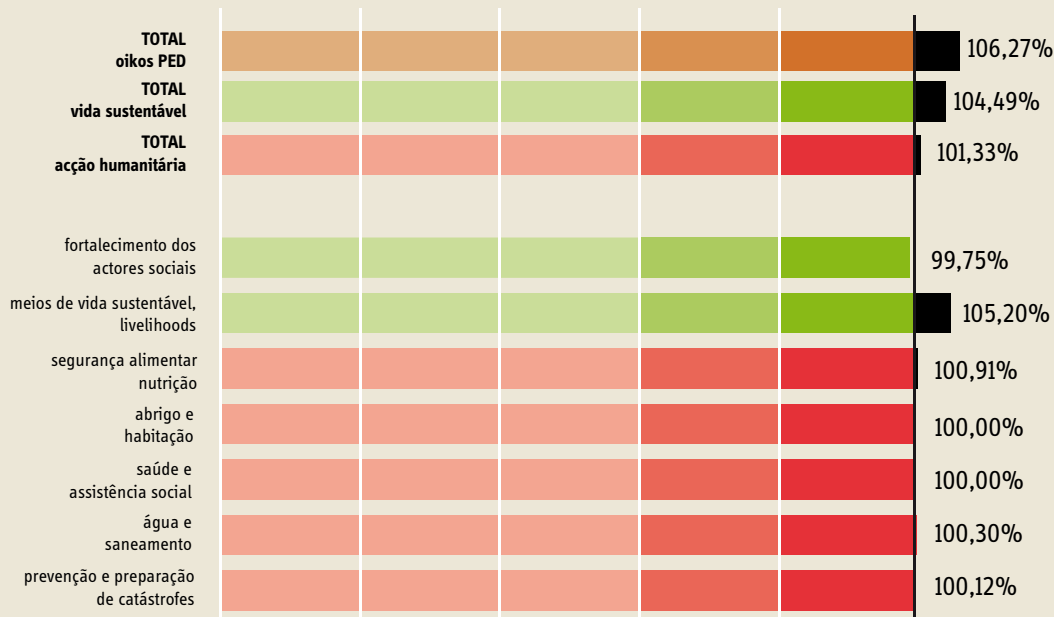
↓ EC1, EC8 e S01

indicadores de performance da intervenção oikos nos Países em Desenvolvimento

resultados atingidos, ponderados pelo valor financeiro executado

106,27%

performance total e por sectores de intervenção



número médio anual beneficiários/dia

383.770



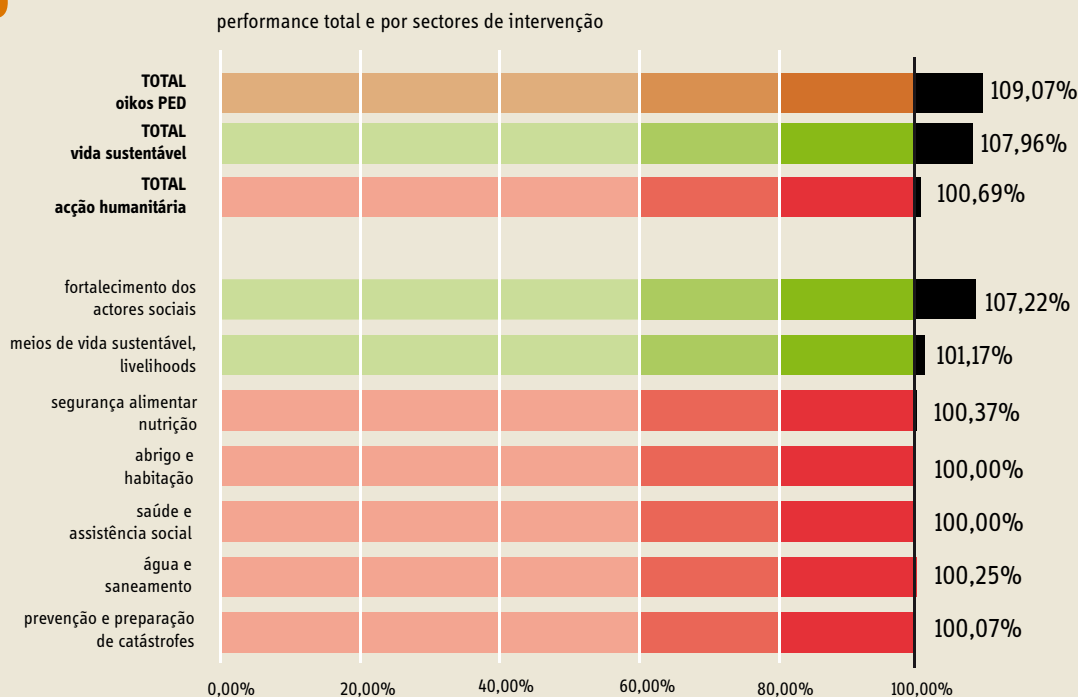
Directrizes GRI G3

↓ EC1, EC8 e S01

indicadores de performance da intervenção oikos nos Países em Desenvolvimento

resultados atingidos, ponderados pelo número de beneficiários/dia abrangidos

109,07%



custo médio beneficiário/dia

€ 0,06

custo médio beneficiário/mês

€ 1,70

custo médio beneficiário/ano

€ 20,63



BERNARDO, J. Toro. La Construcción de lo Público desde la Sociedad Civil. Artigo distribuído pelo autor no âmbito de uma acção de formação, no ano de 2005. →

relatório de responsabilidade oikos - ano zero

→ capítulo 3.1, página 32

ibidem →

ibidem →

6.6

Rumo à Cidadania Global e ao Desenvolvimento Sustentável

A pobreza e a desigualdade constituem motivos suficientes para a mobilização de todos os cidadãos. É no âmbito do exercício da cidadania activa que devemos colocar o esforço individual e colectivo de transformação de uma ordem social que contribua para eliminar a pobreza, a exclusão e as desigualdades sociais.

Partilhando, assim, a visão do cidadão José Bernardo Toro, como “uma pessoa capaz, em cooperação com outros, de criar e transformar a ordem social que ela própria quer viver, cumprir e proteger para a dignidade de todos”.

Como referimos no ponto 3.1, hoje estamos perante um novo tipo de cidadania, que pode ser definida como “o exercício dos poderes e responsabilidades dos cidadãos na arena das políticas públicas, no contexto da governação”. A cidadania é, agora, marcada pela “capacidade de auto-organização dos cidadãos numa multiplicidade de formas para a mobilização de recursos e o exercício de poderes para a protecção dos direitos, com o objectivo de cuidar e desenvolver os bens públicos”.

Neste contexto, e em coerência com a missão de erradicar a pobreza e reduzir as assimetrias económicas e de conhecimento, através do envolvimento e corresponsabilização dos actores sociais, a oikos desenvolve no seu continuum de intervenção um nível de “mobilização da cidadania global”, utilizando três estratégias principais:

- ▶ **educação para a cidadania global;**
- ▶ **parcerias para a promoção do bem comum;**
- ▶ **influência pública.**

Pretendemos, desta forma, alcançar um impacto complementar às acções que desenvolvemos nos países em desenvolvimento, nomeadamente em matéria de:

- ▶ consciencialização e agendamento da opinião pública – educação para a cidadania global;
- ▶ trabalho em rede e em parceria, em função do bem comum – parcerias para o bem comum;
- ▶ políticas públicas – influência pública.

educação para a cidadania global

Em Novembro de 2001, o Conselho de Desenvolvimento da União Europeia aprovou uma resolução sobre a Educação para o Desenvolvimento, em que afirma:

«considerando que, dada a interdependência global da nossa sociedade, a sensibilização através da educação para o desenvolvimento contribui para o reforço do sentimento de solidariedade internacional, para criar um clima propício à emergência de uma sociedade intercultural na Europa e que essa mesma sensibilização contribui, também, para alterar os modos de vida, privilegiando um modelo de desenvolvimento sustentável para todos e, por último, contribui para aumentar o apoio dos cidadãos à realização de esforços suplementares de financiamento público à cooperação para o desenvolvimento».

Em Portugal, ao contrário do que sucede noutros países da OCDE, a Educação para o Desenvolvimento (ED) é ainda uma prática muito recente. Só no final da década de oitenta, algumas ONGD fizeram da ED um eixo fundamental da sua acção, entre as quais o CIDAC e a oikos. Ainda hoje, só uma minoria de ONGD têm uma acção estruturada neste domínio. Contudo, existem actualmente práticas e propostas pedagógicas de ED que já circulam de forma autónoma, no seio de algumas instituições de ensino e outras ONG e associações.

Segundo a Plataforma Portuguesa das ONGD, a Educação para o Desenvolvimento é um processo dinâmico, interactivo e participativo que visa:

- ▶ a formação integral das pessoas;
- ▶ a consciencialização e compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades locais e globais num contexto de interdependência;
- ▶ a vivência da interculturalidade;
- ▶ o compromisso para a acção transformadora alicerçada na justiça, equidade e solidariedade;
- ▶ a promoção do direito e do dever de todas as pessoas e de todos os povos a participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável.

O eixo fundamental da Educação para o Desenvolvimento é a opinião pública, da qual todos fazemos parte.

O objectivo é permitir que a opinião pública seja capaz de reflectir e de agir no sentido da alteração de situações que provocam desequilíbrios e injustiças a nível individual e colectivo, potenciando uma perspectiva crítica, uma capacidade de reivindicação e os meios, *lobbying* e advocacia, para enfrentar os poderes, implicando, sempre que necessário, a mudança de decisões ou a tomada de novas decisões.

Tradicionalmente, na dependência estreita do contexto em que nasceu, a Educação para o Desenvolvimento era vista como uma “sensibilização da opinião pública do Norte sobre os problemas dos países do Sul”.

Actualmente, educar para o desenvolvimento é uma tarefa urgente em todas as sociedades, tanto no Norte como no Sul. Neste contexto, é fundamental estabelecer alianças, parcerias e “redes” entre actores e iniciativas de países do Norte e de países do Sul, entre projectos e programas de Cooperação para o Desenvolvimento e de Educação para o Desenvolvimento.

Ao partir de nós próprios, do nosso ambiente, da nossa cultura e ao descobirmos as conexões com as outras escalas e as outras culturas, compreendemos melhor as raízes de muitos dos nossos problemas e identificamos com maior clareza as contribuições que estaremos aptos a dar para a concretização das mudanças que preconizamos. No momento actual, para a oikos, a tarefa principal da ED é criar uma consciência de cidadania global – Educação para a Cidadania Global –, potenciando o surgimento de cidadãos capazes de assumir um papel de liderança social e de se auto-organizarem numa multiplicidade de formas, com o objectivo de cuidar e de promover a criação de “bem comum”.



Directrizes GRI G3

→ 2.2

Neste sentido, a participação cidadã já não é meramente exercida no espaço nacional. A promoção do “bem comum” exige a capacidade de assumir a responsabilidade na esfera local e global. Deste modo, o exercício do poder e das responsabilidades do cidadão acontece, simultaneamente, num contexto territorial e em sucessivas esferas da governação: local, nacional, regional e global.

formas de intervenção

sensibilização → chama a atenção da população ou de grupos específicos para um dado problema, devendo-se transmitir o máximo de informação útil ao destinatário, tendo em consideração, designadamente, a complexidade do problema, a capacidade de absorção da informação, a necessidade de estimular para a acção e a indicação de outras fontes informativas para aprofundar o tema.

mobilização → acções de ED que têm por objectivo atrair vários actores sociais e políticos, a opinião pública e a sociedade civil para a mudança de práticas e de políticas.

formação → trata-se de dotar o destinatário de competências que lhe permitam posteriormente trabalhar uma determinada temática no âmbito da ED.

produção de materiais pedagógicos → cruciais para dar a conhecer a ED, para trabalhar em escolas ou em sessões de formação, dotando o educador/formador de informação útil para a abordagem de temas complexos, de ferramentas de trabalho (fichas de actividades, jogos, pistas de reflexão, ...) e de indicação de metodologias de trabalho.

O trabalho de ED/Educação para a Cidadania Global, promovido pela oikos, tem contado desde o início com o apoio de um grupo de professores voluntários, GEDOIKOS (Grupo de Educação ao Desenvolvimento da oikos) que para além de um trabalho de investigação e reflexão, programa e orienta ao longo do ano diversos tipos de actividades e iniciativas, nomeadamente Sessões de Formação para professores e alunos no âmbito da Educação ao Desenvolvimento na sua relação com o ambiente, cultura, cidadania, solidariedade, entre outros temas.

Nos últimos anos, e considerando o crescente interesse demonstrado por professores e alunos de todo o país, naturalmente merecedor de respostas positivas, a oikos procedeu à criação de Núcleos de Educação ao Desenvolvimento (NEDOIKOS) em diversos pontos do país com o objectivo de multiplicar o trabalho já iniciado, permitindo ao mesmo tempo atingir um número crescente de estabelecimentos de ensino.

Estes núcleos, que funcionam ao mesmo tempo como grupo-alvo e instrumento de consolidação e descentralização do trabalho de Educação para a Cidadania Global, são constituídos por elementos que ao longo dos tempos se têm vindo a envolver de uma forma mais efectiva, participando e colaborando com a oikos em actividades de formação de professores e alunos, transformando-se em “centros de recursos” disponíveis para a realização de actividades de sensibilização e formação não só na escola a que estão vinculados, mas em escolas geograficamente próximas.

parcerias para o bem comum

Para que o cidadão seja actor social, e possa originar transformações na sociedade, deverá recorrer a organizações ou instituições que, nas suas correlações, constituem o tecido social.

As organizações e as instituições ajudam-nos a reduzir a incerteza, proporcionando uma estrutura à vida quotidiana. Uma organização é tanto mais útil para a sociedade quanto mais intercâmbio de carácter económico, político, social ou cultural possibilitar com outras organizações ou com pessoas, na sua vida quotidiana.

Também poderemos perspectivar as organizações como instituições que deverão:

- ▶ solucionar continuamente problemas;
- ▶ prevenir continuamente problemas;
- ▶ conservar no tempo a solução aos problemas.

O cidadão exerce, agora, as suas responsabilidades no âmbito das interacções com as organizações dos três sectores:

sector público – a responsabilidade de conformar o poder legislativo, judicial e executivo;

terceiro sector – a responsabilidade de assumir a vigilância social, a solidariedade e o empreendedorismo social;

sector privado – a responsabilidade de premiar, consumir e investir de forma consciente e responsável (comércio justo, compras ecológicas, finança ética e consumo responsável).

Comum a todas as esferas de interacção, persiste o desafio da transparência, da prestação de contas, da *accountability* e da cooperação estratégica entre distintos sectores.

Neste sentido, a oikos procura, através da organização de redes e de parcerias entre os vários actores, fomentar a promoção do “bem comum”, integrando neste conceito, não apenas os “bens públicos” na comunidade local e nacional (como podem ser o acesso aos serviços essenciais), mas também os chamados bens públicos globais, como a estabilidade climática ou a sustentabilidade ambiental.

Entre os temas sobre os quais a oikos tem vindo a apostar numa dinâmica de promoção de parcerias para o bem comum, destacamos:

- ▶ alterações climáticas;
- ▶ finança ética/financiamento alternativo do desenvolvimento;
- ▶ consumo responsável e compras públicas responsáveis;
- ▶ Responsabilidade Social das Empresas;
- ▶ fortalecimento e profissionalização dos actores sociais.

formas de intervenção

Entre as principais formas de intervenção, para além da sensibilização, mobilização, formação e produção de materiais (in)formativos, destacamos:

- ▶ o diálogo *multistakeholder*;
- ▶ a promoção de campanhas mediáticas;
- ▶ o marketing social;
- ▶ a realização de parcerias *multistakeholder*;
- ▶ o desenvolvimento/difusão de instrumentos voluntários (códigos de conduta, normas voluntárias, ferramentas de gestão).



<

SEDANO, Jorge; DÍAZ, Pedro Agustín y TORO, José Bernardo. Teoría del Sistema Modular y su formulación para un caso concreto. Universidad Santo Tomás de Aquino. Bogotá. 1978. Apud TORO, José Bernardo. Op. Cit.

Directrizes GRI G3

→ 2.2



Directrizes GRI G3

→ S05

Directrizes GRI G3

→ 2.2

influência pública

Para a oikos, “influência pública” é o conjunto de acções de incidência política, tais como estudo e análise, informação pública, consulta, diálogo, pressão ou denúncia, e propostas alternativas de acção, tendentes a fazer ouvir aqueles que não têm voz (pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade e pobreza), junto dos decisores políticos.

O objectivo é monitorizar, e sempre que necessário alterar, as políticas públicas, por forma a criar condições para a concretização da nossa visão: um mundo sem pobreza e injustiça onde o desenvolvimento humano seja equitativo e sustentável à escala local e global.

A influência pública exerce-se perante diversos interlocutores:

- ▶ Governos e Organismos Públicos;
- ▶ União Europeia;
- ▶ Redes e Organizações Internacionais como as Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE);
- ▶ Empresas, sobretudo as transnacionais;
- ▶ Instituições Financeiras Multilaterais: Bancos Regionais de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial;
- ▶ Redes de Movimentos sociais e outros sectores que trabalham em favor da inclusão dos mais pobres e vulneráveis.

Em complemento com as operações de acção humanitária e de vida sustentável, a influência pública organiza-se em função da promoção dos DEASC, em especial, através de dois eixos estratégicos principais: a promoção do direito a uma identidade própria e o direito à participação: cidadania política e social. Os principais temas abordados nas estratégias de influência pública estão relacionados com:

- ▶ a erradicação da Pobreza Extrema a nível global;
- ▶ os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- ▶ a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e o financiamento alternativo do desenvolvimento;
- ▶ a Justiça no Comércio Internacional;
- ▶ os Serviços Essenciais (água e saneamento, educação e saúde);
- ▶ o impacto das alterações climáticas nas comunidades mais pobres e vulneráveis dos países em desenvolvimento.

formas de intervenção

Monitorização → vigilância e controlo social das políticas públicas, de modo a garantir a equidade e defesa dos interesses das pessoas e comunidades mais pobres e vulneráveis.

Análise → investigar a causa dos problemas, as consequências de determinadas políticas públicas (ex.: Estudos de Caso). Estudar propostas alternativas e suas implicações.

Informação → produção e difusão de relatórios e publicações, com os resultados da análise e monitorização e com recomendações de políticas públicas.

Envolvimento e Consulta → encorajar o debate, a troca de ideias e propostas de acção.

Lobbying e advocacia → *lobbying* entendido como a capacidade de um dado grupo, relacionado com um determinado tema, desenvolver actividades de pressão político-social, a curto e médio prazo, através de acções concretas concebidas para um período de tempo específico. Entende-se por advocacia a capacidade de um dado grupo desenvolver actividades de pressão político-social, a longo prazo, motivadas e estimuladas por uma causa.

Denúncia e confronto → quando todas as restantes estratégias falham, e estão em risco os direitos das comunidades mais pobres e vulneráveis, é necessário denunciar as violações dos direitos humanos e a injustiça social, promovendo uma mobilização social de confronto.

Campanhas de incidência → são o instrumento mais frequente, normalmente aglutinador das variadas formas de intervenção anteriormente mencionadas. Promovem, geralmente, uma visibilidade mediática.



Directrizes GRI G3

→ EC1, S05

1A13 - Finança Ética para o Desenvolvimento

local de intervenção	Portugal			
datas	início	Setembro 2003	conclusão	Dezembro 2006
área do continuum	cidadania global – bem comum			
tema de intervenção	financiamento do desenvolvimento – finança ética			
grupos alvo	sensibilização	opinião pública e cidadãos.		
	materiais pedagógicos e formação	opinion makers e jornalistas, investidores privados (cidadãos e cidadãs empenhados), empresas (incluindo instituições bancárias), organizações do terceiro sector e universidades.		
	lobbying e advocacia	decisores políticos.		
financiadores	CE/DG-DEV, IPAD, oikos			
orçamento	previsto	268.303,95 €	executado	270.359,65 €
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	relatório final aprovado por auditor externo.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	execução financeira atingida			100,8%
	<p>impactos</p> <p>Agendamento do tema da “Finança Ética” na opinião pública. Em Portugal, o tema nunca tinha sido apresentado. O projecto permitiu agendar o tema junto dos seguintes públicos alvo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Universidades (ISCTE, Universidade Católica do Porto e Universidade de Lisboa); ▶ Organizações do Terceiro Sector (ONGD e Organizações do Comércio Justo); ▶ Ordens Religiosas e outros grupos ligados à Igreja; ▶ Empresas e Banca (BCSD, AEP, GRACE, RSE Portugal); ▶ Media e Jornalistas, exemplos: <ul style="list-style-type: none"> • “Media” devem ajudar a perceber responsabilidade social das empresas <i>Público 4 de Março de 2005</i> • Finança ética para promover o desenvolvimento <i>Jornal de Negócios 4 de Março de 2005</i> • Finança ética praticamente inexistente em Portugal: Mercado Português em Estado Embrionário e Microcrédito pode ser rentável e com baixo risco <i>Semanário Económico 18 de Março de 2005</i> • oikos promove investimento da Igreja no microcrédito <i>Semanário Económico 24 de Março de 2005</i> • O novo valor do dinheiro <i>portalexecutivo.com 28 de Março de 2005</i> • O presente da Finança Ética <i>portalexecutivo.com 18 de Abril de 2005</i> • Futura Caixa Económica ética quer que a Santa Casa entre no capital <i>Jornal de Negócios 12 de Abril de 2005</i> • A responsabilidade financeira do indivíduo (artigo de opinião), por Pe. José Martins Rocha <i>Jornal de Negócios 28 de Abril de 2005</i> <p>Criação e disseminação de Conhecimento sobre Finança Ética e Microfinança em Portugal.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Dossier “Finança Ética e Responsabilidade Social de Empresa” ▶ Dossier “Finança Ética: boas práticas de poupança e investimento na Europa” ▶ Dossier “Comércio Justo e Microfinança no Sul do Mundo” ▶ Dossier “Boas práticas de investimento ético na Europa” ▶ Dossier “Microfinança e Cooperação para o Desenvolvimento” 			



Exposição "semear solidariedade", Coimbra

1A14 - Mãos Esforçadas: direito ao trabalho e novas formas de escravatura em tempos de globalização

local de intervenção	Portugal			
datas	início	Setembro 2003	conclusão	Dezembro 2006
área do continuum	cidadania global – educação para a cidadania global			
tema de intervenção	migrações e tráfico de seres humanos			
grupos alvo	sensibilização	opinião pública e cidadãos. 75.000 visitas à Exposição “Mãos (Es)forçadas. Nº estimado de 175.000 pessoas em audiências de TV, rádio e imprensa.		
	materiais pedagógicos e formação	223 docentes e líderes associativos, 15.000 jovens e estudantes.		
	lobbying e advocacia	decisores políticos e legisladores, autarquias de Azambuja, Loures, Silves, Almada e Tomar.		
financiadores	CE/DG-DEV, IPAD, oikos			
orçamento	previsto	184 850,00 €	executado	134 097,98 €
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira documental efectuada pelo financiador. relatório final aprovado pelo financiador.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	execução financeira atingida			72,5%
	<p>impactos</p> <p>Apesar de não ser possível estabelecer uma relação de causa-efeito entre o projecto e as novas políticas públicas em torno das Migrações e Tráfico de Seres Humanos, a verdade é que, particularmente no que respeita ao tráfico de seres humanos, o projecto permitiu um agendamento na opinião pública e procurou activamente provocar alterações legislativas.</p> <p>Os recentes diplomas aprovados e alterações ao código penal são exemplo das novas políticas públicas em torno das migrações e da prevenção/luta contra o tráfico de seres humanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros nº 81/2007 - Plano contra o Tráfico de Seres Humanos; • Diploma: Lei nº 59/2007, de 4 de Setembro - Vigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto - Lei nº 400/82, de 23 de Setembro - Preceitos alterados ao Código Penal em matéria de tráfico de seres humanos e tipologias conexas; • Lei nº 17/2006 de 23 de Maio - Lei Quadro da Política Criminal; • Lei nº 23/2007 de 4 de Julho - Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional; • Lei nº 51/2007 de 31 de Agosto - Define os objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2007 -2009, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio, que aprova a Lei Quadro da Política Criminal; • Lei nº 59/2007 de 4 de Setembro - Vigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro; • Lei nº 48/2007 de 29 de Agosto - 15.ª alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei nº 78/87, de 17 de Fevereiro; • Resolução do Conselho de Ministros nº 63-A/2007 - Plano para a Integração dos Imigrantes; • Comunicado do Conselho de Ministros de 9 de Agosto de 2007 - Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos, aberta à assinatura em Varsóvia, a 16 de Maio de 2005. 			



Directrizes GRI G3

→ EC1, S05

1A20 - Campanha Pobreza Zero

local de intervenção	Portugal			
datas	início	Julho 2005	conclusão	Dezembro 2007
área do continuum	cidadania global – influência pública			
tema de intervenção	Pobreza Extrema, ODM, Cooperação Internacional e Ajuda Pública ao Desenvolvimento			
grupos alvo	sensibilização	opinião pública e cidadão em geral.		
	materiais pedagógicos e formação	estudantes, jovens, organizações do terceiro sector.		
	lobbying e advocacia	decisores políticos, legisladores e autarquias.		
financiadores	IPAD, FLAD, oikos			
orçamento	previsto	150 000,00 €	executado	97 720,60 €
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira documental anual efectuada pelo financiador. no final do projecto serão efectuadas auditorias técnica e financeira por entidades externas.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			70%
	execução financeira atingida			65,15%
	impactos			
	<p>Base Social de Apoio para as questões do Desenvolvimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • cerca de 13.084 aderentes, subscritores do Manifesto, até 31 Dez. 2006; • 19.949 Portugueses levantaram-se contra a pobreza, no dia 17 de Outubro de 2006, apelando aos decisores políticos por: mais e melhor ajuda, justiça no comércio e cancelamento da dívida externa dos países pobres; • crescimento da coligação: 4 ONG gerem a campanha; mais de 20 Organizações aderiram ao manifesto e já realizaram acções da campanha; • cerca de 30 figuras públicas responderam ao desafio para fazerem parte da campanha e darem a sua imagem para anúncios de imprensa, televisão e vídeo; • campanha de media com mais de 2000 inserções publicitárias na imprensa, rádio, TV e cinema; • campanha “Pobreza Zero” representada e com protagonismo ao nível do GCAP – Global Call for Action Against Poverty. <p>Impacto das Políticas Públicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Prof. Freitas do Amaral, na sua intervenção na Conferência da Assembleia da República Portuguesa sobre a reforma das Nações Unidas, a 27 de Outubro de 2005, reafirmou o compromisso de Portugal, enquanto país membro da UE e da comunidade doadora internacional, em atingir o objectivo intermédio de 0,51% de APD/RNB até 2010 e de 0,7% até 2015. Infelizmente, a prática de 2005 demonstrou que a APD portuguesa se resumiu a um modesto 0,21%, o pior desempenho da UE dos 15; • o Comité da Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, no seu relatório de avaliação da Cooperação Portuguesa, destaca o papel da campanha “Pobreza Zero” no âmbito dos esforços necessários para promover o debate público sobre os resultados do desenvolvimento, debate esse que no nosso país tem sido bastante limitado. 			



Campanha Pobreza Zero, concerto dos U2, Lisboa

1A21 - RSE nos Media Iberoamericanos

local de intervenção	Portugal			
datas	início	Setembro 2005	conclusão	Outubro de 2007
área do continuum	cidadania global – bem comum			
tema de intervenção	Responsabilidade Social das Empresas			
grupos alvo	sensibilização		Media, em particular a imprensa escrita; Jornalistas; Empresas e Agências de Comunicação; Actores Públicos de Regulação da Actividade Empresarial; Organizações da Sociedade Civil e Observatórios de Imprensa.	
	materiais pedagógicos e formação		Escolas de Jornalismo e Associações de Classe.	
financiadores	Fundação Avina			
orçamento	previsto	30.000,00€	executado	30.000,00€
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira documental efectuada pelo financiador. relatório final aprovado pelo financiador.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril 2007			100%
	execução financeira atingida			100%
	impactos			
Os impactos mais significativos situam-se a dois níveis: aprendizagem institucional de uma metodologia de análise de imprensa (Metodologia desenvolvida pela ANDI – Agência de Notícias para o Desenvolvimento da Infância, Brasil); fortalecimento dos laços de cooperação com parceiros que actuam no âmbito da responsabilidade social das empresas e da sustentabilidade. Refira-se, a título de exemplo, a parceria entre a oikos e a Fundación Ecología y Desarrollo (Espanha), também ela envolvida neste projecto, no âmbito de uma candidatura de Educação para a Cidadania Global, recentemente apresentada à Comissão Europeia, cujo tema está relacionado com a sensibilização para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.				



Directrizes GRI G3

→ EC1

1A24 - Terra de Todos: Uma Visão Global do Desenvolvimento

local de intervenção	Portugal			
datas	início	Abril 2006	conclusão	Novembro 2007
área do continuum	cidadania global – Educação para a Cidadania Global			
tema de intervenção	transculturalidade			
grupos alvo	sensibilização	Opinião pública e cidadãos (3100: mostras e festivais de cinema documental); 700 jovens dos 14 aos 30 anos, estudantes do grau médio e superior; 40 professores do ensino secundário e universitário; 20 jornalistas; 20 representantes sindicais; 20 técnicos de animação socio-cultural; 200 membros do “Movimento de Cidadãos Solidários”; 10 membros e grupos em risco de exclusão social; 50 activistas e voluntários de movimentos sociais e ONG portuguesas; 10 representantes de empresas.		
	materiais pedagógicos e formação	300 jovens dos 14 aos 30 anos, participantes nas actividades de ED com apoio da unidade didáctica do projecto.		
financiadores	IPAD, oikos			
orçamento	previsto	90.263,00€	executado	29.392,06€
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador. auditoria financeira efectuada por auditor externo. no final do projecto serão efectuadas auditorias técnica e financeira por entidades externas.		
	financeira			
performance ponderada	base de ponderação em abril 2007		30%	
	execução financeira atingida		28%	
	<p>impactos</p> <p>O período de análise do relatório reporta a fase de preparação dos materiais pedagógicos e de selecção de materiais audio-visuais. Ainda assim, podemos já antever um impacto ao nível da construção/fortalecimento de redes sociais.</p> <p>Rede de organizações e produtores, europeus e do Sul, com interesse e experiência na promoção do audiovisual, como ferramenta de análise e construção da transculturalidade, e da sensibilização em torno das relações da Europa com os países do Sul:</p> <p>abertura dos parceiros do projecto para a criação de uma rede permanente de trabalho (CiC-Batá, Espanha; oikos, Portugal; GVC e COSPE, Itália);</p> <p>consolidação da articulação com a Rede Portuguesa de Educação para o Desenvolvimento;</p> <p>estabelecimento de contactos para futuras colaborações com Festivais de Cinema Documental: Apordoc/DOCLisboa e Indielisboa.</p>			



Directrizes GRI G3

→ ECI

indicadores de performance

execução financeira

89,70%

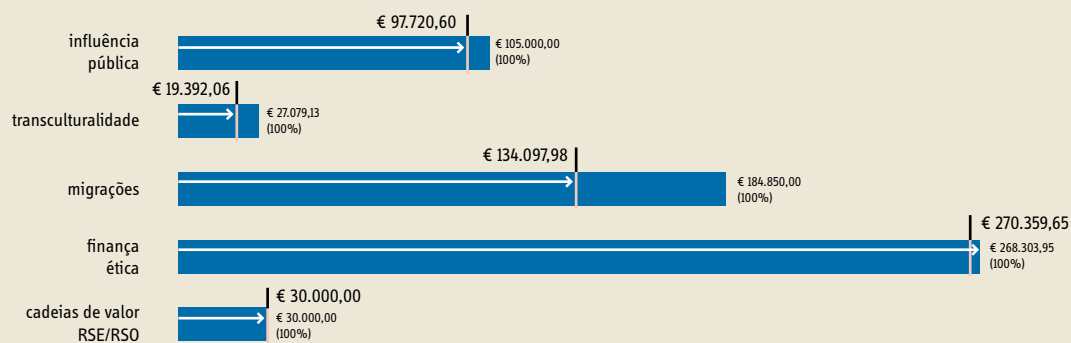
valor total contratado nos projectos de cidadania global

€ 615.233

valor total executado nos projectos de cidadania global

€ 551.570

performance execução financeira - sectores de actividade oikos





7

os nossos compromissos

7

os nossos compromissos

A redacção deste reporte de sustentabilidade da actividade oikos implica a comunicação dos compromissos que, nesta fase, assumimos perante os *stakeholders* identificados e cuja fundamentação advém do processo de reposicionamento estratégico e de reforço da profissionalização da estrutura em curso.

Seguindo a metodologia de enquadramento, de acordo com os quatro pilares da sustentabilidade oikos – governance, cadeia de valor responsável, responsabilidade ambiental e responsabilidade social – apresentamos no quadro seguinte os compromissos assumidos para 2008.

No relatório de sustentabilidade oikos ano um, previsto para Junho de 2008, o desempenho conseguido na concretização destes compromissos será alvo de avaliação.

↓ tabela 22 - compromissos para 2007/2008

pilar da sustentabilidade	compromisso
governance	promover um processo contínuo de envolvimento dos <i>stakeholders</i> identificados.
	constituir e estabelecer o Conselho de Gestão de Risco <i>Multistakeholder</i> .
cadeia de valor responsável (value chain)	desenvolver a capacidade dos colaboradores no âmbito da sistematização de aprendizagens, derivadas dos processos e dos projectos em operação.
	desenhar e implementar o sistema integrado de gestão oikos (SIGO) em coerência com o referencial de gestão da qualidade ISO 9001.
	integração transversal do sistema de monitorização e avaliação, por forma a responder às necessidades de informação e controlo de gestão dos vários níveis da organização: governo da organização, operações, serviços partilhados, representações e coordenação de programas e projectos.
	definição de indicadores de avaliação de desempenho para as áreas de Educação para a Cidadania Global e Influência Pública.
responsabilidade ambiental (environmental responsibility)	melhorar o sistema de reporting ambiental oikos-sede, nomeadamente através da contabilização das emissões de carbono dos colaboradores;
	lançar uma campanha de sensibilização da opinião pública para a necessidade de mitigação e adaptação às alterações climáticas.
responsabilidade social (social responsibility)	desenvolver o sistema integrado de gestão oikos (SIGO) em coerência com a norma de gestão da responsabilidade social SA8000.



marzo
abril
mayo
junio

MI ASIS

8

validação externa

AO CONSELHO DIRECTIVO DA OIKOS – COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

NATUREZA E ÂMBITO DA VERIFICAÇÃO

Por solicitação de V.Exas. a SGS ICS efectuou a verificação independente do Relatório de Responsabilidade OIKOS ano zero. O âmbito da verificação, baseada na metodologia da SGS de Verificação de Relatórios de Sustentabilidade, incluiu o texto, dados, gráficos e declarações contidos no relatório supra citado. Dados directamente provenientes de relatórios financeiros, objecto de certificação legal, não foram verificados à sua fonte no decurso da verificação.

RESPONSABILIDADE

O Conselho Directivo da OIKOS é responsável pela informação disponibilizada e seus critérios de avaliação, bem como, pelos sistemas de recolha, agregação, validação e relato da mesma. A SGS ICS não foi envolvida na preparação de qualquer informação constante no Relatório de Responsabilidade OIKOS ano zero.

A responsabilidade da SGS ICS consiste na elaboração de um parecer sobre a adequação da informação, supra referida, baseado no protocolo de verificação independente que efectuámos, em relação ao âmbito e objectivo do compromisso da verificação.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA E COMPETÊNCIA

O Grupo SGS é líder mundial em serviços de inspecção, testes e verificação, operando em mais de 140 países, disponibilizando serviços que incluem a certificação de serviços, de sistemas de gestão da qualidade, ambiente e social, e auditorias sobre aspectos éticos, bem como verificação de relatórios ambientais, sociais e de sustentabilidade. A SGS ICS afirma a sua independência face a favorecimentos, influências e conflitos de interesse relacionados com a OIKOS e partes interessadas.

A equipa de verificação foi constituída com base no seu conhecimento, experiência e qualificação para a verificação proposta, compreendendo auditores registados nos Institute of Environmental Management and Assessment (IEMA), International Register of Certified Auditors (IRCA), Social Accountability International (SAI) e Verificadores EMAS. Os verificadores envolvidos detêm qualificações de auditores coordenadores para realização de auditorias de certificação a sistemas de gestão da qualidade ISO 9001, gestão ambiental ISO 14001, gestão da segurança e saúde no trabalho OHSAS 18001 e gestão da responsabilidade social SA8000.

METODOLOGIA E CRITÉRIOS DA VERIFICAÇÃO

O Grupo SGS desenvolveu um conjunto de protocolos para a verificação de relatórios de sustentabilidade (*Sustainability Report Assurance*) baseados nas melhores práticas providenciadas pelas Directrizes para Relatórios de Sustentabilidade de 2006 da *Global Reporting Initiative* (GRI) e *AA1000 Assurance Standard* (2003). Os protocolos referidos diferenciam-se em níveis de verificação dependentes do histórico de elaboração de relatórios e capacidade da organização reportante.

O Relatório de Responsabilidade OIKOS ano zero foi verificado em conformidade com o protocolo nível 2, consistindo em (i) identificar a existência de sistemas de controlo de gestão sustentados pelas políticas e recursos organizacionais, (ii) testar a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação relatada, incluindo, quando necessário, declarações corroborativas e/ou outras evidências de partes interessadas externas, (iii) executar, numa base de amostra, certos procedimentos de consubstanciação da informação de desempenho ambiental e social relatada (iv) confrontar as informações de natureza financeira com os relatórios financeiros dos quais provêm, (v) entrevistar os gestores

responsáveis pela elaboração da informação (vi) providenciar evidências de que os princípios fundamentais para a elaboração de relatórios, referentes às Directrizes da GRI (2006), são considerados e aplicados, (vii) verificar a satisfação das condições de aplicação do Nível C das Directrizes da GRI (2006).

CONCLUSÕES

Com base na metodologia descrita e no trabalho efectuado, é parecer da SGS ICS que a informação e dados contidos no relatório verificado são exactos, abrangentes, fiáveis e providencia uma representação apropriada das actividades da OIKOS, no decurso do período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2006 e em 30 de Abril de 2007 referente a actividades relacionadas com projectos.

Saliente-se que, com base no parecer da ROC da OIKOS relativo às demonstrações financeiras de 2006 emitido em 26 de Setembro de 2007, é necessária a regularização de saldos anteriores, particularmente ao nível da rubrica de projectos.

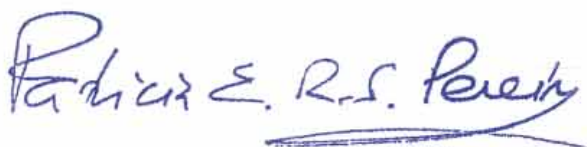
A SGS ICS considera que o Relatório de Responsabilidade OIKOS ano zero, objecto de verificação, foi elaborado de acordo com as Directrizes do GRI (2006), satisfazendo as condições de aplicação do Nível C+.

RECOMENDAÇÕES

Com base na verificação realizada foram identificadas áreas de melhoria que possibilitem o reforço do contexto de sustentabilidade da OIKOS. As observações identificadas serão objecto do Relatório de Gestão Interno dirigido ao Conselho Directivo da OIKOS.

A SGS ICS congratula-se com a iniciativa da OIKOS de elaborar e sujeitar a verificação independente o seu primeiro relatório de sustentabilidade. Na continuidade da comunicação do desempenho responsável pela OIKOS, recomenda-se que no relatório de 2007 progrida de Nível de Aplicação das GRI.

EM REPRESENTAÇÃO DA SGS ICS



PATRICIA PEREIRA



LUÍS BARRINHA

DIRECÇÃO DE CERTIFICAÇÃO

LISBOA, 16 DE NOVEMBRO DE 2007

WWW.PT.SGS.COM

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 4.261.393,49 euros e um total de capital próprio de 208.468,69 euros, incluindo um resultado líquido de 52.817,87 euros), a Demonstração de resultados por natureza e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da OIKOS, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de actividades com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da OIKOS, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em

conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites. Devemos contudo salientar que o ano de 2006 foi um ano de profunda reestruturação e, na sequência dos testes aplicados às contas, apurou-se que, apesar da execução de 2006 estar correctamente vertida nas mesmas, os saldos de anos anteriores necessitam de regularização, em particular nas rubricas de projectos. Não foi possível neste tempo e pelo facto de não termos acompanhado a actividade ao longo de 2006 (o nosso designação ocorreu em 2007), executar todos os testes necessários para apoiar a OIKOS na regularização de saldos, prevendo-se um trabalho nesse sentido em 2007, trabalho esse já iniciado.

8. É também nosso parecer que o relatório de actividades é concordante com as demonstrações financeiras.

Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- Foram obtidas Certidões de não dívida da OIKOS o que comprova a sua situação tributária regularizada;
- Foi elevado a cabo um extenso trabalho de conciliação e correcção de situações, de que se destacam na conta 59 – Resultados transitados, num total a débito de €933.334,79 e num total a crédito de €292.118,46, relativas a: (1) projectos fechados cujo saldo se encontrava apurado e incorrectamente reflectido nas contas (afectou contas de caixa e devedores e credores diversos), (2) bens de imobilizado para os quais não havia qualquer comprovativo de posse ou direito sobre os mesmos (afectou imobilizações incorpóreas, corpóreas e amortizações acumuladas), alguns relacionados com projectos antigos e fechados, (3)

ANA CALADO PINTO

ROC. Nº 1103

saldos a receber e a pagar com fornecedores e consultores, relativos a projectos fechados cujos montantes estavam incorrectamente afectos a contas da OIKOS (devendo ser apenas de projectos e (4) valor de empréstimos junto do Millennium BCP;

- Foi consolidada a conta 26# relativa a projectos e conciliada com contas 11# (entretanto regularizadas) no sentido do saldo dar a imagem da relação com o financiador, por um lado, e com o financiado, por outro. É convicção da OIKOS poder concluir esse projecto em 2007;
- Prevê-se que em 2007 seja efectuada a conciliação de saldos com o Espaço OIKOS que actualmente traduz um valor devedor de cerca de seiscentos e oitenta e sete mil euros. O fecho de contas tardio desta entidade não permitiu apurar com tempestividade e efeito contabilístico a razão da discordância de saldos.

Lisboa, 26 de Setembro de 2007

Ana Calado Pinto

Ana Calado Pinto

(ROC nº 1103)

9

anexos

Relatório Financeiro

Balanço e Demonstração de Resultados 2006

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Exercício 2006



OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(valores em Euro)

	EXERCÍCIOS			EXERCÍCIOS	
	2006	2005		2006	2005
ATIVO			CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
IMOBILIZADO:			CAPITAL PRÓPRIO:		
Imobilizações Incorporáveis:			882 Fundo de cooperação	104.754,44	104.754,44
434 Terraspassos		51.356,23	583 Subsídios /Oferas	25.523,48	25.523,48
449 Adiant. p/Conta Imob.Incorporáveis		51.356,23	Reservas:		
Imobilizações Corpóreas:			569 Reservas de Reavaliação	650.000,00	650.000,00
421 Terrenos e Recursos Naturais		350.000,00	572 Reservas Estatutárias		
422 Edifícios e Outras Construções		1.027.111,28	573 Reservas Contratuais		
423 Equipamento Básico	86.739,19	7.830,69	574 a 579 Outras Reservas		
424 Equipamento de Transporte			59 Resultados Transladados		
425 Ferramentas e Utensílios			Subtotal	155.650,82	732.914,63
426 Equipamento Administrativo	134.499,29	8.548,78	88 Resultado Líquido do Exercício	52.817,90	53.288,87
429 Outras Imobilizações Corpóreas	15.827,97	875,00	Total do Capital Próprio.....	208.468,72	786.203,50
441/6 Imobilizações em Curso		3.374,15	PASSIVO:		
448 Adiant.p/Conta Imob.Corpóreas	251.146,03	1.388.316,12	Dívidas a Terceiros - Longo Prazo:		
CIRCULANTE:			231 Dívidas a Instituições de Crédito	648.737,83	1.740.110,27
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:				648.737,83	1.740.110,27
24 Estado e Outros Entes Públicos	153,94	153,94	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:		
2624-264-2674-2684-221 Outros Devedores	3.667.672,37	3.667.672,37	231 Fornecedores C/C	40.623,77	10.000,00
268501 - Espaço Oikos			222 Fornecedores - Fidejuss a Pagar		21.169,33
26xx - Restantes	75.648,46	75.648,46	239 Outros Empréstimos Obtidos		30.000,00
	3.667.826,31	3.667.826,31	2611 Fornecedores de Imobilizado C/C		
Títulos Negociáveis:			24 Estado e Outros Entes Públicos	12.788,25	35.578,24
151 Aceves	9.117,09	9.117,09	2624-264-268 Outros Credores	3.099.288,16	43.790,61
18 Outras Aplicações de Tesouraria	9.117,09	9.117,09	26862 Projectos em Curso		
			26xx Restantes	3.062.700,18	140.538,18
Depósitos Bancários e Caixa:			Acréscimos e Diferimentos:		
12+13+14 Depósitos Bancários	565.727,71	256.543,05	271 Acréscimos de Custos	24.157,27	9.595,51
11 Caixa	1.203,24	653.586,90	274 Provisões Diferidas	317.329,52	417.925,00
	566.930,95	910.129,95		341.486,79	427.520,51
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			Total do Passivo.....	4.052.924,80	2.308.169
271 Acréscimos e Provisões	37,85	37,85	Total do Capital Próprio e do Passivo.....	4.261.393,52	3.094.372,46
272 Custos Diferidos	2.526,71	2.432,16			
	2.564,56	2.470,01			
Total de Amortizações	236.191,45	3.094.372,46			
Total de Provisões	236.191,45	3.094.372,46			
Total do Ativo.....	4.497.584,94	4.261.393,49			

PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA N.º 502 002 859

O Técnico Oficial de contas



OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(valores em Euro)

	EXERCÍCIOS			EXERCÍCIOS	
	2006	2005		2006	2005
ATIVO			CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
IMOBILIZADO:			CAPITAL PRÓPRIO:		
Imobilizações Incorporáveis:			882 Fundo de cooperação	104.754,44	104.754,44
434 Terraspassos		51.356,23	583 Subsídios /Oferas	25.523,48	25.523,48
449 Adiant. p/Conta Imob.Incorporáveis		51.356,23	Reservas:		
Imobilizações Corpóreas:			569 Reservas de Reavaliação	650.000,00	650.000,00
421 Terrenos e Recursos Naturais		350.000,00	572 Reservas Estatutárias		
422 Edifícios e Outras Construções		1.027.111,28	573 Reservas Contratualis		
423 Equipamento Básico	86.739,19	7.830,69	574 a 579 Outras Reservas		
424 Equipamento de Transporte			59 Resultados Transladados		
425 Ferramentas e Utensílios			Subtotal	155.650,82	732.914,63
426 Equipamento Administrativo	134.499,29	8.548,78	88 Resultado Líquido do Exercício	52.817,90	53.288,87
429 Outras Imobilizações Corpóreas	15.827,97	875,00	Total do Capital Próprio.....	208.468,72	786.203,50
441/6 Imobilizações em Curso		3.374,15	PASSIVO:		
448 Adiant.p/Conta Imob.Corpóreas	251.146,03	1.388.316,12	Dívidas a Terceiros - Longo Prazo:		
CIRCULANTE:			231 Dívidas a Instituições de Crédito	648.737,83	1.740.110,27
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:				648.737,83	1.740.110,27
24 Estado e Outros Entes Públicos	153,94	153,94	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:		
2624-264-2674-2684-221 Outros Devedores	3.667.672,37	3.667.672,37	231 Fornecedores C/C	40.623,77	10.000,00
268501 - Espaço Oikos			222 Fornecedores - Fidejuss a Pagar		21.169,33
26xx - Restantes	75.648,46	75.648,46	239 Outros Empréstimos Obtidos		30.000,00
	3.667.826,31	3.667.826,31	2611 Fornecedores de Imobilizado C/C		
Títulos Negociáveis:			24 Estado e Outros Entes Públicos	12.788,25	35.578,24
151 Aceves	9.117,09	9.117,09	2624-264-268 Outros Credores	3.099.288,16	43.790,61
18 Outras Aplicações de Tesouraria	9.117,09	9.117,09	26862 Projectos em Curso		
			26xx Restantes	3.062.700,18	140.538,18
Depósitos Bancários e Caixa:			Acréscimos e Diferimentos:		
12+13+14 Depósitos Bancários	565.727,71	256.543,05	271 Acréscimos de Custos	24.157,27	9.595,51
11 Caixa	1.203,24	653.586,90	274 Provisões Diferidas	317.329,52	417.925,00
	566.930,95	910.129,95		341.486,79	427.520,51
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			Total do Passivo.....	4.052.924,80	2.308.169
271 Acréscimos e Provisões	37,85	37,85	Total do Capital Próprio e do Passivo.....	4.261.393,52	3.094.372,46
272 Custos Diferidos	2.526,71	2.432,16			
	2.564,56	2.470,01			
Total de Amortizações	236.191,45	3.094.372,46			
Total de Provisões	236.191,45	3.094.372,46			
Total do Ativo.....	4.497.584,94	4.261.393,49			

PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA N.º 502 002 859

O Técnico Oficial de contas



4 - Cotações cambiais

Os câmbios utilizados é o valor do cambio do dia 31-12-2006, quando há informação diária ou pelo seu cambio médio quando não há informação diária.

5 - Afectação do resultado do exercício para obter vantagens fiscais

Nada a referir.

6 - Situações que afectam significativamente impostos futuros

Nada a referir.

7 - Número médio de pessoas ao serviço da empresa

A constituição dos órgãos sociais eleitos é a seguinte:

- **Mesa da Assembleia-geral**
Presidente: Êrnani Lopes
Secretaria: Cristina Peixinho
Vogal: Sarsfield Cabral

- **Comissão Fiscalizadora**
Presidente: António Cunha Vaz
Secretaria: Maria Teresa Fonseca
Vogal: Jorge Oliveira Pinto

- **Conselho Directivo**
Presidente: José Alberto dos Reis Lamego
Secretario: João José Nunes Fernandes
Tesoureiro: José Melo Torres Campos
Vogal: José do Canto Moniz
Vogal: António José Paulino
Vogal: Maria Luisa de Oliveira Pegado
Vogal: Matilde Sousa Franco
Vogal: Vitor Manuel Carola
Vogal: Miguel Anacoreta Correia

Os integrantes dos órgãos sociais não auferem, a esse título, qualquer remuneração. Apenas dois dos associados membros dos órgãos sociais exercem funções executivas na organização, a saber: Cristina Peixinho (Secretária da Mesa da Assembleia Geral), exerce funções de coordenadora do sector de Educação para a Cidadania Global; João José Fernandes (Secretário do Conselho Directivo), exerce as funções de Director Executivo.

O número de colaboradores médio situou-se em torno dos 140. À data de aprovação das contas, a oikos contava com 139 colaboradores.

Composição da equipe executiva da Sede

- **Direcção executiva**
 João José Nunes Fernandes - director geral executivo
 Ricardo Domingos - director de operações
 Joao Carvalho - director de desenvolvimento(Desde final de 2006)
 Elias Ribeiro - director administrativo e financeiro (exerceu funções interinas durante o exercício).
- **Operações**
 Cristina Peixinho - coordenadora geral educação para a cidadania global
 Armindo Gregorio - coordenador de projectos - educação para a cidadania global
 Maria do Céu Ferro - técnica de projectos - educação para a cidadania global
 Joana Pires - coordenadora geral da área de influência pública
 Francesco Filippi - coordenador da área geográfica - América Latina
 Vanda Santos - coordenadora da área geográfica - África e Ásia

Serviços partilhados

- **Administrativo-financeiro**
 Pedro Morais - controler da área geográfica - América Latina
 Hugo Fontinha - controler da área geográfica - Portugal, África e Ásia
 Zélia Gomes - assistente financeira
- **Fundraising**
 Ana Terenas- técnica de *fundraising*
- **Comunicação e marketing**
 Marisa David - técnica de comunicação
- **Secretariado, atendimento e serviços gerais**
 Joana Dias - secretaria de direcção executiva
 Mariza Gomes - técnica de secretariado (durante o exercício de 2006)
 Tetyana - serviços de limpeza

Coordenadores gerais das delegações

João Anselmo - coordenador regional - América Central
 Bruno Neto - coordenador geral da delegação - Honduras
 Sara Ruiz - coordenadora geral da delegação - El Salvador
 Aram Cunego - coordenador geral da delegação - Guatemala
 Sandra Lopes - coordenadora geral da delegação - Cuba
 José Correia - coordenador geral da delegação - Peru
 Adolfo Çagiza - coordenador geral da delegação - Angola
 Claire Fallender - coordenadora geral da delegação - Moçambique
 João Monteiro - coordenador geral da delegação - Indonésia

8 - Comentário a despesas de instalação e investigação /desenvolvimento

Nada a referir.

9 - Amortização da conta “Trespases” para alem de cinco anos

Nada a referir.

10 - Movimentos ocorridos do activo immobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos.

Activo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação / Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						0,00
Despesas de instalação						0,00
Despesas de invest. e desenvolvimento						0,00
Propriedade industrial e outros direitos						0,00
Trespases	51.356,23				51.356,23	0,00
Imobilizações em curso						0,00
Adiant. de imobilizações incorpóreas						0,00
	51.356,23	0,00	0,00	0,00	51.356,23	0,00
Imobilizações corpóreas:						0,00
Terrenos e recursos naturais	350.000,00			350.000,00		0,00
Edifícios e outras construções	1.027.111,28			1.027.111,28		0,00
Equipamento básico	92.269,99					92.269,99
Equipamento de transporte						0,00
Ferramentas e utensílios						0,00
Equipamento administrativo	143.048,07					143.048,07
Taras e vasilhame						0,00
Outras imobilizações corpóreas	15.827,97					15.827,97
Imobilizações em curso						0,00
Adiant. de imobilizações corpóreas						0,00
	1.628.257,31	0,00	0,00	1.377.111,28	0,00	251.146,03
Investimentos Financeiros:						0,00
Partes de capital em empresas do grupo						0,00
Empréstimos em empresas do grupo						0,00
Partes de capital em empresas associadas						0,00
Empréstimos a empresas associadas						0,00
Títulos e outras aplicações financeiras						0,00
Outros empréstimos concedidos						0,00
Imobilizações em curso						0,00
Adiant. de investimentos financeiros						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Amortizações e Ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				0,00
Despesas de instalação				0,00
Despesas de invest. e desenvolvimento				0,00
Propriedade industrial e outros direitos				0,00
Trespases				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações corpóreas:				0,00
Terrenos e recursos naturais				0,00
Edifícios e outras construções				0,00
Equipamento básico	86.739,19			86.739,19
Equipamento de transporte				0,00
Ferramentas e utensílios				0,00
Equipamento administrativo	134.499,29			134.499,29
Taras e vasilhame				0,00
Outras imobilizações corpóreas	14.952,97			14.952,97
	236.191,45	0,00	0,00	236.191,45
Investimentos Financeiros:				0,00
Partes de capital em empresas do grupo				0,00
Empréstimos em empresas do grupo				0,00
Partes de capital em empresas associadas				0,00
Empréstimos a empresas associadas				0,00
Títulos e outras aplicações financeiras				0,00
Outros empréstimos concedidos				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

11 - Custos de financiamento de imobilizações capitalizados

Nada a referir.

12 - Reavaliação de imobilizações - Diplomas legais ou outros métodos

Nada a referir.

13 - Efeitos das reavaliações de imobilizado

Nada a referir.

14 - Locação e afectação das imobilizações corpóreas e em curso

As imobilizações corpóreas e em curso encontram-se na sua totalidade afectas a actividade de estrutura da Oikos, pelo que nenhum dos bens que constituem o mapa de amortizações, está afecto a projectos.

15 - Valor dos bens em locação financeira no final do exercício

Nada a referir.

16 - Dados relativos a empresas interligadas e participadas

Nada a referir.

17 - Títulos negociáveis > a 5% do activo circulante

Nada a referir.

18 - Discriminação da conta 4154 “Fundos” e respectivas afectações

Nada a referir.

19 - Activo circulante - valor de mercado superior ao contabilístico

Nada a referir.

20 - Activo circulante - valorização inferior ao valor custo/mercado

Nada a referir.

21 - Movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante

Nada a referir.

22 - Existências que se encontravam fora da empresa

Nada a referir.

23 - Dividas de cobrança duvidosa distribuídas por rubricas do Balanço

Nada a referir

24 - Empréstimos concedidos aos órgãos sociais da empresa

Nada a referir.

25 - Dividas activas e passivas respeitantes ao pessoal

Nada a referir.

26 - Dividas tituladas não evidenciadas no Balanço

Nada a referir.

27 - Obrigações títulos de participação e outros emitidos pela empresa

Nada a referir.

28 - Dividas em mora incluídas na conta “Estado e outros entes públicos”

Nada a referir.

29 - Dívidas a terceiros a mais de cinco anos

Nada a referir.

30 - Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais

Nada a referir.

31 - Compromissos financeiros que não figuram no Balanço

Nada a referir.

32 - Responsabilidades por garantias prestadas

Nada a referir.

33 - Activo diferido - diferenças de dívidas a pagar/valores recebidos

Nada a referir.

34 - Desdobramento da conta de provisões e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

Nada a referir

35 - Forma de realização e aumento ou redução do capital social

Nada a referir.

36 - Número de acções em que se divide o capital e seu valor nominal

Nada a referir.

37 - Participação no capital social detido por pessoas colectivas > 20%

Nada a referir.

38 - Número e valor nominal das acções e quotas subscritas no capital

Nada a referir.

39 - Indicação das variações das reservas de reavaliação

A redução da rubrica reservas de reavaliação, deve-se á alienação do Imóvel sito na Rua de Santiago em Lisboa, edifício sede.

40 - Movimentos de capitais próprios

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 - Capital				0
52 - Ações (quotas) próprias				
521 - Valor nominal				
522 - Descontos e prémios				
53 - Prestações suplementares				
54 - prémios de emissão de quotas				
55 Ajustamentos de capital				
551 - Ajustamentos de capital				
552 - Lucros não atribuídos				
553 - Outras var. nos cap. Próprios				
554 - Depreciações				
56 - Reservas de reavaliação				
561 - Decreto Lei n.º				
562 - Decreto Lei n.º				
563 - Livres	650.000,00		650.000,00	0,00
57 - Reservas				
571 - Reservas legais				
572 - Reservas estatutárias				
573 - Reservas contratuais				
574 - Reservas livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações				
58 - Fundo cooperação e Subsídios	130.277,92			130.277,92
59 - Resultados transitados	25.372,90			25.372,90
88 - Resultado líquido do exercício	52.817,87			52.817,87
Totais	858.468,69	0,00		208.468,69

41 - Demonstração do C.M.V.M.C.

Nada a referir.

42 - Demonstração da variação de produção

Nada a referir.

43 - Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

Nada a referir.

44 - Repartição do valor líquido das vendas e prestações de serviços

Nada a referir.

45 - Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercicio		Proveitos e Ganhos	Exercicio	
	2006	2005		2006	2005
681 - Juros suportados	106.069,41	82474,28	781 - Juros obtidos	1.384,23	644,09
682 - Perdas emp. grupo e asso.			782 - Ganhos emp. grupo assoc		
683 - Amort. de inv. imóveis			783 - Rendimentos de imóveis		
684 - Ajust. p/ aplic. financeiras			784 - Rend. particip. capital	269,66	
685 - Dif. câmbio desfavoráveis			785 - Dif. câmbio favoráveis		
686 - Descontos de P.P. conc.			786 - Desconto de P.P. obtidos		
687 - Perdas alien. aplic. tesour.			787 - Ganhos alien. aplic. tesour.		
688 - Outros custos financeiros			788 - Revr. e outros ganhos fin.	20,96	263,28
Resultados financeiros	-104.394,56	-81.566,91			
Totais	106.069,41	82.474,28		1.674,85	907,37

46 - Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercicio		Proveitos e Ganhos	Exercicio	
	2006	2005		2006	2005
691 - Donativos			791 - Restituição de impostos		
692 - Dívidas incobráveis			792 - Recuperação de dívidas		
693 - Perdas em existências			793 - Ganhos em existências		
694 - Perdas em imobilizações			794 - Ganhos em imobilizações	34.283,65	
695 - Multas e penalidades	135,80	200	795 - Benef. penal. contratuais		
696 - Aumento de amortizações			796 - Reduções de provisões		
697 - Correções de anos anteriores	672,67		797 - Correções de anos anteriores	9.943,75	
698 - Outros custos extraordinários	12.413,61		798 - Outros ganhos extraordinários	9.600,70	
Resultados extraordinários	40.606,02	-200,00			
Totais	53.828,10	0,00		53.828,10	

47 - Informações exigidas por diplomas legais

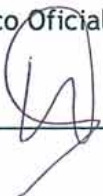
Nada a referir

48 - Outras informações relevantes

A reorganização contabilística levada a cabo no ano de 2006, tem como objectivo a adopção no ano de 2007, políticas contabilísticas para que a mudança do sistema legal de contabilidade POC para SNC, seja minimizado pelo impacto de alterações ao nível de imobilizado e contabilização de subsídios/financiamento com vista a projectos.

Lisboa, 31 de Dezembro de 2006

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho Directivo



OIKOS
Cooperativa de Investimento
Rua de Santiago, 9
1100 - 493 LISBOA - PORTUGAL

tabela 1	declaração de nível GRI G3	Pág 24
tabela 2	correlação da informação com as directrizes GRI G3	Pág 25
tabela 3	correlação entre cidadania tradicional e cidadania participativa	Pág 33
tabela 4	desafios às ONGD/INGO.	Pág 41
tabela 5	cronograma de actividades oikos 2006-2010	Pág 46
tabela 6	correlação entre os Direitos Humanos e a actividade da oikos.	Pág 51
tabela 7	sectores de actividade oikos	Pág 67
tabela 8	tipo, área e fase de intervenção oikos.	Pág 67
tabela 9	<i>continuum</i> oikos	Pág 68
tabela 10	mapa de <i>stakeholders</i> oikos.	Pág 76
tabela 11	<i>stakeholders</i> internos oikos	Pág 77
tabela 12	<i>stakeholders</i> externos oikos – parceiros estratégicos, redes de pertença e redes solidárias	Pág 78
tabela 13	<i>stakeholders</i> externos oikos – financiadores	
tabela 14	<i>stakeholders</i> externos oikos – parceiros internacionais e locais	Pág 79
tabela 15	<i>stakeholders</i> externos oikos – beneficiários e grupos alvo	Pág 79
tabela 16	custos e perdas	
tabela 17	fornecimentos e serviços externos	
tabela 18	Proveitos e Ganhos	Pág 98
tabela 19	indicadores socioeconómicos dos países onde trabalhamos, ordenados por IDH.	Pág 117
tabela 20	projectos constituintes da linha-base performance oikos.	Pág 126
tabela 21	projectos constituintes da linha-base de performance oikos	Pág 156
tabela 22	compromissos para 2007/2008	Pág 175

gráfico 1	análise SWOT oikos	Pág 47
gráfico 2	modelo de estruturação do <i>continuum</i> de intervenção oikos.	Pág 53
gráfico 3	princípios de desenvolvimento da actividade - PDA oikos	Pág 55
gráfico 4	política oikos	Pág 61
gráfico 5	<i>balanced scorecard</i> oikos	Pág 64
gráfico 6	organograma funcional	Pág 66
gráfico 7	processo - criação de valor - oikos	Pág 70
gráfico 8	modelo das cinco etapas de envolvimento dos <i>stakeholders</i>	Pág 72
gráfico 9	modelo das cinco etapas de envolvimento dos <i>stakeholders</i>	Pág 74
gráfico 10	organigrama oikos	Pág 93
gráfico 11	total de custos e perdas.	Pág 97
gráfico 12	aplicação dos recursos por país - 2006.	Pág 97
gráfico 13	aplicação dos recursos por área de actividade	Pág 97
gráfico 14	subsídios à exploração	Pág 99
gráfico 15	relação entre financiamento público e privado.	Pág 99
gráfico 16	responsabilidade e proveniência dos proveitos - 2006	Pág 99
gráfico 17	responsabilidade e proveniência dos proveitos - 2005	Pág 99
gráfico 18	responsabilidade e proveniência dos proveitos - 2004	Pág 99
gráfico 19	emissões da oikos - sede - por actividade e âmbito (2006)	Pág 103
gráfico 20	localização - sede/delegaões	Pág 109
gráfico 21	género - sede/delegaões.	Pág 109
gráfico 22	níveis etários - sede/delegaões.	Pág 109
gráfico 23	habilitações literárias - sede/delegaões	Pág 109
gráfico 24	antiguidade - sede/delegaões.	Pág 111
gráfico 25	tipo de contrato - sede/delegaões.	Pág 111
gráfico 26	áreas funcionais - sede/delegaões	Pág 111
gráfico 27	funções de chefia colaboradores - sede/delegaões.	Pág 113
gráfico 28	género dos colaboradores com posição de chefia - sede/delegaões	Pág 113
gráfico 29	níveis etários dos colaboradores com posição de chefia - sede/delegaões	Pág 113
gráfico 30	distribuição do valor contratado por país	Pág 127
gráfico 31	distribuição do valor contratado por sector de intervenção	Pág 127
gráfico 32	distribuição da responsabilidade de financiamento	Pág 127
gráfico 33	execução financeira ponderada por sectores de intervenção	Pág 138
gráfico 34	performance total e por sectores de intervenção	Pág 139
gráfico 35	performance total e por sectores de intervenção	Pág 139
gráfico 36	execução financeira ponderada por sectores de intervenção	Pág 153
gráfico 37	performance total e por sectores de intervenção	Pág 154
gráfico 38	performance total e por sectores de intervenção	Pág 154
gráfico 39	variação percentual da performance dos resultados atingidos, ponderados pelo valor financeiro executado e pelo número de beneficiários/dia abrangidos	Pág 155
gráfico 40	performance execução financeira - áreas de actividade oikos	Pág 157
gráfico 41	performance total e por sectores de intervenção	Pág 158
gráfico 42	performance total e por sectores de intervenção	Pág 159
gráfico 43	performance execução financeira - sectores de actividade oikos	Pág 171



cooperação e desenvolvimento

Contactos da sede e das delegações:

Portugal (Sede)

Rua Visconde Moreira de Rey, 37 - 2790-447 Queijas, **Linda-a-Pastora, Oeiras**
Telefone (+351) 21 882 3630 · Fax (+351) 21 882 3635 · E-mail oikos.sec@oikos.pt

Angola Rua Comandante Gika Nº 311, Cave Q - Bairro Maianga, **Luanda**

Telefone (+244) 222 32 0941 · Fax (+244) 222 32 0941 · E-mail oikos.angola@ebonet.net

Moçambique Av. Paulo Samuel Kankhomba 487 R/C, **Maputo**

Telefone (+258) 21 496 168 · Fax (+258) 21 496 168 · E-mail oikos.moz@tvcabo.co.mz

Indonésia Jl. Wedana, no. 146, Lam Ara - 23238 **Banda Aceh**

Telefone (+62) 651 742 1955 · Telefone+Fax (+62) 651 418 43
E-mail joao.monteiro@oikos.pt

Bolívia Calle Juan XXIII - Nº 26 · Zona Belen; Edificio San Lorenzo · Planto Baja · **La Paz**

Telefone (+591) 2 212 05 57 · Fax: (+591) 2 231 02 57 · E-mail oikosbol@ceibo.entelnet.bo

Cuba Calle Calzada e/ 2 y 4 - Plaza de la Revolución, **Ciudad de La Habana**

Telefone (+537) 835 72 55 · Fax (+537) 831 04 49 · E-mail oikoscub@enet.cu

Guatemala 7ª Av. 13-39 Edificio Alameda, Apto. 411 - Zona 9, **Ciudad de Guatemala**

Telefone (+502) 23 32 81 54 · E-mail aram.cunego@oikos.pt

Honduras Avenida Costa Rica - Predio Bella Vista - Apt 14, Las Lomas del Guijarro, **Tegucigalpa**

Telefone (+504) 337 608 91 · E-mail Bruno.neto@oikos.pt

Nicarágua Bello Horizonte, Iglesia Pío X 1c Norte (Lago) y 1/2c. Oeste (abajo) Casa T-I-8, **Managua**

Telefone (+ 505) 249 3954 · Fax (+ 505) 249 6176 · E-mail oikos@ibw.com.ni

Peru Calle Junín Mz. GB Lte. 39 - 2ª etapa Sta. Patrícia, distrito de La Molina, **Lima**

Telefone (+51) 1 349-1648 · Fax (+51) 1 349-1648 · E-mail oikos@oikos.org.pe

El Salvador Condominio Residencial Los Pinares - Apartamento 111 B

Boulevard La Sultana - Antiguo Cuscatlán, **La Libertad**

Telefone (+503) 22 43 74 20 · E-mail sara.ruiz@oikos.pt

oikos

cooperação e desenvolvimento

Rua Visconde Moreira de Rey, 37
2790-447 Queijas, Oeiras, Portugal

telefone (+351) 21 882 3630 · fax (+351) 21 882 3635
e-mail oikos.sec@oikos.pt · website www.oikos.pt